

Rafael Cabeda  
Rodolpho Costa

# Os Crimes da Ditadura

A HISTÓRIA CONTADA PELO DRAGÃO

Organizadores

Coralio B. P. Cabeda  
Ricardo Vaz Seelig  
Gunter Axt

MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Série Memória Política e Jurídica do RS - Vol 1

"A publicação de *Os crimes da ditadura* pelo Memorial do Ministério Público constitui, sem exagero, uma conquista para a cultura política e historiográfica gaúcha. A obra, originalmente editada em 1902, nas oficinas gráficas do jornal *O Maragato*, em Rivera, no Uruguai, devido ao seu teor explosivo, foi anatematizada e condenada pelo oficialismo republicano de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros."

*Gunter Axt, historiador*

"Surgia, assim, em 1902, um dos mais candentes livros-denúncia, *Os crimes da ditadura*. Sua publicação, como seria de se esperar, não passaria impunemente, pois, um ano mais tarde, a 16 de março de 1903, com a decisiva cumplicidade das autoridades *blancas* de Rivera, eram *O Maragato* e o seu companheiro de causa, *O Canabarro*, empastelados. Três tipógrafos foram mortos na ocasião, dois deles degolados!"

*Coralio Bragança Pardo Cabeda, historiador e economista*

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL  
MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
SÉRIE MEMÓRIA POLÍTICA E JURÍDICA  
DO RIO GRANDE DO SUL

Vol. 1



**OS CRIMES DA DITADURA**

RAFAEL CABEDA E RODOLPHO COSTA

***A História Contada pelo Dragão***

ORGANIZADORES:

CORALIO B. P. CABEDA

GUNTER AXT

RICARDO VAZ SEELIG

PORTO ALEGRE, 2002



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Procurador-Geral de Justiça**

Cláudio Barros Silva

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos**

Antônio Carlos de Avelar Bastos

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**

Roberto Bandeira Pereira

**Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais**

Mauro Henrique Renner

**Corregedora-Geral do Ministério Público**

Jacqueline Fagundes Rosenfeld

**Subcorregedor-Geral do Ministério Público**

Miguel Bandeira Pereira

**Coordenador do Memorial do Ministério Público**

Ricardo Vaz Seelig

**Organização:** Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig

**Revisão:** Laura D'Ávila, Mara Alapont e Patricia Sanseverino

**Supervisão Editorial:** Patricia Sanseverino

**Editoração Eletrônica:** Diartes Projetos Gráficos

**Impressão:** Organizações Nova Prova Ltda.

**Concepção de Capa:** Ricardo Vaz Seelig

**Design Gráfico:** Gustavo Nunes Billo (Memorial do Ministério Público - RS)  
– Ricardo Horta (Centro Cultural da Justiça Federal - RJ)

**Capa e Folha de Rosto:** Monumento a Júlio de Castilhos – Praça Mal. Deodoro (da Matriz), Porto Alegre/RS (Foto: Vinícius Pereira de Oliveira)

**Introdução e Notas:** Coralio Bragança Pardo Cabeda e Gunter Axt

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

Cabeda, Rafael

Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão /  
Rafael Cabeda e Rodolpho Costa; organização Coralio Bragança  
Pardo Cabeda, Gunter Axt, Ricardo Vaz Seelig – Porto Alegre:  
Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial, 2002.

183 p. (Memória política e jurídica do Rio Grande do Sul, v. 1)

ISBN 85-88802-02-3

1. Crimes políticos – Rio Grande do Sul I. Costa, Rodolpho  
II. Rio Grande do Sul. Ministério Público. III. Título

CDU 323.285(816.5)

# **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul**

## **Memorial do Ministério Público**

Programa de Pesquisa e Publicações: Axt Consultoria Histórica Ltda.:  
Gunter Axt (Coordenador), Patricia Sanseverino, Júlio César Pires de Jesus  
e Rodrigo Castaman

Programa de Exposições e Eventos: Andrea Cogan

Programa de Memória Oral: Daniela Oliveira Silveira

Secretaria: Adriano de Castro Silveira, Denise Cabral, Maria Alice Dutra

Miltzarek, Ricardo Soria e Roger Oliveira Vieira

Taquigrafia: Sonia Beatriz da Silva Pinto

## **Chefia de Gabinete**

Júlia Ilenir Martins

## **Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público**

Luiz Inácio Vigil Neto

## **Centro de Apoio Operacional Criminal**

Gilberto Thums

## **Centro Operacional da Infância e da Juventude**

Simone Mariano da Rocha

## **Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor**

Paulo Valério Dal Pai Moraes

## **Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente**

Silvia Cappelli

## **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania**

João Carlos Pacheco

## **Direção-Geral**

Jorge Antônio Gonçalves Machado

## **Divisão de Documentação**

Carmem Célia dos Santos Caetano

Eliane de Mello Miranda

Emiliano Medeiros

Luciana Baggio Bortolotto

Marcelo Bernardes

Norma Helena Farias Kunrath

## **Consultoria em Arquitetura**

Ediolanda Liedke

## **Apoio**

San Marino Veículos Ltda.





# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO

Ricardo Vaz Seelig .....	9
--------------------------	---

## PREFÁCIO

Coralio Bragança Pardo Cabeda .....	13
-------------------------------------	----

## INTRODUÇÃO – *A História Contada pelo Dragão*

Gunter Axt .....	15
------------------	----

OS CRIMES DA DITADURA .....	29
-----------------------------	----

ANEXOS .....	181
--------------	-----



## APRESENTAÇÃO

Com esta publicação, o Projeto Memória do Ministério Público do Rio Grande do Sul, desde sua instalação em agosto de 2000, a par de preparar a instituição do Memorial do Ministério Público, a ser inaugurado em dezembro deste ano, já publicou quatro livros, dois artigos acadêmicos, organizou duas exposições históricas e vem desenvolvendo diversas pesquisas temáticas que em breve resultarão em novos produtos. Por trás deste alto índice de produtividade e do ineditismo de muitas iniciativas está não só o trabalho de uma equipe de profissionais sempre diligente e capaz, mas também a convicção de que promover uma reflexão historiográfica de alto nível é fundamental para proporcionar o retorno social do investimento público realizado no resgate da memória institucional.

Neste momento, a edição de “Os crimes da ditadura” representa mais um passo importante nessa trajetória. O lançamento da obra inaugura também a Série “Memória política e jurídica do Rio Grande do Sul”, por meio da qual pretende o Memorial prestar um relevante serviço à sociedade, editando obras raras ou de especial interesse para a cultura política e jurídica de nosso Estado. Com esta iniciativa, buscamos transcender as fronteiras da memória institucional, conquistando um espaço de meditação sobre a cultura gaúcha.

Quando o historiador Gunter Axt nos trouxe a proposta de reedição de “Os crimes da ditadura”, cem anos depois da primeira edição, imediatamente encampamos a idéia, por entender ser parte da missão social do Ministério Público o empenho na preservação do nosso patrimônio histórico-cultural. Alertados sobre o conteúdo polêmico do livro, entendemos que tanto mais se justificava a edição, na crença de que o discurso historiográfico e a memória institucional não podem ser construídos com eficácia sem o necessário tributo à diversidade de versões e de opiniões, cabendo, a propósito, ao Ministério Público, em uma sociedade que se pretenda democrática, o compromisso com a defesa da liberdade dos canais de expressão, espelhem ou não a versão “institucional” conferida aos fatos de nossa história.

Um dos benefícios que as pesquisas desenvolvidas pelo Memorial têm trazido à nossa instituição é o de demonstrar que a atividade ministerial nem sempre pôde ser exercitada com autonomia funcional e institucional em benefício do interesse público indisponível da sociedade. Se hoje contamos com uma instituição forte, independente e decididamente engajada no esforço de construção democrática do País, em muito devemos às gerações passadas de Promotores e Procuradores, que souberam arrostar com altivez toda a sorte de escolhos e compressões.

Considerando que o Ministério Público em tempos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros operava em grande medida como um departamento de estado alinhado às injunções governamentais, a edição de “Os crimes da ditadura” neste momento representa, cumulativamente, o resgate de uma dívida para com a sociedade gaúcha e um preito de reconhecimento àqueles colegas que souberam, no passado, e sabem, hoje, construir a grandeza de nossa instituição, para

gáudio da cidadania, a despeito de conjunturas tão adversas e desfavoráveis às liberdades democráticas, como foram as do nosso passado.

A reedição de “Os crimes da ditadura” também desperta interesse de Promotores e Procuradores de Justiça. A leitura do prefácio de Coralio Cabeda para esta reedição está a indicar que o Ministério Público não pode existir fora do regime democrático, ao mesmo tempo em que denuncia os incalculáveis prejuízos sociais açulados na esteira da intransigência política.

Aliás, em face de seu conteúdo, alvitramos aditar um subtítulo à obra, consignando que o relato maragato das atrocidades cometidas pelos pica-paus consubstanciar-se-ia, em verdade, n’*A História Contada Pelo Dragão*, numa nítida alusão à figura da oposição federalista ao governo republicano, assim representada no monumento a Júlio de Castilhos, encomendada a Décio Vilares — o mesmo artista positivista criador da bandeira da república —, para homenagear o Presidente do Estado prematuramente falecido.

Completando este raciocínio, o prefácio de Gunter Axt nos chama a atenção para o fato de também possuir o dramático quadro atual de violência no País raízes históricas, intimamente relacionadas à cultura das nossas relações de poder e da nossa arquitetura institucional. Com efeito, percebemos que a violência se exacerbava toda a vez que as instituições responsáveis pela mediação dos conflitos são removidas ou instrumentalizadas por uma dada facção política ou segmento social.

Enfim, segundo nos indica o historiador, a estrutural indistinção entre o espaço público e privado — caracterizada por Sérgio Buarque de Holanda em seu “homem cordial”, ou pelo jurista Raymundo Faoro na teoria patrimonialista de “Os donos do poder”, ou pelo magistrado Victor Nunes Leal em “Coronelismo, enxada e voto” — embaça historicamente os canais de expressão da cidadania e empurra a solução do conflito político e social para fora das arenas institucionais de mediação, contribuindo para a explosão da violência.

Neste sentido, e com mais esta obra, novamente buscamos destacar o papel estratégico que o Ministério Público passou a desempenhar na sociedade brasileira, reforçando direitos sociais indisponíveis, que muitas vezes constam nos textos, mas são ainda cotidianamente solapados por sistemas de relações de poder que deitam suas raízes no longínquo período colonial. Não resta dúvida que o Ministério Público é, hoje, no Brasil, um agente de democratização e de modernização a serviço da sociedade, e que, não obstante as reações adversas, merece ser cada vez mais fortalecido.

A reedição desta obra não se faria sem o concurso indispensável de muitos colaboradores, aos quais devemos um agradecimento especial. Dado o interesse que a presente obra suscita, entendemos que sua divulgação não se deveria restringir apenas ao público institucional, mas a toda a comunidade acadêmica e aos leitores em geral. Pois, com muita honra, recebi a iniciativa de patrocínio protagonizada pelo empresário Pedro Antônio Xavier Zaluski, Diretor Superintendente da San Marino Veículos Limitada, que nos ofereceu sua parceria para este empreendimento. A pronta receptividade encontrada comprova que, no Rio Grande do Sul, cultura e memória são assuntos sérios capazes de sensibilizar não apenas o poder público, mas também a iniciativa privada. Acreditamos residir no em-

penho para a formação de rede de parceiros uma das prerrogativas do dirigente cultural responsável pela coordenação de projetos de memória institucional, vez que os poderes públicos dispõem, naturalmente, de capacidade limitada de investimento na operacionalização de todas as suas estratégias traçadas para o campo cultural.

Não menos imprescindível para esta realização foi o apoio do Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cláudio Barros Silva, e do Senhor Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos, Dr. Roberto Bandeira Pereira, verdadeiros idealizadores do Projeto, que têm dado inestimável suporte a todas as iniciativas desta Coordenação e dos historiadores do Memorial. Finalmente, cabe ainda um agradecimento a toda a nossa equipe, que não tem poupado esforços para a consolidação das nossas diretrizes.

Porto Alegre, julho de 2002.

Ricardo Vaz Seelig  
Procurador de Justiça,  
Coordenador do Memorial do Ministério Público



## PREFÁCIO

Quando publicou o seu livro, *O Vandalismo no Rio Grande do Sul*, em 1892, Euclides B. de Moura advertia que a vitória do Partido Republicano não tardaria e, junto com ela, a desforra das perseguições sofridas no curto período em que Júlio de Castilhos estivera fora do poder.

A advertência do jornalista rio-grandino não fora simples arroubo momentâneo, daqueles que a exaltação partidária é capaz de inspirar. Muito pelo contrário. O que ocorreu, a partir da retomada do poder pelos seus correligionários, possivelmente excedesse o que ele próprio imaginaria, pois foi capaz de comover um veterano da Guerra do Paraguai, o General João Batista da Silva Telles. Seu telegrama ao Marechal Floriano Peixoto, relatando a tragédia que se abatera sobre o Rio Grande, às portas da guerra civil, e aconselhando a intervenção no Estado, infelizmente cairia em ouvidos surdos. A cruel Revolução Federalista marcaria o Rio Grande para sempre.

Vitorioso Castilhos, com o decidido apoio de Floriano, não pôde, entretanto, ditar a paz nos termos draconianos que pretendia. A Floriano sucedera Prudente de Moraes, que teve a grandeza de visão para compreender os benefícios de uma paz honrosa, tal como, meio século antes, tivera o Duque de Caxias em relação aos farrapos. Isso valeria a Prudente de Moraes a animosidade de Castilhos até o final de seu período presidencial.

A paz de 1895, almejada por um Brasil enfraquecido por quase três anos de guerra civil e vulnerável às ambições imperialistas, que lançavam vistas sobre a Amazônia e a ilha da Trindade, não teria o condão de reconciliar os rio-grandenses. As causas da dissensão permaneceriam por muitos e muitos anos, chegando, mesmo, à terceira década do século XX.

Na base de tudo estava a Constituição autoritária e excludente, redigida por Castilhos e aprovada por uma Assembléia dócil e cúmplice, formada praticamente de correligionários seus, tornando uma ficção a possibilidade de alternância no poder, pois aos seus detentores tudo, ou quase tudo, era permitido, a começar pelas sucessivas reeleições. Ao abrigo dessa Carta, que se pretendia *a mais avançada do ocidente (sic)*, toda a sorte de violências se praticava contra quem ousasse desafiar a grei vitoriosa. Da perseguição policial ao empastelamento de jornais, do assassinato ao exílio forçado, nada parecia entibiar os que se consideravam guardiões da ordem constituída. O próprio território estrangeiro não era garantia de segurança para quem o procurasse em busca de refúgio.

Em 1898, uma voz fez-se ouvir contra esse estado de coisas: a do General Carlos Maria da Silva Telles, herói legalista do cerco de Bagé e, não por acaso, irmão daquele outro general que tentara, inutilmente, estancar a violência prenunciadora da guerra civil. Carlos Telles denunciou em artigo de jornal (*A Tribuna do Povo*) que Castilhos queria a continuação da guerra até o extermínio dos adversários, não perdendo, por isso, o Presidente da República e seu representante, General Inocêncio Galvão de Queiroz, que negociara a paz, nem o General João Tomaz de Cantuária, garantidor dessa mesma paz. Denunciava, também, a militarização do Estado, o clima de violências que imperava e a truculência das forças estacionadas no Cati, comandadas pelo Coronel João Francisco. Tudo

inútil. A Prudente de Moraes sucederia Campos Salles com sua *política dos governadores*, que concedia mãos livres aos governantes estaduais em troca do apoio destes ao poder central.

Nem à Magistratura, nem ao Ministério Público, então considerados serviços do Estado, se poderia recorrer com razoáveis esperanças de obtenção de justiça, mormente se o querelado fosse o Estado ou um seu representante, pois, como pitorescamente dizia certo intendente municipal: "*Não é crime matar maragatos*".

Foi com intuito de denunciar ao País as violências exercidas contra as oposições que, em 1901, o jornal *O Maragato*, então editado na cidade uruguaia de Rivera, distribuiu aos seus amigos e assinantes circular em que solicitava testemunhos sobre os crimes praticados por agentes e indivíduos ligados ao situacionismo estadual. Esperava-se publicar os depoimentos em folheto, mas foi tal o volume de informações, que os responsáveis pelo jornal houveram por bem resumí-las, a fim de viabilizar a edição planejada. Surgia, assim, em 1902, um dos mais candentes livros-denúncia, *Os crimes da ditadura*.

Sua publicação, como seria de esperar, não passaria impunemente, pois, um ano mais tarde, a 16 de março de 1903, com a decisiva cumplicidade das autoridades *blancas* de Rivera, eram *O Maragato* e seu companheiro de causa, *O Canabarro*, empastelados. Três tipógrafos foram mortos na ocasião, dois deles degolados!

Tudo isso explicaria o silêncio e o esquecimento a que foi votado por tantos anos o libelo federalista?

A crueza das páginas que se irão ler, a par do horror que possam inspirar, também convidam à profunda reflexão sobre a implantação do projeto republicano em nosso Estado. Teria ele, necessariamente, de ser realizado da forma como foi? Esta e outras questões poderiam ser levantadas graças ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, que tomou a meritória iniciativa de resgatar fonte quase perdida de nossa história política.

Como consequência de tão oportuna reedição, quem sabe se, em futuro próximo, poderemos contar com novas e originais abordagens sobre fase tão crucial da evolução política do Rio Grande?

Finalmente, gostaríamos de agradecer a colaboração dos Senhores Dr. Miguel Antônio de Oliveira Duarte, Luiz Alves Vieira e Santana Figueiredo na identificação de alguns personagens citados na obra.

Coralio Bragança Pardo Cabeda  
29/07/2001



## A HISTÓRIA CONTADA PELO DRAGÃO

A publicação de *Os crimes da ditadura* pelo Memorial do Ministério Público constitui, sem exagero, uma conquista para a cultura política e historiográfica gaúcha. A obra, originalmente editada em 1902, nas oficinas gráficas do jornal *O Maragato*, em Rivera, no Uruguai, devido ao seu teor explosivo, foi anatematizada e condenada, pelo oficialismo republicano de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros – que comandaram ou influenciaram decisivamente a política estadual de 1889 à década de 30 –, à perseguição e ao esquecimento. O empastelamento da tipografia d'*O Maragato*, em 1903, num ataque comandado pelo Coronel João Francisco Pereira de Souza, popularmente conhecido então pela alcunha de “Hiena do Caty”, contribuiu para aumentar as dificuldades de distribuição do livro. A sua conservação durante todos esses anos foi ainda prejudicada pela edição em papel jornal, de composição mais frágil.

Sem dúvida, trata-se de um dos livros mais raros vindos a lume na atualidade sobre a cultura e a política do Rio Grande do Sul. Com efeito, nenhuma biblioteca ou arquivo público do Estado possui uma cópia. A obra era conhecida apenas por meio de uma referência fugaz de Wenceslau Escobar em *30 anos de Ditadura Rio-grandense*, publicado em 1922.

O original do qual nos valemos para organizar esta reedição nos foi gentilmente cedido pelo Dr. Coralio Bragança Cabeda, que reconstituiu o volume perdido a partir de diversos fragmentos localizados junto a bibliotecas privadas no interior do Estado, especialmente da região da fronteira, bem como no Uruguai.

Tendo conhecimento da existência da obra, propusemos a sua reedição ao Projeto Memória do Ministério Público, para o qual prestamos assessoria técnica por meio da empresa Axt Consultoria Histórica Limitada. O Coordenador do Projeto Memória, Dr. Ricardo Vaz Seelig, prontamente reconhecendo o valor da descoberta, dedicou integral apoio à iniciativa, trazendo-a para o âmbito do programa de publicações. A publicação da obra, cem anos após a primeira edição, é tributária ainda do apoio inestimável do Sr. Pedro Antônio Xavier Zaluski, Diretor Superintendente da San Marino Veículos Limitada, que contribuiu financeiramente, bem como do Excelentíssimo Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Cláudio Barros Silva, e do Excelentíssimo Sr. Subprocurador-Geral para Assuntos Administrativos, Dr. Roberto Bandeira Pereira, que têm garantido incansavelmente as condições para a realização dos nossos trabalhos no Projeto Memória.

Finalmente, não poderíamos deixar de sublinhar a eficiência dos trabalhos de editoração da Gráfica Nova Prova e de revisão do texto, a cargo de Laura D'Ávila, Mara Alapont e Patrícia Sanseverino, cujo concurso foi inestimável para garantir a qualidade do texto, dada, especialmente, as condições precárias nas quais se encontravam os originais disponíveis.

A importância de “Os crimes da ditadura” está muito além do eventual valor literário do texto. Em que pese ser a narrativa por vezes até um tanto singela do

ponto de vista estilístico, o seu conteúdo resgata o discurso de um projeto de República esquecido pela memória coletiva e quase desconhecido dos contemporâneos.

O livro descreve uma sucessão de acontecimentos dispostos em ordem cronológica. No corpo do texto, aparece ainda a reprodução de *O Quadro Negro*, folheto publicado pelo *O Canabarro*, hebdomadário companheiro da causa federalista de *O Maragato*, com denúncias igualmente trazidas em ordem cronológica e preocupadas com o retrato das arbitrariedades cometidas por João Francisco Pereira de Souza, no comando do Quartel do Caty, em Livramento. Do folheto, profusamente distribuído na época, sobretudo no centro do País, onde chegou a ganhar referências da imprensa, não se conhecem cópias remanescentes. Ao final, um anexo intitulado "Memórias" reproduz os acontecimentos de algumas cidades. Dois fragmentos detalhando casos específicos intitulados com os nomes das respectivas vítimas integram também os anexos desta reedição. São, entretanto, provavelmente estranhos ao original, devendo ter sido incorporados à cópia que nos chegou pelos leitores do passado. Impressos com o mesmo tipo, talvez tenham sido coletados das páginas de *O Maragato* ou de *O Canabarro*, igualmente impresso em Rivera.

Optamos por apresentar ao leitor uma versão com ligeiras alterações. A ortografia da língua portuguesa foi inteiramente adaptada aos usos contemporâneos, de maneira a facilitar a compreensão. Os nomes próprios de pessoas não foram, contudo, atualizados, a não ser no que se refere às regras de acentuação. Por sua vez, os nomes de cidades foram todos vertidos para a grafia corrente. Com o intuito de enriquecer a leitura, nos permitimos ainda a inserção de algumas notas de rodapé, redigidas em conjunto com o Dr. Coralio Cabeda, as quais trazem indicações sobre personagens, fatos históricos ou expressões de época.

A linguagem veiculada pela obra inscreve-se bem no contexto do jornalismo partidário e parcial da época: não há espaço para a isenção; a descrição é seletiva, passional e, com freqüência, agressiva. Como apropriadamente destacou Coralio Cabeda na apresentação desta reedição, *Os crimes da ditadura* não pode ser manuseado sem a necessária comparação com *O Vandalismo no Rio Grande do Sul*, originalmente publicado pelo castilhista Euclides Moura, em 1892. Nesse sentido, *Os crimes* sugere uma resposta ao *O Vandalismo*, que se empenhou na denúncia das atrocidades cometidas pelos federalistas e dissidentes castilhistas durante o assim chamado *Governicho*, entre novembro de 1891 e junho de 1892.

Numa perspectiva mais ampla, a edição de *Os crimes da ditadura* coincide com o surgimento da famosa *A década republicana*, obra coletiva editada entre 1899 e 1902 por ativistas monarquistas engajados numa avaliação crítica do primeiro decênio republicano e animados por um clima de revanche que flertava, como sublinha a Dra. Maria de Lourdes Mônaco Janotti, com a crença na possível convergência dos descontentes no País para a causa da restauração. Muito embora não encontremos aqui a profundidade analítica e a diversidade temática de *A década*, pois *Os crimes da ditadura* se propõe a ser um livro-denúncia pouco

preocupado com a explicação histórica, o cotejo parece irresistível, uma vez que os autores – Rafael Cabeda e Rodolpho Costa – pretendem igualmente oferecer um balanço – no caso, regional – dos primeiros anos do novo regime, com o mesmo compromisso de legar para os *Anais da História* o testemunho de um projeto político derrotado, de maneira a ser melhor julgado pelas *gerações vindouras*. Sem dúvida, o discurso pretensamente isento dos organizadores de *A década*, imbuídos da convicção de que a historiografia é um tribunal imparcial, bem como o discurso de descrédito aparente na chance de reversão do quadro ditatorial no Rio Grande do Sul sustentado pelos autores de *Os crimes*, escondem ambos a clara intenção de aliciamento dos insatisfeitos, apostando ainda na viabilidade do projeto derrotado. Uma diferença relevante entre as obras é que enquanto os autores da *Década Republicana* empenharam-se na crítica aos Governos Prudente de Moraes e Campos Salles, no coração da República, os autores de *Os Crimes da Ditadura*, reconhecendo interporem ambos obstáculos a muitas pretensões de Júlio de Castilhos, dirigiram-lhes até mesmo elogios.

Igualmente tentadora é a comparação com *Fastos da ditadura militar*, texto crítico dirigido ao Governo Marechal Deodoro da Fonseca, escrito no exílio por Frederico de S., pseudônimo usado por Eduardo Prado. Tendo inicialmente a forma de artigos, ganhou unidade de livro em 1891. Os autores de *Os crimes* compartilham com Eduardo Prado o repúdio às ditaduras que instauraram e consolidaram a República no Brasil, denunciando o arrivismo oportunista de seus simpatizantes, bem como o cerceamento da representação político-institucional. É possível situar *Os crimes* a meio pé de *Fastos* e de *A década*, na medida em que apresenta um discurso recheado de apodos e ataques pessoais semelhante ao veiculado pelo primeiro, ao mesmo tempo em que já consegue propor uma crítica às instituições, como encontramos de forma bastante elaborada na segunda obra.

Ressaltamos, todavia, que os autores de *Os crimes da ditadura*, ao contrário dos articulistas de *A década republicana* e de Eduardo Prado, dispensam apologias ao regime derrubado pelo 15 de Novembro, procurando se afirmar como legítimos paladinos de um projeto republicano divergente. Essa postura derrapa, às vezes, no preito a figuras proeminentes do campo político e militar do Império, com destaque natural para o Conselheiro Gaspar Silveira Martins. Ou, ainda, na peculiar insistência dos autores em chamar os cidadãos de outras nações republicanas de “súditos”. Porém, na prática, das centenas de vítimas listadas nesta obra, apenas umas duas ou três aparecem perseguidas por serem monarquistas. Se contam elas com a solidariedade de Rafael Cabeda e Rodolpho Costa, é por se afirmarem ambos defensores da liberdade de expressão e de opinião.

Ora, a virulência da repressão imposta à oposição, com apoio do Marechal Floriano Peixoto, por Júlio de Castilhos, cuja legitimidade discursiva era construída em parte na tentativa de reduzir todos à condição de restauradores, tornou essa posição praticamente indefensável no Rio Grande do Sul. O cuidado de Rafael Cabeda e Rodolpho Costa em legitimar lideranças republicanas locais, como Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, e nacionais, como Inocêncio Galvão de Queiroz,

Prudente de Moraes e, até mesmo, Campos Salles, indica o esforço de constituição discursiva no campo do republicanismo, ao mesmo tempo em que sinaliza para a estratégia política de buscar a costura de alianças em nível nacional com aqueles que erigiram barreiras e antepuseram escolhos às pretensões castilhistas.

Essa fórmula foi parte importante para a sobrevivência do Partido Federalista no Rio Grande do Sul castilhista-borgista. Mas, ao mesmo tempo, também representava um dilema. Em 1910, como se sabe, os federalistas deram uma demonstração de força, conseguindo garantir a vitória do candidato dissidente à presidência da República, Rui Barbosa, sobre o Marechal Hermes da Fonseca em três municípios gaúchos – Bagé, São Gabriel e Soledade –, apesar de toda compressão do sistema eleitoral. A conjuntura política de 1922, quando Borges de Medeiros se fragilizou nacionalmente em virtude da chamada *reação republicana*, ofereceu terreno ainda mais fértil para a realização dessa estratégia.

Na condição de projeto perdedor, a identificação das bases programáticas do federalismo nem sempre são evidentes. O Manifesto de 10 de Junho de 1890, cerzido no aristocrático casarão dos Câmara, em Porto Alegre, sublinha que os herdeiros dos liberais do Império pretendiam a reforma da legislação eleitoral dos albores republicanos, de maneira que garantisse a flexibilização do quadro representativo, abrindo espaço para a divergência de opiniões. Por sua vez, o grande líder liberal e federalista Gaspar Silveira Martins não se fazia de rogado ao manter erguida a bandeira do parlamentarismo. A Revolução de 12 de Novembro de 1891 e o governo comandado por Barros Cassal que se seguiu à queda de Júlio de Castilhos podem ser pouco elucidativos das posições assumidas pelos liberais, já que estes se limitaram a apoiar a regime dissidente, tendo, na prática, pouca participação nele.

Do congresso de 31 de março de 1892, que fundou, em Bagé, o Partido Federalista, nasceu um manifesto que nos oferece uma visão mais transparente. Partindo-se da declaração de oposição tanto à Constituição castilhista quanto ao regime cassalista, os congressistas propuseram uma reformulação constitucional que previsse eleições de quatro em quatro anos para a presidência estadual, vetando a possibilidade de reeleição. Além disso, propugnavam, para a Assembleia, eleições distritais, por voto incompleto e renovação bienal pela metade. A iniciativa legislativa pertenceria cumulativamente ao Parlamento e ao Poder Executivo. Os municípios gozariam franca autonomia administrativa e legislativa. Finalmente, a nomeação dos magistrados seria prerrogativa do governo federal, para o caso dos juizes de direito, e das câmaras municipais, para o caso dos juizes distritais.

Ou seja, existia aqui um claro compromisso com o resgate da tripartição formal dos Poderes aluída pelo constitucionalismo castilhista e não menos embaçada pelo cassalismo *governichista*. Os federalistas empenhavam-se no fortalecimento do Legislativo e na descentralização administrativa com valorização do municipalismo. Quanto à Justiça, aceitava-se a estadualização dos tribunais de segunda instância proposta pela Carta Nacional de 1891, mas, estando a primeira

instância praticamente dividida em dois níveis, representados pelos juizes distritais e pelos de direito (ou da comarca), propunha-se que os primeiros fossem eleitos pelas câmaras municipais, ao invés de nomeados pelo governo estadual, e os segundos fossem nomeados pelo governo federal, ao invés de concursados e nomeados pelo governo estadual. Ora, sendo os concursos da época notadamente fraudados, a medida pretendia limitar a influência da política estadual sobre a Magistratura, deslocando-a para o centro federal e para os municípios, que deveriam constituir a fonte do poder republicano, tal qual se pretendia nas reformas ventiladas pelo Gabinete Visconde de Ouro Preto, ascenso em 7 de junho de 1889 e derrubado pela insurreição republicana.

Superada a quadra revolucionária de 1893 a 1895 e descartada a possibilidade de efetivação do projeto federalista, a oposição voltou-se para o combate sem trégua à Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Em linhas gerais, procurava sustentar que, no Rio Grande do Sul, não estavam preservadas as garantias republicanas, na medida em que não havia independência nem tampouco autonomia entre os Poderes. Além disso, o vice-presidente era nomeado pelo presidente. Entre os aspectos mais contestados estava o instituto da reeleição indefinida dos chefes do Executivo estadual e municipais. Fortes denúncias atingiam também a legislação eleitoral, a qual, segundo argumentavam, era uma fonte de violências contra a liberdade de opinião. Finalmente, a tradição discursiva opositora reclamava das intervenções do poder estadual nos municípios, constringendo a autonomia das localidades. Acusações de arbitrariedades e violências tornaram-se comuns.

As campanhas para as eleições estaduais majoritárias em 1907 e em 1922 são igualmente elucidativas das bandeiras ideológicas e programáticas empunhadas pelos federalistas. Os temas de críticas anteriores retornaram com força ao discurso opositor, sendo associados ao repúdio ao Código de Processo Penal de 1898, à política anticontrabando do governo estadual e à política fiscal, que não fora capaz de desonerar convenientemente as exportações, implantara o contestadíssimo imposto territorial rural e não instituíra o imposto de renda. Em 1922, ganha relevo a contestação da política econômica estadual, que estaria privilegiando o capital financeiro e comercial em detrimento da produção agropecuária e industrial. São também alvo de críticas o aumento exagerado do corpo de funcionalismo público, o endividamento progressivo do Estado e o intervencionismo na economia, especialmente no setor de transportes. Reclamase, por fim, a fundação com apoio estatal de um banco de crédito hipotecário que auxiliasse a financiar a produção.

As eleições de 1907 e 1922 permitem ainda captar a falta de unidade do grupo opositor. Em 1907, enquanto o candidato dissidente Fernando Abbott reclamava a aplicação na íntegra das diretrizes constitucionais castilhistas, Assis Brasil propugnava um presidencialismo menos autoritário e os federalistas, tais como Antunes Maciel e Rafael Cabeda, insistiam no parlamentarismo. Nessa ocasião, o federalismo mostrou-se fortemente dividido entre a decisão pragmática

de apoiar o inimigo do inimigo – tal como se dera na gestão *governichista* de 1891 a 1892 – ou manter-se fiel às diretrizes ideológicas originais. Nem todas as correntes federalistas conseguiram apoiar Fernando Abbott, lembrado como sanguinário oponente durante a Revolução Federalista de 1893. Dilema semelhante, embora com menos crise de consciência, foi vivido pelos federalistas em 1922, já que Joaquim Francisco de Assis Brasil, candidato de união das oposições, muito embora esgrimissem críticas acérrimas à Carta Estadual de 1891, era também sabidamente contrário ao parlamentarismo.

Exemplos desse pragmatismo podem ser captados em *Os crimes da ditadura*. Na obra, o furioso algoz de federalistas durante a Revolução na região de Canguçu, zona sul do Estado, Coronel Bernardino Mota, aparece figurado quase como herói na luta contra o guante castilhistas. Eis que, em 1898, Bernardino Mota entrou em confronto com a alta administração partidária, que passou a sentir-se constrangida frente aos excessos cometidos em Canguçu contra, inclusive, próprios membros do Partido Republicano. Em resposta, Mota sufragou publicamente Campos Salles e provocou uma pequena insurreição, terminando por homiziar-se em Bagé e, depois, no Uruguai, sob a proteção do Comandante da Guarnição General Carlos Telles e do Ministério das Relações Exteriores do País.

Da mesma forma, outra explicação não se encontra para o enaltecimento ao governo da dissidência cassalista, publicamente repudiado pelo congresso partidário de Bagé em março de 1891. Sem dúvida, a marca drapejada pelo *O Vandalismo no Rio Grande do Sul*, que atingia não apenas a dissidência, mas também os federalistas, ainda permanecia como ferida aberta. A propósito, *Os crimes da ditadura* constitui-se em raro exemplo de insistência na redenção da imagem do *Governicho*, que entrou irremediavelmente para a memória coletiva como exemplo de administração errática, incompetente e persecutória.

Assim, de 1889 a 1900, o livro pretende denunciar todos os crimes perpetrados por autoridades ligadas ao castilhismo contra eleitores e simpatizantes do federalismo. Naturalmente, não há referência a contravenções cometidas durante o *Governicho*, assim como silencia sobre as atrocidades perpetradas também pelas forças revolucionárias durante a guerra civil.

Avaliados isoladamente, os crimes relacionados pelo texto organizado por Cabeda e Rodolpho Costa constrangeriam o discurso historiográfico ao debate de particularismos. Todavia, é possível identificar recorrências de conjunto, que podem sugerir instigantes questões aos analistas da história e interessados em geral.

Em primeiro lugar, *Os crimes da ditadura* propõe o mesmo registro feito pelo *O Vandalismo* da violência que emanou dos chamados *batalhões de patriotas* nos primórdios da República, que nada mais eram do que grupos de civis exaltados que percorriam a Capital e as cidades do interior perseguindo pessoas e saqueando propriedades de ambos os lados. Ou seja, os dois testemunhos queixam-se dos excessos cometidos pelos *patriotas* da facção oposta. No Rio de Janeiro, o fenômeno ficou conhecido como parte do *jacobinismo*.

Sobre a guerra civil, o texto indica que se constituiu em um bom negócio para setores da população. As forças civis castilhistas eram remuneradas pelos cofres da União. Além disso, saques, confiscos e assaltos eram praticados contra os adversários com impunidade e até estimulados, sugerindo que havia no Estado um forte contingente populacional em disponibilidade social, ou seja, sem trabalho e, talvez, sem residência fixa, que identificou na aventura revolucionária uma chance de ganho pessoal. Esse retrato parece bem característico de uma sociedade pré-capitalista em que o butim constitui uma forma de vida.

Uma radiografia dos crimes listados parece sugerir que muitos conflitos pessoais explodiram com a proclamação da República, que suspendeu a mediação institucional até então vigente e destampou a panela de pressão. A violência que transpirou atingiu todas as camadas sociais: estancieiros, comerciantes, altos dignitários, peões, colonos imigrantes, estrangeiros, mulheres e crianças. A propósito, chama a atenção o bom número de imigrantes italianos entre as vítimas arroladas, sugerindo que a área de colonização constituiu-se em foco de tensão, ao contrário do que costuma supor boa parte de nossa historiografia, que caracteriza a região como um dócil curral eleitoral do castilhismo. A denúncia de empastelamento de um jornal alemão por colonos italianos em Porto Alegre também sinaliza a existência de conflitos étnicos entre imigrantes europeus de distintas nacionalidades.

Dessa forma, a mudança do regime e, mais tarde, a Revolução, serviram de justificativa para resolver disputas pessoais de maneira cruenta. O eloqüente testemunho deste livro comprova que a consolidação da República no Estado se fez acompanhar de um verdadeiro banho de sangue, contradizendo, portanto, vertente muito difundida na historiografia nacional de que as transformações institucionais se operaram no País sem grandes convulsões.

Nem todos os crimes relacionados pela obra parecem ter causas políticas, como logo perceberá o leitor. Entretanto, importa registrar que todos ganharam conotação e desdobramentos políticos em virtude do clima de irritação geral e graças ao quadro de indistinção entre espaço público e privado que encharcava cada recanto da sociedade. Já que todo o indivíduo, por uma questão de sobrevivência, parecia precisar inscrever-se em uma rede de compromissos pessoais e coronelísticos, simples assaltos ou discussões podiam degenerar em assassinatos, sendo ou premiados com a impunidade e até reconhecimento, ou punidos com a vingança.

Essa indistinção entre espaço público e privado não foi uma criação da República. O que a República trouxe, segundo o livro, foi a oportunidade de mobilidade social e de assalto ao poder para muitas pessoas. Não apenas no contexto macroestadual, mas em cada cidade, em cada vila, em cada bairro, em cada rua.

O livro também abre terreno para a possibilidade de uma interpretação sociológica sobre a prática de degola, tão difundida naqueles tempos, como muito bem representa a memória coletiva sul-rio-grandense. Essa prática nada tinha de gratuita ou de indiscriminada, como diversos analistas da época ou contemporâ-

neos nossos nos fizeram acreditar, pintando um quadro de barbárie sem regras. Muito mais do que simples economia de munição para armas de fogo em uma sociedade onde este suprimento custava caro, como sugerem por sua vez alguns, a degola era uma forma de vingança, de humilhação da vítima mesmo depois de morta, que consternava profundamente amigos e familiares. De fato, são recorrentes as referências do livro a vítimas que foram degoladas após serem assassinadas a tiros ou a facadas. Essa suprema forma de humilhação podia ainda ser acompanhada, em casos mais específicos, de um requinte último, que era o corte da genitália das vítimas e a inserção daquelas em suas bocas, punição aplicada especialmente para aqueles indivíduos suspeitos de estupro. Não por acaso, os cadáveres costumavam ser deixados insepultos e à mostra, pois serviam de exemplo, transmitindo o recado da vendeta. Portanto, a degola parecia ter como pré-condição a expressão de uma vingança pessoal que ganhava dimensão no campo da política partidária.

Não é de surpreender, destarte, a continuidade das hostilidades após a assinatura do Pacto de 23 de agosto de 1895. Algumas escaramuças continuaram se acendendo depois da pacificação. Houve dificuldade na desmobilização de muitos corpos provisórios civis, que não teriam aceitado tranqüilamente o fim de um meio de vida. Em seguida, a dissolução progressiva dos corpos teria deixado muita gente sem ocupação e sem remuneração, o que promoveu, segundo os autores, a progressão do banditismo. Por sua vez, a desorganização da produção e a míngua dos recursos da Fazenda Pública, até então artificialmente sustentada pelos cofres da União e do Estado de São Paulo – apresentado na obra como forte aliado do castilhismo durante a guerra civil –, dificultou ainda mais a incorporação de mão-de-obra ao mercado de trabalho.

Mas a denúncia vai além disso, pois a perseguição política teria continuado como promoção das autoridades estaduais mesmo após o término oficial do conflito. Empastelamentos de jornais, incêndios de residências, saques de propriedades, prisões arbitrárias, espancamentos, assassinatos, estupros, torturas... Com efeito, uma política deliberada de perseguição e de extermínio físico da oposição parece ter sido levada a efeito até os últimos anos de século XIX.

Uma das práticas mais surpreendentes registradas com freqüência pela presente obra são os recrutamentos forçados. Castilhos teria procurado submeter muitos ex-combatentes federalistas à férrea disciplina da Brigada Militar, pois, dessa forma, não apenas controlava suas movimentações como ainda aproveitava em seu benefício o conhecimento daqueles indivíduos treinados na arte da guerra. Porém, ainda que tais recrutamentos tivessem por alvo muitos federalistas, não era apenas sobre eles que recaía este fardo, havendo jovens republicanos que se queixavam da arbitrariedade. Nesse sentido, a Brigada Militar desponta como instrumento estratégico para a domesticação da gauchada irredenta, tanto no que se refere ao controle da violência pela força quanto à absorção dos gaúchos por uma disciplina militar capaz de preparar o terreno para a formação do mercado de trabalho desenhado em moldes burgueses.



Dentre as causas insinuadas por Rafael Cabeda e Rodolpho Costa para a violência no Rio Grande do Sul nos primórdios da República está também a reação de comerciantes à política anticontrabando do Governo Júlio de Castilhos, que estaria prejudicando o conjunto do comércio fronteiriço e carreando para as mãos de algumas autoridades estaduais corruptas da fronteira grandes lucros. As causas econômicas da Revolução Federalista e da violenta cisão política no Rio Grande do Sul têm sido sistematicamente desconsideradas pela nossa historiografia. Exceção, nesse sentido, constituem-se a dissertação de mestrado de Duncan Baretta (1985) e a nossa tese de doutorado (AXT, 2001c), ambas identificando na política dirigida à prática do comércio ilícito um poderoso foco de conflito detonado com a proclamação.

Mas o grosso da crítica institucional de *Os crimes da ditadura* foi endereçada para a Justiça. Conforme os autores, os altos índices de criminalidade verificados no Estado sulino encontrariam explicação numa Justiça cara e parcial. São fortes as críticas dirigidas ao Código de Organização Judiciária de 1895 e ao Código de Processo Penal de 1898, que teriam transformado a instituição do júri numa lei de exceção e que conseguiriam até mesmo iludir a doutrina do *habeas corpus*, amplamente garantido pela Constituição Federal. Juízes e promotores são com frequência apresentados como instrumentos políticos do governo e do partido dominante. Os profissionais do direito que tentavam cumprir suas obrigações com isenção acabariam fracassando em algum ponto do processo. São inúmeras, por exemplo, as violências, regadas a tiros e espancamentos, descritas em sessões do júri e que terminariam por permanecer impunes. O Ministério Público da época, por sua vez, é representado ainda como um instrumento de fiscalização e de pressão do governo estadual sobre as autoridades administrativas municipais, como, aliás, já tivemos a ocasião de concluir em outro texto (AXT, 2001a).

Essas críticas foram retomadas com vigor no início da década de 20 por Wenceslau Escobar, Baptista Pereira e Assis Brasil. Infelizmente, passaram ao largo da nossa historiografia contemporânea, que oscilou do silêncio sobre a Justiça à admissão de que havia autonomia para o Poder Judiciário no período castilhistaborgista. Pesquisas recentes promovidas ao abrigo do Projeto Memória do Ministério Público e do Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul (AXT, 2001, 2001a, 2001b; MERG, 2002; SANSEVERINO, 2002; VARGAS, 2002) têm comprovado a veracidade das acusações sustentadas pelos federalistas e oposicionistas gaúchos.

O Exército também figura nesta obra, sendo representado de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que são elogiados alguns oficiais, como Carlos Telles e Galvão de Queiroz, outros são alvos de acérrimas críticas, tais como o Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira, o Governador Cândido Costa e o General Cláudio do Amaral Savaget. Os critérios residiam na avaliação do grau de apoio de uns e outros ao castilhismo ou de simpatia à causa federalista. Além disso, o Exército, bem como a Maçonaria, são lembrados em mais de uma passagem, especialmente após a Revolução, como refúgios para alguns federalistas perse-

guidos. O depoimento, se verdadeiro, questiona a tese de que Castilhos controlava integralmente as ações do Exército no sul.

A obra aparece marcada ainda por outras peculiaridades. Trata-se de uma das raras publicações que admite a pretensão de Júlio de Castilhos à presidência de República em 1897. O tema, muito embora tenha aparecido em discursos políticos e na imprensa da época, foi convenientemente esquecido pela memória oficial, pois em nada se lucraria com rememorar uma derrota do "Patriarcha da República Rio-Grandense", o grande guia espiritual dos gaúchos. Desta feita, o projeto castilhista terminou sendo sistematicamente descrito pela nossa historiografia como isolacionista, ao invés de um expansionismo fracassado.

A propósito, os autores não se furtam de comentar as veleidades separatistas da classe política sul-rio-grandense. Argumentam, entretanto, que o separatismo não passava de uma estratégia do discurso castilhista para *assustar* o governo federal, carecendo de sólidos compromissos na prática.

Outro aspecto curioso abordado pelo livro diz respeito à ebulição de dissidências no coração do castilhismo em alguns municípios do interior após o término da Revolução Federalista. O relato chama a atenção para a dificuldade do autoritarismo de Estado em impor um modelo de total submissão, mesmo no interior da sua própria grei partidária. A brutalidade que reveste os acontecimentos desdobrados de algumas destas cisões intestinas sinaliza para a fragilidade da tese que propala largamente a disciplina partidária do republicanismo gaúcho, que aparentemente não passa de mais uma eficaz construção simbólica do discurso oficial, mais tarde incorporada acriticamente por setores da nossa historiografia e usada pela nossa classe política ao longo dos anos para justificar uma pretensa diferenciação da prática política sul-rio-grandense em relação ao restante do País. Diante disso, fica a indagação: Até que ponto somos tão peculiares assim ou esse não passou de mais um instrumento de dominação das nossas elites?

Além da ausência de garantias individuais e de garantias à propriedade, da falência das instituições em tese comprometidas com a mediação do conflito, tais como a Justiça e o Parlamento, e da disseminação da violência de Estado, a ditadura no Rio Grande do Sul pode ser caracterizada também pela ausência de liberdade de expressão e de informação. É vasta a relação de atentados cometidos contra jornalistas e órgãos de imprensa no período. O problema teria, inclusive, motivado o surgimento de uma associação de profissionais da imprensa, que teve, entretanto, vida efêmera. Os autores do livro insistem que os meios de formação de opinião foram majoritariamente aparelhados pela facção política dominante.

Apesar de toda a compressão, alguns jornalistas persistiam em enfrentar a perseguição, embora muitos tivessem de fato morrido ou emigrado. Como dificilmente os federalistas seriam incorporados à cidadania acalentada por Castilhos, os veículos de imprensa não deixavam de representar uma garantia contra novas arbitrariedades cometidas contra as pessoas e as propriedades.

Finalmente, a região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina aparece em diversos momentos como um espaço facilitador da mobilidade federalista, já que para muitos perseguidos a evasão era o melhor meio de permanecerem vivos.

Enfim, se lermos *Os crimes da ditadura* referenciados pela memória oficial, magistralmente encarnada, por exemplo, no Monumento a Júlio de Castilhos, situado no coração da Praça da Matriz (Marechal Deodoro), em Porto Alegre, veremos aqui a história contada pelo ângulo da oposição, que, naquele espaço público de memória, aparece representada na figura do dragão, cuja carranca se dirige a Júlio de Castilhos, placidamente sentado ao trono, segurando a Constituição entre as mãos. Na face leste do monumento, uma alegoria da Prudência segura outra alegoria da Confiança, cega no futuro, com uma mão, enquanto que com a outra aponta para o dragão, que parece tentar escalar o pedestal no sentido do trono de Castilhos, lembrando a ameaça sempre presente da oposição ao regime e à Constituição de 1891. Portanto, *Os crimes da ditadura* nos oferece uma rara oportunidade de conhecermos a história contada pelo dragão.

De um modo geral, três são as lições que este livro pode transmitir aos homens e mulheres do presente.

Em primeiro lugar, ele nos faz pensar sobre as fórmulas de construção da memória coletiva de um povo e sobre a eficácia com que versões parciais da realidade são esquecidas enquanto outras são consolidadas hegemonicamente. O reconhecimento do viés conservador, autoritário, persecutório e parcial dos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros começou há muito pouco tempo. Basta lembrar que boa parte da nossa historiografia acadêmica contemporânea não se constrangeu em fazer elogios à capacidade empreendedora dessas lideranças e ao seu alto nível político-ideológico. Um sintoma da manifestação dessa memória coletiva pode ser localizado, por exemplo, na homenagem a Júlio de Castilhos no amplo vestibulo que dá acesso ao plenário da Assembléia Legislativa do Estado, o que não deixa de ser uma contradição ideológica, já que ninguém mais do que ele empenhou-se na submissão do parlamento e no esvaziamento de suas atribuições. A presente edição, portanto, por resgatar uma versão esquecida da história, pode estar sinalizando que a sociedade gaúcha começa a investir na desconstrução de mitos do autoritarismo, deslocando-se no sentido de assumir a democracia como valor político inquestionável.

Em segundo lugar, este livro projeta-se como um testemunho candente dos prejuízos que a disseminação da intransigência pode trazer ao campo da política e, conseqüentemente, para toda a sociedade. Nesse sentido, devemos todos nos colocar em posição de alerta para garantir que as instituições democráticas não apenas sejam preservadas como sejam também constantemente aprimoradas, de forma a permitir a mediação da diversidade de opiniões. Igualmente, a liberdade de imprensa e de opinião aparece-nos como um bem inestimável, cuja compressão vem aliada à erosão das instituições democráticas.

Por fim, *Os crimes da ditadura* nos indicam que a violência, tão preocupante

nos dias atuais, não é um fenômeno recente no País, podendo ter, entre suas causas, entranhadas raízes culturais. As páginas que se seguem são ricas em testemunhar que a falta de distinção objetiva entre o espaço público e o espaço privado, característica estrutural presente na sociedade brasileira desde os tempos coloniais, compromete o exercício da cidadania, enfraquecendo garantias individuais e coletivas. Quando esta indistinção é exacerbada, quando os instrumentos de mediação dos conflitos são inteiramente aparelhados por um único segmento social, ou facção política, e utilizados em seu benefício exclusivo, não se conformando os setores prejudicados com a submissão aos esquemas de exploração, então a violência que já é intrínseca a um sistema em que a cidadania é frágil pode explodir de forma incontrolável.

Não deixa de ser uma feliz coincidência que o livro *Os crimes da ditadura* ressurja para a cultura gaúcha sob os auspícios do Ministério Público, instituição que mais cresceu e se modificou nas últimas décadas no País e que, hoje, tem a atribuição de proceder à acusação penal pública ao mesmo tempo em que se constitui em verdadeiro guardião da cidadania, ocupando, talvez, vácuos deixados por instituições representativas que, justamente por estarem ainda parcialmente manietadas pela indistinção entre espaço público e privado, não foram plenamente eficazes em fortalecer os canais de exercício da cidadania.

Gunter Axt

Porto Alegre, março de 2002.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AXT, Gunter. O Estado Providência monárquico e castilhistas. *Revista Logos*, Ulbra, Canoas, v.11, n.1, maio 1999, p. 57-64
- \_\_\_\_\_. O Poder Judiciário na sociedade coronelista gaúcha (1889-1930). *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, nº 82, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica*. Porto Alegre : Procuradoria-Geral de Justiça/Projeto Memória/Corag, 2001a.
- \_\_\_\_\_. "Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista". *Revista Justiça & História*, Porto Alegre : Centro de Memória do Judiciário, Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, v. 1, nº 1 e 2, 2001b.
- \_\_\_\_\_. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)*. São Paulo : USP, 2001c. Tese de Doutorado.
- BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Ditadura, Parlamentarismo e Democracia*. Porto Alegre : Globo, 1908.
- BARETTA, Sívio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, Pittsburgh, 1985.
- CABEDA, Coralio Bragança Pardo. Desafiando Castilhos e Borges de Medeiros: o caso Bernardino Mota. Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em 30 de novembro de 2000, manuscrita.
- DÉCADA REPUBLICANA. Brasília, UNB, 2 vols., 1899 1ª ed., 1986 2ª ed.
- ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de Ditadura Rio-grandense*. Rio de Janeiro : s/ ed., 1922.
- FRANCO, Sérgio da Costa. A resistência liberal. *Zero Hora*, Porto Alegre, 26 de novembro de 2000, p. 20.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Os Subversivos da República*. SP, Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A Década Republicana: um libelo político sobre o Estado Nacional*. Atlanta : BRASA VI International Congress, 2002.
- MERG, Camila Ventura. Coronelismo e justiça em Santa Maria. Porto Alegre : *Revista da Ajuris*, 2002, no prelo.
- MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)*. Porto Alegre : s/ed, 1939.

- MOURA, Euclides. *O vandalismo no Rio Grande do Sul*. Pelotas : Universal, 1892.
- PEREIRA, Baptista. *Pela redenção do Rio Grande. Conferências feitas no Rio de Janeiro, em Ouro Preto, Belo Horizonte, Santos e São Paulo, de 27 de abril a 10 de julho de 1923*. São Paulo : Livraria Acadêmica Saraiva, 1923.
- PRADO, Eduardo (Frederico de S.). *Fastos da Ditadura Militar no Brazil*. Pelotas, Livraria Americana, 1891 (4ª ed.).
- SANSEVERINO, Patrícia. *Autonomia funcional e defesa da cidadania: o exemplo de um promotor público no Império*. Porto Alegre : Projeto Memória do Ministério Público, Programa de Pesquisas e Publicações, 2002, dat.
- VARGAS, Jonas Moreira. *Coronelismo e relações de poder em São Gabriel*. Porto Alegre: 2002, dat.

## AO LEITOR

Delineado o plano a que devia obedecer o presente trabalho, como primeiro passo para sua execução distribuímos em todo o Estado, profusamente, uma circular impressa solicitando concurso da elite rio-grandense de modo a nos firmarmos no testemunho de fatos incontestáveis e de pessoas dignas de toda a fé no intuito de dar a estas efemérides, como conseguimos o cunho de originalidades, de verdades palpáveis, sem sombra a contestações.

Eis, na íntegra, a referida circular:

"Rivera, 20 de fevereiro de 1901 – Correligionário e amigo, Convindo à causa que defendemos divulgar, tanto quanto nos seja possível, em todo o Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, os crimes hediondos praticados na nossa terra natal pela implacável tirania exercida pelo Sr. Júlio de Castilhos, a empresa de *O Maragato* chamou a si a árdua e difícil tarefa de reunir em folhetos todas as monstruosidades que tem cometido a ditadura e seus agentes, a fim de espalhá-los convenientemente em toda a República.

Para esse fim, torna-se necessário que os bons federalistas, dos diferentes municípios do Rio Grande, concorram com as informações e esclarecimentos que puderem, dando-se ao trabalho, penoso é certo, mas absolutamente necessário, de fazer uma recapitulação dos crimes praticados em cada município desde a Proclamação da República até a presente data, inclusive no período da gloriosa revolução que sustentamos contra o despotismo.

Dessa relação deve constar a data em que se praticou o crime, o dia, mês e ano, o local do fato, o nome da vítima ou vítimas, o autor ou autores, e, se for possível, a posição social, se tinha família ou não, devendo não esquecer declinar quando a autoria ou responsabilidade couber a autoridades da situação.

Esse arrolamento deve estar em poder da empresa de *O Maragato* até 9 de junho vindouro, no máximo, se antes não vos for possível, esperando nós que de bom grado vos prestareis a recolher de pessoas idôneas as necessárias informações, a fim de que possamos apresentar ao Rio Grande e ao Brasil um trabalho tão perfeito quanto nos seja possível.

A tarefa é árdua, bem o sabemos, mas deveis convir em que é absolutamente necessária, por isso ficamos na convicção de que não recusareis prestar à nossa gloriosa causa mais este relevante serviço, pois que se trata de um fim comum, animando-nos o propósito de desprestigiar cada vez mais uma situação intolerável como é essa que há longos anos infelicitou o heróico e altivo Rio Grande do Sul.

Esperando da vossa dedicação partidária mais este serviço à nossa causa e confiantes de que tomareis na devida conta o pedido que vos fazem os correligionários e amigos – Rafael Cabeda, diretor; Rodolpho Costa, redator."

Os nossos patrícios, com o civismo e a altivez peculiares aos filhos da terra gaúcha, corresponderam de modo digno a esse apelo patriótico.

De todos os pontos do Rio Grande do Sul, dirigiram para o nosso gabinete de trabalho uma formidável corrente de informações. Foi um verdadeiro dilúvio.

Sinceramente, foram tantas e de naturezas tão diversas as notícias de arbitrariedades, assaltos, saques, forcas, degolamentos e demais crimes de toda a espécie, que nos sentimos consternados devido às circunstâncias descritas mas também

agradecidos pelo civismo com que os patrícios atenderam ao nosso apelo.

Publicar todas essas informações, aproveitar todos esses fatos, seria preciso escrever dezenas e dezenas de grossos volumes, o que, além de desnecessário, excedia ao plano que nós havíamos traçado.

Deliberamos, então, tomar indistintamente fatos contidos nessas informações. Mas se o fato destacado a esmo não estava descrito com precisão quanto a data, o lugar (município ou distrito) e quanto aos nomes dos algozes e das vítimas ficava prejudicado, passávamos a tomar um outro, ao acaso.

Algumas dessas informações vieram em forma de narrativas tão bem descritas e com tanto sentimento e ardor, que não nos animamos a inutilizá-las para aproveitar só os fatos que deviam ser distribuídos nas "Efemérides", segundo a ordem cronológica. Julgamos mais acertado dar essas informações no fim, guardando religiosa fidelidade aos originais, sob a epígrafe "Memórias".

Devido a esse escrúpulo, talvez demasiado mas que deve presidir a todos os trabalhos desta natureza, resolvemos deixar de parte, embora com pesar, inúmeros e importantíssimos fatos.

Em conseqüência já desse critério, que presidiu todo o nosso trabalho, já do elevado ponto de vista em que nos colocamos, a verdade que ressalta do exposto não escapará por certo à inteligência do leitor, malgrado o limitadíssimo espaço a que fomos obrigados a nos restringir em obediência ao plano de antemão traçado e que, por um conjunto de circunstâncias que não vêm ao caso enumerar, não pôde ser mais amplo.

Isto posto, não causará estranheza que nos quatro primeiros anos da República tivéssemos nos limitado, de preferência, a registrar fatos que na sua maioria mais se prendem à moral política, que mesmo à negra estatística de crimes dos celerados que só são postos em evidência nos anos posteriores.

Ainda assim, ao chegarmos no fim do primeiro semestre de 1896, botamos as mãos na cabeça, ficamos assustados da nossa própria obra e recuamos.

Fácil foi reconhecermos a necessidade de resumirmos ainda mais o trabalho iniciado, começando por abandonar, já no segundo semestre, um riquíssimo acervo de informações e fatos, em número suficiente para um volume cinco vezes maior que este, hoje dado à luz da publicidade.

Recuamos, mas, para não perdermos o trabalho já feito, o deixamos intacto, tratando de resumi-lo, dali por diante, o mais possível.

Por isso, o primeiro semestre de 1896 ocupa um espaço maior que o segundo, adicionado aos dois semestres do ano de 1897.

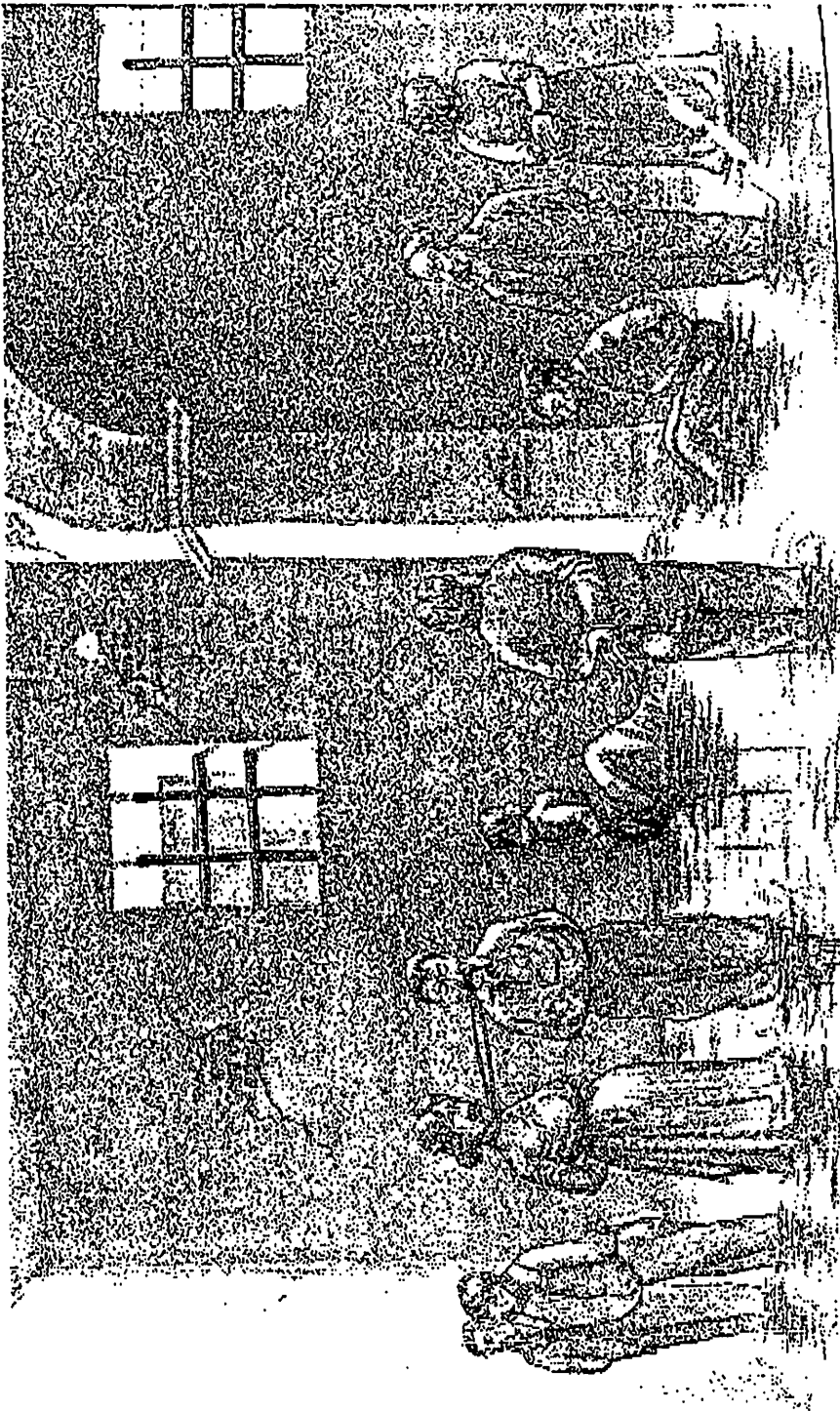
Como uma confirmação mais do que afirmamos nesta ligeira exposição, que muito auxiliará o leitor na apreciação deste nosso trabalho e dos objetivos que temos em vista ao publicá-lo, basta acentuar que abandonamos por completo todos os fatos relativos a períodos inteiros.

Para prova, chamamos a atenção do leitor para o ano de 1897, no primeiro semestre, que, por mais que procurássemos resumir, apresentamos uma longa série de fatos criminosos, ocorridos em todos os pontos do Estado; no segundo, quase que nos limitamos a transcrever o *Quadro Negro*, publicado pelo *O Canabarro*, isto é, nos contentamos em registrar fatos ocorridos em uma só localidade!

Que trabalho insano se não recuássemos a tempo!

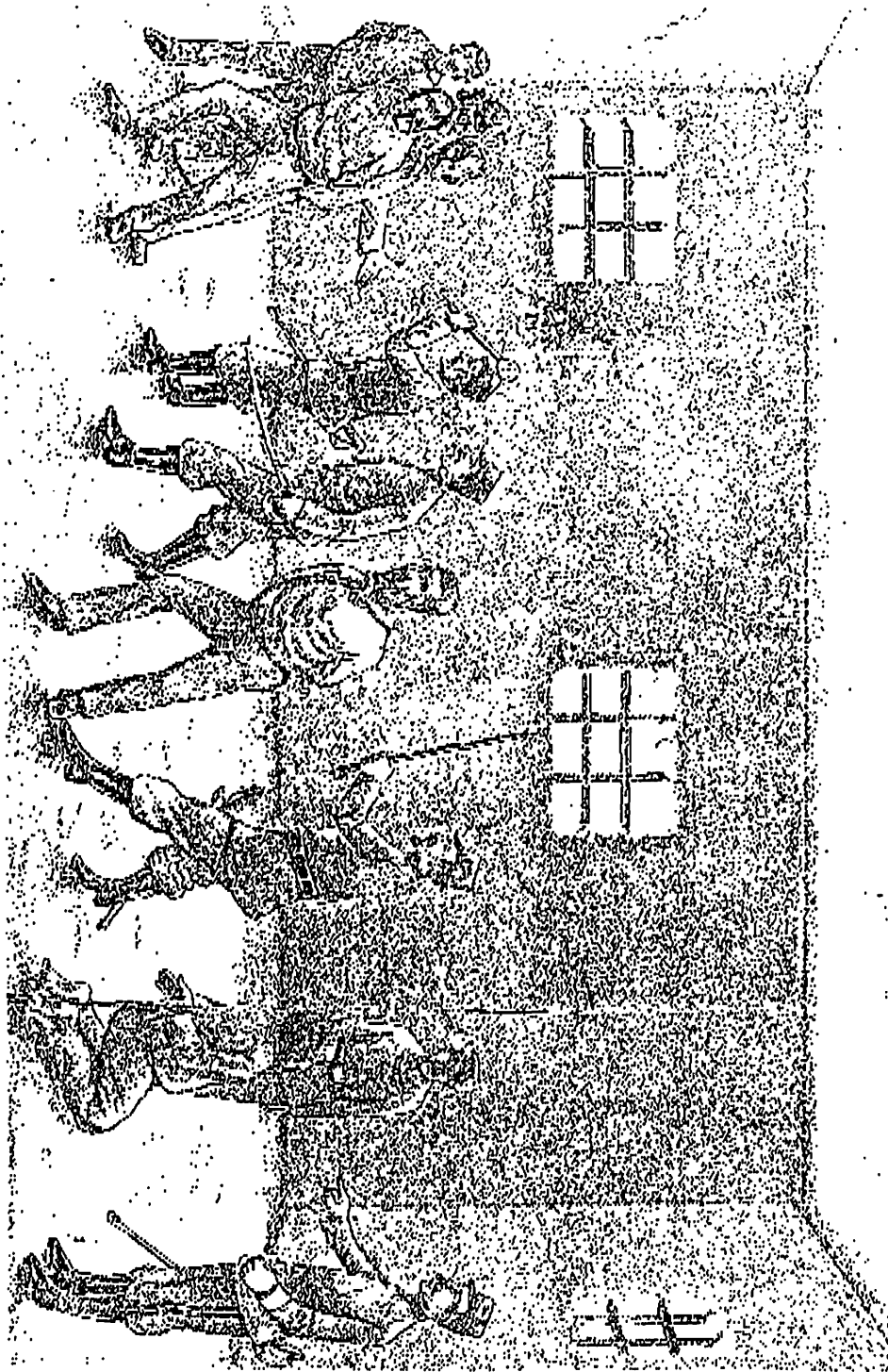
Ainda assim, ao chegarmos no fim do ano de 1899, fomos obrigados a dar o nosso trabalho por concluído, para não excedermos o plano, evitando que o presente folheto tomasse as proporções de um grosso volume.





No interior das celas  
Confessionário da ditadura positivista  
(diferentes meios que a ditadura emprega para arrancar confissões falsas contra os seus adversários)

Suplício da Palmatória e da Vara



Ficaram de parte, devido a essa circunstância, todos os fatos relativos aos anos de 1900 e 1901, ricos na estatística do crime, que segue numa progressão crescente em todo o Estado. Basta recordar que foram nesses dois anos que se sucederam, sem intermitências, fatos desta ordem:

O assassinato do laborioso e honrado italiano Luiz Longo em pleno dia e no lugar mais concorrido da cidade de Rio Grande, praticado por Trajano Lopes, Subintendente;

Os assaltos à mão armada que se deram na mesma cidade, tendo à frente as autoridades, a estabelecimentos de associações anônimas de instrução, de caridade e de diversões públicas, a que não pertenciam, para se apossarem, por essa forma violenta e anárquica, da administração dessas associações e de capitais e rendimentos, que fizeram desaparecer como por encanto, logo nos primeiros meses, sem o menor escrúpulo e sem responsabilidade alguma, como atestam os fatos ocorridos ali com a Biblioteca Rio-Grandense e a Santa Casa de Misericórdia, sendo que os rendimentos desta desde então se tornaram insuficientes para acudir(?) as necessidades desse pio estabelecimento; e 60 contos que da Biblioteca, em dinheiro, desapareceram no fim de dois ou três meses de administração dos vis assaltantes!;

As torturas inquisitoriais, com que na cadeia da mesma cidade as autoridades costumam martirizar as vítimas dos seus ódios pessoais ou políticos;

Deportações sem a menor formalidade e sem causa justificada;

As tentativas de assassinato contra o General Hyppolito Ribeiro, que delas escapou-se devido unicamente à sua coragem e intrepidez;

O bárbaro assassinato do destemido e prestigioso chefe federalista Carlos Libindo de Menezes;

O assassinato, em Camaquã, de Francisco José Centeno, membro de uma das mais antigas e importantes famílias do Estado, bárbara e traiçoeiramente apunhalado por um tal Sant'Anna, capanga do Intendente de Camaquã, o famigerado Christovam de Andrade, que se opôs a que o delegado prendesse o criminoso, dizendo: "Não se prende um republicano por matar um maragato", que seguro por detrás em ambos os braços por um português de nome Bastos, sem poder se defender, recebeu imóvel, em pleno peito, 20 punhaladas;

A tentativa e ameaça do Intendente de S. Lourenço, Sr. Crespo, parente de Centeno, de invadir o município de Camaquã à frente de gente armada para esse fim reunida, para lá ir prender Sant'Anna, deliberação esta que foi comunicada a Christovam que, atemorizado ante essa ameaça, consentiu afinal na prisão do assassino, mandando que este se entregasse, porque (prometeu-lhe Christovam) "garanto a tua absolvição, custe o que custar, pois não é crime matar maragatos";

O assassinato de José Januário Correa – mais conhecido por José do Padre, Juiz Distrital de Santa Isabel – e do Major Manoel Thomaz Farinha, cidadão octogenário, respeitável e muito estimado, e que ali se achava de passeio, veraneando, em companhia de um seu parente, Capitão do Exército Pedro Lourival, castilhistas: José do Padre conversava com o Major Farinha, à noite, sentado à porta da rua, quando dois policiais deram-lhe diversos tiros, quase à queima-roupa, matando-o, por ordem, já de antemão conhecida, do Subintendente de Arroio Grande, 2º Distrito de Santa Isabel, Alexandre Baptista, o mesmo bandido que mandou dois policiais assassinar o prestigioso chefe federalista ali residente, Coronel Carolino Amaral intervenção de Pedro Lourival, das influências castilhistas de Ar-

roio Grande e pelo clamor da população de Santa Isabel e dos protestos (?) de partidos, Baptista foi exonerado do cargo de Subintendente, nada sofreu por tão bárbaro crime; mas, em compensação, decorridos alguns meses, foi reintegrado no cargo, no exercício de cujas funções se acha atualmente;

E o vil, infame e bárbaro assassinato do nosso malogrado correigionário Joaquim Manoel da Silva, inutilizado no serviço da liberdade, cujo crime hediondo e repugnante, praticado à luz meridiana, ficou na mais completa impunidade, sendo seu autor – o famoso Antoninho Mendes – ultimamente galardoado com os galões de Tenente-Coronel da Guarda Nacional;

Estes e muitos outros fatos criminosos provam, por sua gravidade, as circunstâncias hediondas que os revestem, o quanto esses dois últimos anos, 1900 e 1901, são férteis no crime, mais do que qualquer dos anteriores.

Entretanto, nada disso consta das “Efemérides”.

Onde iríamos parar se déssemos a todo este trabalho o mesmo desenvolvimento que descuidosamente lhe imprimimos nos primeiros anos até o primeiro semestre de 1896?

Tomaria, evidentemente, proporções descomunais, se não procedêssemos com extraordinário desprendimento nos anos seguintes, em que desprezamos e deixamos de parte uma incalculável soma de fatos e de informações valiosas, como pode o leitor apreciar, verificando o segundo semestre dos referidos anos de 1896 e 1897 que, relativamente, em nada concorreram para *Os crimes da ditadura* comparados com o primeiro semestre dos mesmos anos.

Para melhor salientar o quanto fomos omissos na organização desta compilação de crimes nos quais se resumem – a liberdade e as garantias (?) da ditadura positivista, e que exprimem com *fulgor* toda – a glória e sabedoria do Sr. Júlio de Castilhos, somos obrigados a deixar aqui consignado que registramos *um só* dos inúmeros crimes cometidos pelas autoridades estaduais com pretexto de reprimirem o contrabando e em virtude desse célebre convênio que, além de ter se tornado oneroso aos cofres da União, pôs o Rio Grande do Sul em apertado sítio e cerceou por completo a liberdade de comércio\*. E mais ainda, não mencio-

---

\* Haja vista os processos instaurados a A. Mercader & Cia., de Jaguarão; Arthur Vasconcellos, de Uruguaiana; a Santos & Irmão, do Quarai; a João Perez & Cia., do Rosário; todos resolvidos em favor das vítimas da prepotência do energúmeno inspetor Fontoura: faltava, porém, (?) importante processo, o da conceituada firma de Irindo e Cia. que à luz meridiana e em plena cidade e que afinal (?) instancia a favor das nobres vítimas do mais escandaloso esbulho de que há memória nos anais do fisco fronteiriço.

O governo da União terá de agüentar com as fabulosas indenizações que serão reclamadas pelos prejudicados, e cujas somas, reunidas ao grande dispêndio feito em mais de dois anos com o corpo aduaneiro, formarão uma sangria de milhões de contos de réis gastos inutilmente, numa época em que tudo se tributa sob o pretexto de que se faz mister atender aos nossos apertos financeiros.

Para chegar a este resultado ruinoso, não precisava o governo da União entregar a *repressão do contrabando* ao castilhismo; e a prova está que no fim de dois anos de fiscalização castilhista, em vez da União registrar benefícios, tem apenas a reparar todos os absurdos praticados pela ditadura rio-grandense e que só redundam em novos e bem dispensáveis sacrifícios ao Tesouro Nacional.

Para que o leitor possa formar uma idéia dos crimes praticados em nome desse desastrado e ruinoso convênio, apresentamos, de preferência, em nota, no fim, o testemunho imparcial de um órgão da imprensa estrangeira, que não diverge de opiniões sobre as desgraças que nos assoberbam.

namos *um só* dos inúmeros e escandalosos fatos de desapropriação feita por ordem do ditador para acudir as despesas do seu numeroso Exército, que só serve para onerar o comércio, as indústrias e o povo com pesadíssimos tributos; e a exemplo do governo estadual, feita também por intendentes com violação, em ambos os casos, evidente, arbitrária, verdadeiramente absurda, do direito de propriedade, e que deixou esta abalada em todo o Estado.

Arrancar a propriedade garantida por mais de quarenta ou cinquenta anos de posse jamais contestada, declarando sem nenhum efeito jurídico velhos títulos sob fúteis pretextos, quando os mesmos foram lavrados de acordo com as leis em vigor há meio século passado e os seus possuidores pagaram à Fazenda Nacional todos os direitos e emolumentos então exigidos; deixar assim, do dia para a noite, famílias rio-grandenses, nobres e numerosas, e famílias inteiras de colonos aqui domiciliadas há cinquenta anos, sem um teto, sem um abrigo, sem o produto do seu trabalho, após meio século de incessante labor, para, por meio dessas desgraças, sustentar o fausto de seu governo, ter o que dar de comer aos seus *abnegados* partidários, não faltar com o soldo ao seu numeroso e inútil Exército, é simplesmente cruel, não tem qualificativo, é infâmia demais, e que não incluímos no presente arrolamento.

Daf, o nosso objetivo não era registrar fato por fato, crime por crime, mas unicamente apresentar deles uma pequena coleção, fácil de ser manuseada, e por meio da qual todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros, de sul a norte da Federação Brasileira, ficassem habilitados a julgar com precisão o que se passa no Estado meridional e o que tem sido a República no extremo sul do Brasil.

Por outro lado, julgamos preferível abandonar grande número de fatos criminosos praticados pelo poder ditatorial e seus agentes para dar espaço ao registro de documentos e testemunhos valiosos que, por sua insuspeição e autoridade incontestáveis, confirmassem de modo pleno os nossos intuítos, as conclusões que o leitor deve tirar da leitura das "Efemérides" e o juízo definitivo que já começou a formar-se em torno da tirania no sul implantada pela ditadura do Sr. J. de Castilhos.

Só o futuro poderá dizer se logramos alcançar o nosso objetivo.

Exposto, em síntese, o plano seguido na organização deste trabalho — *Os crimes da ditadura* —, cumpre-nos o dever sagrado de acentuar, ainda, um outro ponto que julgamos essencial.

A criminalidade no Rio Grande do Sul, maior que em toda a União, provém exclusivamente do regime ditatorial e da instituição do júri, que, no Estado rio-grandense, foi transformada em uma lei de exceção, que ilude até a concessão do direito de *habeas corpus* garantido pela Constituição Federal.

Como o leitor verificará, pelo presente folheto, as autoridades são as que mais roubam, matam e degolam, ostensivamente, sem que se tenha para quem apelar, porque elas recebem ordens para assim procederem, do que é prova inconcussa o desembaraço, o cinismo e a impunidade com que exercem a profissão do crime.

Nessas condições, numa época em que o cidadão não tem a menor garantia, e a sociedade acha-se entregue ao arbítrio, quem se anima a condenar, a voto descoberto, os que não sendo autoridade seguem os exemplos desta, praticando crimes, alguns hediondos, de verdadeiros canibais, e que na maioria dos casos

sabem ser isso do inteiro agrado dos mandões da época?

Ninguém por certo.

Resulta daí a impunidade geral, o direito que no Estado natal é livremente exercido contra os adversários do governo, sem o menor embaraço por parte do Poder Judiciário, de matar e roubar, à vontade, em nome da República.

Quando os crimes são de tal natureza e gravidade que revoltam a sociedade inteira, e que esta, numa reação digna, patriótica e humanitária, tenta punir os criminosos por meio de seus juizes, surgem as autoridades e os partidários da situação com ameaças de toda a natureza e com ostentação de força armada, até consumir-se a pressão sobre os tribunais, obrigando-os a dar absolvição plena aos criminosos.

Há um outro caso, inverso desse: se os mandões escolhem para vítima um cidadão estimado, inocente e honrado, se lhe imputam graves crimes em processo preparado em segredo de justiça, confiscam ou seqüestram os seus bens, deixando a prole da vítima na indigência, e a sociedade indignada se revolta, e num supremo esforço tenta arrancar a vítima das mãos dos seus algozes, a mesma pressão é desenvolvida contra os jurados, que chegam a ser ameaçados de morte em pleno Tribunal, até formarem conselhos de sentença compostos exclusivamente de juizes capazes de irem ali trair a consciência, condenando a vítima para não caírem no desagrado das autoridades e dessa justiça criminosa, inquisitorial, receosos de se tornarem alvo de atrocidades maiores do que essas que eles afinal ajudam a consumir.

Quando de todo não conseguem esse resultado, malogradas as ameaças e torpezas de toda a espécie, resta-lhes ainda o terrível recurso do promotor, aclamado e reconhecido órgão político e não órgão da justiça pública, apelar indefinidamente de todas as sentenças de absolvição para o Supremo Tribunal do Estado, que nunca confirma a absolvição, manda sempre a novo julgamento, salvo nos casos, raríssimos, em que o condenado é partidário da ditadura.

De modo que o cidadão, embora inocente e sempre absolvido, é conservado preso, como se condenado fosse, anos e anos na cadeia.

Irineu de Freitas Guimarães, absolvido unanimemente três vezes, não há muito foi mandado submeter a QUARTO julgamento; e, por meio dessa criminosa força que por aí representam no Estado rio-grandense com o nome de *justiça pública*, o conservam preso há mais de cinco anos!

O contrário dá-se se o criminoso é partidário do ditador: absolvido, devido à pressão de morte exercida sobre os tribunais, é imediatamente posto em liberdade, e, se para coonestarem o escândalo, o promotor apela da sentença para o Supremo Tribunal, este, sem tardança, confirma a sentença e manda soltar o criminoso, do que temos ainda recentes exemplos, que por bem entendidos escrúpulos deixamos de enumerar.

Por outro lado, sem essas formalidades, ao reassumir o governo do Estado e durante a guerra civil, o ditador mandou soltar os criminosos, e esvaziar as cadeias, a começar pela da Capital, para enchê-las com os homens de bem, como criteriosamente disse o bravo General Carlos Telles, a transformar os calcetas<sup>1</sup> em *voluntários defensores* da ditadura!!

Numerosos exemplos de fatos dessa ordem encontrará o leitor no presente

---

<sup>1</sup> Calcetas: indivíduo condenado a trabalhos forçados.

folheto e nos que a este se seguirem, principalmente naquele em que nos ocuparmos somente do Poder Judiciário da ditadura.

A Justiça no Rio Grande do Sul, portanto, consiste em um aparato dispendioso, desnecessário e altamente criminoso, que tanto tem de inútil como de nocivo.

Para que essa decepada instituição do Júri, para que tribunais, se tudo se resume na vontade arbitrária, anárquica, violenta e criminosa dos senhores da situação?

Para quê? se essa vontade, como todos sabem e está provado, é ainda um pálido reflexo da vontade absoluta do ditador!

Daí, os horrores da época:

Não se vá, pois, procurar na índole, nos hábitos e nos costumes do povo rio-grandense, a origem e a explicação desses crimes, que na terra gaúcha se reproduzem e se multiplicam de uma maneira prodigiosa e aterradora.

Seria um erro e ao mesmo tempo uma injustiça clamorosa contra a qual protestam as suas heróicas e cavalheirescas tradições e as páginas mais brilhantes da *história da Pátria*.

Do exposto, ressalta, finalmente, uma outra verdade, que não teme contestação e a qual passamos a registrar, em termos bem claros, com ela fechando a presente exposição.

Devido à falta absoluta de liberdade de imprensa e de garantias individuais e sociais, falta que *infibra (sic)* o regime da força, aparelha as tiranias e sempre distinguiu o governo dos déspotas, a imprensa não denunciou, como ora ainda sucede, nem dez por cento dos crimes praticados pelas autoridades durante a década republicana; e os que nos damos ao trabalho de colecionar neste opúsculo não correspondem sequer a dois por cento dos que a imprensa se animou a registrar!!

Sob uma paz varsoviana e um regime dito *republicano e regenerador*, transformaram o glorioso Estado rio-grandense em uma verdadeira Calábria!! <sup>2</sup>

Contra fatos não há argumentos.

Seguem-se as provas.

## 1889

**16 de novembro** – Recebe-se notícia telegráfica de haver sido preso no Desterro, Capital de Santa Catarina, por ordem do governo provisório da República, o Dr. Gaspar Silveira Martins, que foi deportado por decreto do mesmo governo de 20 de setembro, partindo para Hamburgo, a bordo do vapor alemão *Lissabon*, a 22 daquele mês.

A deportação de Gaspar Martins marca o início dos *crimes do castilhismo*, seita que se instituiu no Rio Grande do Sul desde que se deu a dissidência no seio dos propagandistas da República, formando-se dois grupos – o do governo, chefiado por Júlio de Castilhos, e o da oposição, dirigido por Demétrio Ribeiro.

Observemos a causa da deportação, remontando-nos à época em que a República nada mais era que a aspiração de pequenos núcleos de convictos.

Vejamos os números da *Federação*, de 1884, ano da sua fundação, a novembro de 1889 – o advento da República.

---

<sup>2</sup> Calábria: região meridional da Itália, onde imperava a organização criminosa conhecida como a Camorra.

Redigia-a o Dr. Júlio Prates de Castilhos, redator-chefe, depois do inolvidável democrata Dr. Venâncio Ayres.

Em todos os editoriais da folha transparecia o ódio gratuito que Castilhos votava ao então chefe do Partido Liberal, Conselheiro e Senador Gaspar Silveira Martins, que era o pesadelo daquele ambicioso vulgar, invejoso e mau.

No entanto – caso curioso! – Castilhos, pigmeu na estatura física e na estatura moral, sempre que ocupava a tribuna popular ou a das conferências, gaguejando as suas arengas indigestas, procurava imitar Silveira Martins!

Este fato era sempre notado pelos companheiros de Castilhos, os quais, na intimidade, riam-se de tão tola pretensão.

Cumprir notar que o redator da *Federação* manifestava-se contraditório nas suas apreciações referentes ao eminente chefe liberal, pois ora proclamava a decadência do seu prestígio, ora tornava-o inimigo responsável pela vida de um partido numeroso, que estava impedindo o proselitismo em prol da nova forma política.

Comparem-se os artigos de Castilhos, então fervoroso democrata em idéias, com as cartas que da campanha mandava à *Federação* o Dr. Demétrio Ribeiro (diretor espiritual dos republicanos propagandistas), e facilmente ver-se-á que outros eram os intuitos deste rio-grandense em relação ao seu digno patrício.

Demétrio julgava Gaspar sem ódios nem inveja, sendo toda a preocupação vê-lo como figura principal entre os republicanos.

Não assim o outro, o raquítico adversário que não podia conformar-se com as fulgurações do talento de Gaspar Martins.

Daí a permanência dos seus rancores, então inofensivos, mas que fizeram inteira explosão em 15 de novembro.

Expliquemos os fatos:

Dados os acontecimentos desse dia, assumiu a suprema direção dos negócios do Estado, o Sr. Visconde de Pelotas, patriota de alto valor, já com serviços inestimáveis à causa republicana.

Só depois de muita relutância foi que o benemérito soldado resolveu-se a assumir tais responsabilidades, recebendo constantes solicitações por parte dos republicanos, exedendo-se nas súplicas, quase até à humilhação, o Sr. Dr. Júlio de Castilhos.

É que o nome do ilustre rio-grandense era a mais segura garantia para o bom êxito dos triunfos da causa da República, contra a qual rugiam ameaças, algumas mais que latentes.

Apenas na posse do governo, tendo por principal acólito Júlio de Castilhos, o Visconde de Pelotas passou telegramas ao seu leal camarada, o Marechal Deodoro, intercedendo por Gaspar Martins, já com ordem de prisão.

Já então estavam dirigindo o telégrafo alguns republicanos, chefiados pelo Dr. Ramiro Barcellos, achando-se a cargo do serviço técnico o engenheiro Gaspar Rechsteiner.

Ramiro, inimigo pessoal de Gaspar Martins, recebia os recados do Visconde de Pelotas, mas não fazia transmitir senão os que lhe eram enviados por Castilhos, que usava e abusava do nome do velho guerreiro, alheio a toda essa trama indecente!

Foi com a falsa assinatura do Visconde de Pelotas que Castilhos, o terrível apóstata, conseguiu a deportação de Gaspar Martins pelo Governo Provisório con-



tra os desejos – unicamente – de Benjamim Constant, digamo-lo em honra ao preclaro republicano.

A defesa, cabal, irresponsável do grande Câmara, torpemente acusado de desleal, porque o castilhismo tornou-o responsável pela deportação de Gaspar Martins, consta do seguinte telegrama, que aquele velho companheiro do ilustre tribuno mandou levar à respectiva repartição em envelope fechado, pelo então Capitão Thomaz Flores, mas que Ramiro Barcellos indignadamente não o fez transmitir:

“Dr. Bello – Desterro – Se o governo lhe ordenar a prisão do Conselheiro Gaspar Martins, não obedeça; pelo contrário, forneça todos os meios a seu alcance para que o Conselheiro Gaspar volte para esta Província.”

Eis o início dos crimes do sinistro castilhismo!

Gaspar Martins ia para o Rio de Janeiro, sendo acompanhado pelo Dr. Antônio Eleutherio de Camargo, Joaquim Pedro Salgado e Joaquim Antônio Vasques, Deputados-Gerais.

O primeiro não o abandonou no Desterro, mas os dois últimos regressaram a Porto Alegre, sendo ali presos e recolhidos ao estado maior de um dos corpos do Exército da guarnição.

## 1890

**8 de fevereiro:** – Castilhos rompe com Visconde de Pelotas, que mais uma vez havia tentado abandonar os encargos de governador, substituindo-o o General Anacleto Falcão da Frota – o delator dos alunos republicanos da Escola Militar –, quando Gaspar Martins dominava incondicionalmente o Rio Grande.

O pretexto foi a nomeação de Achylles Porto Alegre para a Alfândega do Rio Grande.

Achylles é hoje fervoroso castilhista, mesmo diante das ferozes perseguições de que tem sido vítima o seu irmão, o eminente republicano histórico Apollinário Porto Alegre.

— —

**10 de março:** – Suspensão da *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, da qual era redator e proprietário o republicano histórico João José Cezar, um dos fundadores da *Federação*, auxiliar da redação deste jornal, primeiro com o inesquecível Venâncio Ayres, depois com Júlio de Castilhos.

Aquele jornalista foi o primeiro homem de imprensa, no Rio Grande, violentado pela polícia, da qual era chefe o energúmeno Espírito Santo<sup>3</sup>, cunhado de Júlio de Castilhos e, por desgraça da magistratura da República, elevado depois ao lugar de Ministro do Supremo Tribunal Federal!

O infeliz Frota, instrumento passivo de Castilhos, ameaçou de deportação o conhecido escritor, que se viu forçado a *emigrar* para a cidade de Rio Grande.

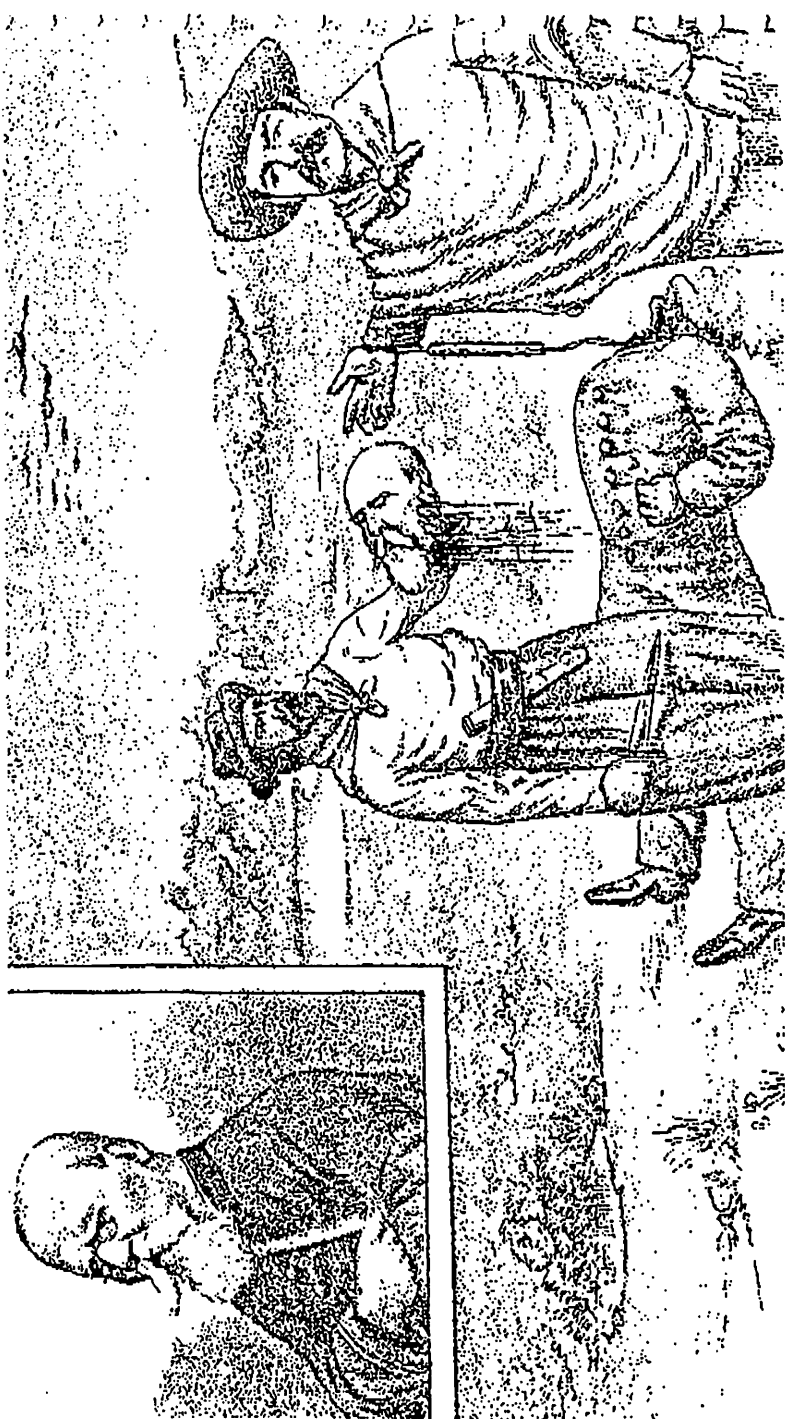
Foi lamentável a posição de Demétrio Ribeiro em vista de tais e tão violentas perseguições, porque o o jornalista João José Cezar foi sempre um propagador ardoroso ao lado da política do primeiro Ministro da Agricultura no regime republicano.

---

<sup>3</sup> Referência ao Dr. Hermínio Francisco do Espírito Santo.



*A liberdade, presa a vis grilhões, e a Pátria republicana, exausta de forças, cheia de opróbrios, coberta de andrajos, mediam, horrorizadas, sobre os destinos do Brasil, junto ao sarcófago dos seus heróis e ante o povo, esse Prometeu de Ésquilo, devorado pelos abutres da República.*



Degola do tenente farmacêutico Domingos José Borges, por Trajano Lopes, posteriormente nomeado Subintendente da cidade do Rio Grande, pouco se demorando no exercício desse cargo, do qual foi demitido com um processo às costas, como sócio monopolizador de uma casa de tavolagem montada com o material por ele arrebatado a outras assaltadas pela polícia. Decorridos alguns meses, durante os quais foram mudadas todas as autoridades locais, o nomearam de novo Subintendente. Reempossado do cargo, assassinou o súdito italiano Luiz Longo. Após esse bárbaro crime foi distinguido pelo preposto do ditador com a nomeação de chefe da Mesa de Rendas Estadual daquela cidade. Por exigência da política, dois meses depois era demitido desse cargo e nomeado pela terceira ou quarta vez Subintendente.

Se Demétrio tivesse outra previsão, durante o primeiro período acidentado da República no Rio Grande do Sul, desde logo se teria afastado de Castilhos, como o fez depois.

A imprensa de Rio Grande, de Pelotas, de Porto Alegre e de outros lugares, com exceção dos poucos jornais governistas da época, protestou solidariamente contra a prepotência de que foi vítima o jornalista João José Cezar.

--

**5 de abril:** – É preso na Cachoeira o cidadão Gaspar Sérgio Luiz Barreto, fazendeiro, residente no 4º distrito daquele município, como conspirador gasparista, sendo posto incommunicável pelo delegado Victorino de Medeiros, irmão do atual faz-de-conta<sup>4</sup>, o Desembargador Borges de Medeiros, que era inimigo pessoal daquele estimado patrício...

Para conseguir os seus intentos, Borges de Medeiros arranjou um abaixo-assinado de colonos analfabetos, que denunciaram Gaspar Barreto como perturbador da ordem, etc., etc.

Gaspar Barreto foi obrigado a seguir para o Rio de Janeiro, a fim de responder perante o Tribunal Militar, que o pôs em liberdade.

--

**9 de abril:** – É chamado à polícia Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário do *Echo do Sul*, de Rio Grande, por ordem do chefe Espírito Santo, sendo delegado o Dr. Júlio de Mendonça Moreira.

--

**22 de abril:** – Chegam a Bagé, após os maus-tratos que sofreram pelo caminho, os primeiros cidadãos recrutados no interior.

--

**1º de maio:** – A polícia do Estreito (S. José do Norte) invade, à meia-noite, a casa do cidadão Plácido Ferreira da Silva, chefe de família, dá busca em toda a parte, espanca-o e obriga-o a abandonar o seu teto para ir refugiar-se em lar alheio.

--

**13 de maio<sup>5</sup>:** – Deposição do Dr. Francisco da Silva Tavares, que havia substituído Frota no dia 5 do mesmo mês.

<sup>4</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros foi eleito, por indicação de Castilhos, Presidente do Estado em 1897, tendo assumido em janeiro de 1898. A expressão "faz-de-conta" refere-se à crítica então corrente de Borges de Medeiros ser um simples testa-de-ferro de Júlio de Castilhos, que continuava na chefia do PRR.

<sup>5</sup> No dia 1º de maio de 1890, diante da insistência do Ministro da Fazenda Ruy Barbosa em estabelecer os bancos emissores no País, o General Júlio Anacleto de Falcão Frota, no Governo do Rio Grande do Sul desde 11 de fevereiro, renunciou em companhia dos seus secretários de estado. Em solidariedade, também resignaram o cargo o Ministro Demétrio Ribeiro e o Embaixador Ramiro Barcellos. O Governo Provisório do Brasil decidiu, então, investir um militar estranho à região para o governo estadual, nomeando o General Cândido Costa, que se encontrava no Rio de Janeiro. Em face de sua ausência, assumiu no dia 6 de maio o vice-governador, Francisco da Silva Tavares, influente conservador cuja adesão ao republicanismo se dera às vésperas da Proclamação de 15 de Novembro de 1889, em protesto às denúncias patrocinadas pelos liberais.

O novo governo sofreu desde o início forte oposição dos republicanos castilhistas. No dia 13 de maio de 1890, um pelotão do Exército, a mando do vice-governador, espingardeou o povo aglomerado pela agremiação União Republicana, a pretexto de um préstito à abolição da escravatura, na Rua da Praia, em Porto Alegre. Entre os alvejados, caiu ferido o advogado Barros Cassal. Em repúdio, cadetes da Escola Militar, com o apoio do 13º e 30º Batalhões de Infantaria, marcharam sobre o Palácio. Desamparado, Silva Tavares renunciou e, capitaneando sua poderosa família, engrossou a dissidência republicana.

Ferido gravemente, o intrépido Barros Cassal, infelizmente sustentando o pérfido Castilhos, que, chamando-o então proto-mártir da República, pouco depois brindou-o com os epítetos de *arruaceiro*, *ébrio contumaz*, *vigarista*, etc.

Suspensão de jornais, prisões em grande número de vários cidadãos.

O General Carlos Machado de Bittencourt – que fatalidade! – empossa-se por dias das funções de governador, até que, a 25, delas toma conta o General Cândido Costa, o dançarino, introdutor das danças à americana no Rio Grande do Sul.

É esse o seu maior título de glória!

--

**30 de maio:** – Às duas horas da madrugada, em Porto Alegre, morre de uma síncope cardíaca o notável jornalista Carlos von Koseritz, uma das vítimas da mesquinha politicagem castilhista.

Na noite de 14, nas Pedras Brancas [Guaíba], onde se achava com a família por causa da enfermidade de uma de suas carinhosas filhas, Koseritz vê a casa assaltada por numerosa força armada, aparecendo como chefe do bando o truculento engenheiro Paulo Emílio Loureiro que, depois de proferir mil impropérios, desrespeitando a extremosa família de Koseritz, ordenou que este fosse guardado por sentinelas de armas embaladas.

O choque foi tremendo, e o ilustrado e valente polemista, a quem Castilhos votava o mais entranhado ódio, preparava-se para seguir viagem, quando a morte o fulminou. (Veja-se o seu manifesto, datado de 30 – o dia de sua morte).

O Dr. Germano Hasslocher<sup>6</sup>, atual Deputado castilhista, comentando o crime, disse pela *Reforma*: “Era pelo coração que ele tinha de morrer; mas...mataram-no!”

Matando um temível adversário no Rio Grande – Carlos von Koseritz –, o falso apóstolo das liberdades, o bacharel Júlio de Castilhos, seguia para a capital da República com o fim de começar o trabalho de traição contra um antigo companheiro da propaganda – Demétrio Ribeiro...

--

**27 de junho:** – O Delegado de Polícia de Canguçu desfeiteia brutalmente o vigário da paróquia, dando-lhe empurrões após calorosa discussão sobre o casamento civil?...

--

<sup>6</sup> Em 1894, publicou folheto contra Gaspar Silveira Martins e seus antigos correligionários federalistas, “A verdade sobre a Revolução”. Pedro Leite Villasbôas, em seu “Dicionário Bibliográfico Gaúcho”, informa (p. 110/111): “É bom lembrar, ainda, que G. H. foi o responsável pela saída dos irmãos Porto Alegre, Aquiles, Apolinário e Apeles, da direção do Jornal do Comércio. Múcio Teixeira pespegou-lhe um poema satírico, “O Girafa”, como é bom lembrar, também, a surra que levou numa rua central do Rio de Janeiro quando Deputado Federal e, ainda, a série de dez artigos de Caldas Júnior sob o título “O Indivíduo Germano”, publicado no Correio do Povo.

<sup>7</sup> Em 1891, o Vigário Capitular do Rio Grande do Sul queixava-se ao Vice-Governador do Estado, Dr. Fernando Abbott, das perseguições de que era alvo o Vigário de Canguçu por parte do Delegado de Polícia, que o ameaçava de expulsão daquela vila e de transformar a Igreja Matriz em estrebaria, fato que se consumou durante a Revolução de 1893, por parte do já então intendente Bernardino da Silva Mota. Essa profanação é inédita na História do Brasil.

**1º de julho:** – Na cidade do Rio Grande, a polícia prende, mete no xadrez da guarda Cívica e esbordôa o pardo Arthur, que sofre, além disso, por ser oposicionista, o castigo de um sarilho de armas.

Esteve preso durante muitos dias.

— —

**7 de julho:** – Regressa ao Rio Grande o bacharel Júlio de Castilhos, que havia seguido para o Rio em missão especial de conciliação junto ao Marechal Deodoro da Fonseca – despesas pagas pelos correligionários de Porto Alegre.

Não vem com ele o Syrius, *pur sang* inglês (ficou doente em Paranaguá).

O Syrius foi um *regalo* do engenheiro Fanor Cumplido, interessado na negociata dos burgos agrícolas em que estava metido Castilhos, que tinha como representante, junto ao Ministro Glycério, um Fulano Gonçalves, que veio ao Estado com o fim exclusivo de tratar de tal patota.

Esta foi denunciada pelo *Echo do Sul*, com dados que depois tiveram plena confirmação por parte do Dr. Antão de Faria, Superintendente das Obras Públicas<sup>8</sup>, o que deu lugar ao rompimento da *Federação* (artigo de Castilhos) contra o Dr. Antão, não admitindo que este lhe desse resposta pela mesma folha.

O Dr. Antão de Faria exonerou-se do cargo que exercia junto ao *governo* do bailarino Cândido Costa, que tinha como governador de fato o bacharel Castilhos, Superintendente do Interior<sup>9</sup>.

Foi de tal ordem o escândalo, tão desmoralizado ficou o traiçoeiro Castilhos, que a ladroeira dos burgos não pôde ser levada a efeito.

Entretanto, Castilhos ficou com o Syrius, parte integrante da gorada mamata...

Demétrio Ribeiro colocou-se então ao lado do Dr. Antão, em artigo inserto na *Federação*, havendo lugar a uma violenta polêmica entre Demétrio e Castilhos.

Pela *Reforma*, o Sr. Germano Hasslocher atacou furibundamente o bacharel Castilhos, que passou horrorosa xingação aos redatores da *Reforma*.

O Sr. Germano, em resposta, só não o chamou de santo.

Este pedacinho de ouro, de Germano contra Castilhos, vale a pena reeditar aqui:

“Vós, cães, especuladores, patoteiros, que engrossáveis o olho para a pepineira Fanor; vós, que sois useiros e vezeiros em traficâncias, e que já soubestes fazer uma ligeireza com os acionistas da *Federação*, vós, é que sois os ladrões!”

– É preciso, mais uma vez, acentuar o papel representado por Castilhos junto aos seus companheiros e leais amigos da propaganda, os quais o haviam subsidiado para ir à Capital Federal com o fim de falar com o Marechal Deodoro, para que não se dessem perseguições contra o genuíno elemento republicano, fora do governo, pela atitude assumida por Castilhos e outros quando de posse dos cargos públicos, dos quais foram desalojados ao dar-se a questão dos bancos emissores.

Castilhos, traindo os seus amigos do Rio Grande, os independentes e ativos, prestou-se às maiores humilhações para ir até o Itamaraty, pois Deodoro

<sup>8</sup> Mais tarde, a Superintendência, a que estava afeto a política de terras e colonização do Estado, transformou-se em Secretaria das Obras Públicas.

<sup>9</sup> Mais tarde Secretaria do Interior e de Justiça, que se responsabilizava-se pela política de Segurança Pública do Estado.

relutou sempre em recebê-lo.

Afinal conseguiu o seu *desideratum* e, de transigência em transigência, aceitou tudo quanto lhe foi imposto pelo reacionário Barão de Lucena, Ministro de Deodoro.

Regressando ao Rio Grande, foi mal recebido o bacharel Castilhos, que, em vez de ser o portador de medidas a realizar de acordo com o pensamento republicano, exibiu-se como um simples instrumento de Lucena, o Presidente da ex-Província do Rio Grande, quando Deodoro era Comandante das Armas<sup>10</sup>.

Daf o rompimento dos republicanos intransigentes, sendo o primeiro entre todos o Dr. Barros Cassal.

Castilhos não foi mais que o emissário da imposição do alto: arranjar uma chapa de deputados que se comprometessem a ser os eleitores do Marechal Deodoro à Presidência da República.

Cumpra observar que dessa chapa os únicos que votaram contra tal candidatura foram Demétrio Ribeiro, General Rocha Osório, Antão de Faria e Assis Brasil.

--

**29 de julho:** – Começam, ou por outra, recrudescem as perseguições a militares contrários ao castilhismo: é chamado ao Rio, para responder perante a comissão militar, o Capitão José Maria Ferreira, do 6º Regimento (Santa Vitória) e membro da União Nacional.

--

**2 de agosto:** – É dessa data a célebre circular dos comandantes de S. Gabriel – Tenente-Coronel Francisco de Paula Pereira (4º Batalhão de Infantaria), Tenente-Coronel Ricardo Fernandes da Silva (4º Regimento de Artilharia), Tenente-Coronel Antonio A. da F. Menna Barreto (4º Regimento de Cavalaria) e Major Joaquim de Menezes Cardoso (Corpo de Transporte): “para a todo o transe fazer triunfar a candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca e manter a intervenção direta do Exército nos destinos políticos da Pátria.”

Esta manifestação instigada pelo castilhismo obteve repulsa em todas as guarnições.

--

**4 de agosto:** – Inocêncio Pereira é preso e espancado na cidade de Rio Grande com desrespeito de *habeas corpus*, sendo Promotor Público o Dr. Frederico Bastos, atual Juiz de Comarca de Pelotas.

--

**12 de agosto:** – Dá-se em Santa Maria da Boca Monte o bárbaro assassinato do Dr. Felipe Alves de Oliveira, Juiz de Direito de S. Borja e removido para Corumbá por ser anti governista.

É mandatário o bandido João Narciso, sendo mandante o Coronel Martins Hoer, tendo como cúmplices Joaquim Martins Vinhas e João da Rosa Veras, que foram absolvidos pelo Júri. Martins Hoer, porém, não obstante ser o presidente da comissão executiva e – parece incrível! – de haver sido nomeado Comandante

---

<sup>10</sup> Referência a um suposto acordo antecipando apoio de Castilhos ao golpe de estado dado por Deodoro da Fonseca em 3 de novembro de 1891 sob suposta inspiração do Barão de Lucena.

Superior da Guarda Nacional do Município de Santa Maria, foi condenado a galés<sup>11</sup> perpétua, apelando os seus advogados, que não conseguiram a sua absolvição, pois, mandado a novo júri, foi-lhe confirmada a sentença.

Foi seu acusador nas duas vezes o Dr. Germano Hasslocher.

Hoer, quando Governador Júlio de Castilhos, teve uma proteção escandalosa por parte das autoridades castilhistas e conseguiu ser removido da cadeia de Porto Alegre para a casa de sua residência, na cidade de Santa Maria!

Deram-lhe escapúla, a fim de que ele reunisse gente contra os federalistas; mas, como quem com ferro fere com ferro será ferido, Hoer foi assassinado.

--

**16 de agosto:** – Chega a Bagé e é metido na cadeia para verificar praça como voluntário no 5º Regimento o cidadão Júlio Pinto de Mello, Escrivão do Juízo de Paz em um dos distritos daquele Município.

--

**19 de agosto:** – A Comissão Executiva<sup>12</sup> de Livramento pede ao governador a suspensão do *Canabarro* e a deportação do seu redator, por haver transcrito um artigo de oposição do *Nacional*, de Pelotas.

O redator desta folha, Alfredo Ferreira Rodrigues, pede, em vibrante editorial, que lhe sejam aplicadas as mesmas penas.

**23 de agosto:** – Em Rio Grande, o Tenente da Guarda Cívica e várias praças invadem a casa de Sabino Rufino de Souza, estivador de cargas, e de João Pedro, marinheiro do iate Adolpho, e arrasta-os pelas ruas até a cadeia, ali os esbordoando por suspeitos à situação....

--

**26 de agosto:** – Gomercindo Saraiva é preso em Santa Vitória do Palmar, tendo ido de Jaguarão, no vapor Mirim, em companhia do General Rocha Osório e do Coronel Riet Corrêa, aquele Comandante da Guarnição e este Presidente da Executiva<sup>13</sup>.

Uma escolta, de armas embaladas, tentou assassinar Gomercindo Saraiva antes mesmo deste desembarcar, não o fazendo devido à intervenção do General Osório e de Riet Corrêa.

A escolta era comandada pelo Alferes do Exército João Polycarpo, devendo-se esse fato e outros de maior criminalidade ao também Alferes Trajano Cezar, ali arvorado em instrumento vil dos mandões da localidade, oficial este que presentemente serve na guarnição de Rio Grande, onde é um dos redatores ostensivos da folha local do castilhismo, cargo que exerce cumulativamente com o de ajudante de ordens do comandante do 6º Distrito Militar.

Gomercindo esteve preso e de sentinela à vista, mas felizmente conseguiu evadir-se.

Não fora esse fato, a história do Rio Grande não registraria os feitos heróicos do audaz guerrilheiro durante o período da reação armada contra o predomínio da tirania floriano-castilhista.

A esta primitiva perseguição ao intemerato rio-grandense Gomercindo Saraiva, que se tornou depois o alvo predileto das raivas e dos ódios castilhistas, liga-

<sup>11</sup> Galés: trabalhos forçados executados com correntes aos pés.

<sup>12</sup> Comissão Executiva no PRR, na época equivalia a Diretório Municipal do Partido.

<sup>13</sup> Comissão Executiva do PRR de Jaguarão.



se um fato de cardeal importância: Castilhos, então simples aspirante a futuro ditador e déspota, reconhecendo a grande influência de Gomercindo Saraiva, estancieiro abastado, pertencente a uma numerosa e rica família oriental e guerreiro experimentado, de nome já feito nos campos de batalha, nas revoluções do Estado Oriental, lançou mão de todos os meios para captar-lhe as simpatias e fazê-lo seu adepto.

Para isso, recorreu ao então seu cunhado e amigo, o Dr. Assis Brasil, que chegou ir a Santa Vitória do Palmar no desempenho exclusivo dessa missão, sendo depois encarregado de parlamentar novamente com Gomercindo, além de outros. O Dr. João da Costa Goulart que, como primeiro, foi àquela cidade, falou com o intrépido guerrilheiro e dele nada conseguiu.

Muitas são as pessoas de idoneidade que sabem e foram testemunhas dessas negociações frustradas, mas apenas invocamos o testemunho de duas: do distinto advogado Júlio Rocha, que ali residia e era amigo íntimo de Gomercindo, e do Dr. Manoel Vicente do Amaral, filho do Coronel Jacinto de Brum Amaral, cidadão muito estimado, conhecido em todo aquele Município por Coronel Calvete.

O ilustrado Dr. Vicente do Amaral era, nessa época, correligionário entusiasta de Castilhos e seu íntimo, do qual depois se afastou, como todo elemento histórico republicano, inclusive os vultos mais proeminentes do glorioso decênio da propaganda.

Não podendo fazer essa conquista, de tamanha importância política, Castilhos fez reviver odiosos processos partidários iniciados pelos conservadores de Santa Vitória, no regime monárquico, contra Gomercindo Saraiva, que era do Partido Liberal daquele Município o chefe supremo, de incontestável prestígio, que o distinguia já como um dos chefes locais de maior importância e merecimento em todo o Estado.

--

**28 de agosto:** – Barros Cassal lança manifesto repelindo a inclusão do seu nome, para Deputado Federal, na chapa aulica organizada por Castilhos, que, incoerente, contraditório, falseando a doutrinação republicana, aceitou todas as imposições do Marechal Deodoro para dar lugar nessa chapa a um certo número de *ilustres desconhecidos* para a República.

Barros Cassal apresenta-se candidato sem o apoio oficial e é apoiado por grande número de republicanos da mais pura água.

– Na mesma data, o Visconde de Pelotas, salvador da República no Rio Grande do Sul, transmite telegramas aos diretórios locais da União Nacional, aconselhando abstenção no pleito eleitoral de 15 de setembro, em vista da intervenção da força armada federal quando se dava a primeira eleição no regime da República!

--

**15 de setembro:** – Em S. Francisco de Assis, o inspetor de quartelão Paulino Calixto, executivo<sup>14</sup>, invadiu a casa de um pobre homem, João José Ortiz. A pretexto de descobrir furtos de gado, prendeu-o, amarrou-o, esbordoou-o, auxiliado por um grupo de seus sequazes, e depois atou-o a um cavalo, levando-o estrada afora, logo após haver varejado toda a casa do paciente, que tinha mulher e filhos, testemunhas mudas e chorosas de tanto canibalismo.

O herói da selvageria levou para casa a vítima e, lá chegando, mandou

---

<sup>14</sup> Membro do Diretório Municipal do PRR.

**10 de dezembro:** – Em Santa Vitória do Palmar, é preso violentamente e encarcerado o fazendeiro Solidonio Felício Rodrigues, capitão da Guarda Nacional e pertencente a importante família.

– Este mês fecha com perseguições a outros militares distintos, e entre eles o então Capitão Ildefonso de Moraes Castro, que estava em Saicã, e o Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, Comandante do 6º Batalhão de Infantaria em Uruguaiana, ambos chamados urgentemente à Capital Federal.

## 1891

**15 de janeiro:** – O Chefe de Polícia Major Guillon<sup>15</sup>, maranhense, ao serviço do castilhismo, prende violentamente o editor da *Reforma*, de Porto Alegre, Miguel da Cunha, pelo simples fato de haver aquele jornal noticiado que se achava pelas imediações do Passo da Areia o conhecido criminoso Affonso Marques, autor do assassinato de Felisberto Soares, fato denunciado na última sessão da Assembléia Legislativa Provincial da Monarquia.

Affonso Marques, Alferes de Polícia, havia sido transferido para S. Francisco de Paula de Cima da Serra, mas vivia acampado pelo Passo da Areia com força armada, graças à proteção vergonhosa que lhe dispensava o Dr. Carlos Flores, atual Procurador do Estado no Tribunal Superior<sup>16</sup>.

O Chefe de Polícia, desprezando todos os preceitos da moral republicana, manda pelo mesmo fascínora intimidar o gerente da *Reforma*, o malgrado Norberto Vasques, para que lhe fosse pessoalmente dar explicações – isto com aplausos ferventes por parte da *Federação...*

– Rosa Filho, Promotor Público de Santa Vitória, dá denúncia contra Aristides Epaminondas de Aruda, redator da folha oposicionista *Echo do Palmar*, o qual é pronunciado.

– Em Santa Isabel, o Tenente Telles Pereira desenvolve graves perseguições aos oposicionistas, vexando os colonos e obrigando-os a contínuos desgostos.

Uma moça italiana de 18 anos de idade é ali assassinada, pela polícia, com 24 facadas!

– Em Caxias, o bacharel Cláudio de Mello, conhecido por doutor *Rabicho*, persegue, como juiz arbitrário e despótico, os colonos infensos ao castilhismo.

– Chamados ao Rio mais militares, e entre eles os ilustres irmãos Tenentes-Coronéis José Christino e Francisco de Bittencourt.

– A polícia, em Bagé, invade a casa do espanhol José Fernandes Araña, despronunciado pelo Juiz de Direito, esbordão-o e mete-o na cadeia.

– Em Livramento, a polícia leva à cadeia dois peões de engenheiros ingleses, espancando-os selvagememente.

– –

**3 de fevereiro:** – Lucas Colmann, em Canguçu, tranqüilamente conversava com alguns amigos, à noite, na rua, quando se viu agredido por Norberto Freitas,

<sup>15</sup> Referência ao Major de Engenheiros Francisco Alberto Guillon, mais tarde Deputado Federal pelo PRR.

<sup>16</sup> Referência a Carlos Thompson Flores, Procurador-Geral de Justiça junto ao Superior Tribunal do Estado.

sobrinho do Delegado de Polícia, acompanhado por muitas praças armadas.

É gravemente ferido, e o teriam matado a tiros e a golpes de sabre se não se desse a intervenção enérgica do Tenente-Coronel Anthero Cunha, prestigioso chefe federalista, o qual, indo ao telégrafo, comunica o ocorrido a Pelotas, contra a vontade de parentes do delegado e outros governistas, que se submeteram à energia do cidadão Cunha.

– O Chefe de Polícia Guillon, atrabiliário e perseguidor, manda vir de Taquara o cidadão José Maria Leão e seu filho José Procópio, deportando-os. José Maria era homem abastado, cheio de amizades e chefe de numerosa família.

– Outra perseguição de militar: Leonel Oliveira, vindo do Desterro, é desterrado para Mato Grosso.

Leonel pagava os feios delitos de delação cometidos pelo General Júlio Frota.

– –

O mês de abril começa, em Jaguarão, pelo processo policial em que se vê envolvido o Sr. Pedro Carriconde, redator do *Diário* daquela cidade, por haver transcrito um avulso, espalhado no Rio de Janeiro e reproduzido em todos os jornais da oposição, contendo conceitos contra o governo.

– –

**24 de abril:** – Em Cachoeira, o cidadão Gaspar Barreto é provocado, em sua casa, por Antônio Marques dos Santos, esbirro castilhistas, o qual, não podendo matá-lo, satisfaz-se em enterrar uma enorme adaga no ventre de um pobre preto velho, agregado de Gaspar.

De antemão, contando com a impunidade, monta a cavalo, muito tranqüilamente, e segue caminho para casa...

– –

**4 de maio:**– O Delegado de Polícia de Jaguarão, acompanhado de numerosa escolta, invade a casa do eleitor oposicionista Domingos Moreira e leva amarrados dois filhos deste, pondo a família na rua, sob ameaças de morte.

– É no mês de maio que começam os desligamentos de alunos na Escola Militar.

A 13, saem de Porto Alegre, *deportados*, os Tenentes Isidoro Dias Lopes e Alfredo Rodrigues Pires.

Nesse mesmo dia são desligados treze oficiais e cinqüenta e um alunos.

A 14, dá-se o desligamento de vinte e oito oficiais e setenta e cinco alunos.

Quarenta alunos, solidários com seus companheiros na reação patriótica contra os vendilhões do templo da República, pedem desligamento, mas este lhes é negado. Comandava a Escola o célebre Vespasiano<sup>17</sup>, o herói do carro de castigos da Estrada de Ferro Central, durante a revolta.

– –

**26 de maio:** – Oitenta empregados da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, incompatíveis com o engenheiro Sodré<sup>18</sup>, instrumento de Castilhos, exoneram-se dos cargos<sup>19</sup>.

– –

---

<sup>17</sup> Referência ao Coronel, depois General, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, Deputado Federal pelo PRR e Ministro da Guerra em 1912.

<sup>18</sup> Referência ao Eng.º Antônio Cândido de Azevedo Sodré, Diretor da estrada de ferro e, mais tarde, Deputado Federal pelo PRR. Bisavô do Ministro da Fazenda Pedro Malan.

<sup>19</sup> Nessa época, a estrada pertencia à União, sendo administrada pelo Ministério da Viação.

**3 de junho:** – Antônio Barbosa, protegido pelo Delegado de Polícia, esbordôa, na cidade de Rio Grande, em plena rua, um filho menor de Rosa Funchal, portuguesa. Esta sai, desesperada, em defesa do filho, e o capanga policial esbofeteia-a. Em vão o cônsul português apresenta reclamações.

Dias depois, o mesmo desordeiro espanca uma infeliz mulher parda e faz o mesmo a uma filha desta.

— —

**12 de junho:** – É preso, em Porto Alegre, o engenheiro militar Anibal Cardoso, por causa de um artigo que publicou pela imprensa de Santos e que o *Echo do Sul* reproduziu.

— —

Abre o mês de julho com um atentado miserável contra o distinto republicano e hábil oculista, o Dr. Victor de Britto, que conversava tranqüilamente no Restaurant Provot, em Porto Alegre, quando ali aparece um bandido e tenta assassiná-lo, o que não conseguiu devido à enérgica intervenção de alguns cidadãos.

Em Livramento, é assaltada a estância do Dr. Candido Borba por Firmo da Trindade e uma súcia de malfeitores, que destruíram aramados e recrutaram a peonada para servir na Guarda Nacional.

Valentim Trindade, irmão de Firmo (ou Firmino), e Ataliba Gomes recrutam a torto e a direito.

Começa a emigração para a República do Uruguai.

Vem a propósito a reprodução de um telegrama de Castilhos ao tristemente célebre General Izidoro<sup>20</sup>.

Reza assim: “Tem carta branca para agir. Prenda sediciosos e puna-os. Governo confia em vosso patriotismo.”

Aqui, *patriotismo* é sinônimo de banditismo...

— —

Em agosto, morre na cidade de Livramento um peão do Coronel David Martins, de nome Antônio Feliciano, preso e ferido pelo castilhismo quando acompanhava uma tropa de gado.

Estas e outras *proezas* bem caracterizaram os novos comandantes nomeados para a Guarda Nacional da campanha, sendo chefe supremo o General Izidoro.

– Sofrem violências os redatores do *Canabarro*, em Santana, com o aplauso do *Diário Popular*, de Pelotas.

– Em Santa Isabel, aparece assassinado o crioulo José Maria, ex-escravizado de José Fileto Porto, dando-se o crime em campos de Possidônio Mâncio da Cunha.

Dias depois, Fileto Porto, que vivia perseguido pelas autoridades João Paulo Botelho e Longuinho Corrêa, capataz de Possidônio, aparece morto, horrorosamente retalhado.

Possidônio (hoje morto) era pai do bacharel do mesmo nome e Superintendente dos Negócios da Fazenda do Estado<sup>21</sup>.

As tropélias continuam por muito tempo naquela localidade.

– Na cidade de S. Gabriel, Rodrigo de Vasconcellos, português e proprietá-

<sup>20</sup> Referência ao General e Marechal Isidoro Fernandes de Oliveira, que foi derrotado no Combate do Rio Negro (1893).

<sup>21</sup> Secretaria da Fazenda na época.

rio, com outros homens da situação, de uma casa de tavolagem, atrai à sua espedunha o rico fazendeiro Eleutherio José d'Ávila, embriaga-o com vinho e ópio, dando-se a morte do descuidado cidadão, que é roubado em todo o dinheiro que levava, bem como em letras no valor de oito contos de réis.

A esposa de Eleutherio d'Ávila, Maria dos Anjos de Carvalho Avila, narra minuciosamente o crime pela imprensa, em 2 de agosto de 1891, mas... nada conseguiu do governo para a punição dos delinquentes.

— —

**2 de setembro:** — A polícia, em S. Lourenço, tenta incendiar, com querosene, a casa de residência do Juiz de Direito interino Dr. Luiz Seraphico, que escapa de ser assassinado.

Registre-se:

Dado o golpe de *bolsa lucenista*<sup>22</sup>, a 3 de novembro, Castilhos manda pelo telégrafo esta circular às municipalidades: "Governo dissolveu Congresso Nacional, convocando nova assembléia, Rio em paz, aqui também. — Júlio de Castilhos<sup>23</sup>."

No dia 10, Castilhos escrevia pela *Federação*, em referência à patriótica revolução que o depôs e obrigou Deodoro a resignar o poder:

"Todos esses pronunciamentos hão de ser sufocados e os *criminosos* punidos!"

— —

**3 de setembro:** — O Dr. José Seraphim da Costa Faria, Juiz de Direito de Canguçu, tendo tomado conta do cargo a 11 de agosto do mesmo ano, é compelido por uma malta de castilhistas a abandonar o seu posto de justiça e a localidade onde o exercia.

Pela imprensa, ele explica toda a selvagem ocorrência.

— —

**6 de setembro:** — No Theatro Polytheama, da cidade de Rio Grande, a polícia provoca o redator do *Echo do Sul*, e a 7, de noite, no Sete de Setembro, a mesma polícia provoca e tenta prender o proprietário da mesma folha, o Sr. Alfredo Rodrigues de Oliveira.

— —

**11 de setembro:** — No 2º Distrito de Cacimbinhas, o inspetor de quartirão Joaquim Soares Azambuja e vários sequazes invadem a casa de João Bertini e o espancam cruelmente, o mesmo fazendo ao velho pai e a esposa.

Depois metem os três na cadeia.

Nada de providências!

— —

**12 de setembro:** — No 2º Distrito de Rio Grande, a polícia, acompanhada de capanga, penetra na casa de João Fernandes Mesquita, vareja salas e quartos, cometendo toda a casta de tropelias, e depois prende Mesquita, Jacintho Teixeira, Antônio Carlos do Retiro e João Florêncio, gente trabalhadora e ordeira.

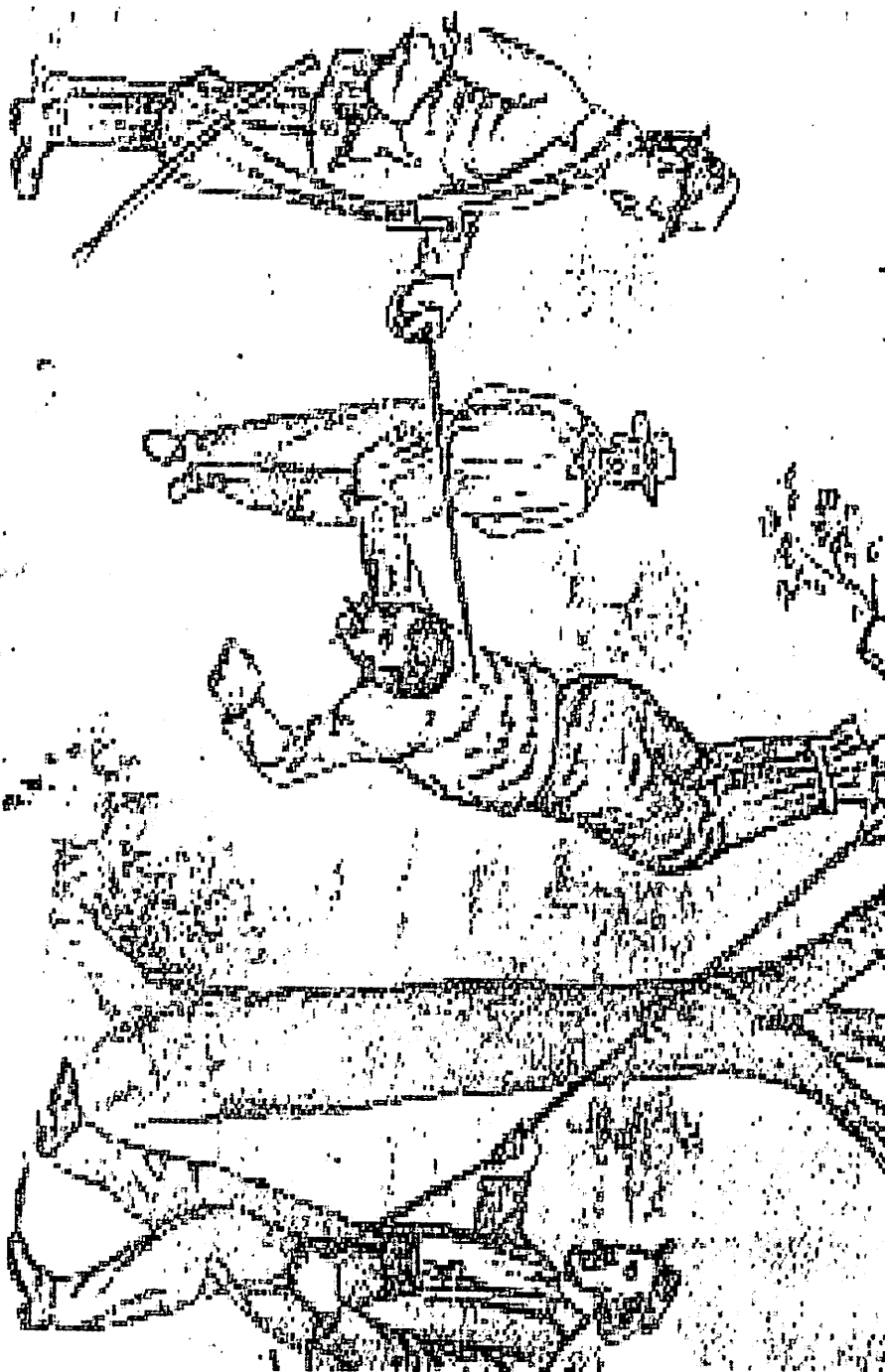
Esses cidadãos, amarrados, são conduzidos campo afora, caminhando assim mais de meia légua por entre o regabofe dos bandidos, que os esbordôam e os abandonam no campo!

Não foi tomada a menor providência pelas autoridades.

---

<sup>22</sup> Referência ao golpe de Estado de 3.11.1891, que fechou o Congresso Nacional; a ação capitaneada pelo Marechal Deodoro da Fonseca teria sido arquitetada pelo Barão de Lucena.

<sup>23</sup> Castilhos negou ter apoiado o golpe, dias mais tarde pela imprensa.



*Confessionário da ditadura – Suplício da força. Meio empregado para arrancar declarações falsas contra os adversários do governo.*

--

O período de 12 de novembro de 1891 a 17 de junho de 1892 foi preenchido pelo governo de Cassal e Barreto Leite, a única administração honesta e digna que teve o Rio Grande do Sul depois da República, não obstante os seus erros, talvez inevitáveis na ocasião, por circunstância inerentes ao momento histórico em que teve lugar.

Passemos, pois, adiante, para não interromper os leitores na apreciação de *Os crimes da ditadura*.

## 1892

**17 de junho:** – É reposto no lugar de governante do Rio Grande do Sul o Sr. Júlio de Castilhos, que foi acompanhado até o Palácio pelos galés da cadeia civil, comandados pelo General Júlio Frota, que compareceu de espingarda ao ombro, à paisana, enfiado em um capote alvadio, de praça de pré, talvez da sua ordenança.

Esses galés não voltaram mais à prisão, sendo certo que alguns deles foram galardoados pelo governo do Estado.

– Recomeçam, desta data sinistra em diante, as tropelias, os atentados à liberdade, os assassinatos, enfim, os crimes de toda a ordem, ainda os mais selvagens e repelentes, cometidos pelos hunos do castilhismo contra todos quantos – homens, mulheres e crianças – se revoltaram contra a tirania, e até contra os indiferentes, os estrangeiros, os indefesos...

— Protesto da Marajó – por Barros Cassal, Annibal Cardoso e Cândido Lara. Intimação ao incompetente e incapaz Bernardo Vasques<sup>24</sup>.

Gera-se o pavor entre o castilhismo, sendo Victorino Monteiro o instrumento parvamente passivo de Júlio de Castilhos.

Deixando a Marajó as águas do Guaíba, depois de patriótico, enérgico protesto, o depotismo exerce-se infamemente – pelas ruas, pelos lares, por toda a parte!

O Delegado de Polícia José Joaquim Azevedo, rodeado de policiais, ataca, na Rua dos Andradas, em Porto Alegre, às *claras*, o prestimosíssimo cidadão Ernesto Paiva, contra este descarregando o revólver. E cega-o dos dois olhos o Delegado Azevedo, que indo ao Palácio dar conta da sua brilhatura de sequaz do castilhismo, é recebido com uma salva de palmas, por entre – bravos! – estridentes...

Azevedo, hoje, está divorciado de Castilhos e seus adeptos, Azevedo e toda a sua família. Justiça... dos homens!

--

**19 de junho:** – Em Santana do Livramento é assassinado o intrépido Capitão Antônio José de Vargas.

---

<sup>24</sup> Referência ao General Bernardo Vasques, Comandante do 6º Distrito Militar e homem de confiança de Floriano Peixoto e de Júlio de Castilhos. Foi um dos responsáveis pelas violências praticadas pelas forças civis castilhistas, ao desautorizar o compromisso assumido pelo Coronel Arthur Oscar para com Joca Tavares, no sentido de impedi-las de entrarem em Bagé.

— Em Pelotas, é intimada a suspensão da *Tribuna Federal*.

— —

**3 de julho:** — Segue o Coronel Arthur Oscar para o Cerro Chato.

A 5, publica ordem do dia, declarando que o grande Joca Silva<sup>25</sup>, reconhecendo o poder da força federal, perante ela se desarmavam os revolucionários.

— —

**13 de julho:** — O *Echo do Sul*, de Rio Grande, é intimado pela polícia a exhibir o original dos telegramas trocados entre o Marechal Floriano e o seu representante, o Major Faria<sup>26</sup>, para combinar a traição em favor de Castilhos.

— —

**16 de julho:** — É preso e maltratado em Pelotas o italiano Leopoldo de tal, de 70 anos de idade, morador na colônia Maciel, por suspeição de ser emissário da ilustre família Maciel!

— —

**27 de julho:** — É assassinado, na cidade de Rio Grande, o italiano Antônio Callegari, proprietário de um curtume de couros.

Como mandante, é preso Salvador Paulo da Costa, useiro e vezeiro em tais empreitadas.

Poucos dias depois, o Delegado de Polícia relaxa-o da prisão, sendo assessorado pelo bacharel A. Pinto da Rocha<sup>27</sup>, Promotor Público e advogado do criminoso, estando nos autos a defesa escrita pelo próprio punho do Promotor!

*Proh pudor*<sup>28</sup>!...

— —

**3 de agosto:** — A *Tribuna Federal*, de Pelotas, é outra vez intimada para dar explicações sobre uma notícia que publicou, referente a banditismos, pelo Delegado de Polícia de Santa Vitória do Palmar.

— Na mesma data é degolado em Santa Vitória o jovem José Avelino Sandim, de 19 anos de idade, operário.

— As estâncias dos Tavares são invadidas pelos sicários do castilhismo, os quais tudo destroem, devastam e matam.

— Na Vila de Canguçu a polícia, tendo à frente um sobrinho do delegado, ataca a um cidadão, a pretexto de desarmá-lo, desfechando contra o infeliz mais de vinte tiros, que lhe produziram graves ferimentos, dos quais veio a morrer.

— Em Boa-Vista, uma força de polícia cerca a casa do estimado cidadão Arsino Alves dos Santos, que, aparecendo à escolta, por nada temer, visto não ter cometido crime algum, foi imediatamente degolado dentro da sua própria casa.

— O legalista Alvares, com os seus iguais, numerosos, invade a casa de comércio de Rafael Bestoy & Cia., a seis léguas de Piratini.

Rafael é amarrado a guascas e também o seu sócio Aquini, que estava doente e de cama.

<sup>25</sup> Referência ao General honorário João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), Vice-Presidente do Estado, a quem o Marechal Visconde de Pelotas passara o governo do Rio Grande do Sul.

<sup>26</sup> Referência ao Major José Caetano de Faria, Ministro da Guerra em 1914.

<sup>27</sup> Referências a Artur Pinto da Rocha, advogado, jornalista e escritor, diretor de A Federação (1894/1901) e Deputado Estadual e Federal pelo PRR, do qual, mais tarde, afastou-se.

<sup>28</sup> Proh pudor: Oh, vergonha!

<sup>29</sup> Dois contos e oitocentos mil réis.



Roubam os invasores, além de muitos gêneros, 2:800\$000<sup>29</sup> em dinheiro, e depois levam os dois cidadãos nas guascas até a vila, aí os deixando por alguns dias, para gáudio das autoridades.

Postos em liberdade, andaram os dois foragidos, e, quando chegaram a casa, nada encontraram do seu comércio...

— Júlio de Castilhos suprime o Primeiro Cartório de Órfãos de Santana do Livramento, só porque o serventário, Tenente honorário do Exército José Bueno da Costa, pertencia ao Partido Federalista.

— O bandido Carolino de Freitas, de Pelotas, inicia as suas correrias.

— É invadida a estância de Brasil Collares, que andava emigrado.

Em casa achava-se sua esposa, a Exma. Sra. D. Silvana Brasil Collares.

As forças invasoras, isto é, a quadrilha, eram da coluna ao mando do General Luiz Alves Pereira, da qual faziam parte Pedroso e Bernardino Motta<sup>30</sup>.

— Começa a emigração do povo rio-grandense para as Repúblicas do Prata. Pródromos da Revolução de 1893.

— —

**12 de agosto:** — Chega à cidade de Rio Grande o chefe das maltas, Júlio de Castilhos, tendo sido acompanhado, de Pelotas, por cento e tantos partidários, entre os quais os já reputados bandidos Carolino de Freitas<sup>31</sup>, *et reliquia*...

Hospeda-se com o bacharel Frederico Bastos, atual Juiz da Comarca de Pelotas.

À noite, promovem manifestação e andam todos de correrias pelas ruas, dando gritos sediciosos.

Passando em frente do conhecido Café 24 de Maio, na rua Demétrio Ribeiro (antiga Direita, e hoje... General Bacellar!), em infernal vozeria, um oficial inferior do Exército ergue um — viva a Barros Cassal!

Tanto basta para que a horda castilhista invada o Café, a tiros de revólver, quebrando vidraças, armários, garrafas, etc., pondo em fuga alguns poucos cidadãos que jogavam tranqüilamente nos bilhares e aos fundos da casa.

Não obstante a pacatez da população, dá-se a revolta nos espíritos, e, quando Castilhos e seus malfetores regressam à casa de F. Bastos, não encontram nem iluminação, nem coretos, pois o povo os havia destruído.

Convidado para um baile no Club Commercial, sob a direção de Arthur Pinto da Rocha, Castilhos receia sair à rua. Apenas manda à reunião a senhora, que vai dentro de um quadrado de policiais de armas embaladas.

Às três horas da madrugada, Castilhos mete-se a bordo do vapor que o tem de levar ao Rio de Janeiro, e os assaltantes pelotenses, receando uma vindita<sup>32</sup> que estava iminente, raspam-se para a cidade onde residem...

— —

**13 de agosto:** — É confiscado em Pelotas o *Echo do Sul*, isto é, a polícia apodera-se dos números dessa folha, descrevendo as peripécias do assalto ao

---

<sup>30</sup> Referência a Manoel Pedroso de Oliveira e a Bernardino da Silva Mota, caudilhos castilhistas de Piratini e Canguçu, respectivamente. Pedroso foi degolado no Rio Negro (1893), e Bernardino Mota caiu em desgraça junto a Castilhos, sendo obrigado a emigrar para o Uruguai.

<sup>31</sup> Elemento desordeiro, preso como assaltante pelo Delegado de Polícia de Pelotas, Afonso Emílio Massot (futuro Patrono da Brigada Militar), depois solto e transformado em caudilheite castilhista.

<sup>32</sup> Vindita: vingança.

Café 24 de Maio, e os destrói.

— Aparece, pela imprensa de Porto Alegre, esta carta de um irmão do Napoleão dos Pampas, o general dos *coringas*, o Senador Pinheiro Machado:

“Saúdo-o e à Exma. família.

Comunico-vos que, ontem, fui assaltado em minha casa, às 3 horas da tarde, por 4 bandidos, que traziam as *faixas da legalidade* em seus chapéus.

Eram comandados por um Tenente Montenegro, correntino.

Dizem que pertenciam à gente que de Corrientes trouxe o Coronel Evaristo<sup>33</sup> (que em paz descansa! *Nota do comentador*).

Reagi com energia contra esses miseráveis.

O que é de admirar é que foram-se (*sic*) sem a polícia importar-se com eles!

Por isso vereis que não temos garantia alguma.

Daí esta notícia aos jornais, para que fique arquivada.

Não espero providências.

Adeus. Abraça-vos o amigo obrigado.— Alfredo Pinheiro Machado — Santo Angelo, 2 de agosto de 92.”

— Ao regressar das Pedras Brancas a Porto Alegre o vapor D. Pedro, com os confrades que haviam levado Castilhos ao bota-fora, os mesmos indivíduos, chefiados pelo Coronel Carvalho (Carvalho dos operários), atualmente ex-castilhista, cometeram toda a casta de violências, efetuando grande número de prisões.

— —

**14 de agosto:** — Nesta data, a *Gazeta de Itaqui* publica uma declaração de Gabriel Nunes sobre o que sofrera uma cunhada sua, castigada a bolos<sup>34</sup> pelo delegado de polícia, que a reteve presa durante três dias.

— —

**15 de agosto:** — Desaparece o *Diário de Jaguarão*, folha oposicionista de Pedro Carricone.

— —

**17 de agosto:** — Os esbirros da situação atacam, na rua, o jornalista Abrilino Moncorvo, da *Tribuna Federal* de Pelotas.

— *El Nacional*, de Melo, Departamento de Cerro Largo (Estado Oriental)<sup>35</sup>, publica uma carta de Asseguá, datada de 2 de agosto, narrando o assalto à estância de Terêncio Saraiva<sup>36</sup>.

Quarenta homens, chefiados por João Delfino dos Santos e Manoel Furtado, praticam malefícios de todos os gêneros. Roubam a Terêncio três mil pesos ouro e o prendem, como a dois peões orientais, levando-os à presença do malfeitor Elias Amaro<sup>37</sup>, elevado a General (não sem o protesto do Coronel Cezar Sampaio), na estância de Satyro Madruga.

Os três são saqueados, ficando dias e noites, e sem comer, expostos ao

<sup>33</sup> Referência a Evaristo Teixeira do Amaral, assassinado no interior do Município de Cruz Alta.

<sup>34</sup> A bolos: à palmatória.

<sup>35</sup> República do Uruguai.

<sup>36</sup> Primo de Gumercindo Saraiva.

<sup>37</sup> Referência a Joaquim Elias Amaro, chefe militar castilhista de Jaguarão, mais tarde General honorário do Exército Brasileiro.

tempo.

Por fim, os dois orientais são degolados, sendo fuzilado Terêncio, que é, de pedra ao pescoço, lançado em um banhado, no Salsal, depois de despojado de dinheiro, jóias e documentos.

Os orientais Antônio Romero e Olegário Lopes recusaram-se a cometer ou tomar parte nos assassinatos, pelo que foram expulsos da divisão de Elias Amaro.

Antes de Terêncio seguir viagem, os chefes da escolta fizeram-lhe ver a conveniência de levar bastante dinheiro, visto ir para a Capital do Estado onde devia ter certa representação...

— Meia légua distante da porta da casa, nas pontas de Upamaroti, apareceu degolado o fazendeiro Vasco Gonçalves, cidadão bem visto, maior de 70 anos, conhecido por Vasco Brabito.

A façanha bárbara é praticada pela força civil da *legalidade*.

— —

**30 de agosto:** — Honório Vilella tenta assassinar o Dr. Wenceslau Escobar<sup>38</sup> em sua própria casa.

— —

**31 de agosto:** — No Passo das Pedras, a casa de Pedro Marques da Rosa é invadida pelas forças de José Emílio Gomes<sup>39</sup>, as quais voltaram no dia imediato para cometer novas tropelias, arrebanhando mais gado, etc.

— —

**1º de setembro:** — Daniel Job, um dos redatores do *Mercantil*, em Porto Alegre, é violentamente levado à presença do Dr. Fernando Abbott, secretário do Governo de Victorino Monteiro, sendo ameaçado de bolos pelo Dr. Manoel Telles de Queiroz, então Chefe de Polícia e vivendo emigrado no norte do Estado por haver sido pronunciado pelos tribunais castilhistas.

— —

**4 de setembro:** — No prado Boa Vista, em Porto Alegre, o Chefe de Polícia mata a tiros de revólver um praça do mesmo corpo.

— São degolados nas imediações da cadeia de Pelotas, diversos presos políticos, inclusive um primo de Gomercindo Saraiva.

— Em São Lourenço, partidários da situação, ao mando das autoridades locais, arrombam e saqueiam a casa do cidadão Cândido de Carvalho, e em seguida, dirigem-se à propriedade de Antônio Rodrigues Vasques, arrebatando-lhe duas datas<sup>40</sup> de gado.

— No Município de S. Borja, o Delegado, à frente da força policial, degola quatro cidadãos, afirmando, sem a menor reserva, estar cumprindo ordens do Governador do Estado.

— —

**10 de setembro:** — Carolino de Freitas e outros espancam brutalmente, em Pelotas, o comerciante Manoel Silveira Rosa (o Botinha).

---

<sup>38</sup> Advogado e político são-borjense, Deputado Federal pelo Partido Federalista, autor dos "Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893".

<sup>39</sup> Referência a José Gomes de Araújo, caudilheite castilhista do Cerrito (Município de Canguçu) e companheiro de Bernardino Mota.

<sup>40</sup> Datas: juntas.

O Delegado de Polícia Affonso Massot, correto, vai em perseguição de Carolino, por saber que este e os seus aliados haviam levado Silveira Rosa para fora da cidade a fim de o esbordoarem, obrigando-o depois a ir a casa e entregar-lhes 9:100\$000, que era o dinheiro existente no cofre.

Affonso Massot consegue prender Carolino, que é recolhido à cadeia mas, submetido a julgamento, é absolvido!

Ataliba Cunha era um dos comparsas de Carolino de Freitas.

--

**16 de setembro:** — No Arroio Grande, é metido no xadrez o bacharel Xisto Xavier da Cruz, que a 19 de Junho fora deposto do lugar de Juiz.

Xisto passou-se depois para o castilhismo, do qual, agora, afastou-se.

--

**22 de setembro:** — Francelino Lemos de Bittencourt, Subdelegado do 2º Distrito de Lavras, e uma escolta de 50 homens invadem a casa do agrimensor empregado na estrada de ferro Bibiano Tavares da Silveira, cidadão bem quisto, que é assassinado depois de lhe haverem deitado fogo à propriedade, que ficou reduzida a cinzas. Os bandidos eram da força do Coronel Portugal<sup>41</sup>.

— A mesma escolta, comandada então pelo Delegado de Lavras, no dia seguinte ao assassinato do agrimensor Bibiano Tavares da Silveira, degolou, no Município de S. Gabriel, um cidadão chamado Manoel Paz e um índio ali conhecido pelo nome de Sanguiné.

--

**26 de setembro:** — Em S. Lourenço, o suplente do delegado, Vasco Carvalho, de parceria com José Xavier e Tatão Carvalho, arromba e saqueia a casa da viúva Joaquina Urbano Carvalho.

--

**13 de outubro:** — Um grupo de legalistas assalta a casa do súdito inglês Ricardo Ihatz, no Capão do Leão (Pelotas), tenta matá-lo e desrespeita-lhe a família.

--

**17 de outubro:** — Elias Amaro, Delegado de Jaguarão, invade o estabelecimento de Ladislao Amaro<sup>42</sup>, na costa do Jaguarão (Herval), e rouba o que encontra.

Ladislao pediu providências ao governador do Estado, Júlio do Castilhos, que fez ouvidos de mercador.

--

**24 de outubro:** — São presos, na Capital do Estado, o maquinista, o prático e outros homens do vaporzinho em que Barros Cassal escapa às iras do castilhismo assassino.

Fazem-se outras prisões, dando-se a deportação de alguns cassalistas.

--

**3 de novembro:** — Infamíssimo assalto à casa de residência do Coronel José Facundo da Silva Tavares<sup>43</sup>, em Porto Alegre, de madrugada, sendo os assaltantes comandados pelo Alferes Marçal e estando à frente do movimento o Coman-

<sup>41</sup> Referência ao Coronel, mais tarde General honorário Francisco Rodrigues Portugal, comandante das forças castilhistas de São Gabriel.

<sup>42</sup> Referência ao Coronel Ladislao Amaro da Silveira, chefe federalista do Município de Erval.

<sup>43</sup> Irmão do General Joca Tavares.

dante da Brigada Militar<sup>44</sup>. São mortos à bala dois filhos de Facundo, um de 29 anos (José) e outro de 21 (Facundo). A esposa e uma filha milagrosamente escapam de ser assassinadas, e o Coronel Facundo, de bombacha de chita, chinelos e camiseta, é arrastado até a cadeia.

Os bárbaros fatos deram-se a poucos passos da residência do General Pego Junior<sup>45</sup>, primeira autoridade militar do Estado!

— Outra escolta, comandada pelo Alferes de Polícia Francioni, assassina miseravelmente pelas costas o honrado cidadão Frederico Haensel, junto a sua respeitável família. Haensel, alemão de origem, era brasileiro adotivo, tendo ocupado cargos de eleição popular pelo Partido Liberal do Império. O bom cidadão era pai de Amália Haensel, a Iracema.

O Alferes Francioni, depois da pacificação, foi demitido, por indigno, da Brigada Militar, mas viu-se, de uma hora para outra, elevado ao cargo de inspetor de quartirão no Distrito de Rio Negro, município de Bagé. Nesse posto, o assassino de Haensel praticou inúmeras violências. Prisões e perseguições por toda a parte.

De novo dá-se a suspensão de garantias de fato.

— O Subdelegado Arlindo Braga, em Rio Grande, mete na cadeia D. Florinda Ferreira, esposa de João da Silva Ferreira, e aplica-lhe uma dúzia de bolos<sup>46</sup>.

— Dão-se os assassinatos de dois italianos, um em Santa Maria, outro em Viamão.

— O *Correio Mercantil*, de Pelotas, dá à publicidade este telegrama:

“S. Borja, 12 — Pedimos publiqueis seguinte telegrama, que hoje transmitimos ao Presidente do Estado: ‘Desaparecimento de quatro presos políticos enviados daqui por ordem superior a Cacequi, quando seguiam desta localidade para Rosário, acarreta grave responsabilidade ao governo.

Afirma-se foram assassinados pela escolta do regimento policial que os conduzia.

Como republicanos, protestamos contra qualquer atentado a homens presos, indefesos, e reclamamos severa punição aos criminosos.

Fizemos já público este protesto. — *Homero Baptista — Alvaro Baptista — Albino Coutinho — Ovidio Marques Guimarães.*”

Este telegrama refere-se ao Coronel Moura<sup>47</sup> .... ao cidadão Falcão (irmão de Olegário Falcão que exercia nessa época o lugar de Secretário de Polícia, em Porto Alegre) e a dois outros rio-grandenses muito estimados em S. Borja, os quais foram todos realmente degolados no chamado “açougue” de Cacequi. Moura, oficial honorário do Exército, cheio de serviços à Pátria, por haver feito toda a campanha do Paraguai, era geralmente acatado, e a notícia do seu bárbaro assassinato ecoou lugubrememente pelos corações de todos os rio-grandenses, que amam sinceramente as tradições de liberdade do seu Estado natal.

Para que o leitor melhor possa aquilatar a perversidade desse bárbaro

<sup>44</sup> Referência ao Major Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz.

<sup>45</sup> Referência ao General Antônio José Maria Pêgo Júnior, então Comandante do 6º Distrito Militar e, mais tarde, do 5º Distrito Militar, quando foi submetido à Corte Marcial pelo abandono de Curitiba às forças de Gumerindo Saraiva.

<sup>46</sup> Bolos: palmatoadas.

<sup>47</sup> Referência ao Coronel Antônio José de Moura.

crime, transcrevemos em seguida uma interessante nota que encontramos em uma obra estrangeira de Madame Dorothea Duprat de Lasserre<sup>48</sup>, uma das mártires prisioneiras do tirano Solano Lopez, obra essa traduzida e comentada pelo nosso infelizmente compatriota J. Arthur Montenegro, de acordo com o apreciável livro *Campanha das Cordilheiras*, do notável escritor brasileiro Visconde de Taunay. Por esta nota referente ao Coronel Moura, incontestavelmente um herói, um benemérito da Pátria, evidencia-se do quanto o castilhismo é capaz.

Ei-la:

"No dia 22 de dezembro último (1869), saíra o Tenente-Coronel Moura às dez horas da manhã, do passo do Rio Curuguati, junto ao qual estava acampado. Na madrugada de 23 chegou ao Rio Jejui-Guaçú, cuja transposição lhe tomou bastante tempo por ser a corrente profunda e de grande força as águas; entretanto nesse mesmo dia alcançou a Vila de Igatemi, onde deixou dez homens de observação com o inferior<sup>49</sup> e pôde seguir além. Depois de um pequeno alto de descanso, caminhou toda a noite e, às oito horas e meia do dia 24, chegou à base da grande serra de Maracajú, cuja subida era preciso vencer para ganhar o chapadão em que correm o Escopil e o Igatemi, confluente do Paraná.

A subida era abrupta e além disso pejava com grandes pedras e grossos madeiros atravessados.

Com seis homens atirou-se Moura à obra e, ora cortando mato entrançado, ora esgueirando-se por entre os galhos caídos, atingiu, com uma légua de penosa ascensão, o planalto.

Aí existira uma guarda. Contudo o rancho achava-se abandonado, ou melhor, ocupado não mais por soldados, mas sim por mulheres que, fugidas do Espadim, haviam parado, baldas de forças<sup>50</sup>, uma delas já moribunda. Duas eram espanholas e as outras paraguaias.

Estavam de viagem havia seis dias, tendo quatro dias antes sido encontradas por espiões partidos do Panadero, os quais aceitaram a desculpa de que vinham buscar laranjas azedas e a promessa de que voltariam logo para o acampamento.

O Tenente-Coronel procurou então desentulhar o caminho para fazer subir a sua gente, mas a princípio nada conseguiu. Por isso despachou duas paraguaias para que fossem ao Espadim e de lá viessem guiando as suas companheiras de infortúnio até aquele ponto.

Partiram elas, decorreram algumas horas e a impaciência deu forças novas aos que esperavam.

Tentando ainda uma vez desobstruir a subida, conseguiram abrir sinuosa trilha por onde passaram 20 homens a cavalo.

Vinte outros ficaram de proteção na base: sentinelas destacadas no deserto, tão valentes como os valentes que buscavam o desconhecido. Ficou comandando o Alferes Francisco Carvalho de Moura.

O Tenente-Coronel Moura caminhou três léguas em terreno plano até chegar a um cruzamento de estradas das quais a mais batida era a esquerda e foi por

---

<sup>48</sup> Referência ao opúsculo "Guerra do Paraguay. Memórias de Mme. Dorothea Duprat de Lasserre", versão e notas de J. Arthur Montenegro (Rio Grande, Livraria Americana, s/d [1893]).

<sup>49</sup> Em linguagem militar, subalterno.

<sup>50</sup> Baldas de forças: sem forças

ele seguida na distância de uma légua. Parou então.

Essa estrada levava ao Panadero e, como sinais incontestáveis, jaziam cadáveres de mulheres, homens e crianças que dias antes tinham sido degolados.

O Tenente-Coronel retrocedeu e, depois de deixar 15 homens na encruzilhada, seguiu com cinco praças pela outra estrada, bem que a noite já estivesse bastante adiantada.

Depois de certo tempo de marcha, dois cavalos afrouxaram e os soldados que os montavam tiveram que se aprear e os irem tocando por diante.

Afinal, às onze horas e meia, Moura encontrou três ranchos atopetados de famílias, mulheres e crianças accoradas ao redor de grandes fogueiras. O abalo que essa desgraçada gente recebeu foi imenso, umas desatavam em pranto ruidoso, outras fugiam espavoridas e corriam sem direção: a maior parte, agrupadas ao redor dos brasileiros, os abraçavam e aclamavam.

Informaram que o acampamento distava ainda uma légua, e duas delas serviram de vaqueanas.

À uma hora da madrugada chegou Moura à barranca do arroio Espadim, do outro lado do qual estava o acampamento das exiladas, sete léguas distantes do cume da serra.

Foram despachadas as duas mulheres e, com as suas três praças, atravessou o intrépido rio-grandense o arroio sobre o grosso madeiro que fazia de pinguela. Entrava, enfim, nesse local em que já haviam perecido centenas de infelizes, depois de cruel martírio.

Aí tinham-se passado cenas curiosas.

As mulheres enviadas ao alto da serra, cumprindo com pontualidade a sua comissão, haviam procurado as duas sobrinhas do Tenente-Coronel Moura, anunciando-lhes a sua próxima chegada, dando a ele o nome de Antônio Guimarães, nome que, por coincidência singular, era também o de um parente delas.

A notícia da vinda dos brasileiros circulou logo, confirmando o dito de um índio Caiuá que, de manhã, viera espontaneamente trazê-la ao acampamento.

Entretanto, as desgraçadas mulheres acreditaram mais em um embuste para melhor perdê-las, como costumava ordenar o tirano Lopez, do que na possibilidade da verdade e convenceram-se disto, vendo chegar às 8 horas da noite dois espiões paraguaios.

Esses homens, demorando-se até uma hora da madrugada, presenciaram a chegada das outras duas mulheres que precediam o Tenente-Coronel Moura e que imediatamente produziram grande agitação no arranchamento, gritando que aí vinham os brasileiros.

Presas, interrogadas, iam ser degoladas, quando penetraram na palhoça os salvadores que incontinentemente<sup>51</sup> mataram os espiões.

A alegria que demonstraram as desatinadas foi indescritível.

Mulheres com fachos acesos corriam de um lado para outro dando gritos descompassados; muitas caíram em delíquios, outras expiraram de emoção e por todos os pontos erguiam-se preces e cânticos de grupos que, ajoelhados, agradeciam a Deus sua providencial salvação.

O resto da noite passou-se assim.

---

<sup>51</sup> Incontinente: sem demora.

Às quatro horas da madrugada de 25, Moura reuniu 1.200 dessas mulheres e as dividiu em troços<sup>52</sup> que deviam marchar com certa distância uns dos outros.

A precipitação, porém, em sair daquele horrível lugar foi tal, que a pinguela cedeu ao peso de muitas que queriam passar e entregou às águas velozes do Espadim as apressadas.

Consertada a passagem, saíram todas e encetaram marchas forçadas que as trouxeram até Igatemi, ficando, porém, de fraqueza e desânimo, estendidas pelo caminho, mais da metade.

Entraram, pois, em Curumati, quatrocentas e tantas. É de crer contudo que muitas ainda possam vir se arrastando.

A irmã do Tenente-Coronel Moura havia falecido quatro dias antes da chegada deste ao Espadim, deixando duas filhas já núbeis que puderam ser salvas.

Tal foi a expedição do impertérrito Tenente-Coronel Antônio José de Moura. (Vide Visc. de Taunay — *Campanha das Cordilheiras*, p. 323 - 326).

A Antonio José de Moura, por decreto de 17 de junho de 1880, foram concedidas as honras de Coronel honorário do Exército, em atenção aos relevantes serviços prestados à Pátria na Guerra do Paraguai.

Nos últimos dias do mês de janeiro de 1893, foi o cadáver deste benemérito brasileiro encontrado junto ao Capão Seco, próximo a Cacequi, no Rio Grande do Sul, com a cabeça separada do tronco!

Fora degolado juntamente com os Coronéis Falcão, Pacheco e Marinho<sup>53</sup>, cujos corpos ali estavam abandonados."

## 1893

**1º de janeiro:** — Em Porto Alegre, é chamado à delegacia de polícia o Sr. Gio Paulo Locatelli, redator da seção italiana publicada no *Mercantil*. Sem ser interrogado, foi recolhido à cadeia, o que deu lugar a uma reclamação do cônsul italiano ao Presidente do Estado.

— Chega à Capital uma leva de presos políticos, entre eles o Sr. Sebastião Cardozo, irmão do Tenente Annibal Cardozo, companheiro do Dr. Demétrio Ribeiro. O Sr. Sebastião Cardozo chegou algemado!

—

**5 de janeiro:** — Aparece no *Echo do Sul*, da cidade de Rio Grande, um protesto assinado por grande número de oficiais do Exército em serviço na guarnição de Bagé, verberando o procedimento da *patriotada* de Uruguaiana, que desatou o Major Afonso Alves de Moraes, fiscal do 6º Batalhão de Infantaria, hoje Tenente-Coronel Comandante do 4º Batalhão.

— Às 11 horas da noite, a *patriotada em serviço*, na cidade de Pelotas, provocou grande desordem com os catraieiros do porto. Estes rechaçaram os provocadores, obrigando-os a recolherem-se à sua *toca*. Já às 11 horas do dia, a *patriotada* tinha provocado um conflito com a guarda municipal, que ficou com um praça ferido.

<sup>52</sup> Troços: grupos.

<sup>53</sup> Referências a José Setembrino Falcão, Ubaldino José Gonçalves Pacheco e Ildelfonso Marinho.





*Novo sistema de execução inventado pelo castilismo-jacobino-positivista: amarrar a vítima pelo pescoço à cincha de um cavalo e soltar este campo afora, em vertiginosa carreira. (O leitor encontrará exemplos desse suplicio em os Crimes da Ditadura.)*

— Em publicação feita no *Echo do Sul*, de Rio Grande, José Francisco de Oliveira, homem de cor, honesto e chefe de família, declarou ter sido sua casa invadida, na noite de Ano Bom, por um Fulano Barbosa, Comandante da Guarda Municipal, um sargento e quatro praças, todos de espadas desembainhadas, na ocasião em que se realizava uma reunião familiar. O dono da casa e muitos dos convidados foram recolhidos à cadeia! Convém notar que na ocasião da invasão desapareceu uma carteira com 20\$000!

— —

**6 de janeiro:** — A oficialidade do Exército em serviço na Capital publicou no *Echo do Sul*, de Rio Grande, enérgico protesto contra o desacato sofrido pelo Major Affonso Moraes por parte da *patriotada* de Uruguaiana.

— —

**7 de janeiro:** — A polícia da cidade de Rio Grande, tendo à frente o Subintendente Cintra, espancou barbaramente, em plena rua, um pardo surdo e idiota! O Sr. José da Silva Azevedo, patrão do iate Fernandes Vieira, da Comissão da Barra, indo interceder pela vítima, foi mandado recolher à cadeia, aí se conservando 24 horas em um cárcere escuro e infecto.

— Ao Sr. Conde Brichanteau, Cônsul-Geral do Reino da Itália, na Capital do Estado, foi entregue, por numeroso grupo de italianos, um protesto contra as seguidas violências sofridas por seus compatriotas, vítimas de autoridades e seus subalternos. Esse protesto contava com mais de mil assinaturas.

— —

**9 de janeiro:** — Às três horas da tarde, foi saqueada a casa de Lopes Formoso, em Upamaroti, Município de D. Pedrito, sendo morto um peão de Sebastião de Almeida. Os bandidos amarraram os homens que estavam na casa e depois *operaram* à vontade.

— A propósito do desacato sofrido pelo Major Affonso Alves de Moraes, o inolvidável Marechal Barão de Batovy<sup>54</sup>, residindo então em Santa Catarina, telegrafou o seguinte ao Marechal de Sangue:

“O governo civil do Rio Grande do Sul avilta a classe militar. Existem ali honorários nas cadeias e outros foram assassinados. O Major Moraes foi preso por *patriotas* e guardado por um cabo. Em nome desses bravos, que conosco tanto combateram pela Pátria, espero justiça.”

As guarnições de Santa Catarina e Paraná, na mesma ocasião, telegrafaram, protestando contra o insulto atirado pelo Sr. Júlio de Castilhos ao Exército Nacional na pessoa do Major Affonso Alves de Moraes.

— —

**18 de janeiro:** — A folha federalista *Diário de Jaguarão*, da cidade de onde tirou o título, suspendeu sua publicação devido às *garantias* oferecidas à imprensa adversária do castilhismo. Antes, porém, o editor da folha havia sido chamado à presença do Tenente-Coronel Elias Amaro, chefe de *patriotas*, e, depois de insultado e injuriado, foi ameaçado de ser espancado em plena rua!

Como é sabido, Elias Amaro é hoje General honorário do Exército.

— —

<sup>54</sup> Referência ao Marechal Manuel de Almeida Gama Lobo d'Eça, uma das vítimas do fuzilamento em massa na linha de Anhatomirim (SC), ordenado pelo célebre Coronel Moreira César e conhecimento do Marechal Floriano Peixoto.

**22 de janeiro:** — Uma folha do litoral publicou longa lista de propriedades assaltadas no Município de Jaguarão pelos *patriotas* comandados por Elias Amaro. Em três assaltos sucessivos, os guardas do Sr. Júlio de Castilhos despovoaram a estância do Sr. Antão Rodrigues, no lugar denominado Pontas do Telho. O estancieiro espoliado teve de fugir para o Estado Oriental, para não ser assassinado.

Uma família residente na estância foi desrespeitada. Duas estâncias da viúva do Dr. Menandro Fontes, uma na Costa do Jaguarão e outra nas Bretanhas, ficaram *limpas*.

— Pelo Major Carlos Barreto, comandante interino do 6º Regimento de Cavalaria, foi corrido do Município de D. Pedrito, onde cometeram latrocínios sem nome, o Coronel Portugal e trezentos e poucos *patriotas* que o seguiam.

**28 de janeiro:** — Às três horas da madrugada, na Capital do Estado, o filho do administrador das capatazias da alfândega Miranda Castro, Oswaldo, em companhia de outros indivíduos, todos embriagados, tentaram arrombar a porta da casa da *horizontal* Rivarola, na rua da Ponte, insultando atrozmente o Furriel do Exército, Patricio Brune, filho da dona da casa.

Este, vendo-se insultado, abriu a janela e fez fogo contra os assaltantes, matando Oswaldo Miranda. Todos os desordeiros tinham saído do Palácio do Governo do Estado, onde tomaram parte no banquete oferecido ao Vice-Presidente F. Abbott<sup>55</sup>.

Com procedência da Margem do Taquari<sup>56</sup>, chegou à capital o Capitão do Exército Theóphilo Varella, que por ordem superior fora syndicar das atrocidades sofridas pelo italiano João Rizzio, assassinado em Jaguari. Aquele distinto oficial trouxe o cadáver da vítima, que fora encontrado sobre a terra com a cabeça separada do tronco e com falta de uma costela!

Nesse bárbaro crime tiveram parte o Dr. Severiano de Almeida, chefe da Comissão de Terras em Jaguari, o Major Rocha, secretário da mesma comissão, Capitão Ignácio Gomes e Firmino Soares, todos pertencentes às fileiras do castilhismo.

**6 de fevereiro:** — Segundo Vargas feriu, com uma faca, João Simões Marques, evadindo-se em seguida. O crime deu-se na cidade de Pelotas.

**11 de fevereiro:** — Em uma casa de negócio na cidade de Rio Grande, José Francisco Pereira recebeu três facadas que lhe vibrou Adelino da Silva Pinto.

**16 de fevereiro:** — O jornal oposicionista *Rio Grande*, da Capital do Estado, foi intimado pelo Chefe de Polícia a não dar mais publicidade às notícias sobre a invasão da fronteira por forças federalistas, sob pena de ser fechado o estabelecimento tipográfico. Em vista dessa intimação, o *Rio Grande* suspendeu sua publicação.

**18 de fevereiro:** — No *Echo do Sul*, foi publicada a proclamação dirigida da Carpintaria pelo legendário Jóca Silva, concitando os rio-grandenses a tomarem

<sup>55</sup> Referência ao Dr. Fernando Abbott, médico e chefe político republicano de São Gabriel, Vice-Presidente do Estado e Deputado Federal.

<sup>56</sup> Hoje, General Câmara.

armas contra a tirania do Sr. Júlio de Castilhos.

**19 de fevereiro:** — O mesmo jornal acima deu publicidade à patriótica proclamação do inolvidável General gaúcho Gomercindo Saraiva, documento que termina com vivas à Nação Brasileira e ao Rio Grande do Sul.

— Pela madrugada, o Delegado de Polícia da cidade de Bagé, um francês que renegou a mãe pátria, recrutou setenta e tantos trabalhadores da charqueada e obrigou-os a tomarem armas em defesa da *legalidade*. Às dez horas da manhã os recrutados, guardados por uma força, atravessaram a cidade em direção ao acampamento.

— —

**20 de fevereiro:** — O Subintendente municipal da cidade de Rio Grande, José Joaquim da Silva Cintra, compareceu ao escritório do *Echo do Sul*, valente órgão de oposição ao castilhismo, e intimou o respectivo redator a não dar inserção a notícias referentes à Revolução, declarando que assim procedia por ordem superior. Igual intimação foi feita ao resto da imprensa, o que deu lugar a que os jornais *Actualidade*, *Diário do Rio Grande*, *Artista*, *Bisturi* e *Echo do Sul* dirigissem o seguinte telegrama ao *Jornal do Comércio*, da Capital Federal:

"Imprensa desta cidade, incluindo órgãos imparciais, foi intimada cessar análise atos governo ou publicar notícias referentes Revolução. Outra vez Constituição rasgada, nulos nossos direitos. Queira informar colegas aí."

— Na charqueada Valladares, em Pelotas, Leopoldo Perez recebeu de Joaquim Monteiro três ferimentos graves, feitos com arma de fogo. O criminoso evadiu-se.

— —

**21 de fevereiro:** — À imprensa da cidade de Pelotas, como à de todo o Estado, foi imposta pela autoridade policial a Lei da Rolha<sup>57</sup>.

— —

**24 de fevereiro:** — Escoltados (!!!), seguiram da cidade de Rio Grande para a de Pelotas, com destino às forças da *legalidade*, grande de número de *voluntários*.

— Um magote de castilhistas invadiu o prédio onde funcionava a tipografia da *Tribuna Federal*, folha oposicionista na cidade de Pelotas, e empastelou todo o material tipográfico, inutilizando também a máquina, que ficou com as engrenagens partidas a golpes de martelo. O Sr. Abrilino Moncorvo, um dos proprietários, refugiou-se na cidade de Rio Grande, e seu irmão, Antônio Eugênio Moncorvo, julgando-se sem garantias, pois fora procurado por indivíduos suspeitos, ocultou-se. Nunca foram punidos os autores desse vandálico atentado, tendo todos eles recebido do Governo do Estado valiosas recompensas!

No dia 27, a requerimento do Dr. Costa Cabral, advogado dos irmãos Moncorvo, procedeu-se, em Pelotas, ao auto de corpo de delito nos danos causados no estabelecimento tipográfico da *Tribuna Federal*, assaltado e inutilizado pelos esbirros da *legalidade*.

Os peritos avaliaram os danos causados à máquina tipográfica em 1.200\$000 e nos tipos em 1.500\$000.

— —

**1º de março:** — Quando chegava à cidade de Pelotas, vindo do interior, foi preso na estação da estrada de ferro, revistado e depois recolhido à cadeia civil, onde esteve três dias, o intransigente federalista Sr. João Gonçalves dos Reis. A vítima desse atentado trazia consigo um salvo-conduto assinado por pessoa com-

<sup>57</sup> Lei da Rolha: censura.

petente — o General Luiz Alves Pereira, comandante de forças *legais* na campanha. Logo que foi posto em liberdade, o Sr. Reis dirigiu-se para Rio Grande, onde tomou passagem para o Estado de S. Paulo.

— —

**2 de março:** — Tendo o *Echo do Sul* publicado, na véspera, algumas notícias sobre o movimento revolucionário na fronteira dando vitórias aos federalistas, o então Tenente-Coronel João Cezar Sampaio, Comandante da Guarnição, escreveu à redação da valente folha rio-grandense uma carta desmentindo as notícias aludidas. Acrescentou, mais tarde, o *herói* do Caverá<sup>58</sup>, que o *Echo* ficava sem o direito de reclamar garantias quando se encontrasse em circunstâncias difíceis!

— —

**6 de março:** — Uma força de patriotas comandada por José Emilio Gomes, um dos bravos *capitães* da *legalidade*, assassinou, nos matos do Cerro Partido, o Sr. Gregório Gil, importante negociante no Cerro Chato.

— Na Capital do Estado foi assaltada, à noite, a tipografia do jornal "*O Mercantil*", órgão sem política, mas que não agradava ao castilhismo. O estabelecimento foi destruído: duas máquinas tipográficas, um motor a vapor, caixas, cavaletes, etc., foram arrebatados a machado. Nada, absolutamente nada foi feito para punir tão selvagem atentado, cometido nas barbas do Governo do Estado, apesar do proprietário do *O Mercantil*, Sr. José Francisco Dias, ter-se entendido com o General Pêgo Junior, Comandante do Distrito.

— Dois ou três dias depois, um grupo de legalistas, à noite, empastelou uma página do *Jornal do Comércio*, julgando pertencer ao *Mercantil*. Este fato deu-se na rua, quando a página era levada para a Livraria Americana, onde estava sendo impresso provisoriamente o *Jornal*, pois tinha sua máquina em reparo.

— —

**7 de março:** — Na cidade de S. Gabriel, onde residia, foi assassinado pelo ex-praça do 1º Regimento de Artilharia, de nome David, o solicitador e jornalista Júlio Mamede, republicano histórico, redator do jornal *Gabrielense* e ali muito estimado, adversário ostensivo e intransigente da ditadura.

O castilhismo apressou-se em fazer constar que Júlio Mamede havia se suicidado em um acampamento das forças da *legalidade*, mas soube-se logo ter sido assassinado no Passo do Pinto e que a autoria desse bárbaro crime pertencia ao Dr. Fernando Abbott. Mamede deixou mãe, viúva e dois filhos pequenos na mais completa pobreza.

Pouco tempo depois, o referido praça David, *capanga* do tal Dr. Abbott, como se dava ao vício da embriaguês, em ocasião essa que se achava um tanto alcoolizado, narrou em plena praça pública, em altas vozes, esse fato criminoso e todas as suas hediondas circunstâncias. Dias após era assassinado pela polícia de S. Gabriel, isto é, a polícia o feriu mortalmente, sem dúvida instruída por *alguém*, que não podia ser outro se não o interessado, o Dr. Fernando Abbott!...

Recolhido David ao hospital de Caridade, onde faleceu pouco depois, não permitiram que mesmo a sua própria mãe, Joanhina de tal, o pudesse socorrer ou sequer vê-lo. Conservaram-no incomunicável até morrer!!!...

— —

---

<sup>58</sup> Referência irônica à derrota do Coronel João César Sampaio em Tarumã, pelo federalista Aparício Saraiva, irmão de Gumercindo.

**8 de março:** — Nas proximidades da porteira da charqueada dos Srs. Pedro Osório & Cia., no Passo dos Negros, em Pelotas, apareceu degolado o septuagenário João José de Almeida, brasileiro, morador no lugar denominado Monte Bonito, naquele Município.

— —

**10 de março:** — Um menino que, na cidade de Pelotas, distribuía o *Echo do Sul*, foi preso, como *voluntário*, para fazer parte da *patriotada* castilhista.

— Foi preso, em Porto Alegre, o Sr. Cândido Malater, ex-empregado da Secretaria de Polícia e dedicado companheiro político do Conselheiro Silveira Martins.

— —

**11 de março:** — No lugar denominado Quinta, a meia hora da cidade de Rio Grande, foi assassinado Estevão de Assumpção, antigo empregado na fazenda da Ilha do Lionídio.

— Em uma sanga perto do Piraizinho, em Bagé, apareceu degolado o súdito português Abílio Martins, laborioso agricultor, vendedor de verduras na cidade. O infeliz, na véspera, juntamente com a carroça que diariamente dirigia, fora levado, à força, por *patriotas* que seguiam para a campanha e depois apareceu degolado... Quem os autores do bárbaro crime?!...

— —

**13 de março:** — Chegou a Pelotas, enviado pela autoridade policial, o cadáver do pardo José Ferreira, de 70 anos de idade, agregado do Sr. Ismael Maia e barbaramente assassinado no lugar denominado Umbú, na Serra dos Tapes.

O cadáver tinha o crânio amassado a cacetadas! Os bandidos que roubaram a vida do inofensivo velho atearam fogo ao rancho em que ele morava. Um cão da vítima é que encontrou o cadáver dentro do mato.

— Os Srs. José Francisco Dias e Constantino Pereira da Silva, representantes do *Mercantil*, folha reaparecida na Capital depois do seu empastelamento, foram intimados a comparecer na secretaria do Chefe de Polícia, o que fizeram, às duas horas da tarde. Ali chegados, o Dr. Antunes Ribas, Chefe de Polícia, intimou-os a não mais noticiarem fatos referentes à Revolução, sob pena de prisão. Em vista disso, aqueles dois cidadãos resolveram nada mais dizer no seu jornal, do que fizeram ciente o público no mesmo dia 13.

— —

**5 de abril:** — No Capão do Leão, Município de Pelotas, foi assassinado com um tiro de pistola Francisco de tal, vulgo Xingola. Foi autor do crime Manoel Antônio de Azevedo, que se evadiu...

— João Alves arrebanhou dos campos do Alferes José Luiz de Souza Pires 289 rêses, na qualidade de *oficial* das forças legais de Canguçu e Piratini, negando-se a passar o devido recibo! Isto deu lugar a que o prejudicado apresentasse à autoridade judicial, em Porto Alegre, um protesto, a fim de receber de quem de direito o valor do gado.

— —

**8 de abril:** — Em Pelotas, foi preso arbitrariamente o Sr. João Augusto Duprat, a quem o castilhismo acusava de propalar notícias de vitórias das forças federalistas.

— —

**15 de abril:** — O Dr. José Carlos Ferreira, médico adjunto do Exército, servindo na Capital, dirigia-se, alta noite, a prestar seus serviços médicos a um praça da Brigada Militar, isto a chamado o Subdelegado de Polícia do 1º Distrito, que man-



1 - Estrada brasileira ao longo da linha divisória. 2 - Estrada oriental. 3 - Posto militar da república vizinha. 4 - Marco do Lopes, próximo ao qual foi encontrado, já em parte devorado pelos cães e os corvos, o corpo do Capitão do 12º Regimento de Cavalaria Cezário dos Anjos Garcia, chefe de numerosa família, assassinado por ordem do Comandante da Guarnição e Fronteira de Livramento, que para esse fim mandou entregá-lo, preso, a uma escolta de patriotas comandada por Alexandre Joaquim Duarte, Capitão do Corpo Civil de Ismael José Vargas.

dou dois praças de polícia acompanhá-lo. Ao enfrentar o quartel do 6º Regimento de Cavalaria, aquele médico do Exército foi atacado por um Alferes da Brigada Militar o qual, armado de revólver, o ameaçou e dirigiu-lhe epítetos insultuosos. Reagindo contra a agressão, o Dr. Carlos Ferreira evitou que o bandido desfechasse a arma homicida. Tendo a sentinela do quartel bradado às armas, compareceram alguns oficiais do 6º Regimento. É bem provável que o *valiente* Alferes seja hoje comandante de alguns dos corpos do janizaros do castilhismo.

--

**18 de maio:** — O *Jornal do Comércio*, da Capital, em vista de constantes ameaças, pediu garantias ao governo do Estado.

— Na mesma ocasião, esteve prestes a ser empastelada a tipografia do *Rio-Grandense*, órgão dos republicanos históricos, oposicionistas à ditadura na Capital, aparecido dois ou três dias antes!!! O assalto não se realizou devido às providências tomadas pelos republicanos.

--

**20 de maio:** — Pelo jornal *Rio Grande*, da Capital, foi publicado um registro de crimes praticados pela legalidade em Santo Antônio da Patrulha. Por ele vê-se que foram incendiadas doze casas de federalistas e que as fazendas e casa de Vicente Gomes ficaram completamente arrasadas!

--

**31 de maio:** — Às sete e meia da noite, um grupo de *legalistas*, tendo à frente o conhecido Tenente-Coronel Carvalho, Comandante de um corpo da Guarda Nacional, invadiu o Café América, situado na Rua dos Andradas, a principal de Porto Alegre. Os assaltantes dispararam grande quantidade de tiros de revólver, ficando feridas muitas pessoas e entre elas quatro oficiais do Exército que ali se achavam pacificamente. Antes do assalto, o proprietário do Café América havia se dirigido ao Ministro da Guerra, Comandante do Distrito e Chefe de Polícia, pedindo garantias, as quais lhe foram asseguradas. No entanto, o assalto deu-se e os seus autores, apesar de reconhecidos e denunciados, nunca foram punidos!

--

**10 de junho:** — Em ordem do dia, o General João Baptista da Silva Telles<sup>59</sup>, comandante das forças em operações no sul do Estado, expulsou das suas fileiras, por indignos de a elas pertencerem, os seguintes oficiais, inferiores e praças da brigada civil comandada pelo *Coronel* Bernardino Motta: Capitão Florício de Oliveira, Tenente José Bazílio, Alferes João da Cruz, Sargento Antônio Pereira Júlio, Cabo de Esquadra Theodoro Rodrigues, soldados Ismael Corrêa, Theodolino José da Fonseca, Francisco Soares, Gregório Duarte, Bernardino Francisco Nunes, Leoncio Cavalheiro de Souza, Zeferino da Rosa Garcia, Lino Ferreira, Bernardino Ferreira da Silva, Pedro Teixeira, José Marcelino da Silva e Manoel Victorino *“pelo procedimento altamente criminoso e infame que tiveram de, aproveitando-se das circunstâncias anormais em que se achava o Estado e à sombra das forças legais, darem expansão aos seus instintos devastadores e sanguinários: roubando e ameaçando com assassinato a quem defendia sua propriedade”* e *“por serem encon-*

<sup>59</sup> Por ironia do destino, o General João Telles teve sob o seu comando, nas Forças em Operações no Sul do Estado, a gente de Bernardino Mota, a quem acusara de ser um dos maiores assassinos e ladrões do Rio Grande, em célebre telegrama ao Marechal Floriano Peixoto. Por isso mesmo, trazia-os sob “rédea curta”, agindo com rigor exemplar.



*trados conduzindo, para lugares desconhecidos, uma tropa de gado arrebanhada e roubada a diversos particulares, por meio de ameaça da força e tentativa de assassinato."*

--

**1º de julho:** — O *Rio Grande*, órgão do Partido Republicano Liberal em Porto Alegre, denunciou ter sido saqueado o estabelecimento da empresa pecuária Assis & Cia., em Alegrete, da qual era um dos proprietários o Dr. J. F. Assis Brasil<sup>60</sup>, nosso Ministro em Washington.

Esta *brilhatura* foi levada a efeito por forças que tinham por *diretor político* o Senador Pinheiro Machado<sup>61</sup>, geralmente conhecido em todo o Estado pelo nome de General Pente Fino. A *patriotada* estragou todo o aramado, arrebatou todas as éguas finas, mestiças e crioulas, mulas especiais e mais gado que encontrou. A denúncia diz também que foram vítimas das forças *legais* os estabelecimentos de criação de Sebastião Dornelles, Freitas Valle, João Telles, Affonso Teixeira, Vasco Alves, Sebastião Nunes, Olyntho Nunes, Bartolomeu Brazil, Francisco Ferreira, família Medeiros, família Machado da Silveira, Constantino Pinto e Rafael Jordão. Desses estabelecimentos a *patriotada* roubou gado para comer, dar e vender! Nem os couros deixaram!

Em viagem para Uruguiana, diz ainda o mesmo jornal acima, uma pequena força comandada pelo *tenente-coronel* Belisário Moreira arrebatou 500 reses gordas das estâncias de Vasco Alves e Sebastião e Olyntho Nunes. O comandante da força, perito na *arte* de roubar, declarou que o levantamento do gado era feito por ordem do General Hyppólito<sup>62</sup>.

— No Município da Cachoeira, é ainda o colega porto-alegrense quem o diz, ficaram despovoadas as fazendas do Coronel Joaquim Pedro Salgado, Gaspar Barreto, Carlos Gama, João Carlos Gama, José Severo Fialho e José Leão, este velho, cego e alheio às lutas políticas!

--

**3 de julho:** — Em Pelotas, o italiano Serafim de tal assassinou com quatro punhaladas o seu compatriota Rafael Negribene.

## 1894

**18 de janeiro:** — Três italianos, Lázaro Domingos, Secundo Alroi e Mario Giuseppe, assassinaram, em Porto Alegre, o súdito alemão Carlos Wild.

--

**6 de fevereiro:** — Na cidade de Rio Grande, às oito horas da noite, o soldado da guarda municipal Abrahão Rodrigues da Silva assassinou seu companheiro Jordão Dutra da Silva, que recebeu um tiro de Comblain no ventre.

<sup>60</sup> Referência ao Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil, cunhado de Júlio de Castilhos, de quem se afastara, e titular da Legação Brasileira na capital dos Estados Unidos.

<sup>61</sup> Referência a José Gomes Pinheiro Machado, verdadeiro "comissário político" da Divisão do Norte, comandada pelo General honorário Francisco Rodrigues Lima.

<sup>62</sup> Referência ao General honorário Hipólito Antônio Pinto Ribeiro, comandante da Divisão do Oeste.

--

**9 de Fevereiro:** — Noticiou uma folha do litoral que, na noite de 9 para 10 de janeiro, fora assaltada a casa comercial do Sr. Luiz Canabarro, estabelecida em Touro Passo, Município de Uruguaiana. Os bandidos, aproveitando-se da ausência do dono da casa, que se achava na cidade, forçaram a esposa do mesmo a confessar onde estava o dinheiro, o que conseguiram depois de haverem maltratado muito a indefesa senhora. Depois disso saquearam completamente o estabelecimento, cujos despojos levaram em cargueiros. Como de costume, não foram punidos os autores do saque.

--

Entre os horrores que o Senador Pinheiro Machado mandou praticar como "diretor político" da Divisão do Norte, cita-se como um dos maiores requintes da sua crueldade calabresa<sup>63</sup> o seguinte, ocorrido em fevereiro de 1894:— morava em Vacaria, cercado da estima de toda a população, o Dr. Benedicto Acauã, um velho octogenário, completamente alheio às lutas políticas; o Boi de Botas (alcunha hereditária do General Pente Fino) com olho nas suas invernadas, mandou prendê-lo por um piquete comandado por Eliziário Paim, sendo o Dr. Acauã degolado à beira de um banhado. Uma filha solteira que vivia em sua companhia, de nome Corina, ao saber da degola do seu velho e extremoso pai, enlouqueceu. O Dr. Benedicto era irmão do Dr. Acauã, ex-diretor da Imprensa Nacional do governo da União, na Capital Federal.

Na mesma ocasião em que foi detido e assassinado o Dr. Benedicto Acauã, foi também preso Cirino Azevedo, Subdelegado de Polícia de Vacaria, encontrado na casa do referido Dr. Cirino Azevedo, depois de estaqueado, ainda conseguiu evadir-se, apresentando-se ao General Lima<sup>64</sup> que, inteirando-se do que ocorria, exclamou: "Tenha paciência, patrício, não faça caso, isto são coisas do Pinheiro..."

--

**11 de fevereiro:** — No 3º Distrito do Município de Jaguarão, lugar denominado Serrito, Ozório Feijó, bandido conhecido por Piaco, assassinou o cidadão Antônio Pereira, ferindo também um filho do mesmo. Em seguida, Piaco saqueou a casa da sua vítima.

--

**25 de fevereiro:** — Às dez da noite, na Rua Andradas, na cidade de Rio Grande, o guarda da Alfândega Valeriano Carlos de Oliveira Santos agrediu o 1º escriturário, da mesma repartição, Joaquim dos Santos Paiva. O agredido, servindo-se de uma faca que consigo trazia, feriu o seu agressor.

--

**6 de abril:** — O *Echo do Sul*, valente folha rio-grandina de propriedade do nosso amigo Alfredo Rodrigues de Oliveira, viu-se forçado a suspender sua publicação.

Só a primeiro de setembro de 1895, isto é, um ano e cinco meses depois, reapareceu.

<sup>63</sup> Alusão à região da Calábria, Itália, conhecida pela violência e excessos.

<sup>64</sup> Referência ao General honorário Francisco Rodrigues Lima, comandante da Divisão do Norte.

# 1895

**Agosto:** — Em Porto Alegre, na noite de 27 de agosto, foi assassinado Francisco Manoel dos Santos por João de Oliveira da Silva Filho. O crime foi cometido nas proximidades do Arsenal de Guerra.

— Foi grandemente notado e tem significativa explicação o fato de não ter o funcionalismo público tomado parte nas festas promovidas, na Capital do Estado, em honra ao pacto de 23 de agosto, firmado entre os gloriosos Generais Galvão de Queiroz e Joca da Silva<sup>65</sup>.

— Na noite de 25, em Santana do Livramento, houve um encontro entre as forças de linha e a *patriotada*, devido a divergências por causa da pacificação, a qual a *patriotada* era infensa. A provocação partiu da gente do Sr. Júlio de Castilhos. Da luta resultou a morte de dois homens, ficando feridos mais de trinta dos contendores.

— Ao Sr. General Galvão de Queiroz, Comandante do 6º Distrito Militar, queixou-se o Tenente-Coronel Polycarpo Machado, federalista residente no 3º Distrito de Livramento, de terem sido arrebanhadas de seu campo 1.500 reses, sendo autor dessa *brilhatura* o celebrado João Francisco<sup>66</sup>.

Este roubo foi praticado depois de firmada a paz!

— —

**Setembro:** — Em editorial publicado a 9, sob o título “Dentro da Lei” a *Federação* declarou ter o Sr. Júlio de Castilhos interrompido as relações oficiais com o abnegado pacificador General Innocência Galvão de Queiroz, isto desde 23 de agosto. Depois de censurar acemente o representante do governo da União, o porta-voz dos ódios do castilhismo declarou ter sido o fato do rompimento levado ao conhecimento do Dr. Prudente de Moraes, Presidente da República.

— Um grupo de castilhistas chegado de Pelotas a Rio Grande, a fim de tomar parte em uma manifestação ao Tenente-Coronel José Carlos Pinto Júnior na noite de 21, praticou toda a sorte de distúrbios pelas ruas nos hotéis e no teatro!

No Café Moka, em frente ao teatro, os desordeiros arrancaram da parede e despedaçaram um retrato do Almirante Saldanha da Gama<sup>67</sup> e quiseram agredir o proprietário do estabelecimento. A estes últimos atos de vandalismo assistiu, impassível, o bacharel Frederico Bastos, vulgo Gericó ou Chupa Balas, Juiz da Comarca de Pelotas.

Às oito horas da manhã de 28, em plena Rua dos Andradas, a principal de Porto Alegre, a colônia italiana assaltou a tipografia do jornal alemão *Wolkesblatt*, empastelando o material e quebrando a máquina tipográfica. Apesar da hora, do

---

<sup>65</sup> Referências ao General Inocêncio Galvão de Queiroz, representante do Presidente Prudente de Moraes, e ao General honorário João Nunes da Silva Tavares, representante dos revolucionários, que assinaram a Paz de Pelotas (23.08.1895).

<sup>66</sup> João Francisco Ferreira de Souza, Comandante do Quartel do Cati, foi uma das principais lideranças castilhistas na fronteira, tendo entrado em rota de colisão com Borges de Medeiros após o falecimento de Castilhos em 1903. J. F. era odiado pela oposição federalista.

<sup>67</sup> Líder revolucionário morto em combate no Campo Osório, pelas tropas de João Francisco Ferreira de Souza.

local e ter sido previamente anunciado o assalto, nenhuma autoridade compareceu, obrando à vontade os assaltantes!

— No lugar denominado Banhado do Carneiro, próximo a cidade de Bagé, foram encontrados dois corpos degolados, os quais foram reconhecidos como pertencentes a dois cidadãos que haviam emigrado para a República vizinha durante a Revolução, e que regressavam à terra natal em vista da pacificação.

— Com data de 26, telegrafaram de Santana para o litoral, dizendo que o chefe federalista Júlio Barros, em companhia de alguns homens, foi atacado por uma força de João Francisco. Em vista do cerrado fogo de que foram alvo, Júlio Barros e seus companheiros dispersaram, indo o primeiro dar em Cerro Chato, donde comunicou ao Coronel Paula Castro, pedindo garantias para voltar a Livramento, o que lhe foi concedido.

— Da estância do Sr. João Duarte foi levantada uma tropa de 800 ovelhas por gente do heróico João Francisco.

— —

**6 de outubro:** — O *Echo do Sul*, da cidade de Rio Grande, começou a publicação de documentos para a história.

— Em ordem do dia publicada a 9 de Outubro, o General Innocêncio Galvão de Queiroz, Comandante do 6º Distrito Militar, declarou desarmadas todas as forças revolucionárias, de acordo com as comunicações recebidas dos Coronéis Carlos Telles, Aguiar Corrêa, Lydio Purpurário e Balthasar da Silveira, Tenentes-Coronéis Paula Castro e Carlos Pinto<sup>68</sup> e Capitão João de Deus Guimarães.

Estes oficiais achavam-se comissionados para procederem ao desarmamento por ordem do Comando do Distrito e nenhuma relutância encontraram da parte dos federalistas.

— A *República*, órgão dissidente na Capital do Estado, pediu a retirada de 3.500 homens das forças civis, que se achavam estacionados nas fronteiras de Missões e São Luiz, e a sua substituição por forças do Exército, a fim de regressarem à Pátria os emigrados daquelas regiões.

— Entre praças da Brigada Militar e marinheiros nacionais, deu-se um conflito na noite do dia 10, do qual resultou a morte de um dos primeiros. A provocação desse e de outros conflitos havidos na cidade de Rio Grande partiu da gente do Sr. Castilhos.

— No Município do Rosário foram presos seis praças de forças *legais* que andavam praticando correrias e depredações. A prisão foi efetuada por cidadãos que haviam pertencido às forças do Coronel Marcelino Pina<sup>69</sup>, os quais entregaram os presos, na Vila do Rosário, às autoridades respectivas.

— Como proprietário da casa de tavolagem, foi instaurado processo, na cidade de Rio Grande, contra o famigerado Trajano Lopes, Subintendente do Município. A primeira audiência realizou-se no dia 17. No dia seguinte, depois de finda

---

<sup>68</sup> Referências aos Coronéis Carlos Maria da Silva Telles (31º BI), José Joaquim de Aguiar Corrêa (11º RC), Lydio Purpurário dos Santos Costa (4º RC) e Joaquim Baltazar da Silveira (3º BI), Tenentes-Coronéis Francisco de Paula Castro (18º BI) e José Carlos Pinto Junior (3º B. Art.). Oficiais encarregados de receber o armamento dos corpos desmobilizados.

<sup>69</sup> Referência ao coronel federalista Marcelino Pina de Albuquerque.

a segunda audiência, Trajano tentou desacatar uma das testemunhas, Eduardo Lobo, no que foi repellido.

Trajano Lopes foi condenado pelo Dr. Eduardo Ernesto de Araújo, íntegro Juiz Distrital, a três meses de prisão e 500\$000<sup>70</sup> de multa. Mais tarde, porém, o Dr. Abreu Netto, Juiz da Comarca de Santa Vitória, nas mãos de quem o processo foi parar, julgou-o improcedente, para *honra* do castilhismo.

— Coca Barcellos, arvorando-se Intendente do Município de Lavras, iniciou forte campanha perseguidora contra os federalistas que regressavam a seus lares depois de extinta a Revolução. Pessoas de alta significação levaram o fato ao conhecimento do General Galvão de Queiroz, pedindo providências contra o fato, isto era 20 de outubro. Esse mesmo Coca Barcellos, figura proeminente do castilhismo naquela zona, foi, mais tarde, nomeado subchefe de uma das regiões policiais<sup>71</sup>, não chegando a empossar-se por haver falecido dias depois da sua nomeação.

— De S. Gabriel, escreveram em 10 de outubro ao *Echo do Sul*, que um tal José Ferreira Cardozo<sup>72</sup>, jacobino<sup>73</sup> de força, feito intendente, estava perseguindo os federalistas, inutilizando assim a obra meritória do General Galvão de Queiroz. A primeira vítima foi o Sr. Joaquim Pedro Vieira, que serviu nas forças do General Aparício Saraiva. Achava-se Vieira em sua casa, que era em frente a do façanhudo Intendente; a família e outras pessoas o rodeavam na sala quando esta é inopinadamente invadida pelo mesmo Intendente, o qual, ameaçando céus e terra, foi quebrando tudo quanto encontrou! Vieira, para escapar à sanha do seu perseguidor, teve de fugir pelos fundos da casa. — Nota final: José Cardozo era português (!) e conseguira, nos tempos do Dr. Abbott<sup>74</sup>, *canonizar* uns duzentos contos de réis!

Nas pontas do Jaguarí, no mesmo Município acima, um tal Nascimento, indivíduo de maus precedentes e instrumento do castilhismo, e o Capitão Jôca Alves, burlando as garantias oferecidas aos federalistas pelo governo da União, continuaram na faina de assassinar, roubar e incendiar.

— Foi assassinado, no Passo dos Negros, Município de Pelotas, no dia 27, o crioulo Cícero, que estava tomando conta de uma casa de negócio. O autor do crime, Henrique Grande, oriental<sup>75</sup>, não foi preso.

— —

**Novembro:** — João Bolero, pertencente às forças de João Francisco, prendeu e mandou degolar, no dia primeiro, dois inofensivos federalistas, no Município de Livramento.

— Ao *Jornal do Comércio*, do Rio, contaram que, tendo sido apresentada ao General Galvão de Queiroz uma folha para pagamento de forças civis na importância de 84.000\$000, ordenou o mesmo General que a força formasse, a fim de

---

<sup>70</sup> Quinhentos mil réis. Os Juizes Distritais julgavam em primeira instância processos até este valor. A apelação se fazia junto ao Juiz da Comarca.

<sup>71</sup> O Estado era dividido em regiões policiais, cada qual sob comando de um subchefe, todos coordenados pelo Chefe de Polícia.

<sup>72</sup> Há evidente equívoco. Em 1895/96, o intendente de São Gabriel era João Manoel Cardoso.

<sup>73</sup> Expressão gramatical que designava republicanos de extração mais popular e notadamente exaltados e intransigentes.

<sup>74</sup> Fernando Abbott governou o Estado de 16.03.1891 a 15.07.1891 e de 27.09.1892 a 25.01.1893.

<sup>75</sup> Uruguaio.

ser paga. Cumprida essa ordem, apenas compareceram praças para receber 30.000\$000.

Em vista desse e de outros fatos idênticos, o Dr. Rodrigues Alves, Ministro da Fazenda, tendo aberto ao Ministério da Guerra um crédito de mil contos de réis para pagamento de tropas, ordenou ao Comandante do 6º Distrito Militar que esses pagamentos fossem feitos por pessoa de sua imediata confiança.

— Na noite de 6 para 7, foi arrombada a porta do estabelecimento comercial dos Srs. Duarte & Cia., onde dormia o empregado Cícero Duprat, a quem os ladrões intimaram a entregar-lhes as chaves do cofre. Não sendo obedecidos, crivaram o infeliz de facadas e depois o degolaram. Em seguida, tentaram arrombar o cofre, e não o conseguindo, apenas levaram uns 500\$000, que se achavam fora.

— Em Santa Vitória do Palmar, no dia 5, o praça da Guarda Municipal Pedro Açuña assassinou o soldado Francisco de Sousa Torres, pertencente ao destacamento do 12º Batalhão de Infantaria, ali em serviço.

— Também em Santa Vitória, na estância do Curral de Arroios, que pertenceu a Gomercindo Saraiva, foi assassinado e depois degolado por dois indivíduos pertencentes ao castilhismo o Sr. Carlos Neves, homem morigerado<sup>76</sup> e bem querido.

— Um grupo de 10 ou 12 bandidos pertencentes à polícia de Vital Ribeiro praticou as maiores tropelias no Município de Livramento. No Capão Alto, arrebanharam todos os animais que encontraram, não deixando sequer os pertencentes à diligência. Daí dirigiram-se à casa do Sr. Francisco Larrathéa, próximo ao Passo da Restinga, e assassinaram Antônio Leôncio, José Modesto, o preto velho Lino de tal, aleijado, e Rafael de tal, caseiro de Larrathéa, deixando os cadáveres insepultos. Mais adiante, assassinaram Feliciano Xavier e uma mulher que o acompanhava. Na estância do Sr. Luiz Severiano, assassinaram o caseiro do mesmo e um filho de oito anos de idade! Do grupo de bandidos faziam parte André Galvão, Cecílio Gameleiro, Procópio Gameleiro, João Alberto e Belarmino Trindade, todos acérrimos defensores da *legalidade*.

— —

**Dezembro:** — Continuando a publicação de documentos para a história, o *Echo do Sul* insere em suas colunas documentos importantíssimos.

— No dia 6 foi noticiada por uma folha do litoral a existência de mais dois crimes de morte: no 3º Distrito de Canguçu, um; em São Lourenço, outro. Do primeiro, foi vítima Reduzino Fonseca, que recebeu um tiro de revólver nas costas, desfechado por Zeferino Fonseca, sem que para isso houvesse motivo. O infeliz era pai de numerosa família e ali muito benquisto.

Do crime praticado em São Lourenço, foi autor um praça que acompanhava o célebre Subintendente Porcino do Boqueirão. Chamava-se Carlos Schwantz a vítima, era alemão e foi morto à porta de sua casa, na Picada dos Pinheiros, em 22 de novembro!

— Em 11 de dezembro, ainda estavam em armas forças castilhistas no 3º Distrito do Livramento, acampadas no Ibirapuitã. A devastação continuava a ser feita no gado com ameaças a seus proprietários, dos quais muitos acharam me-

---

<sup>76</sup> De bons costumes.

lhor abandonar a Pátria e seus interesses a serem trucidados. Entre essa gente celebrou-se o *Major* Feliciano dos Anjos. As fazendas mais sacrificadas foram as de Antônio Menezes, Zeca Menezes e Juca Carvalho, moradores em São Diogo, pois ficaram com 200 reses, no máximo, cada um. Das fazendas dos federalistas Quinca Nunes e Neco Trindade levantaram 300 ovelhas e da de Manoel José de Menezes, mais de 300 reses.

— No Cerro Verde, Marciano Reis estabeleceu charqueada de gado roubado aos federalistas de Livramento.

— Continuando o assassinato de federalistas no Município de Livramento — isto apesar de haver saído para a Campanha o 5º Regimento de Cavalaria, mandado pelo General Savaget<sup>77</sup>, então Comandante do Distrito, a fim de tornar efetiva as garantias, em 23 de dezembro —, Rafael Cabeda enviou este telegrama ao General Joca Silva:

“Neste município são mais de quinze companheiros nossos degolados por forças castilhistas. Pelo jornal temos denunciado fatos. Paula Castro, Intendente, nada providenciaram. Dirigi-me ao General Savaget, nada contestou-me.

Acaba chegar Júlio de Barros, salvo perseguição piquete João Francisco mandado por Pedro Bueno. Companheiros excitados estão querendo reagir. Os tenho aconselhado aguardar solução governo. Peço V. Ex<sup>a</sup> dirigir-se General Galvão, Presidente da República. Com este estado de coisas não podemos continuar. Envie cópia deste *Echo*, Rio Grande. Se o governo não providenciar, prefiro lutar como dantes.— Rafael Cabeda.”

— Em Palmas, 3º Distrito de Bagé, dois bandidos armados chegaram, no dia 23, a uma casa de negócio e pediram bebida, no que foram atendidos. Depois invadiram a casa de uma família e tentaram assassinar um velho de 70 anos e um filho seu.

— No dia 26, o General Savaget, Comandante Interino do Distrito, dirigiu a seguinte carta ao General Silva Tavares:

“Pelotas, 26-12-95.— Ilmo. Exmo. Sr. General João Nunes da Silva Tavares. — Recebi vossa carta de ontem datada à qual acompanhou cópia de um telegrama expedido de Livramento. Agradeço a delicadeza da informação prestada.

Do Sr. Presidente da República, do Ministro da Guerra e do Ajudante-General do Exército, tenho recebido as mais instantes recomendações para fazer efetivas as garantias concedidas aos anistiados.

Tudo tenho feito nesse sentido, não só para obedecer aquelas recomendações, como porque sou também brasileiro e republicano e, como tal, não quero o descrédito da República e o atraso do nosso Brasil. Informações que tenho, partidas de fonte insuspeita, afirmam-me que toda aquela fronteira está infestada por bandos de indivíduos que vivem da rapinagem.

Isto é tanto mais acreditável quanto é sabido que o trabalho acha-se ali completamente desorganizado e que foram ultimamente dissolvidas as forças tanto de um partido como de outro, ficando essa gente, em geral, sem trabalho e sem dinheiro.

Em tais condições, para evitar a perpetração de crimes, seria preciso

---

<sup>77</sup> Referência ao General Cláudio do Amaral Savaget.

colocar ao lado de cada cidadão uma sentinela.

Bem o sabeis, nas cidades européias mais bem policiadas comem-se também assassinatos. Haja vista, em Londres, a existência de Jack, o Estripador.

A vista do exposto ousou invocar o patriotismo do glorioso e velho soldado — João Nunes da Silva Tavares — para que com o seu prestígio auxilie-me na obra da consolidação da paz no Estado do Rio Grande do Sul, obra cujos fecundos resultados não preciso encarecer.

De V. Ex<sup>a</sup> velho camarada e amigo — *General Savaget.*”

Este piramidal documento de incapacidade e inépcia conquistou para o seu autor o título de General Jack, o Estripador, conferido pelo povo e só mais tarde substituído pelo de General Linchador, quando, no Rio Grande, S. Ex<sup>a</sup> pessoalmente assistiu ao linchamento do cidadão francês Joseph Pomaret.

Respondendo ao desastrado substituto do ínclito General Galvão de Queiroz, destemido gaúcho General Joca Silva dirigiu-lhe, em 28 de dezembro, a carta que se vai ler:

“Bagé, 28 de dezembro de 1895.— Ilmo. Exmo. Sr. General Cláudio do Amaral Savaget.— Só depois de ter lido nos jornais de Pelotas a carta de V. Ex<sup>a</sup>, datada de 26 do corrente, chegou, ontem, às minhas mãos, o original lançado, sob registro, no correio.

Ciente do pensar de V. Ex<sup>a</sup> sobre o modo de garantir a paz no Estado, permita-me dizer-lhe que não há necessidade de um soldado ao lado de cada federalista para conseguir-se aquele resultado, nem é aceitável a infeliz lembrança de Jack, o Estripador.

Os meios empregados são outros, que não escapam à perspicácia do chefe da Nação. Basta lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que, nos municípios em que foram dissolvidas as forças de patriotas, a paz e a tranqüilidade estão garantidas.

É V. Ex<sup>a</sup> hoje o chefe das forças de linha que estacionam no Estado, por isso deve saber que a emigração já começou pelos mesmos motivos de 1892.

Ninguém ambiciona mais a segurança da paz do que eu, que tenho pelo seu início grande responsabilidade; mas para obter-se esse resultado é necessário mais solicitude no cumprimento do protocolo de 23 de agosto, e que haja mais escrúpulos em reviver chagas que somos os primeiros a querer sanar.

Como republicano que não esperou que o céu trovejasse para acreditar em Deus, quero a efetividade do governo republicano; por isso, V. Ex<sup>a</sup> e qualquer outra autoridade pode contar com o meu concurso para o fiel cumprimento daquele protocolo.

Com a maior consideração, de V. Ex<sup>a</sup> velho camarada e amigo. — *João Nunes da Silva Tavares.*”

— No dia 31, chegaram a Rio Grande e foram metidos na cadeia, a fim de seguirem para Porto Alegre, grande número de cidadãos que pertenceram às forças federalistas. Esses infelizes foram recrutados, em Pelotas, com destino à milícia estadual.

— Apesar das garantias prometidas pelo Governo da União, os revolucionários continuaram a ser perseguidos em diversos pontos do Estado; dessa perseguição, levada até o extermínio, foram autoras as autoridades e os corifeus do castilhismo. Eis as provas:

— Em São João do Duro, o Coronel federalista Juca Anastácio, tendo ido a



vila apresentar oito companheiros seus ao Alferes do Exército Comandante do destacamento, foi assaltado por João Ventura, *capitão de patriotas*, que, passando a galope, desfechou contra o bravo gaúcho dois tiros à queima-roupa.

Um dos projéteis varou o casaco, colete e camisa de Juca Anastácio, chamuscando-lhe a pele da barriga. O nosso amigo, cuja calma e coragem é reconhecida, saiu em perseguição do seu assaltante, o qual, vendo-se perseguido, abandonou o cavalo em que montava e homisiou-se no mato. O *Capitão* João Ventura era o braço forte do celerado Christovam e de Zeca Netto<sup>78</sup>; substituiu Quinca Meirelles que pagou com a vida o silêncio dos inúmeros crimes que cometeu por ordem dos dois adeptos do jacobinismo rubro.

Em Taquara do Mundo Novo<sup>79</sup>, o Delegado de Polícia e Intendente Municipal pratica os maiores desatinos, sendo até acusado de assaltos noturnos aos quintais e galinheiros! Só depois de provado ter sido essa autoridade processada como cúmplice no assassinato do cidadão Arnaldo Walkort e seu filho, é que o Governo do Estado resolveu demiti-lo.

— Pedro Dutra, quando regressava a Conceição do Arroio<sup>80</sup>, depois de firmada a paz, é vandalicamente degolado por gente da *legalidade*, ao mando do Coronel Fermino Prates.

O Coronel Flores, de saudosa memória, então Comandante da Guarnição de Porto Alegre, cometeu o crime, jamais perdoado pelo ditador, de nomear uma comissão composta de oficiais, superiores do Exército, Tenentes-Coronéis Bernardo Figueiredo e Eduardo Martins e Coronel Carlos Neves, para ir a Conceição do Arroio sindicarem do assassinato, que ficou plenamente provado, bem como quais os seus mandantes e autores, que, não obstante, ficaram até hoje na impunidade!

— O ex-chefe revolucionário Belisário Baptista de Almeida Soares vai de passeio à Vila de Caxias e aí recebe no ventre o projétil de uma arma castilhistas colocada nas mãos assassinas do Comandante da Guarda Municipal.

Em Piratini, no pátio do quartel da Guarda Municipal, um praça assassina um federalista, que não fazia lisonjeiras referências ao Sr. Júlio de Castilhos. O assassino, sob a proteção do Intendente, consegue escapar-se à punição que merecia.

— No Município de Santana do Livramento, os assassinatos repetiram-se. Um grupo de indivíduos pertencentes à polícia cercou a casa de Afonso Moreira, no Upamaroti, e dela retirou dois federalistas, Felipe de tal e um que era conhecido pela alcunha de Magro; ambos foram degolados. Nas proximidades do Cerro do Trindade, o mesmo grupo degolou o ex-revolucionário Manoel dos Santos. O cadáver do infeliz foi atirado para o território oriental.

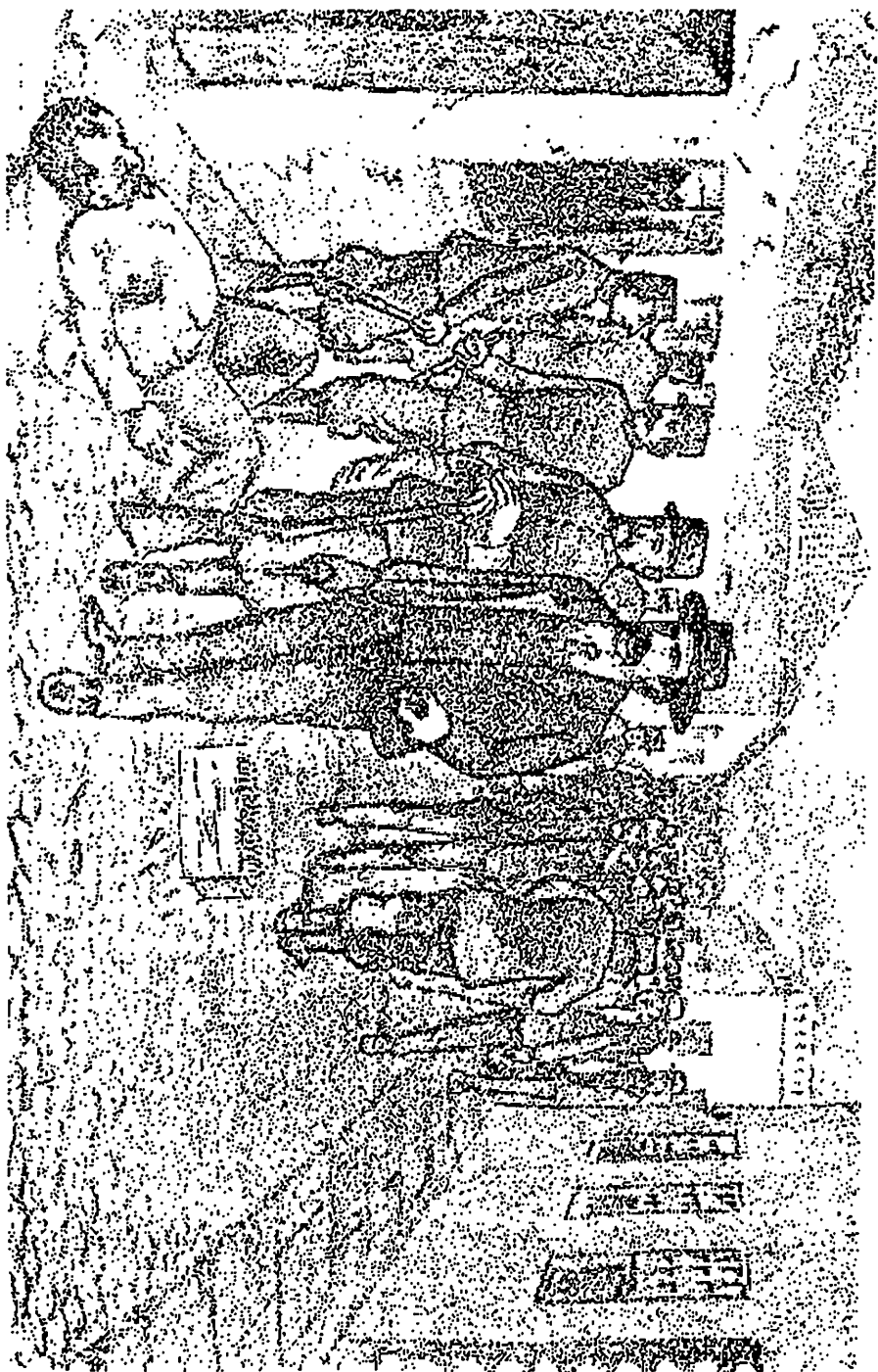
— Gente às ordens de João Francisco arrebanhou, no 3º Distrito, duzentas e tantas reses do Sr. Simão Mendes e mais de cem do Sr. Hildebrando Ignácio.

---

<sup>78</sup> Referência aos Coronéis Cristóvão de Andrade e José Antônio Netto, de Camaquã.

<sup>79</sup> Hoje, Taquara.

<sup>80</sup> Hoje, Osório.



*Assassinato do laborioso súdito italiano Luiz Longo, à luz meridiana, em uma das ruas mais concorridas, pela polícia da cidade do Rio Grande, tendo à frente o Subirrentente Trajano Lopes, que assim procedeu, sem a mínima responsabilidade, só para distrair-se, chamando a si as atribuições que, por lei, pertencem exclusivamente ao Delegado de Polícia.*

## 1896

**Janeiro:** — No *Echo do Sul* do dia 8, apareceu, como documento para a história, a seguinte carta do Dr. Piratinino de Almeida<sup>81</sup> ao Coronel Cezar Sampaio:

“Peço não soltar preso algum, mormente o pústula *Machadinho*. Lhe mandarei o histórico de cada um, a fim de que conheça os fatos e aproveite melhor os prisioneiros, quando deles quiser *utilizar-se*. Há aí alguns de muito valor.”

Esta linguagem misteriosa era empregada pelo Dr. Piratinino, no dia 25 de dezembro do 1893, quatro dias depois de terem sido presos em Pelotas e remetidos para o acampamento das forças do Coronel Sampaio os conspícuos cidadãos Tenente-Coronel Lúcio Lopes dos Santos, Capitão Pompílio Martins, Cássio, Bento Taveira, José Bernardino de Souza, Major Antonio José de Azevedo Machado (este é o *Machadinho*), Capitão Miguel Amaro da Silveira, Dr. Antônio Soares da Silva, Justiniano Amaro de Freitas, Augusto da Silva Tavares e Antônio Rodrigues Velleda. Todos esses cavalheiros tão *recomendados* eram federalistas e só foram presos para dar pasto aos instintos perseguidores do Sr. Piratinino. O General Carlos Telles<sup>82</sup>, classificando de imoral a prisão desses cidadãos, os pôs em liberdade.

Às onze horas da manhã de 8 de janeiro, na Rua Andrade Neves, esquina da Paissandú, o Dr. José Dias de Almeida Pires, médico da Intendência Municipal, depois de ligeira troca de palavras, tentou assassinar o Sr. Affonso da Silveira Nunes, que serviu como major nas forças revolucionárias sob o comando do Coronel Ladislau Amaro. Sobre a vítima, o Dr. Almeida Pires alvejou dois tiros de revólver, acertando um.

O criminoso recebeu voz de prisão dada por um cidadão que foi testemunha do fato; dois praças, porém, da Guarda Municipal, não a quiseram executar, indo ele em paz.

— Na mesma cidade, às oito horas da noite do dia acima, o Sr. Thadio Amorim, proprietário da folha ilustrada *Bisturi*, quando passava na Rua Conde de Porto Alegre, ao enfrentar a loja maçônica Acácia Rio-Grandense, recebeu tremenda cacetada que lhe desfechou um desconhecido. O Sr. Amorim perdeu os sentidos e um companheiro seu, o Sr. Francisco de Assis Lima, vulgo *Chico Vaca*, não conseguiu reconhecer o agressor, que se evadiu. O Sr. Thadio Amorim é monarquista e a sua folha sempre defendeu essas idéias.

— No dia 8, pelo *Correio do Povo*, da Capital, o Dr. Ludwig, redator do jornal alemão *Der Pionnier*, reclamou ao governo garantias para os habitantes de Taquara do Mundo Novo, onde inúmeras tropelias estavam sendo praticadas.

— Em poder de Carolino Nunes de Souza, foram encontrados um cavalo pertencente ao chefe federalista Sr. Marciano Terra e três muares do General Jóca. Essa descoberta foi feita no Passo dos Negros, em Pelotas, quando Carolino tencionava bandear animais do Povo Novo para aquela cidade, no dia 10.

— A 9 de janeiro, recebeu o General Jóca Tavares este telegrama de Rivera:

“João Francisco entregou ontem armamento, negou-se dissolver gente, armando-a com lanças ultimamente feitas em Livramento. Paula Castro imutável. Tudo isto creio, responde plano Castilhos. Violências continuam ainda. — *Rafael Cabeda*.”

<sup>81</sup> Referência ao Dr. Epaminondas Piratinino de Almeida, chefe político republicano de Pelotas, constituinte estadual em 1891 e Deputado Federal pelo PRR.

<sup>82</sup> Referência ao General Carlos Maria da Silva Telles, Comandante da Guarnição e Fronteira de Bagé.

— No dia 13 foram presos na estância do Dr. Beltrão, em Livramento, e depois assassinados Manoel João e um filho seu, desses crimes sendo autora gente de André Galvão.

— Em Ponche-Verde, Município de D. Pedrito, tiveram igual fim os irmãos Raymundo e Anaurelino Machado.

— Bissotto Benedito e José Fernandes, depois de terem passado algum tempo no botequim do prado *Rio-Grandense*, na Capital do Estado, retiravam-se para o curture onde eram empregados. Às dez horas da noite, passavam pacificamente pela Rua do Botafogo quando quatro indivíduos os agrediram. Um dos assaltantes varou, com um golpe de adaga, o pulmão esquerdo de Benedito, que veio a falecer; outro esfaqueou gravemente Fernandes.

— Embaixo de um parreiral da casa do chefe castilhistas Coséca Martins, no Upamaroti, Município de Santana, foram encontrados insepultos os corpos dos federalistas Estevão Carvalho e Franklin Maia, assassinados por gente do famigerado castilhistas André Galvão.

Quando tais crimes eram descobertos, o Sr. Júlio de Castilhos ordenava que os bandidos, às ordens de João Francisco, fossem adidos à Brigada Militar do Estado!

— Grande número de federalistas moradores no Município de Jaguarão resolveram emigrar novamente em vista da falta de garantias, pois um grupo armado a Remington andava pela campanha em correrias, sem que as autoridades dessem providências.

— Apareceu, no dia 21, em uma folha do Rio Grande, a estatística dos assassinatos praticados em Piratini, sob a direção das respectivas autoridades. Por essa estatística vê-se que antes da invasão federalista foram assassinados:

Manoel Pedro Gomes de Freitas e um peão que o acompanhava, degolados à margem da estrada, o primeiro junto à Tapera do Couto, o segundo no Passo do Medina, uma légua adiante;

Annibal, soldado da polícia local, degolado em uma sanga ao lado do cemitério da vila, por ter feito em juízo revelações importantes contra o chefe castilhistas da localidade sobre o assassinato do advogado Procópio Gomes de Freitas;

Lucas, índio remetido de Pelotas, degolado nas proximidades do cemitério da vila;

Maneco Rodrigues, residente no 3º Distrito, preso, à noite, em sua casa pelo Cabo João Alves, foi em seguida degolado;

Um indivíduo desconhecido na localidade foi degolado e sepultado nos fundos da casa de Antônio Gonçalves Valente, na vila;

Lino Silva, residente no 3º Distrito, foi preso quando se aproximava de sua casa vindo de Pelotas e, após, degolado.

Depois da invasão, *marcharam na faca*:

Angelo Martyr da Costa, conhecido por Cabo Angelo, assassinado no 3º Distrito;

Marcos Antonio Avila, assassinado no 3º Distrito;

Marcelino, vulgo Colombo, residente perto da vila, degolado nas imediações da chácara do velho Valente;

Joaquim Fabião, degolado na chácara do Coronel Fabião, situada nos arredores da vila;

João Francisco, genro do castilhistas Cesário Medina, com quem estava de relações cortadas, degolado no 3º Distrito;

Um rapaz de sobrenome Madruga, assassinado na entrada da vila.

Depois de feita a pacificação, foi assassinado no pátio da Intendência Municipal Rosalino Lima, pelo fato de estar elogiando os revolucionários, com os quais havia servido depois do combate do Rio Negro, onde fora prisioneiro.

Muitos outros assassinatos foram cometidos antes e depois da invasão federalista, mas que só mais tarde iam sendo conhecidos.

— Chegaram a Porto Alegre, remetidos pelas autoridades de Cima da Serra<sup>83</sup>, cinquenta *voluntários* para a Brigada Militar. Esses infelizes, a maior parte pertencente às forças da Revolução, atravessaram as ruas da Capital acompanhados por uma força armada a Comblain.

— Noticiou o *O Canabarro* que, em dias do mês que estamos historiando, um piquete das forças de João Francisco foi à estância do Sr. Manoel José de Menezes, no 3º Distrito de Livramento, ali carneando e comendo à vontade, e no resto da carne lançou veneno do que é empregado nos couros! Alguns animais — porcos e galinhas — que dessa carne comeram morreram instantaneamente!

Além de degoladores, envenenadores!

— Num dos primeiros dias do mês de janeiro, no Passo de São Borja, deu-se uma verdadeira cena de canibalismo. Achava-se na casa de Onofre Proença um correntino, homem gracejador, que brincava com uma criança quando inopinadamente começou a maltratá-la. Indo em auxílio da criança, Onofre admoestou o correntino. Este revolta-se e lança mão de uma faca com a qual rouba a vida de Onofre, que recebe 20 facadas! Depois do ter saído, o assassino volta novamente a casa, onde só encontra uma velhinha; contra ela vibra a faca e a infeliz também cai sem vida.

— Acodem dois vizinhos — Emiliano de Andrade e Emílio Nogueira — este é também vitimado, conseguindo aquele escapar-se! Ainda a fera cevava-se no cadáver de Emílio quando chegou um filho de Onofre. Vê seu pai morto e, com uma coragem pouco comum em um menino, vibra forte pancada na cabeça do assassino, conseguindo atordoá-lo. Arrebatando-lhe a faca homicida, crava-a nas entranhas do monstro. Quatro mortes!

— No dia 17 chegou a Uruguaiana o General Hyppolito Ribeiro e nessa ocasião deram-se ali fatos criminosos praticados pelos castilhistas:

Pelo comandante da Guarda Municipal foram agredidos em suas casas e nas ruas diversos cidadãos, entre eles o Tenente-Coronel Azambuja Cidade e o Sr. Edgard Carvalho.

Foi ferido gravemente o professor público Manoel Joaquim dos Santos, e espancados o cidadão Olegário Fiellet e Fuão Pacheco, praça do 6º Regimento.

— Em São Borja, no mesmo dia acima, foi degolado, em sua própria casa, o cidadão francês João Gay.

— Tendo regressado a São Borja, onde residem os chefes federalistas Emílio Trois, Dinarte Dornelles e outros, o *13 de Janeiro*, órgão do castilhismo local, tarjou suas páginas<sup>84</sup> e contra eles vomitou as maiores infâmias. E queriam a paz!... Carlos Barbosa<sup>85</sup>, em Jaguarão, pediu o extermínio do último maragato!... Tartufos!

---

<sup>83</sup> Referência ao atual Município de São Francisco de Paula.

<sup>84</sup> Referência ao Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, chefe político republicano de Jaguarão, constituinte estadual de 1891 e futuro Presidente do Estado.

<sup>85</sup> Tartufo: de Tartuffe, protagonista da comédia homônima de Molière. Homem hipócrita.

— Fulano Tabora, oriental, casado, foi assassinado perto de Rivera por gente de João Francisco. Indo a esposa do infeliz tomar conta do cadáver para dar-lhe sepultura, encontrou-o degolado e barbaramente com as mãos e pés cortados!

— Na Bomba de Candiota ainda encontravam-se, em 24 de janeiro, acampados e comendo o alheio, Bernardo Tigre, Julião Índio, Porfírio e Emílio de tal, que pertenceram às forças da *legalidade*. De quatro em quatro dias carneavam uma rês, dela tirando o necessário e vendendo o resto ao dono de um açougue.

— Foi preso em Porto Alegre, e por ordem do comando da guarnição recolhido ao quartel do 13º Batalhão de Infantaria a fim de responder a conselho de guerra, o *Coronel Bento Porto*<sup>86</sup>, então Deputado Estadual e que comandara um batalhão da reserva da Brigada Militar durante a Revolução.

— Ao General Jóca Tavares passou Rafael Cabeda o seguinte telegrama, em 24 de janeiro:

“General Tavares.— João Francisco anda amarrando companheiros nossos e levando para seu acampamento, a fim de o servirem no corpo policial, o mesmo fazendo em Quarai. São já muitos os agarrados. Telegrafe *Echo*. — *Rafael Cabeda*.”

— Fugindo à perseguição dos Barcellos, celebrizados régulos do castilhismo em Lavras, chegaram a Bagé, no dia 24, os Srs. Cruz Saraiva, João Nicacio e mais outros que resolveram emigrar para a República do Uruguai. O primeiro informou que o ex-revolucionário Affonso Gomes, chegando a Lavras, apresentou-se ao comandante do destacamento de linha, sendo depois recolhido à cadeia civil, sem que para isso houvesse motivo. Os Barcellos acima citados, pais e filhos, serviam nas forças revolucionárias e delas foram expulsos por seu péssimo procedimento; então apresentaram-se ao castilhismo, dele fazendo-se instrumentos.

— Em Jaguarão, é morto, na casa de Ignez Garcia, Benedicto Vargas, mestre da banda de música Carlos Gomes.

— Chegou a Rio Grande, no dia 28, a ossamenta de Antônio Ignácio Rodrigues, a fim de ser sepultada no cemitério católico. Esse nosso companheiro e Severiano Siqueira, ambos chefes de família, foram assassinados no Povo Novo, em 2 de agosto de 1893, por *patriotas* às ordens do célebre *major* Eleuthério Pereira das Neves. Os cadáveres de ambos haviam ficado insepultos junto a um banhado e, mais tarde, recolhidas as ossamentas. Na véspera tinha sido sepultada, no cemitério do Povo Novo, a ossamenta de Severiano.

— Noticiou a *República*, de Porto Alegre, ter-se apresentado ao Coronel Salustiano dos Reis<sup>87</sup>, Inspetor dos Corpos Civis, em São Borja, Maria Benites, reclamando contra à prisão e destino ignorado dado a seu filho Marinho Benites, praça do 3º Regimento de Cavalaria do Exército. Marinho havia desertado para as forças revolucionárias, onde servira sob as ordens de Dedé<sup>88</sup> e Apparicio Saraiva, e finda a Revolução regressava para São Borja a fim de apresentar-se ao seu corpo. Poucas léguas distante da cidade, foi preso e ficou detido em um dos corpos civis da guarnição, sendo solto dias depois e novamente preso e entregue a uma pequena escolta chegada de Santiago do Boqueirão, comandada pelo *capitão* João Justino. A

<sup>86</sup> Referência ao Coronel José Bento Porto, mais tarde Subchefe de Polícia da 1ª Região e Deputado Estadual pelo PRR.

<sup>87</sup> Referência ao Coronel José Salustiano Fernandes dos Reis.

<sup>88</sup> Referência ao chefe revolucionário José Fernandes Tico Dedé.

pobre mãe viu seu filho entregue à escolta, nos arredores da cidade, e depois não teve mais notícias dele, tendo-lhe constado haver sido assassinado pelos que o conduziam na Serrinha do Iguariaçá.

— No dia 31, foram exumados no cemitério do Povo Novo, Município do Rio Grande, os restos mortais do federalista Salvador Goularte, vilmente assassinado pelos bandidos da *legalidade* às ordens do famigerado Leonídio Pereira das Neves. Segundo testemunhas insuspeitas, no dia 11 de julho de 1893, Leonídio Neves, conhecido por Nico Marcelino, encarregou Galdino Antunes e João Maria Cardozo, seus subordinados, de conduzirem Salvador para a cidade de Rio Grande, e com efeito de lá saíram com a infeliz vítima, que pouco depois apareceu sem vida, apresentando uma punhalada no lado direito e outra que lhe atravessou o pescoço de um a outro extremo.

No dia em que foi assassinado, Salvador estivera na venda de Heleodoro de tal e ali dissera que ia à casa de Nico Marcelino receber 200\$000, sendo, então, aconselhado que tal não fizesse, pois o seu devedor não lhe pagaria e ainda seria capaz de fazer-lhe alguma violência. O resultado foi a morte do infeliz.

Nico Marcelino é bastante conhecido no Município de Rio Grande e vive exclusivamente do jogo. Depois que o ex-Tenente Conrado Miller de Campos foi *inventado* chefe político, Nico Marcelino arvorou-se em influência no Povo Novo e atualmente é Conselheiro Municipal<sup>89</sup>. Ele e um filho, João Neves, dirigem uma grande banca de *jogo do bicho*, com aquiescência das autoridades locais.

Por influência de Nico Marcelino junto ao ex-Tenente Conrado, Intendente do Município, seu irmão Marcelino Pereira das Neves e José Antônio de Carvalho Guimarães, vulgo Zé do Agostinho, arranjaram o escandaloso monopólio da carne verde<sup>90</sup>, que tanto ruído causou e que foi anulado por ordem do Governo do Estado, em vista de uma representação feita pelo Dr. Pinto da Rocha, Deputado Federal e Redator-Chefe da *Federação*.

Marcelino Pereira das Neves, a quem todos conhecem por Marcelo, segundo é voz pública, recebera da empresa do monopólio 40:000\$000 para comprar gado na campanha e meteu esse dinheiro no jogo, perdendo-o todo. Dizem mais: tentou então suicidar-se com uma pílula de estricnina, mas, acudido a tempo, foi salvo.

Quando na Revolução, Marcelo, que comandava forças federalistas, atraiçou seus companheiros em Santa Isabel, entregando-os à sanha do castilhismo, poucos deles salvando-se com vida. Três *héreis* conta essa família Neves do Povo Novo, todos ligados ao castilhismo: Nico Marcelino, Marcelo e o famigerado Eleuthério\*!

— Praças da Guarda Municipal de Bagé espancaram barbaramente, na noite de 31, o pardo João de Mattos, que durante a Revolução servira nas forças do governo e, durante o cerco, recebera um ferimento de bala no maxilar esquerdo.

E tinha sido governista!

— O Sr. Manoel José da Silva Santos, respeitável ancião morador de Taquara do Mundo Novo, andando em viagem, foi assaltado em Jaguari, por um grupo de *legalistas* pertencentes às forças dissolvidas em Umbú, Município de S. Gabriel. A

---

<sup>89</sup> Conselheiro municipal: vereador.

<sup>90</sup> Carne verde: carne fresca, não salgada nem congelada.

\* V. Memórias: Povo Novo.

vítima foi completamente despojada do que levava: o cavalo arreiado, poncho, botas, uma mala com roupa, armas de viagem e quantia superior a um conto de réis, tudo ficou em poder dos assaltantes.

Quiseram matá-lo, mas, a pedido de um dos do bando, concederam-lhe a vida naquela ocasião. Quando já ia, a pé, três ou quatro quadras de distância, o Sr. Silva Santos recebeu ordem de parar, mas, calculando que estava despojado de tudo e que somente a vida lhe poderiam tirar, precipitou a marcha em direção a um arroio próximo, tendo sentido o sibilar das balas de muitos tiros contra si disparados.

Atirando-se ao arroio, o transpôs e embrenhou-se no mato, assim conseguindo escapar com vida. Durante 40 dias caminhou a pé, para chegar em lastimável estado à sua casa.

— Apareceu morto, na estrada do Retiro, Município de Pelotas, Bernardo de tal, indiático, casado e morador na serra dos Tapes. O cadáver apresentava vários ferimentos de bala.

Em Vila Rica, João Castilhos, sobrinho do Sr. Júlio de Castilhos, insultou e desfechou vários tiros contra o Subintendente, feriu Carlos Edler e, armado de um estribo, atentou contra outro indivíduo, levado por sinistras intenções. As autoridades nada fizeram, pois o *homenzinho* era sobrinho do... seu tio...

— —

**Fevereiro:** — Às onze e meia da noite de 5 de fevereiro, na cidade de Rio Grande, Eduardo Rodrigues de Carvalho e Francisco Vieira Borges tentaram assassinar, em sua própria casa de negócios, o jovem Frederico Moreira, proprietário da loja A Gran-Via.

— Noticiou o *Canabarro*, de 30 de janeiro, terem sido recrutados para o corpo policial de João Francisco 14 federalistas, entre os quais estavam Cantalício Fernandes, Luciano Rengo, Bonifácio Segovia e João Rodrigues. Estes e outros fatos criminosos foram levados ao conhecimento do Coronel Thomaz Flores, que então comandava o 6º Distrito Militar.

Na noite do dia 3, três bandidos assaltaram a casa de negócios de José Velho, distante uma légua da Vila da Taquara. A esposa do dono da casa, moça de 20 anos, foi degolada e uma sua filhinha ficou mortalmente ferida. José Velho desapareceu.

Os assaltantes, que foram conhecidos, levaram cerca de 1.000\$000, em dinheiro.

— Foi recebido em Porto Alegre, no dia 4, este telegrama, procedente de Santa Maria:

“Confiamos no empenho em que se acha o General Cantuária<sup>91</sup> para a grandiosa obra da pacificação e por isso pedimos a S. Ex<sup>a</sup> providências para os abusos praticados nesta Comarca.

Em S. Martinho processam os anistiados Machado, Ramão e Josino Peixoto, que regressaram a seus lares a pretexto de fatos cometidos durante a Revolução.

Aqui, além do fato de Jerônimo Ribas, a quem se inflingiu bárbaro castigo, continua o recrutamento. Oito cidadãos agregados do Tenente-Coronel João Maria Penna, morador no Arroio do Só, foram obrigados a servir

<sup>91</sup> Referência ao General João Tomaz de Cantuária, Comandante do 6º Distrito Militar e Ministro da Guerra interino em 1897 e 1900.



no corpo de polícia estadual.

O mesmo Tenente-Coronel Penna esteve nesta cidade pedindo providências.”

— Jerônimo Ribas, a quem alude o telegrama acima, foi recrutado em Conceição do Arroio para servir no corpo civil comandado pelo Tenente-Coronel João Rodrigues Menna Barreto<sup>92</sup>, aquartelado em Santa Maria. A mãe da vítima, em vista de estar abolido o recrutamento, requereu ao Dr. Juiz da Comarca uma ordem de *habeas corpus* em favor de seu filho.

Considerado ilegal pelo Dr. Juiz da Comarca o constrangimento de Jerônimo Ribas, foi concedido o *habeas corpus* impetrado. Tendo-se ido dar cumprimento à jurídica decisão daquele Magistrado, o Tenente-Coronel Menna Barreto a ela opõe-se, conservando preso o cidadão que obtivera o favor conferido pela lei aos que sentem-se ilegalmente privados da sua liberdade.

Por aí podem-se avaliar as liberdades desfrutadas no Rio Grande do Sul....

— Ao atravessar a picada de São Lourenço, em viagem de São João Baptista do Camaquã para a cidade de Pelotas, onde chegou a 9 de fevereiro, o prestigioso chefe federalista Juca Anastácio foi de novo atacado por uma malta de bandidos, recebendo três ferimentos à bala.

Foi esta a quarta tentativa contra a vida do ilustre rio-grandense, praticada pela gente e por ordem do chefe castilhistas em S.Lourenço Zéca Netto.

— Vila Rica, a terra do Sr. Jlio de Castilhos, teve autoridades dignas das demais do Estado, segundo denúncia não contestada da *República* de Porto Alegre:

Quem duvidar veja:

O Intendente<sup>93</sup>, em pessoa, espancou em plena rua a Felisberto Silva, a quem conservou preso, sem culpa formada, mais de 20 dias! Depois, o próprio Intendente, acompanhado de quatro praças, conduziu o *criminoso* até Cruz Alta, amarrado com uma guasca ao pescoço. Ali Felisberto foi solto, mas com a condição de não voltar a Vila Rica.

Dias antes, o bravo Intendente havia mandado castigar o mulato Sabino, de 18 a 20 anos de idade, por ter abandonado o serviço em uma estância onde não lhe pagavam e ido servir noutra. Por esse *crime*, esteve preso alguns dias, apANHOU de bolos, trabalhou no serviço da Intendência e teve de voltar para a estância que abandonara.

— A Bagé, chegaram, no dia 14, tendo feito a pé a travessia de Lavras e D. Pedrito, cinco federalistas, homens trabalhadores que tiveram de abandonar família e interesses para fugirem ao recrutamento feito naquele Município por forças policiais dos comandos de Vicente Leite e Francisco Leite. Em combinação, esses dois indivíduos andavam cercando casas, alarmando os habitantes, amarrando os recrutados e praticando toda sorte de tropelias.

— Nico Leonel, Júlio Leonel, Pulcherio de tal, João Rubira, Lúcio Xavier, Cecílio Francisco e Leonel Angelico Pereira, ao escurecer, no dia 16, atacaram a casa de Ismael Alano da Silva, no Cerrito, 3º Distrito do Município de Pelotas, onde estavam doentes duas senhoras. Estas gritaram que não as matassem, mas Rubira tentou

---

<sup>92</sup> Afastando-se do situacionismo, João Rodrigues Menna Barreto viria a ser chefe revolucionário de Carazinho na Revolução de 1923.

<sup>93</sup> Intendente: prefeito.

ferir uma delas, depois de terem todos feito grandes estragos materiais.

— Chegou a Porto Alegre, Jerônimo Ribas, recrutado em Conceição do Arroio para o corpo da Brigada Militar estacionado em Santa Maria<sup>94</sup>. Lastimoso o estado do infeliz, que, como em outro lugar dissemos, foi barbaramente espancado no quartel. Jerônimo recebeu, por ordem do Tenente-Coronel João Rodrigues Menna Barreto, o mesmo que se negou a cumprir uma ordem de *habeas corpus*, 450 chibatadas. Um dos redatores da *República* viu o infeliz, cujas costas eram uma chaga só! Muitas cicatrizes apresentava noutras partes do corpo e do seu tratamento encarregou-se o farmacêutico João Daudt Filho<sup>95</sup>.

— Nos domínios do Senador Pinheiro Machado, o Devastador, foi assassinado, em dias do mês de fevereiro, o cidadão Antônio Cavalheiro.

— O Coronel castilhistas Antônio Gomes de Carvalho, assaz conhecido, agrediu, na Capital do Estado, o Sr. Bartholomeu Chana, membro da dissidência republicana.

— No Saicã<sup>96</sup>, foram assassinados o ex-Alferes revolucionário Manoel Gregório e sua esposa. Aos primeiros tiros dos seus agressores, Manoel Gregório caiu, mas, mesmo assim, ainda lutou até ver esgotada a carga do seu revólver, conseguindo ferir três dos bandidos, sendo um gravemente. Este foi levado para a Capital e ali tratado. A Manoel Gregório tiraram uma orelha.

— Em Uruguaiana, no dia 12, às nove horas da noite, o Sr. Athos Carvalho recebeu em pleno peito um tiro do revólver que lhe desfezou o guarda da Alfândega Feliciano Ricardo, ex-Alferes do 18º Corpo Provisório<sup>97</sup>.

— —

**Março:** — Esteve no escritório do *Echo do Sul*, no dia 4, o Sr. Monico Vicente de Oliveira, morador em Canoa, Município de Santa Vitória, declarando que o banditismo impunemente ali campeava tendo desaparecido todas as garantias. Relatou que, em 5 de janeiro, seu filho Antenor Oliveira, de 18 anos de idade, que tomou parte na Revolução batendo-se pela liberdade do torrão natal, fora assassinado com um balaço na nuca, quatorze punhaladas em diversas partes do corpo e, por fim, degolado! A voz pública apontava os autores do nefando crime, mas o Intendente, Antônio Irineo Alves Nunes, e mais autoridades, nenhuma providência punham em prática para puni-los.

— Segundo o *Canabarro*, os janizaros do herói João Francisco, na madrugada de 18 de janeiro, assaltaram a casa da respeitável viúva D. Josephina da Costa Santos, no 3º Distrito de Santana do Livramento, e ali prenderam e conduziram arrojados a maneadores o Capitão Virgínio Paz, João Manoel Maciel, Pedro Aguirre e Philadelpho, menino de 14 anos, filho da dona da casa. Ignácio da Costa, que estava dormindo fora da casa, ao chegarem os bandidos, disparou, nessa ocasião sendo ferido com um tiro que o prostrou por terra. Alcançado, então, por um dos do grupo, foi por ele degolado! A força já vinha do Caverá e conduzia 14 federalistas, todos amarrados pela barriga dos cavalos. Dos presos, cinco foram degolados pouco depois!

— O *Echo do Sul* recebeu, no dia 8, este recado telegráfico, passado de São

<sup>94</sup> Referência ao 1º Corpo Provisório, organizado em 1895.

<sup>95</sup> Autor de conhecido e apreciado livro de memórias e industrial de sucesso do ramo químico-farmacêutico.

<sup>96</sup> Localidade do Município de Rosário.

<sup>97</sup> Milícia civil governista.

Lourenço às sete horas da tarde:

“Neste momento, foi barbaramente assassinado o cidadão Júlio Pereira, empregado de Carlos Pereira, deste município.

O autor do crime foi o célebre e conhecido Subintendente Porcino Ferreira, o mesmo que, há pouco tempo assassinou Carlos Schwanz.

O fato de hoje deu-se por ocasião de umas carreiras, onde achava-se grande número de famílias.”

— No dia 18, chegou à cidade de Rio Grande, acompanhada de nove filhos, sendo oito menores, a viúva de Frederico Ribeiro, que morou no Taim, 3º Distrito daquele Município. Seu marido foi arrebatado de casa, no dia 15 de agosto de 1893, a pretexto de ser remetido para a cidade, e em caminho a escolta que o prendera degolou-o. O célebre Demétrio Teixeira, castilhistas de maus bofes, comandava a escolta. A família do infeliz estava vivendo à custa de almas caridosas.

— José M. Vianna, cadete do 3º Batalhão de Infantaria aquartelado em Jaguarão, baixou à enfermaria com um grave ferimento de bala que lhe atravessou o pulmão esquerdo. O ferimento foi feito em legítima defesa pelo inglês Carlos Stewart Mill, com um revólver, na noite do dia 13.

— Na estação da estrada de ferro, em Pelotas, às onze horas da manhã do dia 20, o oriental Manoel de Campos, após ligeira alteração, vibrou algumas facadas no seu companheiro Modesto Gomes da Silva, que ficou em estado grave.

— No lugar denominado Sítio, 3º Distrito do Município de Pelotas, foi encontrado morto na estrada o carreteiro Jacintho Diogo. O corpo apresentava vários ferimentos de arma branca e de fogo e, junto a ele, estava um baú de propriedade da vítima completamente revolido. O cavalo e arreios de Diogo desapareceram. Este crime ocorreu na noite do dia 20.

— Às nove horas da noite do dia 19, uma malta de bandidos assaltou a chácara do súdo italiano Antônio de Marcos, nos subúrbios da cidade de Jaguarão. Ali moravam o dono da casa, um filho seu de nome Manoel de Marcos e mais família. Os assaltantes bateram à porta da frente, recebendo como resposta que àquela não seria aberta. Então resolveram arrombá-la, o que levaram a efeito, nessa ocasião ferindo no peito, com um tiro, Antônio de Marcos e, com um talho de facão, seu filho Manoel. O primeiro, conseguindo levantar-se, atirou sobre os bandidos, que fugiram em vista da resistência.

— Apareceu morto, perto de um banhado em S. Gabriel, um indivíduo morador nas proximidades da cidade. Tinha um único ferimento: um enorme pontaco no lado esquerdo do peito.

— Aquém da Bocarra, no Município de Bagé, foi encontrado o cadáver do louco Domingos Retolaza, que na véspera, 23 de março, havia fugido da cidade. O cadáver estava degolado.

— No dia 28, deu entrada no Hospício São Pedro, na Capital, Julieta Carneiro, linda jovem filha de conhecida família de São Borja. Durante a Revolução essa jovem, então em São Borja, fora raptada por um oficial de forças civis, que a levou para a Capital, onde abandonou-a. Por várias vezes a desgraçada tentou suicidar-se e acabou ficando louca.

— De D. Pedrito telegrafaram, no dia 28, ao *Comércio*, de Bagé, nestes termos:

“Comandante guarnição invadiu uma casa de comércio, levando caixeiro em quem deu bolos.”

Esse comandante era o Major Minervino Thomé Rodrigues, hoje Coronel

reformado.

— Na noite do dia 30, foi saqueada a casa do Sr. João de Saldanha, na Quinta, próximo à cidade de Rio Grande. O Sr. Saldanha e sua esposa achavam-se ausentes e os assaltantes roubaram 420 libras esterlinas, seis contos e tanto em moeda papel, jóias e muita roupa branca.

— —

**Abril:** — Foi gravemente ferido, na Serra dos Tapes, Município de Pelotas, o menor Antônio Francisco dos Anjos Júnior, que recebeu dois tiros de pistola desfechados por João Morales.

— Quando, no dia 8, era distribuída em Santana do Livramento *A Restauração*, órgão monarquista publicado na Rivera, foi desacatado quem disso encarregava-se e queimados os exemplares da folha. De tal violência à liberdade de pensamento encarregou-se o Comandante da Guarda Aduaneira Leôncio Xavier.

— Na Serra dos Tapes, foi assassinado, no dia 11, por Avelino de tal, Osório Marques da Silva.

— Em São Borja, o telegrafista adjunto da estação federal, José Affonso Vamosy, feriu com um tiro de revólver o estacionário João Martins Casses.

— Praças da Brigada Militar, em serviço na Capital, atacaram, na rua, dois oficiais do Exército, ferindo um deles. As vítimas foram despojadas de dinheiro e objetos de valor. Para sindicar desse grave fato, foram nomeados, em comissão, o Major Carlos da Fontoura Barreto e os Capitães Francisco de Paula Barcellos e Alfredo Rodrigues Pinto.

— Foi recolhido à prisão, em Porto Alegre, no dia 14, o *General* Elias Amaro, acusado de crimes de roubo cometidos quando comandava forças castilhistas durante a Revolução.

— O Coronel castilhista Antônio Gomes de Carvalho agride, no dia 11, junto ao Café América, na Rua dos Andradas, da Capital, o Juiz Distrital Dr. Andrade Neves Netto<sup>98</sup>. Este, coadjuvado por seu irmão, Alferes do Exército, repeliu a agressão, do que resultou ficar o Coronel Carvalho com um ferimento na cabeça e várias escoriações no rosto.

*Foi buscar lâ e...*<sup>99</sup>

— Pela quinta vez, o castilhismo rancoroso, covarde e sanguinário atentou contra a vida do prestigioso chefe federalista Juca Anastácio. Quando o estimado rio-grandense dirigia-se da estância Sapata para Pelotas, numa picada próxima ao Arroio Grande, isto no dia 20, recebeu do mato, onde estavam emboscados os agentes do Sr. Júlio de Castilhos, uma descarga de seis tiros. Dois projéteis atingiram Juca Anastácio: um empregou-se na caixa do corpo e o outro quebrou-lhe o pulso esquerdo. O ferido recolheu-se à Villa de São Lourenço, onde a voz pública apontava como mandante do crime os chefes castilhistas Zéca Netto e Christovam de Andrade.

— Na Rua Dr. Miguel Barcellos, em Pelotas, às nove e meia da noite do dia 26, João Venâncio da Trindade, cabo de esquadra do 29º Batalhão, assassinou com várias punhaladas, sendo uma no coração, o pardo Luiz Manoel Ribeiro.

— Em viagem para Cima da Serra, na altura do Morro Pelado, foi saqueado

<sup>98</sup> Referências ao Dr. José Joaquim de Andrade Neves Neto e ao futuro General Eurico de Andrade Neves, que comandaria a 3ª Região Militar, netos do Barão do Triunfo.

<sup>99</sup> "Foi buscar lâ e saiu tosquiado."

e morto Zeferino Ferreira, vulgo Findoca, que fizera parte das forças legais na Revolução. Findoca levava dinheiro para pagamento de forças.

— Um piquete da polícia de João Francisco penetrou no território oriental, próximo à Coxilha Negra, e de lá conduziu preso um oriental que servira na Revolução. Reclamada a vítima pela chefatura política de Rivera, o Sr. Tatão Barreto contentou-se em responder que o preso *ainda estava com vida* (sic).

— A mesma gente continuou em correrias pelo 3º Distrito de Livramento, onde procedeu o escandaloso recrutamento. Dois federalistas foram apanhados, tendo um deles sido praça do Exército e possuindo sua baixa<sup>100</sup>.

— Em Porto Alegre, no dia 29, o Major João Pedro do Rosário, Comandante Interino do 28º Batalhão de Infantaria e energúmeno instrumento do castilhismo, invade o escritório da redação do jornal *Mercantil* e ameaça o proprietário da folha. Essa violência foi motivada por haver a folha porto-alegrense noticiado, na véspera, os bárbaros castigos corporais infligidos a um praça do batalhão do Major Rosário.

— No dia 29, recebeu a *República* da Capital este recado telegráfico:

“São Borja, 28 — Vim a esta cidade para pagar impostos. No dia seguinte um grupo de bandidos arrombou, às três horas da tarde, a minha casa de negócios, situada em Icamaguã.

Meu caixeiro foi ameaçado, sendo saqueada a casa, carregando-se jóias, fazendas, dinheiro, tudo no valor de oito contos de réis.

Com esta é a terceira casa saqueada naquele município, ficando impunes os criminosos. — Joaquim Marques.”

— Um fato grave, cujo desfecho foi o assassinato do estimado moço Fleuripe Borges de Santana, deu-se no Rincão de São Pedro, 3º Distrito do Município de Santa Maria, às nove horas da noite do dia 13 de abril. Passeava a vítima em companhia de alguns amigos quando, ao chegar a uma esquina, recebeu ordem de prisão dada pelo Sargento Felisberto, da polícia municipal. Sindicando o motivo da sua prisão, teve como resposta diversos tiros de revólver disparados pelo sanguinário Sargento. Ferido, Fleuripe foi levado para casa de sua família, onde faleceu dois dias depois, pois o ferimento atravessou-lhe o ventre da direita para a esquerda.

— Foi assassinado pela polícia do 2º Distrito de Itaqui o cidadão João Perez, que servira nas forças revolucionárias.

— Em São Borja, foram saqueadas as casas de negócios dos Srs. Júlio Marques e Júlio Dornelles.

— —

**Maió:** — Em um baile de gente de baixa esfera, realizado em Rio Grande, na noite de 4 de maio, houve grande *sarilho* entre praças do Exército, da Brigada Militar e da Marinha. Muitos tiros foram disparados de parte a parte, ficando feridos três praças da Brigada. Pela manhã, foi encontrado dentro de um cercado próximo ao local do conflito o soldado da Brigada Paulino Ramos Flores, morto por degolamento.

— O Sr. Rafael Pelegrino, negociante na cidade de Pelotas, agrediu, na noite do dia 5, o Sr. João Baptista Capobianco, a quem feriu com duas punhaladas e um tiro de revólver.

— Um praça do 12º Batalhão de Infantaria, em completo estado de embriaguês e armado de uma faca, feriu ao infeliz idiota Zebedeu. Isto se deu em

---

<sup>100</sup> Dispensa do serviço militar.



*Novo sistema de degola: com uma ligeira incisão na carótida, a vítima corre alucinada, esvaindo-se, lentamente, em sangue, aos gritos e gargalhadas infernais dos assassinos, agentes da diladura, dignos satélites de Júlio de Castilhos.*

Rio Grande, às oito e meia da noite do dia 5.

— À saída de um baile, na cidade de Pelotas, na noite do dia 10, a meretriz Narciza, depois de ligeira alteração, assassinou o pardo Paulo da Silva Amazonas, conhecido por Carqueja.

— No dia 17, à noite, foi agredido, em plena Rua da Vila de São Luiz, Leopoldo Ferraz, ex-Tenente da Divisão do Norte, ficando ferido por bala na coxa e no antebraço. No dia seguinte, sem formalidade alguma e apenas por denúncia verbal do ferido, o Juiz Distrital Antônio Fernandes dos Santos mandou lavrar mandado de prisão contra o Capitão Lydio Fontoura e o Tenente Victor Manoel Brostoly. Ambos, apesar de fardados, foram violentamente metidos na cadeia.

— Em Passo Grande, 3º Distrito de Gravataí, foi traiçoeiramente assassinado por castilhistas o Sr. José Antônio Francisco, vulgo Juca Terra.

— Apareceu morto, na própria cama, apresentando o cadáver profundo ferimento no crânio, o negociante da Tiririca, Município do Viamão, Ricardo José de Araújo. A casa, que dias antes tinha recebido profuso sortimento de mercadorias, foi totalmente saqueada.

— No dia 18, foi encontrado morto violentamente, em um sobradinho existente próximo ao cemitério da cidade de Bagé, o velho Raymundo Gil de Bottentuit Coelho, vulgo Guaraciaba e pintor da estrada de ferro Southern<sup>101</sup>.

— No mesmo dia acima, em São Leopoldo, o Promotor Público da Comarca, bacharel Diana Terra, e o Comandante da Guarda Municipal foram ao colégio dos padres<sup>102</sup> ali existentes e ameaçaram de prisão os sacerdotes diretores do estabelecimento. Alegou o Promotor Público, para justificar a violência cometida, ser o estabelecimento um centro de propaganda contra a República e ter um dos padres, do púlpito, proferido discurso sedicioso!

— Em Pelotas, às sete horas da noite do dia 21, dois praças da Guarda Municipal e uma da Brigada Militar assaltaram dois cidadãos que pacificamente passeavam pela rua 15 de Novembro e os espancaram brutalmente. — Às sete horas da noite e na principal rua da importante cidade!

— Foi assassinado, em Porto Alegre, o norte-americano José Rios pelo espanhol Rafael Roque, que traiçoeiramente vibrou-lhe uma punhalada no coração.

— —

**Junho:** — Na madrugada do dia 3, em uma venda no Albardão, Distrito de Taim, no Município de Rio Grande, foram degolados o italiano Luiz Risso, sua esposa, que se achava louca, um filho desse casal, de dez anos de idade, e um mascate que estava hospedado no estabelecimento.

— Em Pelotas, Antônio Silveira Machado, depois de dirigir muitos insultos às suas vítimas, feriu, com uma faca, Affonso Dias e sua esposa.

— Os Srs. Felipe Portinho e Evaristo Castro, de Santa Maria, dirigiram à *Reforma*, da Capital, este recado telegráfico:

“O intendente de Cruz Alta continua a fazer recrutamento. Hoje chegaram seis cidadãos recrutados, que se acham presos na cadeia civil. Seguem amanhã para essa Capital. Já pedimos providências ao Coronel Salustiano e ao General Cantuária.”

— Às 11 e meia da noite do dia 7, na Rua Andrade Neves, na cidade de Rio Grande, foram assaltados por vários indivíduos dois embarcações estrangeiros,

<sup>101</sup> Empresa concessionária da estrada de ferro Rio Grande a Bagé.

<sup>102</sup> Referência ao Colégio Nossa Senhora da Conceição.

de quem os assaltantes *aliviaram* os relógios e o dinheiro que tinham nas algibeiras.

— No dia 12, o dedicado chefe federalista Marcelino Pina, residente no Município de D. Pedrito, e que por seus altos merecimentos serviu ao Exército Libertador com o elevado posto de General, dirigiu ao General Jóca Tavares a seguinte carta:

“D. Pedrito, 12 de junho de 1896. — Exmo. Sr. General Silva Tavares. Atendendo às constantes reclamações dos nossos amigos do Município do Rosário, telegrafei ontem a V. Ex<sup>a</sup> pedindo providências a fim de V. Ex<sup>a</sup> interceder perante o representante do Governo da União, para este pôr um paradeiro às perseguições, assassinatos e violências praticadas contra nossos amigos pelos agentes do Governo de Castilhos, que inventam pretextos quaisquer para porem em ação seus planos tenebrosos. Assim é que os moradores daquele Município vivem aterrorizados, tendo já muitos emigrado, como Ismael Soares, Feliciano Patrício, Antônio Flores e outros.

Consta-me ter sido assassinado Basílio Ferreira, cidadão distinto, além de outros que já têm sido noticiados pela imprensa.

O recrutamento tem sido praticado com todos os horrores dos tempos inquisitoriais, dando os maiores tormentos aos recrutados; estes são companheiros que tomaram armas ao nosso lado na extinta Revolução, sendo assim burladas as garantias prometidas pelo Governo da União, no tratado de 23 de agosto.

Os nossos amigos já não podem suportar tantas violências e perseguições; tenho sempre aconselhado prudência, resignação e que o governo do Sr. Dr. Prudente<sup>103</sup> cumprirá sua palavra dando-nos as garantias prometidas e completa liberdade para podermos viver em nossa terra; mas que para isso precisamos esperar; porém, a paciência se esgota e serei impotente para impedir as represálias.

Entretanto, continuarei no meu papel de consolidador da paz que tanto carece o nosso infeliz Estado, obrigação imposta por V. Ex<sup>a</sup> aos companheiros que ao lado de V. Ex<sup>a</sup> lutaram pela liberdade.

De V. Ex<sup>a</sup> tudo esperam os companheiros, e eu, tranqüilo, aguardo as providências por V. Ex<sup>a</sup> já tomadas conforme me comunicou em telegrama de ontem em resposta ao meu do mesmo dia.

Os nossos adversários têm inventado que eu tenho gente reunida para bater a guarnição do Rosário, e isto sei por comunicação feita por eles às autoridades de S. Gabriel e D. Pedrito; isto não passa de uma farsa ridícula com o fim, talvez, de pôr em em ação algum plano de sangue; nada temo porque estou prevenido e por ser essa invenção uma falsidade.

Sem outro motivo, V. Ex<sup>a</sup> mandará suas ordens ao que se subscreve com toda a consideração e estima.

— De V. Ex<sup>a</sup> velho companheiro e amigo afetuoso.

Marcellino Pina”

Isto meses depois da pacificação!

Prova evidente da sinceridade com que Júlio de Castilhos, vencido pela vontade nacional, aderiu à pacificação do Estado, depois de ter a ela oposto, osten-

<sup>103</sup> Referência ao Presidente da República, Dr. Prudente José de Moraes Barros.



sivamente e, criminosamente, os maiores esforços, desenvolvido a mais encarniçada campanha!...

— Três praças de polícia atacaram, em Pelotas, às dez horas da noite do dia 16, na Rua S. José, o preto Amaro Azevedo, a quem esbordoaram barbaramente e, ainda para cúmulo, roubaram-lhe a quantia de 50\$000.

— Em S. João do Cai, o Comandante da Guarda Municipal assassinou o Sr. Alberto Bastos, que fez parte das forças revolucionárias. Achava-se Bastos em um baile quando recebeu ordem daquele comandante para entregar suas armas e seguir preso. Entregando-se, sem resistência, à escolta que o aguardava, recebeu à queima-roupa dois tiros desfechados pelo Comandante da Guarda Municipal. A morte foi instantânea.

— —

**Julho:** — No dia 4, o estimado cidadão Palmeira<sup>104</sup>, residente no lugar denominado Varzinha, achava-se na sua roça com quatro companheiros quando foi cercado por um bando de assassinos.

Nessa ocasião foram mortos dois desses *amigos* da ordem e do alheio, conseguindo Palmeira evadir-se, indo apresentar-se ao Vice-Intendente de Alfredo Chaves<sup>105</sup>, a quem pediu garantias.

Dias depois, quando ia para o lugar denominado Capoeiras, foi assaltada a casa em que o infeliz pernoitava, sendo, depois de heróica resistência, assassinado ao cair ferido pelas balas dos bandidos.

O cadáver foi, em seguida, *charqueado*.

O *crime* de Palmeira era ser federalista e ter tomado parte na Revolução onde se portou como um bravo.

— —

**Agosto:** — No Município de Vila Rica, onde residia e era geralmente estimado, foi barbaramente assassinado pelos agentes da ditadura o devotado federalista Luiz Ribeiro, que durante a Revolução serviu às ordens do valente Dinarte Ribeiro.

— —

**Setembro:** — Na Vila do Rosário, a polícia administrativa<sup>106</sup>, em pleno dia, tentou assassinar o prestigioso e respeitável federalista Tenente-Coronel Maximiano do Monte, que recebeu dois graves ferimentos.

Devido a intervenção generosa de Exmas. Sras. do Rosário, teve o Tenente-Coronel Monte a felicidade de não ter sido morto covardemente pelas armas da ditadura, entregue a canibais.

— A 27, em S. Lourenço, o ex-Alferes do Exército Libertador, Fortunato Machado da Rosa, achava-se em companhia dos seus filhos, entregue a trabalhos de plantação, quando foi prostrado cadáver por uma terrível descarga, que lhe produziu onze horrorosos ferimentos.

Os bandidos, não contentes ainda, aproximaram-se do cadáver e a ele atirando-se furiosamente, esquarteraram-no!

Rosa era um cidadão benquisto e chefe de família exemplar.

<sup>104</sup> Referência a José Antônio de Souza, que fora coronel revolucionário.

<sup>105</sup> Hoje Veranópolis.

<sup>106</sup> Polícia municipal, comandada em cada distrito pelos subintendentes, de forma paralela à polícia judiciária, mantido pelo Governo do Estado e comandada nos municípios pelos delegados.

--

**Outubro:** — A 6 foi metido em imundo xadrez da cadeia do Boqueirão o estimável cidadão Cândido Abel Ferreira. Um filho deste teve igual sorte quando ia avisar a família do ocorrido e levar roupa ao seu pai. O Sr. Ferreira residia em S. Lourenço. Na frase do Subintendente Virgílio Lopes, o crime do Sr. Ferreira era o de ser “maragato miserando”.

— No dia 27, na estação de Piratini, foi o Sr. Sebastião Idiarte Filho mandado chamar em sua casa comercial pelo Tenente Comandante da Guarda Municipal ali destacada. Tendo-o em sua presença, o furibundo Tenente chicoteou-o selvaticamente, mesmo diante dos passageiros do trem que ali estavam em tal ocasião.

— Foi morto em Santo Ângelo o distinto moço Antero de Moura, sendo acusada dessa crueldade a autoridade daquela localidade.

— Em fins deste mês, o muito celeberrimo Saragoso, que pertenceu às forças do feroz Firmino de Paula, cercou, acompanhado de trinta facínoras, a residência do distinto federalista Tenente-Coronel Ubaldino de Oliveira Machado<sup>107</sup>, em Santo Ângelo, que foi procurado com o maior empenho, escapando de um premeditado assassinato, por achar-se na República Argentina, Província de Corrientes.

A família, aterrada, abandonou a casa, à sanha dos assaltantes.

--

**Novembro:** — No dia 5 chegaram à Vila do Rosário, remetidos pelo Intendente da Palmeira, Olegário Falcão (famigerado irmão do bravo Setembrino Falcão, miseravelmente assassinado no chamado “açougue” de Cacequi) quatorze patrícios, acolherados pelo pescoço.

Os infelizes recrutados iam destinados à Brigada de Júlio de Castilhos. Uma ordem de *habeas corpus*, impetrada em seu favor, livrou-os do *voluntariado*. Eram todos federalistas.

A esposa de José Vicente, um dos recrutados, achava-se em vésperas de parto quando foi vítima do maneador o seu marido. Foi tal o susto da pobre senhora que, provocado um mau sucesso, falecia poucos dias depois.

--

**Dezembro:** — Foi nesse mês que o Alferes de Polícia Delphim Rodrigues, comandando uma escolta de praças de João Francisco, foi à estância do distinto oposicionista Francisco de Souza Cambraia, no Município de Alegrete, levantando cavalhadas e saqueando a casa, o mesmo fazendo em outras estâncias, como consta de publicações feitas.

— Em Encruzilhada, uma pequena força federal, comandada pelo Alferes Adolpho Fernandes Monteiro, querendo opôr-se aos atentados dos castilhistas, foi ferozmente tiroteada, até a porta do quartel, pela gente armada de Soutero, que depois dessa façanha foi presenteado com o galão de Alferes da Brigada. Ainda no mesmo Município deram-se muitos outros crimes, alguns dos quais chegaram a ser denunciados pela imprensa.

Da casa do então Subdelegado do 4º Distrito, Antônio Duarte, desapareceu o Alferes Januário J. Borges, que levava consigo 400\$000 em dinheiro.

<sup>107</sup> Referência a Ubaldino Demétrio Machado, que comandava as forças revolucionárias chacinadas por Firmino de Paula no Capão do Boi Preto.

No 3º Distrito, ainda de Encruzilhada, simplesmente por dizer que servira nas forças federalistas durante a Revolução, foi degolado, por ordem do Capitão castilhista Serafim Soares, o digno cidadão Amaro Rodrigues.

— No Passo das Pedras foi morto, por uma descarga que lhe deu a gente de Manecão<sup>108</sup>, o honrado federalista João Baptista Ferreira Leite.

— —

Na mesma ocasião o Alferes Manoel Américo, remetido para Porto Alegre, *desapareceu* no caminho.

— O Tenente Manoel Estevam Fontoura e seu peão Theodolino Figueira, ao saírem de Encruzilhada, foram degolados e saqueados.

Igual fim tiveram Teodomiro e Baltazar Figueira, moradores no 4º Distrito, sendo os arreios dos cavalos em que montavam encontrados em uma sanga dias depois do seu *desaparecimento*.

O Capitão Feliciano Guerreiro escapou milagrosamente de ser vítima de uma emboscada refugiando-se no mato próximo à casa em que residia. A emboscada fora preparada e dirigida pelo Subintendente Secundino Barreto, de Encruzilhada.

— O Intendente de Encruzilhada, Ignácio Soares Azambuja, e os chefes Silvestre Corrêa da Silveira, Joaquim Marciano de Faria e José Ferreira Porto fizeram uma declaração pública em que recomendavam aos seus companheiros que não levassem à sua presença os federalistas presos, com esse horror concordando o Juiz Dr. Moraes.

— Damásio, só por ser acusado de pertencer ao Partido Federalista, foi em sua própria residência, no 5º Distrito do Município de Canguçu, assassinado covardemente, depois de ter hospedado os castilhistas Delphino e Polvadeira.

— O Revmo. Bispo desta Diocese, indo a S. José do Patrocínio<sup>109</sup> ministrar sacramento da crisma, viu no arroio Ladrão um cadáver horrorosamente degolado, supondo ser uma das vítimas do *voluntariado* da Brigada.

— Na residência do Coronel João Dias, na costa do Camaquã, passaram a agregados duas famílias em extrema penúria, cujos chefes foram assassinados pela gente da ditadura, unicamente por serem acusados de federalistas.

## 1897

**Janeiro:** — Na cidade de Pelotas, no dia 4, foi preso por ordem do Capitão da Guarda Municipal, Theóphilo, e metido em um imundo xadrez, o benquista cavalheiro Sr. Altino Lupi, sendo, no dia seguinte, posto a trabalhar nas ruas.

Esta prisão foi motivada por ter o Sr. Gluidler altercado com o castilhista Leite de Castro, e haver Lupi intervido, dizendo o Capitão Theóphilo à vítima que “não dava atenção nem razão a maragatos”.

— No dia 12, no lugar denominado Curral Alto, Distrito do Taim e Município de Rio Grande, o cidadão inglês Henrique Wilson, *acusado de simpatizar* com o federalismo, foi atado, posto em estacas e barbaramente açoitado, sendo também intimado a abandonar aquele lugar no prazo de 24 horas, sob pena de ser degolado.

Esse suplício foi executado por ordem do Subintendente Osório Fernandes, que a ele também assistiu.

<sup>108</sup> Referência a Manoel Joaquim de Jesus, do corpo provisório de Camaquã.

<sup>109</sup> Hoje, Amaral Ferrador.

**Fevereiro:** — A 20, um grupo de bandidos amigos do castilhismo assaltou a casa de um colono italiano nas proximidades de Cerrito, saqueando-a e destruindo a facção todas as plantas.

O pobre estrangeiro e sua família conseguiram fugir à sanha dos bandidos.

—

**Março:** — O ex-revolucionário Salustiano Pinheiro, tendo sido preso em Cima da Serra, foi remetido como desertor para Porto Alegre, onde recolheram-no ao 1º Batalhão da Brigada Policial<sup>110</sup>. Saindo com uma escolta para a Ilha da Pintada, não mais voltou, havendo, entretanto, regressado a escolta, que trouxe a roupa que vestia Salustiano.

— Benedicto Pinto Leão, *desertor* como a vítima precedente, recolhido preso ao 2º Batalhão da Brigada Policial, sofreu, a 12 de Março, bárbaros castigos, e a 13, quando abriram o xadrez onde ele se achava, encontraram-no morto.

— A 20, foi preso, em sua própria casa, no 3º Distrito de Livramento, por uma escolta do 2º Corpo Policial, ao mando do Capitão Salvador Lourenço de Senna (Tambeiro)<sup>111</sup>, o federalista João Assis, casado, ex-praça do Exército, eleitor, ex-revolucionário e homem benquisto por seus antecedentes. Um sargento da escolta aludida matou-o no próprio leito, em presença da esposa, com três tiros de revólver. Ao terminar a execução disse à esposa de Assis “que apenas estava cumprindo ordens superiores”.

— No mesmo dia 20, foi preso, em Upamaroti, pelo Comandante do 1º Regimento Policial, João Rodrigues Menna Barreto, o ex-revolucionário Francisco Prestes, que foi remetido para o acampamento do Cati. Lá chegando, apresentou uma carta que levou de seu padrinho Coronel Francisco Corrêa de Mello, a qual de nada lhe serviu, pois que, três dias depois, era Francisco Prestes, com mais três companheiros, levado para o Ibirapuitã, onde foram os quatro degolados.

Comandava a escolta o Sargento Euclides Boava; um dos outros federalistas ali ultimados chamava-se Clarimundo de tal; a outra vítima foi o infeliz jovem Armando Guterres, de 18 anos de idade, empregado no comércio, e que havia sido recrutado pelo Subintendente do Quaraí e remetido, *em pélo*, para as forças de João Francisco.

A mãe de Amando Guterres, D. Maria da Glória Guterres, foi ao Cati em procura do filho estremecido e, depois de ser-lhe declarado pela própria Hiena<sup>112</sup> que Amando achava-se entre sua gente, a infortunada senhora não pôde encontrar ali o moço, vindo saber, no trajeto do Cati a Livramento, que seu malogrado filho fora degolado no Ibirapuitã conjuntamente com Francisco Prestes.

Este fato, que consta também do *Quadro negro*, dele tratamos aqui, no lugar competente, para registrar certos detalhes de que esse bárbaro crime está revestido.

— Dias depois outra escolta de João Francisco, percorrendo os domínios desse monstro, prendeu, na casa do finado Barão de Ibirapuitã<sup>113</sup>, o ex-revolucionário Demenciano de tal, que depois de passar uma noite nas estacas, tendo uma pedra por travesseiro, foi degolado numa restinga além da casa do Barão de Toropy<sup>114</sup>.

<sup>110</sup> Referência ao 1º Batalhão da Brigada Militar.

<sup>111</sup> Tambeiro foi quem lanceou o Almirante Saldanha da Gama no Combate de Campo Osório.

<sup>112</sup> Apodo aplicado a João Francisco Pereira de Souza.

<sup>113</sup> Referência a Antônio Caetano Pereira.

<sup>114</sup> Referência a Antônio Cândido Corrêa de Melo.

Na mesma ocasião, a mesma escolta prendeu um outro indivíduo que foi degolado nos matos da internada de D. Floriana da Costa, acima do Passo de S. Diogo, sendo o cadáver encontrado por pessoas que andavam caçando no mato.

Junto ao corpo dessa vítima foram encontrados papéis rasgados, um poncho e bombachas.

— —

**Maiο:** — Em um dos primeiros dias deste mês, um piquete do 2º Corpo Policial, comandado pelo Alferes Luiz Xavier, e destacado no Marco do Lopes, prendeu o súdito francês Carlos Kopps, homem bom, estimado e que estava trabalhando na casa do Sr. Valentim Trindade. Duas horas depois desta prisão, o piquete regressava ao seu paradeiro sem trazer o infeliz súdito francês, que apareceu degolado, pelo que o Ministro de França em Montevidéo iniciou uma reclamação diplomática que, cremos, nunca teve solução.

— A *República* de Porto Alegre estampou o seguinte telegrama expedido de S. Gabriel:

“Coca, Julião Barcellos<sup>115</sup> e Carrion, durante minha ausência, às oito horas da noite do dia 24 de maio, invadiram minha casa de residência em Lavras e arrebataram minha filha Annália, obrigando-a a casar com o indivíduo de nome Horácio. Diga meus filhos publiquem. — *José H. Camargo.*”  
Esses três celerados a que se refere o telegrama exercem os principais cargos de autoridade na Vila das Lavras.

— —

**Julho:** — Do Herval foi transmitido o seguinte telegrama:

“Comando guarnição Jaguarão. Polícia arrebatando cidadãos federalistas postos cadeia, dali tirados, dizem seguir aí embarcar Porto Alegre. De madrugada houve tiros, *desaparecendo* um. Pedimos providência.

— *Boaventura Soares.*”

**Agosto:** — O *Correio Mercantil* de Pelotas noticiou que foi assaltada a casa do federalista Vasco Américo da Costa, próxima à estação Nascente. Vasco foi agarrado pelo grupo de bandidos bem como dois filhos moços e um genro, sendo todos degolados a duas quadras distantes da casa.

— —

**Setembro:** — O General Menna Barreto<sup>116</sup> e o Major João José da Luz arrebatam do poder de uma escolta de João Francisco mais de 40 cidadãos recrutados dentro da cidade de Livramento.

Ainda sobre o recrutamento que se fazia ostensivamente na fronteira, recebeu o Diretório Central o seguinte telegrama dos federalistas de Alegrete:

“Marechal Augusto Cezar<sup>117</sup>. — Estamos sob pressão de um recrutamento sem limites. O parágrafo 10 do art. 20 da Constituição é letra morta? Não haverá corretivo para este estado de coisas? Pedimos providências ao

<sup>115</sup> Seria revolucionário em 1923.

<sup>116</sup> Referência ao General Antônio Adolfo da Fontoura Menna Barreto, Comandante da Guarnição e Fronteira de Livramento, que seria Ministro da Guerra em 1911/12. Deixou livro de memórias, ainda inédito, sobre esse período.

<sup>117</sup> Referência ao Marechal Augusto César da Silva, primeiro Comandante das Armas do Rio Grande do Sul nomeado pela República e figura destacada do Partido Federalista.

menos com reclamação pela imprensa do Partido. — *Franklim — José Nunes — Malmann.*"

O chefe federalista em Carazinho, Coronel Pantaleão Prestes, transmitiu este telegrama à *Reforma*:

"Federalistas plena paz. Dia 7 chegou Subchefe Região<sup>118</sup> 50 praças; população aterrorizada. Hoje partiram 2º e 5º Distritos. Amigos Carazinho ameaçados. Dêem ciência General Comandante Distrito. — *Pantaleão Prestes.*"

--

**Novembro:** — No Passo do Espinilho, onde estava acampado um contingente de 200 praças do 2º Corpo Policial, força essa comandada por Bernardino Pereira, irmão da Hiena do Cati<sup>119</sup>, foram degolados o septuagenário e inofensivo cidadão Belarmino Pinto e mais quatro infelizes, cujos cadáveres foram vistos insepultos, dias depois da retirada dessa tropa, por diversos vizinhos dali; os quais não puderam reconhecer os companheiros de sacrifício de B. Pinto.

Noticiou o *Iris* de Canguçú que no Cerrito, 4º Distrito daquele Município, foi assassinado, a 18 de novembro, o inditoso moço Bernardino Netto, de 18 anos de idade, sendo conhecidos os assassinos, que não sofreram coisa alguma por pertencerem à *família reinante*.

— O indivíduo Gonçalves Teixeira, empregado em uma padaria de Livramento, andou mostrando publicamente duas orelhas humanas, já secas, que trazia em sua carteira como atestado de uma de suas *brilhaturas* de bom republicano.... Denunciado o fato à polícia, esta nenhuma providência tomou.

O *Canabarro*, em 97, confeccionou o *QUADRO NEGRO*, distribuído em seguida em folhetos pelo *Echo do Sul*. O *QUADRO NEGRO* teve profusa distribuição nos Estados da União e na Capital Federal. São estes os crimes insertos no *QUADRO NEGRO* e praticados na fronteira depois da paz de 23 de agosto:

## "1895

**Setembro:** — João Francisco mandou dispersar à bala um pequeno grupo de federalistas que, depois do desarme, se dirigia à Coxilha Negra, procurando suas residências.

**Outubro:** — O Capitão João Boleiro, subalterno de João Francisco, degolou dois federalistas.

--

**Novembro:** — Uma polícia legal, em Capão Alto, roubou grande número de animais. Na Restinga, na casa de Francisco Larratéa, assassinou Antônio Leôncio, José Modesto, Lino de tal e um negro velho, aleijado, de nome Rafael. Os cadáveres ficaram insepultos junto ao passo da Restinga. Ainda a mesma polícia, dias depois, na estância do Luiz Severiano, assas-

<sup>118</sup> Referência à Região Policial.

<sup>119</sup> Referência ao Coronel João Francisco Pereira de Souza. Cati é a localidade do Município de Livramento onde aquartelava o célebre 2º Corpo Provisório sob o seu comando.

sinou o caseiro e uma criança menor de oito anos e também Feliciano Xavier e sua mulher.

Faziam parte desta polícia legal: André Galvão, Cecílio Gameleiro, João Alberto, Procópio Gameleiro e Belarmino Trindade.

— De Alexandre Ribeiro, Antônio de Menezes e José Carvalho, as forças de João Francisco roubaram mais de 200 reses e muitas ovelhas.

— De Joaquim da Costa Nunes e Manoel Victor da Trindade, as mesmas forças roubaram 300 ovelhas.

De Manoel José de Menezes ainda a mesma força roubou 300 reses.

Estas forças eram comandadas pelo major Feliciano dos Anjos, do corpo ou brigada de João Francisco<sup>120</sup>.

— Antônio Manco, bandido reconhecido, ao serviço de João Francisco, assassinou nos Galpões um federalista.

— —

**Dezembro:** — No Cerro do Trindade, junto a casa de Victal Ribeiro, apareceu um degolado.

— Uma força de João Francisco roubou de Simão Mendes 200 reses e 100 de Hildebrando Ignácio.

— A quadrilha de André Galvão assassinou os ex-revolucionários: Manoel dos Santos, Felipe de tal e a um outro conhecido pela alcunha de Magro.

— Na Lagoa Branca, apareceram dois degolados.

— Demenciano Ayres, ex-revolucionário, foi assassinado por uma escolta de João Francisco no Passo das Catacumbas.

— O federalista Silva Cabral foi espancado e ferido por Hygino Corrêa de Mello, legalista.

— João Silveira, ex-revolucionário, foi agredido e ferido.

## 1896

**Janeiro:** — Tibúrcio Chaves, ex-revolucionário, foi agredido e ferido.

— Sobre Zeferino Rosa, federalista, foi disparado um tiro.

— No Upamaroti, na estância do Dr. Beltrão, foram presos os ex-revolucionários Manoel João, um filho seu chamado José e um negro de nome Bráulio. Conduzidos para o Itaquiatiá, foram todos degolados, mutilados e cortadas as orelhas.

Em Ponche Verde, foram assassinados os irmãos Raimundo e Anaurelino Machado, filhos de Quirino Machado, também assassinado pela legalidade em 1892.

— Uma escolta de João Francisco foi à estância do Sr. Manoel José de Menezes, no 3º Distrito de Livramento, carneou à vontade, e, ao retirar-se, envenenou com arsênico o resto da carne, sem dúvida supondo que as pessoas da estância e família do Sr. Menezes a aproveitassem, o que não sucedeu felizmente, sendo a carne comida pelos porcos e galinhas da estância, que morreram todos.

<sup>120</sup> Referência ao 2º Corpo Provisório, organizado em 1895.

— No pátio da estância do Coronel José Antônio Martins no Upamaroti, foram assassinados os ex-revolucionários Estevão Carneiro e Franklim Maria, ficando seus cadáveres insepultos.

— Foi preso e desapareceu o ex-revolucionário Moura.

— Foi preso no Quaraí, em casa de D. Leopoldina Vargas, por Antônio Manco e Rufino de tal, das forças de João Francisco, um ex-revolucionário de nome João que, conduzido para o acampamento de João Francisco, foi ali assassinado.

— Foram recrutados 14 federalistas, entre eles Cantalício Fernandes, Luciano Rengo, Bonifácio Segovia e João Rodrigues, ignorando-se seu destino.

— —

**Fevereiro:** — Tentativa de assassinato contra o honrado cidadão Gabriel Agarreberre, que milagrosamente escapou à sanha dos bandidos.

Em casa de D. Josephina da Costa Santos foi assassinado Ignácio da Costa e presos o Capitão Virgínio Paz, João Manoel Maciel, Pedro Aguirre, Antônio Cândido (o Birivão), e Philadelpho da Costa Santos, menor de 14 anos, filho de D. Josephina, todos federalistas. Os quatro primeiros foram degolados no Ibirapuitã, em campos do Sr. Alexandre Ribeiro, sendo um dos degoladores o Sargento Virgílio, o menor Philadelpho conduzido para o acampamento, onde, mais tarde, foi posto em liberdade.

Senhorinho, da força do Capitão João Pereira, deu uma punhalada no oriental Pedro de tal, no 2º Distrito de Livramento.

— Em campos do Coronel David Martins, sobre o Quaraí, foram assassinados por gente de João Francisco os ex-revolucionários Terêncio e Hildebrando e mais um oriental de nome Luciano.

— —

**Março:** — No Saicã foram assassinados Manoel Rufino e sua esposa.

— —

**Abril:** — Forças de João Francisco invadem o Estado Oriental pela Coxilha Negra e Cerro do Chapéu em busca de federalistas, tendo conseguido prender um, que foi conduzido ao acampamento sem que se saiba o fim que levou.

— Pela segunda vez foi assaltada a casa dos federalistas Aguiar, no Batovy — Estado Oriental, pelos castilhistas de Livramento.

— —

**Junho:** — No Upamaroti foi assassinado o crioulo conhecido pela alcunha de Raposa.

— No Caverá foi assassinado o ex-Tenente revolucionário Epaminondas Ribas, que ficou degolado, mutilado e sem orelhas. Os assassinos ainda deitaram fogo às roupas do assassinado.

— —

**Julho:** — Desapareceu de Livramento o federalista Quinca Vaqueiro, maior de 70 anos, sem que até hoje se haja sabido o seu paradeiro, apesar de todas as diligências empregadas pelos seus parentes.

No 3º Distrito de Livramento, na casa de comércio do Sr. Bernardino Ruiz, foi assassinado traiçoeiramente o federalista José Fagundes pelo legalista José Luiz Bello.



--

**Agosto:** — No 3º Distrito de Livramento foi preso e assassinado o fazendeiro Libindo Carvalho de Menezes e um cunhado de menor idade, de nome Francisco Escobar.

— Foi remetido preso a Livramento e conservado quatro meses na cadeia um menino, primo do assassinado Capitão Virgínio Paz, pelo crime de ter ido a uma venda de campanha comprar luto para si e sua família e ali ter dito que o luto era pela morte de Virgínio.

--

**Setembro:** — Foi tirado da fazenda do Sr. Francisco Cardoso um peão e, nas proximidades da casa do Coronel Maneco Machado<sup>121</sup>, foram agarradas mais sete pessoas e todos conduzidos para o acampamento de João Francisco.

— Tentativa de assassinato do Major Maximiano do Monte, em Rosário, que ficou gravemente ferido com muitas facadas.

--

**Outubro:** — Junto à cidade de Livramento foi assassinado, por uma escolta de João Francisco, o súdito italiano Ambrósio Monza, com sete punhaladas.

— Foi preso, amarrado e muito maltratado o súdito italiano Sebastião. Conduzido ao acampamento de João Francisco, foi forçado a trabalhar em cercas de pedra sem remuneração alguma a não ser os maus-tratos.

— Foi assassinado o cidadão Pedro Lopes, casado, federalista.

--

**Dezembro:** — Foi assassinado o ex-revolucionário João Evangelista de Lima, por gente de João Francisco.

— Uma escolta de João Francisco, comandada pelo Alferes Delfino Rodrigues, assaltou a estância do Sr. Francisco Cambraia, saqueando o estabelecimento e levantando cavalhadas.

Outros estabelecimentos sofreram iguais depredações.

## 1897

**Janeiro:** — Na Coxilha Negra foram presos e assassinados os ex-revolucionários Cândido Castanho e Marciano Escobar por uma escolta de João Francisco.

— Na Coxilha Negra foi preso e assassinado Propício Alves.

— Do Rio Quarai foram retirados dois corpos degolados.

— Por gente de João Francisco foram assassinados três ex-praças do 18º Batalhão de Infantaria que, tendo obtido suas baixas em Livramento, se dirigiam para Alegrete, de onde eram naturais.

--

---

<sup>121</sup> Referência ao chefe federalista Manoel Machado Soares, conhecido como "Leão do Caverá", região onde atuava, e alcunha pela qual seria conhecido, em 1923, seu antigo capitão Honório Lemes da Silva.

**Fevereiro:** — Por uma escolta comandada por Antônio Mendes, foi preso no 3º Distrito de Livramento o ex-revolucionário Fulgêncio dos Santos<sup>122</sup>. Conduzido para o acampamento de João Francisco, foi barbaramente estaqueado a ponto de ficar despaletado.

— —

**Março:** — No Upamaroti é preso o ex-revolucionário Francisco Prestes. Conduzido amarrado para o acampamento de João Francisco e ali martirizado e finalmente degolado, conjuntamente com Clarimundo, casado, morador no Ibirapuitã; Amando Guterres, de 18 anos de idade, filho da respeitável viúva Sra. D. Maria da Glória Guterres; e um outro cidadão que fora preso no Ibicuí.

— São recrutados muitos orientais, entre eles Octávio Pires, Pedro dos Santos, Felício Barboza, Estevão e Damião Guecaste, etc.

— No 3º Distrito, uma escolta comandada pelo Major João Pedro Barão vai à casa de João Assis, ex-revolucionário, que se achava de cama, gravemente ferido, com uma bala que recebera quando fugia à outra escolta que o queria recrutar.

O Major Barão, depois de interrogar o ferido e ouvir deste a verdade, retira-se com a escolta e poucas quadras adiante faz voltar um sargento e dois praças que assassinaram na cama, a tiros e facadas, o infeliz Assis!

— A mesma escolta assassinou também o cidadão Reduzindo, pai de numerosa família.

— —

**Maiço:** — É preso nos Galpões um cidadão francês, pedreiro, que estava trabalhando em casa do Sr. Elizério S. de Campos, por uma escolta de João Francisco comandada pelo Tenente Luís Xavier e em caminho do acampamento degolado pela mesma escolta. O assassinado era chefe de família e considerado bom homem.

— —

**Julho:** — Em Sarandi, Município de Livramento, apareceram dois degolados.

— —

**Agosto:** — São recrutados vários cidadãos orientais peões de Batico Pereira, Taltybio Silveira, Elyzeu Pereira, Antônio Rodriguez, Quiroga e outros.

— Uma escolta comandada por Procópio Marques assassinou o federalista Felício em Ibirapuitã.

— —

**Outubro:** — No 3º Distrito de Livramento são assassinados o preto Antônio e sua mulher.

— É preso e estaqueado o Tenente da Guarda Nacional José Ayres da Rocha, federalista.

— É preso, depois de muito judiado e assassinado no acampamento o ancião Belarmino Pinto.

— No acampamento de João Francisco, foram degolados um moço ruivo e um negro que haviam sido presos em Ibicuí.

— Dois outros recrutados são mortos a bordoadas.

<sup>122</sup> Seria coronel revolucionário em 1923 e nos anos seguintes, na região de Livramento.



Hecatombe de Boi Preto - Tão bárbara matança foi praticada por forças do Senador Pinheiro Machado, ao mando do muito celebrado Coronel Firmino de Paula, posteriormente elevado ao posto de general honorário.

— No Camoxim, 3º Distrito, apareceu um degolado.

— Nas proximidades da Mangueira de Pedra, apareceu outro degolado.

Os autores destes dois degolamentos foram praças da escolta de Antoninho Mendes.

— O Alferes oriental Carlos Farias, depois de ser protegido de João Francisco, foi por este mandado assassinar traiçoeiramente.

— João Francisco reuniu e marcou todos os cavalos dos recrutados sem pagá-los. Mais de 400 foram roubados dos infelizes.

— Os soldados de João Francisco no acampamento só recebem como fornecimento um quilo de carne. Os doentes, que ali são muitos atualmente, sendo federalistas ou recrutados, morrem sem assistência médica.

— —

**Dezembro:** — No dia primeiro deste mês apresentou-se à Guarnição de Livramento o Alferes João Guilherme da Rocha Pedregulho, do 11º Batalhão de Infantaria, denunciando ter descoberto em um cercado próximo à cidade um novo cemitério pertencente à polícia de Livramento, que era então comandada pelo Capitão Manoel Francisco Machado. Para o lugar denunciado seguiram o General Menna Barreto, oficiais da guarnição, médicos e umas 40 pessoas de respeitabilidade, deparando todos, à primeira vista, com diversas sepulturas, o que logo fez acreditar na veracidade da denúncia do Alferes Pedregulho. Abriu-se então uma das covas e, pelas exalações putrefatas, convenceram-se todos que, de fato, existiam ali, no cemitério da polícia, cadáveres de infelizes por ela sacrificados.

Na Guarnição de Livramento apresentaram-se espontaneamente Constantino Garcia, célebre *groteiro*, e Francisco Vargas, ex-praça de polícia, confessando serem os autores dos crimes descobertos e que os praticaram por ordem da autoridade policial superior (o Capitão Maneco Machado).

Como apontassem eles o Alferes Carlos Trindade como mandante das execuções que praticaram, foi esse indivíduo preso e submetido a processo com Francisco Vargas e Maneco Machado, sendo todos absolvidos, continuando o Alferes e o Capitão do Exército no exercício desses postos e dos cargos que ocupavam.

Uma das vítimas enterradas no cemitério Santanense foi o súdito oriental João Rondano.”

## 1898

**Janeiro:** — A *Gazeta de Itaqui*, que por falta de garantias se publica em Alvear, Província de Corrientes, noticiou que, nos últimos dias de dezembro, apareceram degolados, nas proximidades de Itaqui, sete cidadãos, sendo dois vitimados nos banhos do Sr. Ignácio Souza.

A mesma folha noticiou que uma escolta da Guarda Municipal, comandada por um tal Leite, prendeu e matou junto à estância do Dr. Aureliano Barbosa um índio velho agregado do chefe federalista Coronel Tico Dedé.

— Noticiou *A Palavra*, de Alegrete, que pela força de polícia ali destacada foi assassinado covardemente o infeliz cidadão Manoel Fiuza.

— A polícia de Vacaria assassinou o ex-revolucionário Juvêncio Albino da Rosa e, nove dias depois, um praça da escolta trazia as orelhas de Albino penduradas na barbela do freio!

— Elesbão da Cruz, forçado a servir na Brigada Militar, desertou do destacamento de Vacaria, e, perseguido por uma escolta, esta degolou-o.

O pai de Elesbão, velho João da Cruz, maior de 70 anos, intercedendo pelo filho, foi tão barbaramente espancado que, algumas horas depois, faleceu. A mãe de Elesbão também foi surrada cruelmente pelos esbirros da ditadura.

— O prestimoso federalista Sr. Paz Centeno telegrafou nestes termos ao redator de *A Reforma*.

“Camaquã, 17.— Carlos Maximiliano. — Porto Alegre. — Ontem, 5 horas da tarde, banhando-me arroio, companhia Gaston, telegrafista, fui ali repentinamente atacado por Flabiano Silveira, um irmão e Silvério Roochel, com intuito de matarem-me.

Primeiro e terceiro são autoridades. Circunstâncias muito especiais salvaram-me. Carta explicará tudo. Em seguida mesmo Silvério e João Antônio Roochel, suplente Juiz Distrital, atacam Adolpho Costa, havendo muitos tiros saindo todos feridos, alguns mortalmente. — *Paz Centeno*.”

— Em Upamaroti, Município de Livramento, Eduardo Moreira e dois irmãos agrediram o pacífico cidadão Plácido Pinto, dando-lhe um tiro de Remington e diversas punhaladas.

As autoridades policiais, apesar da queixa que receberam, não tomaram providência alguma por tratar-se de servidores da *legalidade*.

— Próximo à lagoa denominada Espírito Santo, Município de S. Vicente, foram degolados Pedro Figueira e Juvêncio Figueira por ordem do Subintendente Saturnino José Gonçalves. Os cadáveres desses infelizes patrícios foram vistos pelo Sr. Luiz Gonçalves das Chagas que, com outros vizinhos, mandou sepultá-los.

— —

**Fevereiro:** — Na noite do dia primeiro, a horas mortas, a casa de residência de Alípio Cadaval, então um dos redatores da *Tribuna do Povo*, da cidade de Rio Grande, foi arrombada por um grupo de soldados enviados pelas autoridades. Os móveis foram completamente destruídos, tendo Alípio Cadaval pulado com sua esposa e uma filhinha o muro que dava para a casa vizinha, a fim de escapar a um premeditado assassinato.

Uma outra filhinha, que ficara no leito, tal a precipitação da fuga de seus pais, foi barbaramente espancada pelos assaltantes, que quase a mataram.

— No dia 13, Carmelo Bueno, desertor do Exército e *sargento das forças* de João Francisco, tentou assassinar o General Menna Barreto, Comandante da Guarnição e Fronteira de Livramento, por *ordem superior* em consequência da atitude enérgica e patriótica assumida pelo mesmo General, na zona de sua jurisdição, contra o recrutamento e os assassinatos cometidos pelos soldados do exército do ditador.

O quartel-general ficou crivado de balas.

Os criminosos ficaram impunes!

— —

**Março:** — Noticiou a imprensa do sul do Estado que, no Município de Venâncio Aires, foram mortos Juvêncio e Antônio Cananéa, ficando quase morto um irmão e espancando-se, debaixo de bala, dois irmãos deste.

— Viríssimo Prestes, pessoa da *legalidade*, assassinou, em Carolina (Livramento), João Rieffel, por querer apossar-se da mulher deste que é filha da amásia daquele!

— No dia 21, em sua própria casa, no Passo da Carolina (Livramento), foi assassinado o federalista Camilo Furtado pelos indivíduos Hilário Gularte e seu filho Marçal.

— Em Vacaria, foi assassinado o federalista João Gregório, chefe de numerosa família que ficou ao desamparo.

— No dia 12 foi assassinado, no lugar denominado Àrvore Marcada, 5º Distrito de Livramento, o federalista Francisco Vieira da Cunha pelo indivíduo de nome suposto João Mesquita, quando o seu verdadeiro nome é Simão Cortez. Esta mudança deve-se ao fato de ser Simão Cortez, o autor de diversas mortes no Estado Oriental. A essa qualidade deve a proteção e acolhimento que lhe tem dispensado o castilhismo.

— No dia 26, a polícia do Subintendente do 2º Distrito do Rosário, Procópio Marques, atacou e assassinou, no Caverá, um pobre moço cujo nome não se pôde saber ao certo. O tiro de honra foi dado no infeliz pelo próprio Subdelegado Procópio.

Este fato também consta do *Quadro negro*, mas sem esses esclarecimentos.

— —

**Abril:** — No Município de S. Borja, um tal Quinca Seleiro, à frente de 20 praças da polícia de S. Luiz, percorreu a margem esquerda do Uruguai praticando os mais hediondos crimes. Três federalistas que agarrou, degolou-os, um na Estiva e os outros dois, também degolados, foram atirados ao Rio Uruguai.

O súdito inglês C. J. Davidson, valendo-se da falta absoluta de garantias em que se acha a imprensa oposicionista e armado de uma manopla, invadiu sorrateiramente a casa de residência de Thadio Amorim, proprietário e redator do *Bisturi*, jornal ilustrado que se publica na cidade de Rio Grande, e traiçoeiramente agrediu esse colega, que recebeu violentos golpes, caindo por terra sem sentidos. Davidson nada sofreu, porque as autoridades locais eram inimigas de Thadio Amorim.

— A família Mattos, de S. Luiz das Missões, só de uma vez teve três pessoas assassinadas, pelo que as outras viram-se forçadas a mudar de domicílio.

Note-se que, a família Mattos era castilhista, mas havia caído no desagrado dos mandões da localidade.

— —

**Mai:** — Em Encruzilhada, foi assassinado pela polícia municipal o ex-revolucionário Raimundo Henrique, que foi arrebatado da sua própria casa e *sangrado* a algumas quadras de distância da mesma.

— O General Carlos Telles, indo a D. Pedrito, ordena a prisão do Intendente de Lavras Coca Barcellos, hoje falecido, por haver prendido e assassinado a Ramão de tal, Gervásio de tal, Dorotheo Sant'Anna, Paulino Nunes e João Juvenal.

— —

**Junho:** — A polícia de D. Pedrito matou, em Upacará, os indivíduos Neves Porto, João Couto, um tal Abuisine e o preto Pepino, sobre os quais pesava a acusação de ladrões de gado.

— O oriental Rosano, companheiro daqueles, tentou fugir e, alcançado perto de Cunhataí, foi assassinado pela polícia que o perseguia.

— Noticiou a *República* de Porto Alegre que, no trajeto de Vacaria para S. Leopoldo, foi assassinado por uma escolta de polícia ao mando do Alferes Vepo o

infeliz Fragoso, de Cruz Alta, crime esse descoberto por um inspetor de quarteirão do Município de Caxias. Os criminosos ficaram impunes.

— O Major João Guilherme dos Santos, fiscal do 1º Corpo *Provisório* da Brigada Militar, destacado no Upamaroti, Município de Livramento, mandou assassinar o súdito oriental Sapate, comerciante e homem benquisto.

— Em S. Luiz das Missões, foi assaltada a casa de Isaias de Mattos, sendo mortos este, um filho de 17 anos e outro indivíduo conhecido pela alcunha de Cabo.

— No 3º Distrito de Livramento, em uma corrida de cavalos, foi barbaramente espancado pela polícia o *ex-Tenente* do castilhismo Viríssimo Prestes, autor do bárbaro assassinato de João Rieiffel, crime este que, como tantos outros, ficou na mais completa impunidade.

— Na noite do dia 6, a casa do Sr. Francisco Gomes, no Município do Herval, foi assaltada e arrombada por uma força de polícia chefiada por Luís Alves, obrigando aquele senhor a levantar-se da cama.

Os bandidos, sem a menor formalidade legal, invadiram o seu lar, e o chefe da malta, de revólver em punho, ordenou à vítima que saísse de casa, o que ele fez, sendo entregue à escolta que, a pranchadas, o recebeu, apesar dos seus protestos. E, como o susto se apoderasse da família, que clamava por socorro, mandou o chefe dos assaltantes contê-la a pranchadas!

Após esses atos de barbarismo, indagaram ao Sr. Gomes se existiam em seu campo cavalos pertencentes à força policial, contestando a vítima que possuía apenas algumas éguas da sua marca, e que para verificar mandassem parar *rodeio*.

Isto feito, auxiliado por um filho da vítima dos esbirros do *notável estadista* e reconhecendo a verdade daquela afirmativa, retiraram-se, fazendo ameaças ao Sr. Gomes se alguma coisa dissesse sobre as violências que lhe foram feitas e à sua família.

— Nesta ocasião, o Sr. Gomes, assustado, pretendeu fugir para o mato, e quando isso fazia, foi prostrado por uma descarga, atravessando-lhe uma bala o ombro esquerdo.

Apanhado pelos bandidos, foi novamente espaldeirado e depois de amarrado conduzido a uma tapera, na qual se achava o Intendente do Herval, Emílio Silva, em companhia de outras autoridades, aguardando a solução da *patriótica* e *republicana* missão que haviam cometido ao celerado Luiz Alves.

Ali chegado, colocaram-no sobre uma carona, mandam pelo filho da vítima chamar a esposa, à qual perguntaram se havia por ali quem aplicasse remédios ao ferido.

Respondendo ela que não, prometeram mandar remédios do Herval, levando o filho do Sr. Gomes para ser o portador dos medicamentos. Em seguida retiraram-se, deixando-o ao abandono, gravemente ferido, sem recursos, no meio do campo em uma tapera, com esta reiterada recomendação: "Cale a boca e não fale da polícia, do contrário será morto...".

Conseguindo a custo salvar-se, o Sr. Gomes retirou-se para a cidade de Pelotas, onde se tratou, depois de ter feito, inutilmente, auto de corpo de delito.

A imprensa tratou detalhadamente deste crime, denunciando nominalmente um por um dos bandidos, aos quais nada aconteceu, continuando todos nos respectivos cargos de autoridade, mais prestigiados, ainda, pelas autoridades superiores!

— A 19, no Boulevard Buarque de Macedo, cidade de Rio Grande, o

Subintendente Arlindo Braga e o Delegado Joca Pinheiro, encontrando em uma esquina o cidadão José Alegre, morador naquele arrabalde, o primeiro intimou-lhe a ensinar-lhes a sua casa e a ir abri-la, ao mesmo tempo que o outro deu-lhe voz de prisão.

José Alegre, alfaiate, homem trabalhador, prontamente cumpriu tais ordens, dizendo-lhes ao abrir a porta de sua casa: "Entrem, tudo o que está aí é meu, está pago, não devo nada a ninguém."

O Subintendente deu-lhe uma bofetada que o prostrou por terra e, em seguida, mandou-o para a cadeia, onde esteve 18 dias sem culpa formada e sem que ninguém soubesse qual o motivo de tamanha arbitrariedade.

— A 25, sendo dirigido de D. Pedrito ao bravo General Carlos Telles pelo Capitão Alencastro Carneiro da Fontoura, então membro da orçamentaria<sup>123</sup>, e dois alferes do 4º Regimento de Cavalaria, um convite telegráfico para que o brioso militar se fizesse representar numa procissão cívica em homenagem à memória do Marechal Floriano Peixoto, teve esta resposta telegráfica:

"Sr. Capitão Fontoura e Alferes Pará e Carvalho. — D. Pedrito. — Em homenagem à imorrível memória Marechal Floriano, por honra e dignidade do Exército Nacional e do meu nome, vos declaro que não aceito o convite, porque jamais me prestarei a *torpes especulações e baixa politicagem*.

Assim procedendo, tenho certeza de zelar o crédito e sentimentos patriotas, que devem constituir glorioso apanágio da distinta oficialidade do 4º Regimento, a qual envio cordiais saudações. — *Carlos Telles*, General de Brigada."

— A 28, a Brigada Militar esteve toda de prontidão na Capital do Estado, o que ninguém estranhou, porque é fato que se reproduz repetidas vezes todos os anos.

— A 29, a imprensa da cidade de Rio Grande publicou o seguinte telegrama, passado da Vila de S. Lourenço:

"Tendo o Juiz de Dolores de Camaquã<sup>124</sup> requisitado a prisão dos assassinos Lindolpho, Ignácio Souza e Miguel Barboza, pronunciados por crime de morte, estupro e infanticídio, que estavam aqui às ordens do célebre Maurell<sup>125</sup>, então Intendente de S. Lourenço, homiziados em sua casa, em companhia da família, o Delegado de Polícia não pode efetuá-la, visto os bandidos, avisados com tempo, terem fugido.

Estes criminosos há mais de seis meses serviam de capangas de Maurell, aqui arvorado em influência política por imposição do ditador."

— Na noite do mesmo dia 29, aniversário natalício do ditador, os empregados de polícia, tendo à frente uma comissão do Club Militar de Porto Alegre, foram cumprimentar o tiranete, declarando o orador da comissão do Club, um Tenente de nome Luiz Soares dos Santos, membro da orçamentaria e rabiscador da *Federação*: "Que vinha, em nome do Club, patentear publicamente que os militares eram escravos do ilustre chefe Dr. Júlio de Castilhos."

<sup>123</sup> Alusão jocosa à Assembléia dos Representantes do Estado, que, pela Constituição de 14.07.1891, fora esvaziada de suas atribuições legislativas, sendo restringida à votação do orçamento estadual.

<sup>124</sup> Hoje, Sentinela do Sul.

<sup>125</sup> Possivelmente um equívoco, pois o intendente de São Lourenço, à época, era João Alfredo Crespo. Deve ser referência ao Subintendente Henrique Maurell.



Perdeu o orador, como se vê, uma boa ocasião de ficar calado, para não comprometer os brios e a honra de sua classe com semelhante destampatório, que foi muito censurado o comentado pelos oficiais de todas as guarnições, especificamente pelos da Capital do Estado, que não lhe delegaram poder algum, visto como a maioria dos oficiais daquela guarnição não faz parte do referido Club, que em sua totalidade se compõe de oficiais da brigada policial, de honorários e da Guarda Nacional.

Os militares são escravos do tirano...

Que noção tem esse Tenente, que é bacharel e positivista, dos deveres do soldado, para exhibir-se assim em público?

Pobre Brasil! Infeliz República!

— Como medida disciplinar em consequência dos fatos ocorridos por ocasião da romaria ao túmulo do Marechal Floriano Peixoto, que depois de morto está sendo indignamente explorado pelo castilhismo positivista, que por esse meio pretende servir-se da força armada para desprestigiar as leis, desprestigiar o princípio de autoridade e subverter a ordem social em favor da realização das ambições do tirano do Sul, o General Comandante da Escola Militar da Capital da República, em enérgica ordem do dia, afirmou estar resolvido a acabar de vez com a politicagem introduzida naquele estabelecimento, sofra quem sofrer.

Grande número de alunos, oficiais e praças de pré, devido aos fatos aludidos, foram presos, e outros desligados da Escola.

—

**Julho:** — No dia primeiro, o correspondente telegráfico da *Tribuna do Povo*, na Capital Federal, comunica que o Senador Pinheiro Machado, em palestra de amigos, elogiou os artigos que então estavam sendo publicados no *Jornal do Comércio* pelo Dr. Felisbello Freire, em que analisava as Constituições dos Estados, condenando a do Rio Grande do Sul.

Assim se pronuncia o ex-Ministro da Fazenda do Marechal Floriano em relação à Constituição ditatorial positivista de Júlio de Castilhos, imposta ao povo rio-grandense por meio da força armada e do Tesouro Nacional, graças à intervenção anarquizadora do Governo da União.

“Há na Constituição do Rio Grande do Sul a tendência manifesta de organizar o Poder Executivo como um poder ditatorial, restringindo o mais possível o campo de ação da esfera legislativa.

Esse poder é a força real do Estado, ainda que pareça ter o Legislativo cogitado de tornar efetiva a intervenção do elemento popular.

Havemos de ir até o final deste estudo que a política positivista dominou profundamente na elaboração da Constituição do Rio Grande.

A respeito das formalidades da promulgação, da sanção e da função do veto, essa Constituição não o institui como uma atribuição executiva.

Antes de promulgar qualquer lei, o Presidente do Estado a fará publicar, enviando-a aos municípios, que lhe oferecerão as emendas que julgarem convenientes.

O presidente ou as aceitará para promulgar a lei de acordo com elas, ou fará a promulgação mantendo-a inalterável.

Relativamente, porém, às resoluções tomadas pela Assembléia naquilo que expressamente constitui atribuição legislativa, os municípios não podem intervir e o presidente as promulgará.

Precisamos observar que a esfera de ação exclusivamente legislativa é constituída simplesmente por atribuições tributárias e orçamentárias, além das atribuições de processar o Presidente e apurar sua eleição.

Em mais nada alargou-se à competência legislativa. Tudo o mais que caracteriza a vida legislativa e o Estado pertence à classe de medidas de natureza administrativa, que compete ao Presidente decretar.

Eis porque ele não goza da função do veto. E nem precisava!

Já é uma força onímoda.

Como se vê, a máquina do governo do Rio Grande do Sul é essencialmente diferente daquilo que servira de norma à organização política dos outros Estados e da União. É um verdadeiro corpo estranho na vida institucional da Nação. E melhor veremos isto à proporção que formos estudando as Constituições."

Pinheiro Machado sempre se declarou partidário convicto da democracia e, portanto, adversário do regime ditatorial instituído no Estado rio-grandense por Júlio de Castilhos. Entretanto, o Senador serrano é solidário com o déspota que impôs semelhante Constituição, incoerência esta que se torna um mistério, só explicável pela incapacidade do Napoleão dos Pampas ou por crimes que os tenham unificado....

Comentando esse pronunciamento do Senador Pinheiro Machado, assim se pronuncia um ilustre contemporâneo da imprensa independente do Rio Grande do Sul, com relação a Júlio de Castilhos: "Traidor, ele converteu o partido da República num partido pessoal, ousou opôr o negregado e odioso nome ao do ideal do partido; traidor, ele telegrafara ao Marechal Deodoro, por ocasião do golpe de estado que estava com ele e lhe enviasse tropas, e declarava ao mesmo tempo ao Estado que condenava o ato impolítico do Marechal; traidor, acusava na *Federação*, de sê-lo três vezes o Marechal Floriano e mandava por linhas travessas pedir-lhe a proteção que o salvou; traidor, bajulou o governo do Dr. Prudente de Moraes enquanto pôde tirar partido da generosidade do benemérito patriota; desde o dia, porém, em que viu sobrelevar ao espírito partidário a tranqüilidade da Pátria, a estabilidade da República, o truculento tiranete não hesitou em aliar-se e aplaudir aos que tentaram a sua eliminação pela garrucha do bandido; traidor, e sempre, tem falseado a opinião, e às idéias apregoadas na propaganda opôs essa Constituição monstruosa, inviável e desprezada, unicamente talhada para garrote da liberdade e garantia própria.

As sociedades obedecem a leis superiores, não são o juguete da vontade arbitrária do primeiro aventureiro que se impõe pela força à vontade coletiva.

A ação deste é fatalmente transitória, o seu poder efêmero.

É o que está acontecendo ao audaz tiranete.

Abandonado a pouco e pouco pelos próprios companheiros, já não se vêem ao seu lado os vultos mais notáveis do glorioso decênio da propaganda: Barros Cassal, Assis Brasil, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, Francisco de Miranda, os primeiros que o abandonaram, além de muitos outros que lhes seguiram o patriótico exemplo.

Fértil na intriga e nos manejos insidiosos, fez publicar com a assinatura de Alfredo Varela, mais conhecido por *Villares*, o folheto difamatório — "O Dr. Demétrio Ribeiro — A verdade sobre este homem político" — em que o caráter do Dr. Demétrio é atassalhado infamemente com uma hipocrisia revoltante, que valeu o merecido desprezo ao autor que, hóspede e pensionista do Dr. Demétrio, seu mestre gratuito

e que o havia tomado sob a sua proteção, muito auxiliando-o para que o pobre, sem recursos, pudesse estudar e bacharelar-se, esqueceu-se de tudo isso para expôr em panfleto, como expôs, tudo que havia visto e ouvido sob o teto do lar que amparou e protegeu o órfão desvalido.

Que belo caráter!

Fácil é avaliar-se quanto a Revolução rio-grandense auxiliava os planos e ambições do déspota, e quão alucinadora a raiva, o desespero que lhe trouxe a pacificação, contra a qual esbravejava e ainda hoje treveja os raios da incontinente ira em estirados e agressivos aranzéis na análise da resposta do General Galvão ao Manifesto Vitorino.

Não tardará o momento em que, completamente repudiado, todos evitem o tiranete como se evita um contato perigoso, e persiga-o o clamor público e a justiça da história.

E ela gravar-lhe-á na fronte esta palavra: — *Judas.*”

Posteriormente, um dos órgãos do Partido Republicano histórico assim esteriotipada o tiranete:

“O regime republicano tem trazido à ribalta da cena política homens de vários feitios e matizes diversos, graduando todas as gamas do vício; nenhum, porém, como o Dr. Júlio de Castilhos tão tipicamente encarna a hipocrisia política.

Aí está, enavalhando todo o mundo, a sua vida política; examinai os fatos mais culminantes da sua atividade de homem público e vereis que todos eles são guiados pela hipocrisia, pelo fingimento e pelo mais requintado dos maquiavelismos!....

Abraçava fraternalmente os companheiros de propaganda e ao mesmo tempo procurava inutilizá-los para não ter rivais nas cumeadas do poder; pregou a democracia e praticou a sociocracia; combateu à *outrance* o pessoalismo político, tornando-se mais tarde, por esforço próprio, fetiche exposto à adoração das turbas ignaras; apertava a mão do Visconde de Pelotas e traía-o na mesma ocasião; atassalhava pela imprensa o Marechal Floriano, mas genufletia-se em segredo, invocando o seu apoio; lastimava publicamente a guerra civil, convicto, porém, de que ela seria o instrumento da sua consolidação no poder; proclama em princípio a sua adoração pelo regime federativo, mas cerceia e aniquila as franquias municipais; diz-se republicano, mas não sabe fazer respeitar as garantias individuais asseguradas pelo pacto constitucional; adora a liberdade de pensamento, mas deixa empastelar a imprensa adversa e perseguir e encarcerar e matar jornalistas; garante no papel o direito do voto, mas afasta à mão armada os eleitores das urnas; faz alarde da sua incorruptibilidade cívica como de uma coroa de glória, mas arrancou o último patacão dos nossos patrícios, mesmo dos que empaparam a campanha com o seu sangue, para dar-se um palácio que lhe fornecesse o necessário conforto para aperfeiçoar o seu ideal de justiça e de liberdade!....”

Este quadro está longe ainda de exprimir a verdade toda inteira, pois Júlio de Castilhos foi quem fomentou a guerra civil e nunca, sob forma alguma, lastimou que essa calamidade social houvesse se desencadeado sobre a sua terra natal; por outro lado, quanto à incorruptibilidade, o déspota não só arrancou o último patacão dos nossos patrícios como tornou-se a maior fortuna do Estado, está milionário.

Isto não se explica por meio do patriotismo e da convicção republicana:

1º porque era pobre antes da Proclamação da República, tão pobre que, para permanecer como substituto de Venâncio Ayres no posto de redator da *Federação*, exigiu o ordenado de 400\$000 mensais aos seus companheiros de propaganda, que, abnegados, tiveram de fazer o sacrifício de se cotizarem para tal fim, pois Júlio de Castilhos declarou-lhes, categoricamente, que *por menos não ficava*, porque “não teria com que mandar ao mercado”;

2º porque os ordenados de governador não davam para acumular a fortuna colossal que hoje possui;

3º porque o tiranete nunca exerceu a profissão de advogado antes de ter empolgado o Governo do Estado ou depois de ter-se feito aclamar-se ditador, nem consta ter feito negócio ou transação alguma para que se possa ou se tente explicar por qualquer desses meios a origem misteriosa da sua fortuna, incontestavelmente a primeira do Estado e uma das maiores em todo o Brasil empobrecido;

4º finalmente, é forçado, portanto, admitir que essa fortuna de Crespo teve origem criminosa na guerra civil, provém dos milhares e milhares de contos de réis que o Marechal Floriano Peixoto mandou entregar-lhe pessoalmente, dos quais não passou documento algum, nem prestou contas até hoje.

Um belo tipo de presidente de República!

Um espécime raro, que deve ser aproveitado!”<sup>126</sup>

— A 7, na cidade de Jaguarão, em plena audiência do Juiz Distrital José Corrêa da Câmara, o advogado José Thomaz da Porciúncula insultou o escrivão daquele juízo, Érico Feijó, ambos da mesma grei.

Este, finda a audiência, esperou na rua o advogado, que lá dentro ameaçava céus e terras, e pegaram-se à unha, aplicando o escrivão alguns sopapos no advogado que os apanhou.... *heroicamente*, segundo relataram as gazetas.

— No mesmo dia 7, a imprensa do Estado noticiou ter o Governo da República Oriental mandado ficar sem efeito a prisão, em Taquarembó, do Coronel Bernadino Motta e de seus filhos, *efetuada à requisição do Presidente do Estado, que pedia a extradição dos mesmos*.

Baseou-se tal resolução no fato de que às autoridades subalternas não cabe satisfazer requisições dessa natureza, que só podem ser atendidas por ordem do Governo Oriental e a pedido do Governo Federal do Brasil, pelo que as referidas autoridades foram repreendidas pelo Governo da República vizinha.

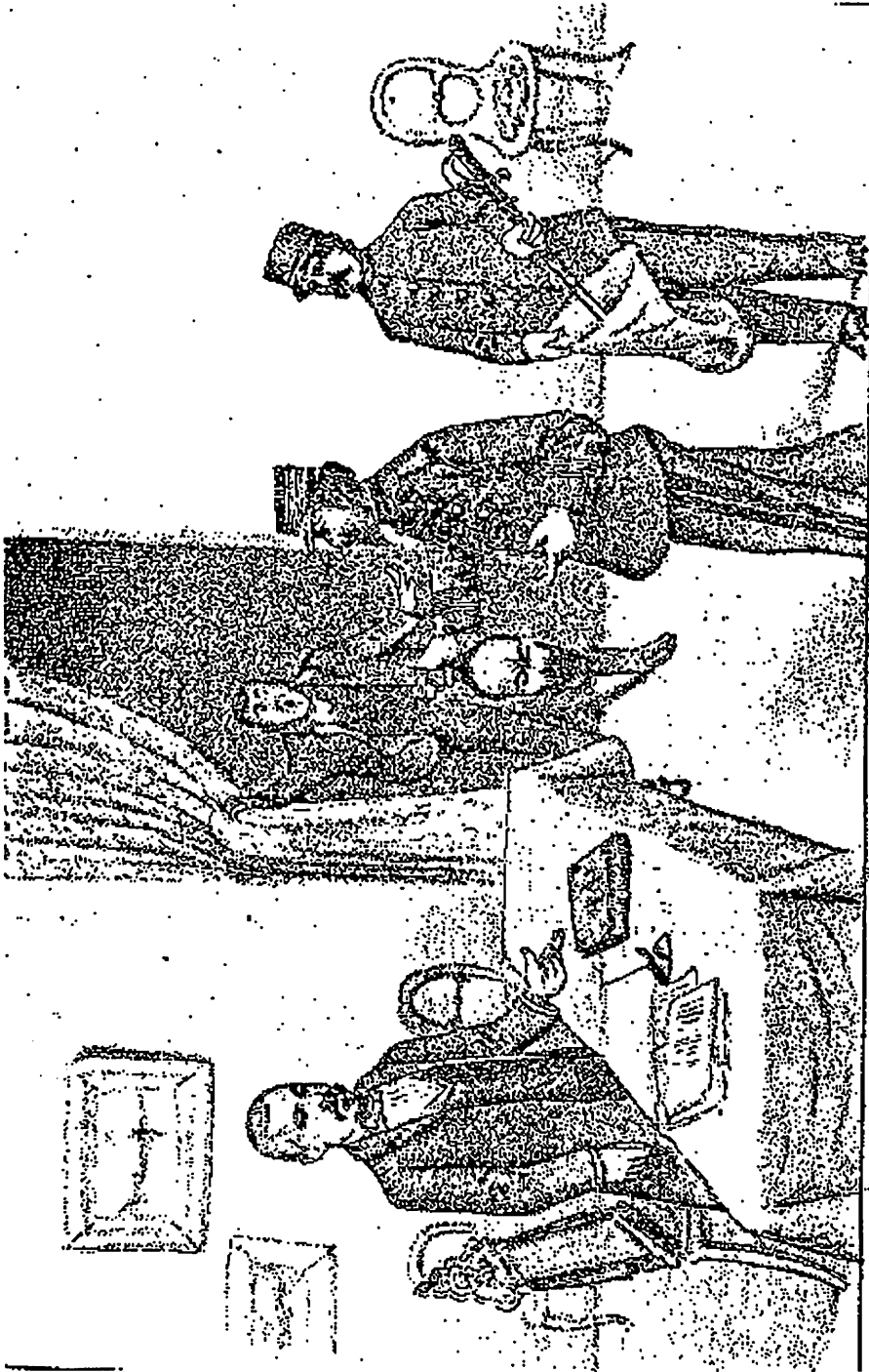
De Taquarembó, na mesma data, transmitiu o Coronel Motta o seguinte telegrama à *Opinião Pública*, de Pelotas:

“Em liberdade. Saudações e abraço.”

De Piratini, e no mesmo dia, o Coronel José Pedroso de Oliveira passou à mencionada folha este recado telegráfico:

“Telegrama que agora recebi do denodado General Menna Barreto, dá-me agradável notícia da soltura do Coronel Bernardino Motta, que ilegal-

<sup>126</sup> Por esta época, a oposição no RS se reorganizava, animada pelo desgaste da política de Castilhos - que pretendia ser candidato à Presidência da República - em nível nacional.



A espada e a cabeça do imortal guerreiro Gomeriando Saraiva. A sua entrega no palácio ao Governador Júlio de Castilhos, pelo Coronel de patriotas Ramiro de Oliveira, hoje Subchefe de Polícia da cidade de Santa Maria, onde colocou esses troféus em exposição no Hotel de João Ramos, o mesmo fazendo ao chegar à nossa culta Capital, tudo com o assentimento e aplausos do Rosas<sup>127</sup> rio-grandense.

<sup>127</sup> Referência ao ditador argentino.

## A glória da ditadura

Surja da nova geração ou do nosso meio literário, um Molière capaz de ruborizar os protagonistas desta cena, passada em palácio:

— “Coronel: Senhor! fui distinguido com a patriótica missão de vir depôr aos vossos pés os gloriosos troféus da sangrenta e renhida batalha de Carovi, onde o vosso invencível exército pôs termo à guerra civil com a derrota e a morte de Gomercindo Saraiva, vitória até então considerada fora do alcance das armas nunca vencidas da legalidade. É, pois, com a mais subida honra que ora vos apresento e entrego esses troféus: a espada e a cabeça do célebre caudilho. Recebei, senhor! porque essa é a maior e única aspiração e recompensa que aspiram os vossos heróicos soldados. Recebei, preclaro chefe, notável estadista, único digno sucessor do *Marechal de Ferro*<sup>128</sup>, porque estes troféus são uma relíquia e ao mesmo tempo um atestado da civilização pátria e dos intuítos patrióticos e democráticos da vossa sábia orientação política!

— Júlio de Castilhos: Encanecido prematuramente na luta em defesa da República e sustentação de todos os direitos individuais e sociais, de modo a conseguir, como consegui, obstar a restauração monárquica, sinto-me neste momento completamente rejuvenescido sob as emoções do júbilo indescritível que viestes trazer-me, como um lenitivo, ao meu coração de patriota e republicano, e que não sei como exprimi-lo ante a eloquência e o fulgor destes gloriosos troféus, prova material e imorredoura do patriotismo e do espírito republicano do meu exército.

Foi preciso, realmente, desamparar o meu governo, atirar todo o exército estadual no teatro das operações de guerra, sob o comando do seu respectivo chefe e sob a minha exclusiva direção, para poder salvar o Rio Grande do Sul, para conseguir o que o exército nacional julgava impossível, para fazer o que os nossos generais e o governo da União julgavam impraticável: guiar os exércitos legais à conquista dessa vitória definitiva; impôr aos inimigos da República a terminação da guerra por meio da própria guerra; vitória até então considerada fora do alcance das nossas armas, como muito bem lembrastes. É com orgulho, dominado pelo mais ardente júbilo, que recebo, pois, estes gloriosos troféus, que significam, não só o triunfo definitivo da legalidade, como também um penhor sagrado de fidelidade do exército estadual para com o governo republicano do Rio Grande, que se sente por este meio animado a repelir qualquer intervenção dentro das nossas fronteiras, quer por parte do povo anarquizado, quer do exército e da armada que fizeram a República em nome da Nação, quer do próprio governo dos Estados Unidos do Brasil. Transmiti, portanto, as minhas entusiásticas saudações a todos os meus bravos e leais soldados; e dizei-lhes em meu nome: — Sereis generosamente recompensados pela República salva e pela Pátria reconhecida!»

Tartufos!

<sup>128</sup> Referência ao Marechal Floriano Peixoto.

mente achava-se retido em Taquarembó por perseguição ignóbil dos castilhistas. Viva o Presidente da República!"<sup>129</sup>

— Em princípios de julho: o redator do órgão castilhista de S. Borja *Treze de Janeiro*, e que é também o Promotor *ad hoc* em todas as causas crime, foi tomar uma satisfação a um moço caixeiro da casa do Sr. Brabo.

O caixeiro, ao ser interpelado, acentuou ainda mais o que se dizia haver afirmado em desabono do Promotor. Este deu-lhe três bengaladas, recebendo em troca um tiro de revólver, que o feriu, acalmando imediatamente o seu ardor bélico.

— O correspondente do *Echo do Sul* em Encruzilhada é ameaçado de morte pelas autoridades e por meio de cartas anônimas, dirigidas a diversos cidadãos da oposição, suspeitos como autores das correspondências dirigidas daquela cidade ao mencionado jornal.

De uma dessas correspondências, além de muitos outros fatos que, por verdadeiros, nunca foram contestados, destacamos os seguintes:

O respeitável ancião Pedro Brigante, ali negociante, foi agredido pelo ex-Juiz Distrital da Comarca, Alcebiades Moraes, que lhe desfechou três tiros de revólver, acertando um na perna direita.

O Major Fidêncio Alves, tendo comprado ao Subdelegado Pacífico um boi manso, levou-o com outras reses para as colônias, e, como o alheio chora o seu dono, ali foi reclamado e entregue, por ter o reclamante justificado ser de sua propriedade.

O Major Fidêncio expôs o fato ao Delegado, oficiando este a pedido daquele ao Subdelegado.

O Subdelegado, logo que recebeu o ofício, foi à casa de Fidêncio dizer-lhe que havia vendido o boi por pensar que era do seu irmão Honório, mas o animal não tinha a marca deste, nem ele possui gado, apenas o cavalo de montar.

Nisso ficou a punição desses dois crimes: nada sucedeu ao ex-Juiz Distrital, e o Subdelegado ladrão continuou, sem interrupção, no exercício do cargo.

— A 12, os oficiais do 30º Batalhão de Infantaria, aquartelado na cidade de Alegrete, publicaram o seguinte protesto, contra uma das habituais explorações do castilhismo no seio da força armada da Nação:

“Os abaixo assinados, oficiais do 30º Batalhão de Infantaria, tendo lido na *Gazeta* desta cidade, de 10 do corrente, o discurso pronunciado pelo Capitão Gonçalo Corrêa Lima, por ocasião das exéquias do Marechal Floriano, e como declarasse o nosso colega que falava em nome da oficialidade deste Batalhão, vimos declarar peremptoriamente que não autorizamos ao mesmo senhor Capitão essa representação em nome da Corporação a que temos a honra de pertencer. Alegrete, 12 de julho de 1898. — *Carlos Araújo, Capitão.*

— *Valeriano Claudomiro da Fonseca, Alferes.* — *Gonçalo Muniz Telles, Capi-*

<sup>129</sup> Bernardino Motta, braço forte de Castilhos em Canguçu, entrara em atrito com o Governo do Estado, por motivos privados, apoiando o candidato Campos Sales e promovendo distúrbios em Canguçu no início de 1898. Há evidente oportunismo no relacionamento desses fatos, pois Bernardino Motta era um dos mais odiados chefes castilhistas, acusado de roubos e assassinatos. Demitido da Intendência de Canguçu por Júlio de Castilhos, tornou-se adversário deste e pivô de uma crise entre os governos do Estado e da União. Os federalistas aproveitaram-se do caso para explorá-lo politicamente.

*tão. Felipe Antônio da Fonseca Galvão, Tenente — Juvêncio de Souza Medeiros, Tenente. — Candido Joaquim de Fróes Mattos.*"

A imprensa bageense deu publicidade ao seguinte protesto, firmado por oficiais do 11<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria, ali de guarnição:

"Os abaixo assinados, oficiais do 11<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria, tendo lido no *O País*, de 30 de junho findo, que, na celebração do aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, a oficialidade desse regimento fora representada pelo Sr. General Argollo, declaram que não delegaram essa representação. Bagé 14 de julho de 1898. — *Tenente Júlio Fernandes dos Santos Pereira. — Alferes do José Luiz de Souza Pires. — Gaudêncio Pereira. — João Pereira Bessa e Lannes Costa.*"

— A *Reforma* recebeu de Santa Cruz o seguinte telegrama:

"Santa Cruz, 17 de julho, às 10 horas e 20 m. — No dia 15, o Subdelegado da Vila Tereza<sup>130</sup>, invadindo a oficina de Alberto Koller, arrebatou seu cunhado Grundling. Na rua, soldados quebraram suas espadas nas costas da vítima.

Ao seus gritos acudiram os vizinhos, sendo repelidos pelo Delegado Rath e Subdelegado, desferindo Abrelino, Subintendente e avaliador do juízo, um tiro sobre Otto, irmão da vítima.

O médico encontrou 36 ferimentos no corpo. Estado horrível. Motivos ignorados. Família federalista."

— A 19, à noite, um sargento e dois praças de polícia, armados de revólver e disparando tiros, invadem a barbearia e casa de miudezas do Sr. Emílio Vieira, na cidade de Rio Grande, na Rua Rheingantz, em perseguição de Pedro Castelhana. A esposa do oficial da barbearia, como era natural, assustou-se e foi vítima de um ataque.

Quando o aludido empregado saía de um compartimento da casa alarmado com o estampido dos tiros, um dos praças quis atirar sobre ele, no que foi obstada pelo dono do estabelecimento.

Nenhuma punição sofreram os policiais, que têm ordem de assim procederem, isto é, de invadirem a qualquer hora do dia e da noite as casas de comércio e de família, não obstante a lei mandar que se as considere como um asilo sagrado e inviolável.

O Dr. Alcides Lima, ilustrado e correto Juiz da Comarca da cidade de Rio Grande, é pela segunda vez, pronunciado pelo Superior Tribunal do Estado por (fútil pretexto) excesso dos limites das funções do seu cargo.

Tendo o juiz interposto recurso de revisão ao Supremo Tribunal Federal, este, mais uma vez, o absolve. Não obstante, o digno magistrado perde seu lugar na magistratura estadual, na qual estava evidentemente deslocado, negando-se o ditador a mandar pagar-lhe os vencimentos a que tinha direito, em virtude da sentença do Tribunal Federal.

Venceu o pleito contra a ditadura, que lhe arrancando o cargo e caloteando-lhe nos ordenados, aumentou o triunfo do magistrado reto, honesto e independente<sup>131</sup>.

<sup>130</sup> Hoje, Vera Cruz.

<sup>131</sup> Alusão ao famoso caso de insubordinação do Juiz Alcides Lima. Em 1896, Alcides Lima presidiu em Rio Grande o primeiro Tribunal do Júri realizado no Estado após a edição do Código de Organização Judiciária de 1895, negando-se a aceitar o voto a descoberto. Foi por isto denunciado pelo Procurador-Geral de Justiça, a mando de Castilhos, e sentenciado pelo Superior Tribunal. Recorrendo, o Supremo impetrou *habeas corpus* em seu favor.



— A 22, o *Echo do Sul* inicia uma longa série de artigos em que denuncia ao Ministro da Viação os escândalos e fatos criminosos ocorridos na administração das obras de melhoramentos da Barra do Estado, essa mina inesgotável que fez milionário o engenheiro Ernesto Otero, Chefe da respectiva Comissão, positivista ortodoxo, e que ao assumir o cargo, era paupérrimo, nada possuía.

Não caluniamos nem rompemos com os preceitos de moralidade em que se devem modelar as publicações honestas.

Com um ordenado relativamente pequeno, passando uma vida de nababo, o engenheiro Ernesto Otero conseguiu fazer economias que deram para tudo isto: comprar as terras do Macaco, povoá-las com animais de raça; fazer dádiva a Teixeira Mendes e Miguel Lemos da quantia de 40 contos para a construção da Capela da Humanidade, na Rua Benjamin Constant, na Capital Federal; e entrar para uma associação comercial comanditária com o capital de 300 contos, com a cláusula de poder elevar esse capital ao triplo, isto é, a 900 contos!

A Barra nunca melhora, a cidade de Rio Grande está ficando sem porto, e, apesar de todas essas denúncias, o engenheiro Ernesto Otero continua como Chefe da Comissão, sem que o Governo da República, por decoro ao menos da administração pública do país, se resolva nomear um homem capaz, por seus talentos profissionais e por sua honestidade, para examinar os trabalhos já realizados e o que há de verdade na denúncia feita pela imprensa independente, honesta e patriótica do País.

E como verificar, pela escrituração da Comissão, se os trabalhos já feitos correspondem realmente aos milhares de contos escriturados nos livros da Comissão que tem por chefe Ernesto Otero?

Se os livros, por exemplo, acusam dez ou vinte mil contos, e o Delegado do Governo, olhando para a Barra e nada vendo, interrogar-lhe:

— Mas não que foram gastos tantos milhares, nada vejo, não existe melhoramento de espécie alguma?

O engenheiro Otero, responderá:

— A Barra os engoliu, isto é assim mesmo, tudo que se atira sobre estas areias movediças some-se, desaparece.

Se o governo conseguisse transportar o Pão de Açúcar para aqui, em menos de cinco minutos ele desapareceria, sem deixar o menor vestígio. Isto é o tonel das Danaides<sup>132</sup>.

Escândalo!

— Tendo o Intendente de São Jerônimo<sup>133</sup> elevado os seus subsídios, de acordo com a Lei Orgânica do Município e Constituição Estadual, a exemplo de igual procedimento dos intendentes dos outros municípios, por exemplo, Octavio Gonçalves, de Bagé, que de 200\$ mensais passou a vencer 500\$, Conrado Miller de Campos, de Rio Grande, que está recebendo 800\$, e assim por diante (!), o ditador, por decreto de 23, manda que o primeiro restituísse aos cofres municipais o que indevidamente recebeu como subsídio.

E os outros?!

Quanta moralidade!

— O *Correio do Povo*, da Capital do Estado, publica a seguinte notícia, que põe em evidência a anarquia, a desmoralização e os crimes que campeiam impu-

<sup>132</sup> Tonel sem fundo que as Danaides foram condenadas a encher de água (mitologia grega).

<sup>133</sup> Referência ao Coronel Antônio Cândido Coutinho.

nes nas fileiras do castilhismo perverso:

“O Coronel Bento Porto, Subchefe de Polícia, já concluiu o inquérito a que procedeu para descobrir os autores do atentado contra o Promotor Público da cidade de S. Leopoldo, João José Rodrigues da Silva, agredido de emboscada às nove horas da noite.

As provas colhidas pelo Coronel Porto autorizam a suspeita de que foram praças da polícia de S. Leopoldo os autores do crime, e mandante uma autoridade local.

O Promotor, além de ser um homem de idade, é inválido, paralítico.”

Então, para que mais provas da barbárie que vai pelo Estado modelo?

As autoridades locais a mandar espancar pela polícia, ou assassinar até o próprio Promotor Público da Comarca!....

— A *Gazetinha*, também da Capital estadual, publicou ter um dos subintendentes daquele município expedido ordens terminantes aos praças de polícia seus subordinados para que estes não cumprimentassem os adversários do Governo, sob pena de prisão!

— A 26, à noite, na cidade de Livramento, ao sair do Club Commercial, foi agredido por dois indivíduos o Sr. João Escosteguy, de quem tiraram o relógio e dinheiro que trazia.

Na noite anterior a mesma ocorrência se deu com o Capitão Serápico, que foi assaltado por três indivíduos encapuzados, aos quais repeliu a tiros de revólver.

Acrescenta um jornal ao dar essa notícia: “Não tem dúvida: o Rio Grande do Sul é um *Estado modelo*.... em banditismo!”

— No dia 30, das 11 para a meia noite, um indivíduo, a cavalo, desfechou um tiro de revólver no praça que estava de sentinela na porta do quartel do 3º Batalhão de Infantaria, na cidade de Jaguarão.

Perseguido por praças daquele Corpo, o criminoso conseguiu evadir-se, não sendo reconhecido.

Como anda isto, acrescenta um jornal da oposição ao transcrever notícia, que até na porta de um quartel tenta-se assassinar um praça de sentinela!

— A 30, ainda, e na mesma cidade de Jaguarão, o Subintendente Luiz Vieira cometeu o seguinte fato repugnante: mandou por um praça de polícia recolher à cadeia daquela cidade uma preta velha, conhecida por Joaquina dos Pastéis, que uma vez recolhida à prisão foi bárbara e desumanamente castigada com palmatória nas nádegas até jorrar sangue.

Crime da vítima: fazer o bem, ter administrado remédios caseiros a uma prostituta, cujos medicamentos não produziram efeitos!

A mesma autoridade havia poucos dias antes cometido igual arbitrariedade com o súdito espanhol Obinha, que foi também recolhido à cadeia e submetido a bolos.

A impunidade, como sempre, firmou a legalidade desses atos de violência e perversidade.

— A 31, oficiais da Guarnição de Bagé publicaram um protesto contra um artigo do jornal castilhista da cidade de Rio Grande, órgão oficial da célebre *União Cívica*, que tem por chefe o Intendente Conrado Miller de Campos, jornal que é um verdadeiro pasquim, e que tem como redatores oficiais empregados no quartel-general do Comando do 6º Distrito Militar: Capitão Martins Pereira e Tenente Trajano Cezar.

Eis o aludido protesto:

"Lendo o número de 27 deste mês do *Echo do Sul*, se nos deparou a transcrição de um *artiguete*, escrito em *cassange*<sup>134</sup>, que havia sido publicado num jornal falido de Rio Grande, à cuja redação fora dirigido — diz o mesmo jornal — por um *brioso militar*.

Rerefe-se o tal "brioso" à declaração por nós feita e assinada relativamente a uma representação da oficialidade do 11º Regimento de Cavalaria, a que pertencemos, numa comemoração feita na Capital Federal, a 29 do mês de Junho.

Feita sem estardalhaço nem retaliações, escrita em linguagem comedida e respeitosa, aquela declaração só teve o intuito de definir posições, acentuando a nossa coerência no modo de julgarmos uma época e um personagem; não nos intimidando a intolerância de todos aqueles que especulam com um defunto, querendo dele fazer um *gato morto*.

Que ficasse bem acentuado que ali não éramos, e não somos, 'carneiros de batalhão' — eis o que quisemos frisar com aquela declaração.

Isto para que o fique sabendo a gente séria, que pensando deste ou daquele modo, respeita modo de pensar alheio.

Quanto ao que possa pensar, dizer e rabiscar *certa gentinha* que de tudo quer fazer escândalo, tentando fomentar a intriga no Exército e provocar atritos entre camaradas; *gentinha* sem escrúpulos e sem a coragem precisa para assumir a responsabilidade do que pensa, diz e rabisca, nenhuma importância podemos ligar, nós que temos dado provas de coerência e de colocar nossas opiniões acima dos interesses da barriga.

À gente dessa laia, militar ou civil, nacional ou estrangeiro, o nosso soberano desprezo.

Por essa razão vêm pessoas sérias que nos lêem, que não nos é dado, descer e dar resposta a um anônimo, que, aliás, não assinando o nome próprio, usou de um adjetivo que bem o qualifica — mercenário — isto é, "indivíduo que trabalha por interesse ou esperança de paga; que serve pelo que ganha e lucra; sem amor, brio ou zelo nos deveres", como definem Moraes e outros.

Assim, pois, não mais voltaremos ao assunto e fique às moscas o *brioso militar*, que talvez não passe de um desbriado. Bagé 31 de julho de 1898. Tenente *Júlio F. dos Santos Pereira*, Alferes *Gaudêncio Pereira*, J. L. de *Souza Pires*, *João Pereira Bessa* e *Lannes Costa*."

**Agosto:** — No dia primeiro, Valentim Cavalheiro, de nacionalidade paraguaia, casado, jornalista, residente em Cruz Alta, ali raptou uma rapariga de 12 para 13 anos de idade.

A família da menor participou o fato à autoridade, e esta mandou uma escolta de quatro praças, comandada por um tal João de Lima, vulgo João Candoca, muito conhecido nos anos do crime, prender o dito paraguaio, a quem a escolta não procurou prender e sim matar, como se tivesse recebido ordem para isso, sendo verdade que os criminosos nada sofreram, nem sequer foram submetidos a um interrogatório, a uma sindicância qualquer para moralizar o ato.

<sup>134</sup> Caçanje = português mal falado ou mal escrito.

Entretanto, era público e notório em Cruz Alta que a escolta, ao chegar ao lugar em que encontrou Valentim, fora logo passando este pelas armas, como se fosse ao seu encaço com o fim exclusivo de assassiná-lo!

— Manoel Hyppólito da Rocha<sup>135</sup>, um dos companheiros de Bernardino Motta, que, processados e pronunciados na Vila de Canguçu, por crimes contra eles cometidos pelas autoridades locais em obediência às ordens do ditador, se achavam refugiados em Bagé, sob garantia legal dada pelo General Carlos Telles, dirige pelas colunas da *Gazeta da Manhã* que ali vê a luz da publicidade, a seguinte repto, sob o título “*Carta aberta*” ao Intendente daquela vila, Leão Terres:

“Constando-me que apregoais e fazeis apregoar aos quatro ventos, pelos poucos apaniguados que contais, uma grande influência partidária, eu como chefe nesse Município, eu, revoltado por semelhante irrisão, por tão grande insulto atirado aos conterrâneos, resolvi fazer-vos um convite franco e decisivo, que o consideraria de honra se tratasse com um homem de brio.

Avassalam-me neste momento o amor ao torrão em que nasci, o sentimento revoltado pelo insulto que lhe é assacado, as perseguições injustas, contínuas e mesquinhas que sofrem muitos de meus companheiros que se conservam foragidos até nos matos, não porque tenham receio de vossa força moral, e sim por causa da força estadual que lá se conserva.

Patentearam-se os vossos planos sinistros e as indignidades por vós praticadas e pelo sevandija Carlos Moreira<sup>136</sup>, agressor da honra alheia no recinto do seu próprio lar.

Cifra-se, portanto, o convite em que, se ainda estais convencido dessa “decantada influência”, façais constar ao governo, pedindo para que seja retirada a força da Brigada Militar, e eu garanto-vos e aos meus concidadãos fazer-vos abandonar imediatamente, e em poucos momentos e de qualquer forma, o poder de que ilegal e indignamente vos achais revestido.

Pretendo, por esse meio, suspender o guante de ferro que oprime um pobre Município, libertando-o do torpor em que se acha, sem garantias, sem liberdade, sem vida, morto moralmente por tão indigna quão ambiciosa e fatal administração.

Aqui fico aguardando vossa resposta, de escalpelo em punho, para, caso não seja aceito este convite, proceder à rigorosa autópsia em vosso cadáver moral. — Bagé, 8 de agosto de 1898.”

— A 9, o Delegado Vital, da cidade de Livramento, sem motivo algum, mandou recolher preso ao quartel da Guarda Municipal o industrialista Sr. Paulo Casteldi.

Às 3 da madrugada, achando-se ainda preso esse cidadão, foi a sua casa assaltada por diversos indivíduos, e como não pudessem arrombar a porta, forçaram uma janela.

Mas nada conseguiram, porque a senhora de Casteldi, despertando, pediu auxílio aos seus vizinhos por meio de apitos e brados de socorro, vendo-se os assaltantes obrigados a fugirem.

<sup>135</sup> Genro de Bernardino Mota.

<sup>136</sup> Referência a Carlos Norberto Moreira, titular de cartório e membro destacado do PRR de Canguçu. Mais tarde, seria um dos líderes da ala dissidente municipal. Este documento revela a luta pelo poder no seio do PRR do município, pois Leão Silveira Terres fora nomeado intendente por Júlio de Castilhos, logo após este haver demitido Bernardino Mota, sogro de Manoel Hipólito da Rocha.

O Delegado de Polícia que morava a vinte passos de distância e que se achava em casa, bem como a sua respectiva ordenança, foram os únicos, em toda a vizinhança, que não ouviram os brados de socorro e os toques de apito dados pela referida senhora, quando os outros vizinhos, mais distantes, tudo ouviram.

Alto dia, compareceu então o Delegado, constatou o arrombamento, verificou as pegadas muito visíveis dos assaltantes, ouviu a dona da casa, que declarou ter conhecido a voz de um deles, e ... retirou-se sem tomar a mínima providência.

Não procedeu a corpo de delito, não tomou depoimentos, nada fez.

Um jornal, ao dar esta notícia, comenta: "Quem duvida, diante da veracidade desse fato, que o Delegado Vital, já tantas vezes acusado de ladrão de gado, seja agora o chefe daquela quadrilha de Nossa Senhora da Ponta Aguda?"

Um outro, da cidade de Rio Grande, ao transcrever a notícia, acrescenta: "E com raríssimas exceções são assim todas as autoridades do infeliz Estado do Rio Grande do Sul. Como exemplo temos aqui, nesta cidade, o que há de mais ordinário no gênero autoridade!"

Uma autoridade prender um industrialista, um cidadão responsável e digno, um comerciante, um estancieiro, um cidadão qualquer, para carcheá-lo<sup>137</sup>, ou extorquir-lhe dinheiro, ou para assaltar e saquear a sua propriedade ...

Ninguém se admire, isto é muito comum no Estado *modelo*, onde já não há quem estranhe fatos dessa natureza. Todos se julgam a isso sujeitos, a todo momento, mas até hoje o povo ainda pôde conformar-se com essas *garantias e liberdades*.

— Em meados de agosto, a *Gazetinha* da Capital denunciou este fato que é muito freqüente em todo Estado, único da Federação Brasileira *em que não há subornos* ...

"O Conselho Municipal de Palmeira<sup>138</sup> reuniu-se, em sessão extraordinária no dia primeiro de maio, e nessa ocasião alguém fez ver que ele não tinha, no mês de abril, como lhe competia, discriminado as seções para qualificação eleitoral da República e que, por este motivo, o Conselho tinha responsabilidade.

Então o Conselheiro Antônio Ardenghy mandou o Secretário da Intendência, João Borges, que também é Secretário do Conselho, que raspasse a palavra — maio — e escrevesse — abril —, e que em seguida lavrasse outra ata, com a data de 5 de abril, discriminando as seções eleitorais e nomeando os mesários que deviam fazer a qualificação.

O Secretário negou-se a fazer a falsificação. Então o Conselheiro Ardenghy raspou a palavra — maio — e substituiu-a pela palavra — abril —, conforme tinha mandado fazer; isto se pode provar com o livro das atas."

Apesar, pois, de constar que se deram providências para a qualificação, esta não se fez, o que constitui dois crimes.

Lavar atas, nomear mesários e depois não reconhecer eleitores ou não expedir os respectivos títulos, como costumam fazer, sem que se tenha para quem apelar; antes assim mesmo, o processo é mais sumário<sup>139</sup>.

<sup>137</sup> Carregar: roubar, saquear.

<sup>138</sup> Hoje, Palmeira das Missões.

<sup>139</sup> Na época, não existia Justiça Eleitoral. Os eleitores eram qualificados pelas Câmaras de Vereadores, que também responsabilizava-se pela apuração dos votos.

— A 15, o advogado português, então residente na cidade de Rio Grande, Álvaro da Silva, apresentou denúncia contra o Subintendente daquela cidade, Arlindo Braga, por violências e arbitrariedades pelo mesmo praticadas, indistintamente, em todas as pessoas que assistiam aos trabalhos de prestidigitação<sup>140</sup> de um tal William Wood, em um dos teatros da referida cidade. Como testemunhas, foram arrolados na denúncia todos os representantes da imprensa e diversos outros cidadãos: Aureliano Franklim de Castro Mattos, João J. Cezar, Luciano Ramos, Varella Lages, Carlos Ribeiro, Alfredo Rodrigues de Oliveira, Enéas da S. Bastos, Adolpho Torres Sobrinho, Silvestre de Assis Rios, Arthur Motta, José Maria de Freitas Filho, Eduardo Hasslocher e Fernando Hasslocher.

Embora se tratasse de um fato ocorrido em um teatro, testemunhado por grande parte da população, comentado em toda a cidade e detalhadamente tratado pela imprensa, sem distinção de credos políticos; e, não obstante a denúncia ter sido fundamentada com tão abundantes provas, ainda assim, tudo deu em nada, a punição do Subintendente consistiu em ele conservar-se no cargo estimulado para a prática de maiores arbitrariedades e crimes.

Pouco depois, para maior cúmulo de desmoralização para a administração pública, assumia ele o cargo de Intendente daquela cidade, cargo em que só demorou meses por ter sido deposto, por ordem do ditador, a fim de em seu lugar colocar o atual Intendente Conrado Miller de Campos, que, muito pior que todos os Arlindos que possam haver neste mundo de Cristo, tem sido uma verdadeira calamidade pública para aquele infeliz Município.

— A imprensa da cidade de Santa Maria representa contra a arbitrariedade do Subintendente que, sem o menor motivo, meteu na cadeia um moço filho de uma das principais famílias daquela importante cidade.

— O ditador, em ofício dirigido ao Dr. Protásio Alves, Diretor da Escola Livre de Medicina, declara que “a Constituição do Estado é mais coerente do que a da República, por que esta, abolindo a religião oficial, tolerou os cursos de ensino superior”; e termina com esta incoerência, aconselhando uma filosofia e uma religião oficial, isto é: recomenda as obras de Augusto Comte à refletida leitura e constante meditação da mocidade estudiosa!

— A 28, nas proximidades da casa do Sr. João Monteiro, no Passo da Carolina, um Fuão Filho, companheiro do célebre bandido Veríssimo Prestes, assassinou João Castelhana.

O Comandante da Guarda do Passo só compareceu ao lugar do crime depois de ter dado tempo ao criminoso *evadir-se*.

— A 29, Manoel José de Medeiros, laborioso e benquisto cidadão, morador nas Bretanhas, indo em companhia da sua família, encontrou-se, no Passo das Bretanhas, com o Subdelegado do Município de Arroio Grande, Bonifácio Anaurelino Nunes. Este, que por diversas vezes havia tentado contra a vida de Medeiros, dirigiu-lhe então os mais injuriosos epítetos, terminando por ameaçá-lo de morte.

Medeiros respondeu-lhe convenientemente, mas com prudência, tratando de retirar-se com a sua família ao ver que o bandido do Subdelegado andava acompanhado de mais quatro facinoras, seus irmãos e cunhados, os quais chegaram na ocasião, de modo a impedir que a vítima pudesse desafrontar-se.

---

<sup>140</sup> Mágicas e ilusionismo.

Durante toda a noite do dia 30, a casa de Medeiros foi vigiada por essa malta de malfeitores, capitaneada pelo Subdelegado, que diariamente prejudica Medeiros em sua propriedade, por ser lindeiro.

Não obstante achar-se nomeado pelo Governo do Estado para fazer parte da junta de alistamento dos cidadãos aptos para o serviço do Exército no Arroio Grande, Medeiros viu-se obrigado a emigrar para a cidade de Jaguarão, por falta absoluta de garantias, para por-se a salvo da faca e do trabuco de tão famigerado bandido, arvorado em autoridade.

— A 30, o grande paxá das terras do Macaco, engenheiro Ernesto Otero, fervoroso apóstolo da *religião da Humanidade*, porque Francisco Dias Pestana persiste na recusa de vender ao mesmo santo homem a propriedade que ali possui, fez com que o Subdelegado da cidade de Rio Grande o mandasse prender e meter na cadeia sob o infame pretexto de haver a vítima praticado crime de furto em madeiras da Comissão das Obras da Barra.

Para dissimular um ato de *boa religião positivista*, fez a referida autoridade juntar a Francisco Dias o cidadão Hugo Klinger.

É que Ernesto Otero precisava de toda a referida madeira, sem falta de um só pranchão, para construir um extenso trapiche com valor superior a *vinte contos de réis* para uma associação comercial comanditária de exportação de gado em pé, com a qual posteriormente entrou em questão, porque depois de construído o trapiche e o haver entregado à referida associação, da qual recebeu em paga aquela avultada quantia, quis impedir que a mesma passasse os gados para o trapiche, cruzando pelo seu campo, onde construiu o mesmo trapiche exigindo um tanto por cabeça de todas as tropas que embarcassem.

O fato, mal compreendido, talvez se pareça com algum *conto de vigário*: mas reflita-se bem e chegar-se-á à conclusão de que o engenheiro E. Otero é um modelo de virtudes.

Sem reclame: abençoada *religião da humanidade*, como és poderosamente regeneradora do caráter humano!

— —

— No dia 2, às duas horas da madrugada, a casa do Sr. Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário do *Echo do Sul*, foi assaltada. Quebraram os vidros e os caixilhos das janelas e da porta, dispararam diversos tiros. Um projétil, penetrando pela bandoleira de vidro, cravou-se na porta do corredor; e, covardes, após estes atos de vandalismo praticados rapidamente, puseram-se em fuga antes que lhes fosse dado o troco necessário ou fossem reconhecidos.

— A 2, ainda, deu-se na Secretaria do Palácio do ditador o espalhafato, a comédia escandalosa, característica da triste época que atravessamos e do governo que infelicitou o Estado do Rio Grande do Sul: armaram uma cilada ao Sr. Paulo Engmann, representante da firma Fernandes Bertschinger. Mandaram-no chamar ao Palácio para o prenderem, como o fizeram, em “flagrante delito de tentativa de suborno à pessoa de um dos ministros do ditador”.

Paulo Engelmann foi processado e a firma Bertschinger & Cia. proibida de contratos com o governo.

Simple comédia, porque sempre é bom um governo parecer honrado.

Reclame para a candidatura do ditador à Presidência da República.

Mas o povo, a todas essas, faz-se de Diógenes: de lanterna à mão, procura um homem de bem e patriota, digno, unicamente por essas duas virtudes, de ser

elevado à Presidência da República; ao deparar, porém, com a pessoa do ditador do sul, solta-lhe uma gargalhada e passa adiante, dizendo: “Ainda não achei o homem!”.

Por mais estardalhaço que em torno da sua individualidade e do seu nome levantem os seus amigos, ou ele próprio — por meio de cartas e telegramas de armar ao efeito, dirigidos pelo tiranete aos seus turiferários já com o calculado fim de vê-los publicados, para realce, glória e popularidade da sua personalidade política — o povo, o Diógenes moderno, depois de tudo ler, solta a gargalhada de costume, e passa de novo adiante, clamando sempre: “Qual! ainda não achei o homem...”.

Terrível comédia: o suplício de um homem, sob as gargalhas de um povo!

— No dia 5, à noite, foi assaltada a residência do General reformado Donaciano d’Araújo Pantoja<sup>141</sup>, em Porto Alegre, sendo repelidos os assaltantes a tiros. O arrojo chegou ao ponto de eles sustentarem forte tiroteio com as pessoas da casa.

A todas essas não apareceu um só soldado do numeroso Exército do ditador! Isto na Capital, onde existe a maior parte da Brigada Militar e um corpo de vigilantes municipais com um efetivo superior a 400 homens!

Não tem dúvida, acrescenta um jornal ao dar esta notícia, o Rio Grande do Sul é o Estado mais bem policiado do mundo!...

— Em Jaguarão, na noite de 7, um grupo de policiais agrediu o praça do 2º Regimento de Cavalaria ali aquartelado, João Pedro Gonçalves.

— A 11, a Guarda Municipal da cidade de Bagé, por ocasião de realizarem-se umas carreiras, espaldeou um menino.

O Subintendente Leonel Paiva, homem de maus precedentes, jogador de profissão, e que, mesmo como autoridade, é sócio e freqüentador das casas de tavolagem ali existentes, metendo o cavalo em um grupo de cidadãos gritou, ordenando aos policiais: “Façam o mesmo em toda esta canalha!”.

O Capitão de Engenheiros, hoje Major, Eugênio Luiz Franco, e outros oficiais e cidadãos idôneos e respeitáveis ali presentes, e que formavam um outro grupo, protestaram contra semelhante ordem e arbitrariedade.

Acudiu então o Intendente José Octávio Gonçalves, que interveio a favor do Subintendente.

Isto ia dando lugar a um fato bastante grave: o povo, se colocando ao lado dos oficiais, formou um grande grupo disposto a liquidar a polícia e seus mandantes, o que felizmente não chegou a realizar-se, graças à energia e critério do Capitão Eugênio Franco.

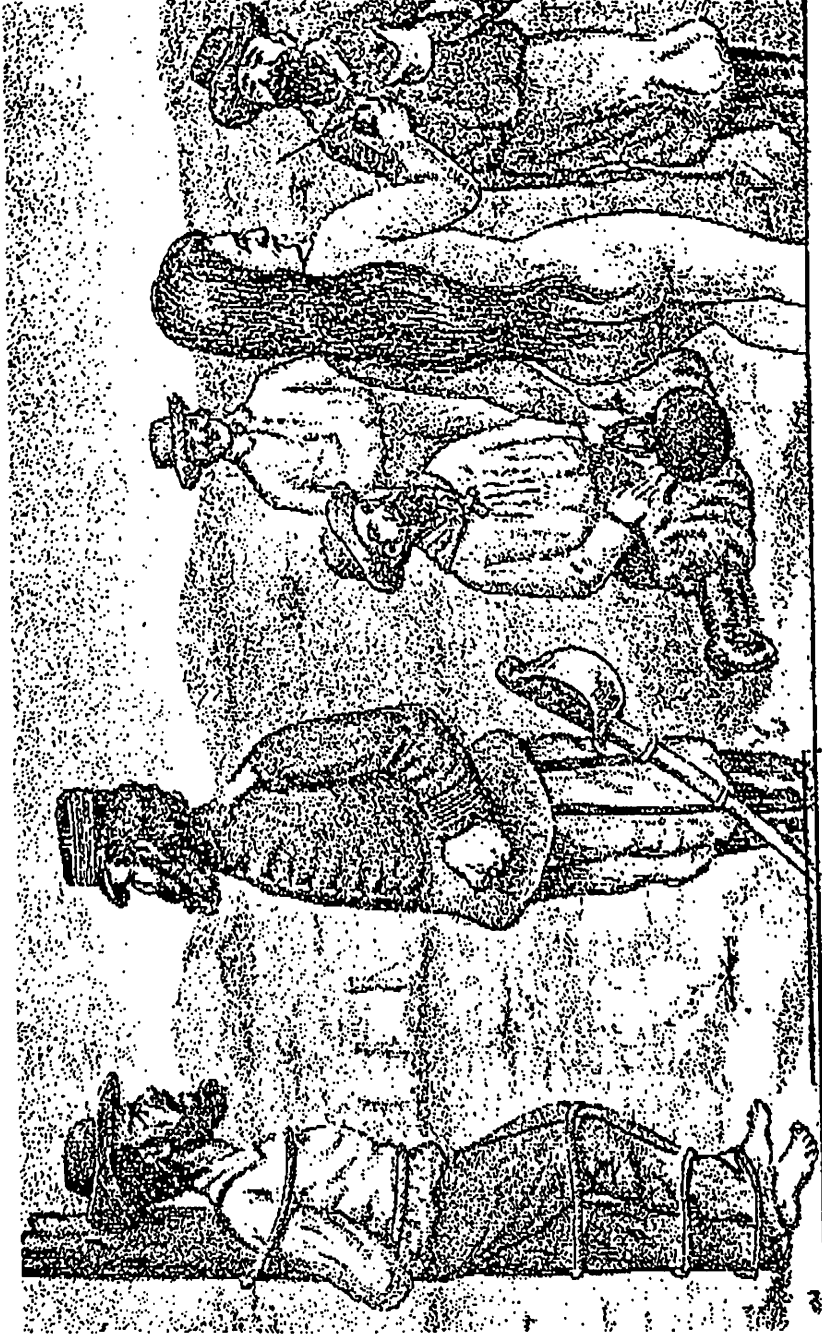
O General Carlos Telles<sup>142</sup>, então Comandante daquela Guarnição e Fronteira, tendo conhecimento do fato, oficiou ao Intendente, limitando-se a pedir-lhe

---

<sup>141</sup> Quando Tenente-Coronel, comandava o 28º Batalhão de Infantaria (Rio Pardo), que foi derrotado e aprisionado no Combate do Rio Negro com toda a sua oficialidade. Em 1897, participou da Campanha de Canudos.

<sup>142</sup> Por essa ocasião, o General Carlos Telles já estava em aberto conflito com Júlio de Castilhos e seu sucessor, Borges de Medeiros. Enquanto comandante da Guarnição e Fronteira de Bagé foi garantia de segurança para os antigos revolucionários anistiados. Castilhos acusava-o de constituir, com o General Menna Barreto e o Coronel Oliveira Salgado, um “cordão sanitário” cercando o Governo do Estado.





Um chefe de numerosa família amarrado a um palanque e uma sua filha, ainda donzela, obrigada a cevar mate, nua, banhada em prantos e em presença do pai, ao Coronel Evaristo Teixeira do Amaral e aos seus esbirros, e em seguida entregue aos insíntos carnaís dessas feras. A vítima, fugindo do tronco à noite, reuniu-se a alguns amigos e foi surpreender o seu algoz, ao qual fez prisioneiro e esquartejou. O filho deste, Evaristo Teixeira do Amaral, redator da Federação, órgão oficial do governo do Estado, obteve do ditador Júlio de Castilhos licença para vingar a morte do seu progenitor; e, acompanhado de uma escolta da Brigada Militar, seguiu para a região serrana, deixando por onde passava o terror e o sulco profundo dos mais hediondos crimes. Esses horrorosos fatos tiveram lugar em Cima da Serra, antes de irromper a Revolução de 1893.

informações sobre o ocorrido, sem dúvida para punir os promotores do conflito, caso fossem eles alguns dos seus comandados.

O Intendente respondeu nada ter que informar, porquanto os militares, oficiais ou praças de pré estavam sujeitos à polícia e à ação do Código Processual do Estado. Respondeu também que a autoridade civil havia cumprido com o seu dever e que, se algum militar havia que se julgasse ofendido ou prejudicado pelas respectivas autoridades, que recorresse à justiça civil apresentando queixa ou chamando-as à responsabilidade, de acordo com o citado Código.

Carlos Telles, assim provocado, retrucou ordenando-lhe que pusesse fim aos desmandos da sua polícia e cientificando-lhe que, daquela data em diante, mandaria escolta de linha para todos os lugares da cidade onde houvesse diversões públicas, a fim de conter a polícia e garantir os cidadãos.

Esta desavença tornou-se pública e notória, porque o General Carlos Telles, homem sem reservas, mostrava esses ofícios a todos os que iam visitá-lo, como um justo desafogo da sua autoridade ofendida, na pessoa dos seus comandados.

O Intendente mandou recolher a polícia à quartel; ordenou que esta deixasse de patrulhar a cidade; por sua vez deixou de ir à Intendência; passou a dar o expediente em sua própria residência, com receio de passar pela frente do Quartel-General; e telegrafou repetidas vezes ao ditador pedindo garantias, por julgar-se ameaçado pelo General Telles, coacto pela força armada a ponto de ser obrigado a retirar a polícia a quartel e abandonar o *serviço de segurança pública*.

Diante dessa falsa denúncia, cinicamente levada ao governo estadual, o Comandante da Guarnição oficiou-lhe, dando-lhe uma lição de brio e civismo, acompanhada de uma ordem verbal:

“Diga a esse miserável, a esse covarde do sítio de Bagé, que vou agora tornar a mentira uma realidade; não quero ver polícia na rua; são os perturbadores da ordem pública, a começar por ele Intendente e todos os Leonéis que o cercam; e que, se algum for visto na rua, farei recolher à quartel, empregando as boas maneiras que costumam usar com o povo indefeso.”

Assim foi, nem polícia, nem Intendente saíram mais.

Mas, foi Carlos Telles sair de Bagé, reencetaram as suas tropelias com uma sanha até então nunca vista, como o leitor verá pelos fatos que adiante vão registrados.

— No dia 12, às nove e meia da noite, quando o Sr. Adolpho Torres Sobrinho, colaborador e noticiarista do *Echo do Sul*, dirigia-se para a casa de sua família, ao chegar à Rua 20 de Fevereiro, frente à Praça São Pedro, foi agredido pelas costas pelo célebre Sargento Freitas, da Municipal, e mais um outro, disfarçado à paisana, que lhe vibraram duas cacetadas na cabeça.

Adolpho Torres escapou-se milagrosamente de ser assassinado pelos dois agentes da *segurança pública*, os quais tinham recebido ordem para tal fim, que não chegaram a realizar, graças à intervenção de pessoas que acudiram imediatamente ao local do crime.

Os bandidos, que dispararam, foram ainda reconhecidos pela vítima e por outras pessoas.

As autoridades não tomaram providência alguma.

Os criminosos ficaram impunes.

Freitas até hoje exerce o cargo de Sargento da Municipal, apesar de toda a imprensa rio-grandense e grande parte da imprensa dos outros Estados ter-se

ocupado do fato e passado à redação do *Echo do Sul* telegramas de protesto e solidariedade jornalística.

Este fato deu lugar aos homens da imprensa na cidade de Rio Grande se reunirem e formarem o — Grêmio dos Jornalistas —, que muito bons serviços prestou à liberdade de imprensa, protestando contra todos os fatos posteriores que se deram contra a imprensa, protestos que ficaram registrados, para glória da ditadura, quando o historiador tiver de julgar o regime de pressão e tirania sob o qual temos vivido.

Afinal o próprio Grêmio teve que desaparecer.

Para os dominadores é de nenhum valor a opinião pública e o pronunciamento da imprensa.

O cinismo os faz heróis.

— O Governador ordena ao Promotor Público de Pelotas que dê denúncia contra o Subintendente de S. Lourenço, Henrique Maurell.

— Na mesma ocasião, o Juiz de Piratini declara, da Vila de Cacimbinhas<sup>143</sup>, onde se achava, que ao Ministério Público do seu termo faltava competência para denunciar o Subintendente e o Conselho Municipal daquela Vila.

Um verdadeiro caos o Poder Judiciário do Estado!

— O Subdelegado João Pinheiro da Cunha, na cidade de Rio Grande, extorquiu para aumento dos seus ordenados, a quantia de 500\$ do italiano Conrado Antônio, proprietário da Gruta Recreativa (bilhar e café), sob o pretexto de que a vítima era *bicheiro*, mas com a declaração prévia de que seria solto se lhe pagasse aquela quantia!

Conrado pediu que o deixassem em liberdade para poder arranjar emprestado os 500\$, porque não os tinha e preferia contrair essa dívida a ir para a cadeia.

Realizou-se o negócio.

Mais tarde, Conrado percebendo, por experiência própria, quanto era lucrativo ser autoridade ou agente da autoridade sob o honrado regime ditatorial rio-grandense, meteu a consciência no ventre, esqueceu tudo quanto havia vociferado contra os seus ladrões e das inúmeras vítimas, ali diariamente imoladas pela facção dominante, e aderiu a esta, à *cívica*, arranjando o cargo de *secreta*, que exerceu com tanta proficiência, que, pouco depois, era nomeado *fiscal de veículos*, cargo criado exclusivamente para ele!

Não resta dúvida: neste mundo há máscara para todas as caras e cara para todas as máscaras.

— Na chácara do Sr. Pedro Osório, em Bagé, foi encontrado, já em adiantado estado de putrefação, o cadáver de um homem de cor parda, de nome ignorado. Na cabeça, apresentava um ferimento de bala, mas junto ao cadáver não se achou nenhuma arma de fogo, o que denuncia um caso de assassinato. A polícia *nada pôde descobrir...*

— A 24, à meia-noite, o lanchão *Pelotas*, fundeado no porto da cidade de Rio Grande, foi assaltado. O patrão do navio, José Rodrigues de Carvalho, vulgo José Bodegueiro, foi assassinado com dois tiros de revólver na região do coração; ao estampido dos tiros, os dois tripulantes do navio, acordando, saíram do rancho onde estavam, dando com o patrão morto.

---

<sup>143</sup> Hoje, Pinheiro Machado.

Pouco tempo depois, próximo à capitania do porto, era ferido com um tiro um rondante, que procurou impedir a passagem de três indivíduos suspeitos.

Dias antes de se darem esses fatos, foi também abordado o iate Novo Carlota, do qual os assaltantes roubaram regular quantidade de gêneros alimentícios, mas antes de se retirarem, sendo presenteados pelo cozinheiro de bordo, dispararam-lhe um tiro, que felizmente não o acertou.

Parece incrível que tais fatos tenham se dado em uma cidade importante como aquela, nosso único porto marítimo. Mas, refletindo bem, chega-se à conclusão lógica de que tais crimes são frutos naturais da época que desgraçadamente atravessamos: o povo, coberto de misérias e sem trabalho, vê as autoridades matarem e roubarem impunemente, pois quanto mais criminoso, melhor colocado e mais prestigiado pelo Governo do Estado; ao mesmo tempo, vê os Poderes Públicos competentes e os jornais situacionistas, surdos ao clamor público, qualificá-los de *grandes patriotas, sinceros republicanos, abnegados correligionários, cidadãos ímpecos* e outras tantas coisas bonitas e estimulantes, de modo a encorajá-los na profissão do crime.

É, pois, precisamente o que se pode classificar: sementes em solo fértil.

Os famintos procuram fazer jus a toda essa benemerência.

Não será isto?

Realmente o Rio Grande é um Estado *modelo*, porque a sua *administração pública é — uma escola...*

— No dia 26, às duas horas da tarde, na cidade de Rio Grande, na Praça General João Telles, Antônio Luiz Rodrigues, estabelecido com botequim no Mercado, indo cobrar uma conta de que lhe era devedor por fornecimento de comida um ordenança do Subintendente Arlindo Braga, o negociante foi barbaramente esbordoado pelo referido praça, que ainda o levou preso para a Intendência, a fim de apresentá-lo a Arlindo Braga.

Esta autoridade dirige então os maiores impropérios ao pobre negociante, só faltando dar-lhe nova surra, e terminou por mandar-lhe retirar-se sob as mais terríveis ameaças.

O polícia, sua ordenança, ficou impune, saiu para a rua, vitorioso, em plena liberdade, pronto e estimulado a continuar a meter o pau na humanidade!

Apesar de tudo isso — justiça seja feita — Arlindo Braga, em relação às atuais autoridades, é um anjo de bondade, de justiça, de honestidade e critério.

Pobre Município de Rio Grande!

— Escreveram da Vila de Lavras a uma folha de Porto Alegre dizendo que o Intendente daquela localidade, Coca Barcellos, ordenou ao Subintendente do 2º Distrito, João Queirol, que efetuasse a prisão de cinco indivíduos ali moradores.

Dando execução à ordem, o Subintendente Queirol, à frente de 12 homens armados, foi à fazenda do Sr. Bernardino Porto, onde estavam empregados quatro dos *designados* pelo Intendente, e, violando a altas horas da noite a casa desse cidadão, efetuou a prisão do capataz e de dois peões; dali dirigiu-se a uma chácara do mesmo Porto e prendeu o chacareiro; dali marchou, e, na própria casa do Subintendente do 3º Distrito, Angelo Marques da Silveira, prendeu o capataz deste.

Na Serra do Jaguari, o Subintendente Queirol mandou degolar os *cinco* prisioneiros e, após essa carnificina, dirigiu-se à Vila de Lavras, onde apresentou-se com os cavalos encilhados pertencentes às vítimas do banditismo castilhistas.

— Escreveram da mesma Vila dizendo que a jovem Xata, filha de uma mu-

lher de nome Galdino, fora deflorada pelo *garantidor da ordem pública* naquela vila; e, próximo à povoação, foi degolado um tal Fagundes, cujo cadáver o Sr. Zeca Souza mandou sepultar.

— Na Vila do Triunfo foi assassinado o federalista Mariano Botelho.

— A 27, o Centro Republicano da cidade de Bagé dirigiu ao *major* José Octavio Gonçalves, imposto pelo ditador naquele Município como Intendente e chefe político — contra a repulsa de toda a facção castilhistas da localidade — o seguinte ofício, que põe em evidência a união do castilhismo e a autonomia municipal, ofício que até hoje está sem resposta, enquanto que o *glorioso major* do sítio de Bagé vai completar *oito anos* de efetivo exercício no cargo de Intendente!

Ei-lo:

“Secretaria do Centro Republicano de Bagé, aos 27 dias do mês de setembro de 1898. — Cidadão:

Temos a honra de passar às vossas mãos a cópia da ata da reunião dos membros do Partido Republicano deste Município, que resolveram a organização de um *Centro Republicano* nesta cidade, que possa dirigir os destinos deste glorioso Partido (?!), imprimindo-lhe o cunho de sua autoridade para o progresso moral e material do Município.

Invocando, pois, o vosso patriotismo, confiantes esperamos a vossa franca adesão para o fim acima indicado, e bem assim que façais a convocação do eleitorado para proceder-se à eleição de uma nova comissão executiva, cedendo destarte aos impulsos de uma maioria partidária. — Saúde e Fraternidade.

Ao cidadão Major José Octavio Gonçalves, Intendente do Município. (assinados) Coronel *Antonio X. de Azambuja*, Major *Ramão Pereira Filho*, *Albertino Brito*, *Alexandre Milfor*, Major *Terencio de Lima*.”

Este repto lançado ao Intendente e ao ditador ficou sem resposta: qual eleição nem executiva... Para que?

Supre tudo isso a vontade absoluta do ditador.

Ao compreender isso, foi, decerto, que o Major Terêncio, o tal expulso das forças patrióticas, por indigno, não tendo onde cair morto, voltou ao aprisco, agarrando-se a um osso que lhe atirou José Octavio...

Pobre Estado!

— A 27, no 3º Distrito do Município de São Gabriel, estando Manoel Plácido Filho dormindo no campo, à margem da estrada, foi assassinado por Francisco Fialho e Sérgio Fialho, seus tios; Bazílio Irigarai; Constantino Baldez; um negro de nome Germano, ex-escravo de Francisco Fialho; e Bernardino de tal.

Os bandidos, instigados por Francisco Fialho, Subintendente do referido 3º Distrito, acometeram o desventurado Manoel Fialho e antes que este despertasse o assassinaram com muitos tiros, talhos e punhaladas, quebrando-lhe, ainda, a cabeça a coice de armas e degolando-o finalmente.

O cadáver foi sepultado pelos próprios bandidos no mesmo lugar do crime, visto Sérgio Fialho ter-se negado a entregar o corpo à viúva e outros vizinhos que queriam sepultar em outro lugar.

Mais tarde a esposa de Fialho, acompanhada de três vizinhos, retirou o cadáver do seu marido do lugar onde o haviam sepultado, verificando-se então o grande número de ferimentos que tinha o corpo.

Um dos assassinos — o negro Germano — conta o fato por esta forma:

“Chegamos onde estava Manoel Fialho dormindo, sem que ele nos sentis-

se. Um dos companheiros disse: 'Vamos deixar o homem se acordar e prendê-lo, visto que ele não fará armas'. A isto respondeu Francisco Fialho: 'Não estou para esperar que ele se acorde.'" Em seguida, Francisco Fialho e Germano deram-lhe dois tiros à queima-roupa e muitas punhaladas, e os outros assassinos concluíram de matá-lo a golpes de espada, pontões e tiros."

Um jornal, ao tratar deste crime, afirma:

"É este realmente o estado da campanha rio-grandense!

A autoridade assassina não faz corpo de delito e ainda proíbe a viúva do assassinado a dar a este sepultura cristã!

E são estas as garantias que oferece o Governo do Estado *melhor policiado da União!*"

— O digno funcionário público Alfredo Carlos Soares da Câmara é demitido do cargo de administrador dos correios do Estado sem motivo, tanto que foi mandado elogiar pelo Ministro do Interior — pelo seu critério, correção e inteligência com que sempre se houve durante todo o tempo que exerceu o mencionado cargo.

Quando se demite um empregado é porque este não cumpre com os seus deveres, mas, pelo exposto, vê-se que o Sr. Alfredo Câmara foi exonerado por ter sabido cumprir religiosamente com os seus severos deveres de funcionário e de chefe de uma importante repartição federal.

Com efeito: foi demitido por não fazer política como chefe daquela repartição e não subordinar-se à política castilhistas, que o exigia para Marcos Alencastro d'Andrade, que meses antes havia sido exonerado desse mesmo cargo por denúncia geral e pública, do povo e da imprensa, motivada pela incorreção criminosa com que exercia esse cargo, o qual de novo volta a exercer!

Infortunada República em que se coloca o interesse individual e de facções acima da moralidade da administração pública e dos interesses da Pátria!

Marcos d'Andrade, além de chefe político e diretor da repartição geral dos correios no Estado, foi também nomeado notário do mais importante cartório da capital; e passou, assim, a acumular os proventos que fartamente lhe dão as funções de todos esses cargos!...

Hoje, no Brasil, a política de camarilhas e os interesses do ventre preterem tudo, até os mais sagrados interesses nacionais.

— Pelo Tribunal do Júri de Viamão foi unanimemente absolvido Sr. Irineu de Freitas Guimarães, contra quem o ódio do castilhismo engendrou um processo por crime de morte, durante o período agudo da guerra civil, na pessoa de Crescêncio Salathiel de Andrade, irmão do célebre Marcos Alencastro de Andrade, chefe do partido situacionista no Município da Capital do Estado, com carta branca do ditador para proceder discricionariamente, fazendo tudo que a sua perversa imaginação for capaz de fantasiar.

— O Promotor Público apelou da sentença do Tribunal que absolveu Irineu, que já foi submetido a três julgamentos, nos quais foi de novo unanimemente absolvido, mas, como da primeira vez, o Promotor apela sempre de modo que Irineu, apesar de inocente e absolvido unanimemente, foi mandado a novo julgamento pelo Superior Tribunal do Estado, pelo que ainda se conserva preso.

Assim quer o ditador, por exigências do seu lugar-tenente, os quais (*sic*) mandam nos Tribunais como os antigos senhores nas senzalas da escravaria!

— A *Reforma*, em longo e bem traçado artigo, sob a epígrafe "Recrutamento", denuncia estar o governo estadual fazendo recrutamento em todo o Estado.

Eis alguns tópicos do aludido artigo:

"Presentemente temos aí a repetição de uma violação da Constituição da República, já de outras vezes praticada; referimo-nos ao recrutamento forçado de cidadãos brasileiros para as fileiras do exército da ditadura.

Ainda que a folha oficial calculadamente silencie ante as repetidas denúncias da imprensa oposicionista; ainda que as ordens para esse *serviço* não tenham publicidade neste regime a que, por ironia, os *gozadores* do poder público denominaram — o de viver às claras —, apesar disso o recrutamento forçado é fato que está no domínio público.

Seguidamente chegam do interior do Estado, algumas vezes de lugares muito distantes, *voluntários* para o exército da ditadura, os quais desembarcam nesta capital e seguem para os quartéis escoltados por soldados encarregados de conduzi-los até aqui.

Devemos declarar que esses *voluntários* vêm presos, como se fossem réus, pronunciados por qualquer crime previsto na lei penal.

Em geral os voluntários têm, para a seita comtista<sup>144</sup>, um crime: serviram nas fileiras federalistas durante a extinta Revolução.

Sofrem, pois, um castigo imposto pelo ódio do jacobinismo.

O parágrafo 3º do artigo 87 da Constituição da República prescreve:

'Fica abolido recrutamento forçado.'

O governo da União tem cumprido o preceito constitucional, o do Estado o tem violado abertamente e seguidamente.

Em verdade, parece que o Rio Grande do Sul não faz parte da comunhão brasileira. A Constituição da República é letra morta em se tratando dos direitos do cidadão!"

— A 29, na cidade de Rio Grande, na Rua General Câmara, próximo à Rua Zalony, um rapaz de 16 para 17 anos, filho de uma mulher ali conhecida por Pata Suja, desaviu-se com a sua progenitora e desfechou-lhe um tiro de revólver, que não atingiu o alvo.

Aos gritos da Pata Suja, seu filho saiu para a rua e sendo perseguido pelas pessoas que passavam, contra estas também disparou cinco tiros, que felizmente a ninguém feriram.

— Ao Sr. Pascoal Demutti, Intendente Interino<sup>145</sup> do Município de D. Pedrito, queixou-se a pobre viúva D. Emília Rodrigues, moradora do 3º Distrito, que dois filhos de Ramão Rodrigues, seu vizinho, poucos dias antes foram propositadamente à sua casa e, encontrando-a fechada, devido a não achar-se ali pessoa alguma, puseram-lhe fogo, reduzindo tudo a cinzas.

O fato criminoso, que foi presenciado por diversos vizinhos da pobre e desamparada viúva ficou, como de costume, na mais completa impunidade.

— A 30, o *Echo do Sul* deu a seguinte notícia sob a epígrafe — "Assalto, Saque, Ferimentos, Degolamento":

"Segundo telegrama transmitido da Capital do Estado para o *Correio Mercantil*, no 1º Distrito daquele Município, em pleno dia, 12 bandidos assaltaram as

<sup>144</sup> Alusão à ideologia positivista adotada nos discursos oficiais do bloco castilhistas.

<sup>145</sup> Constitucionalmente os intendentes deveriam ser eleitos. Mas rachas no partido situacionista local ou descompassos com a direção política estadual podiam motivar a intervenção deste, resultando na nomeação de um interino.

casas de Augusto Silveira e Juca Carneiro, saqueando-as completamente.

Em casa do primeiro houve resistência, saindo feridos, por armas de fogo, Silveira, sua mulher e uma filha.

Entre as duas casas assaltadas foi encontrado ferido por bala e degolado um dos bandidos da malta.

Crê-se que o ferimento de bala foi recebido em casa de Silveira, e que seus companheiros o degolassem no intuito de evitar confissão.

O recado telegráfico dizendo que na campanha reina pânico geral, em consequência desse fato criminoso, nos faz crer que os crimes acima não se deram no 1º Distrito da Capital, que abrange uma parte da cidade.

Mas, fosse na Capital ou em outro qualquer ponto, esses crimes praticados à luz do dia são mais uma prova da segurança de que goza o povo rio-grandense!

Pelo que se passa nesta cidade, onde as garantias desapareceram por completo, imaginamos o que será na campanha.

— A *Gazeta da Manhã*, que se publica na cidade de Bagé, em seu número de 30 de setembro, denuncia os seguintes crimes:

"Há dias foram raptadas, em Olhos d'Água, 3º Distrito deste Termo, duas filhas de conhecido cidadão ali residente, sendo uma menor de 17 e a outra de 15.

Foram autores David Nogueira, Inspetor Seccional, e Luiz Albano Bicca, sendo David filho de Calixto Gonçalves, Subintendente, e o outro sobrinho deste.

Que autoridades! E que moralidade de administração os sustenta!"

Já não se contentam em lançar fogo aos lares, levam a desonra ao seio das famílias. Sob o regime da ditadura positivista, o lar deixou de ser um asilo sagrado e inviolável, segundo o texto das leis; a pureza dos costumes pátrios e as exigências da civilização moderna; extinguiu-se por completo o poder paterno; a dissolução da Pátria começou pela dissolução da família, são as próprias autoridades as primeiras a dar o infame exemplo de invadirem as casas de família para arrancarem da proteção do lar e ao amor materno, donzelas, que são atiradas à prostituição.

E o povo que se conforme, resignado, com esse governo de criminosos, com essa corruptora e sanguinária ditadura *científica* e com a *religião da humanidade*<sup>146</sup>, pregada pelos bandidos que assim a professaram.

— —

**Outubro:** — Em Tapera da Valentim, 4º Distrito de Cruz Alta, foi assassinado o indefeso cidadão Francisco Machado, empregado nos trabalhos da estrada de ferro.

O crime ficou impune, porque as autoridades assim julgaram *conveniente*.

— A primeiro, dois policiais, por ordem das autoridades civis da cidade de Rio Grande, na estação marítima da estrada de ferro, correram dali os meninos, pobres vendedores do *Echo do Sul*, a sabre, e os ameaçaram com prisão, o que fizeram debaixo de gritos e descomposturas, em que empregaram palavras insultuosas e obscenas.

— A 2, foram na mesma cidade abertas subscrições populares para angariarem recursos para o monumento que corações caridosos e patrióticos projetaram erigir na Ilha de Paquetá, baía do Rio de Janeiro, aos inolvidáveis heróis que em holocausto aos seus ideais políticos sucumbiram na luta civil contra o governo tirânico de Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos.

<sup>146</sup> Positivismo religioso que apoiava a direção política de Júlio de Castilhos.



— A 14, foi publicado o vibrante e patriótico manifesto do ínclito General Carlos Maria da Silva Telles<sup>147</sup>, em resposta esmagadora à mensagem do preposto do tiranete estadual; manifesto que produziu sensação em todo o País.

— A imprensa independente do Rio Grande do Sul denuncia estarem as autoridades civis, por ordem do Governo estadual, procedendo a rigoroso recrutamento em todos os pontos do Estado, salientando-se nesse serviço, por sua habitual ferocidade, a Hiena do Cati, nas correrias que então praticou em toda campanha.

— A 27, os policiais da cidade de Rio Grande, por ordem das autoridades locais, assassinaram o pardo Justino. Preso na Mangueira, no trajeto para aquela cidade o mataram no caminho, a pretexto de que o preso, desarmado e amarrado, revoltou-se contra a escolta!

Este infeliz foi a vítima escolhida para ser imolada como autor ou chefe da malta que naquele porto andou assaltando as embarcações a horas mortas da noite. Preso e assassinado esse infeliz, as autoridades fizeram um processo em segredo de justiça, como manda o código inquisitorial do Estado, contra o Sr. Alfredo Rodrigues de Oliveira, proprietário do *Echo do Sul*, que, nas vésperas do dia em que devia ser preso, sendo avisado, emigrou para Buenos Aires. Nesse processo, Alfredo de Oliveira era acusado de ser o chefe principal da referida malta, processo que tinha por fim único o assassinato desse digno e patriótico cidadão. O plano consistia no seguinte: pronto o processo, o mandariam prender; mas certos de que Alfredo de Oliveira não se entregaria ante tamanha arbitrariedade, nem se sujeitaria que o aviltassem, metendo-o em uma enxovia, dariam à polícia ordem de matá-lo, ao recusar-se ele a obedecer à ordem de prisão. Felizmente o plano foi frustrado, dele só ficou o processo; e, posteriormente, por mais de uma vez, ameaçaram desentranhá-lo do respectivo cartório, como um meio de cercear a independência e a liberdade daquele valente órgão da imprensa rio-grandense.

— Às 11 horas da noite de 28, na cidade de Santa Vitória do Palmar, a população foi alarmada com umas detonações que pareceram de fuzilaria ou de bombas de dinamite. O povo em massa acudiu ao lugar onde se dizia terem partido essas denotações, a cadeia, teatro de uma horrorosa cena de sangue: o assassinato de dois presos.

Uma das pessoas que acudiram ao local, assim descreve pela imprensa o quadro horroroso de que foi testemunha: "Dentro do xadrez estavam mortos dois presos, com ferimentos de bala feitos pelas costas e outros na cabeça, estando ambos em camisa e ceroulas. A porta do xadrez não apresentava nenhum vestígio de arrombamento: estava aberta, tendo do lado de fora a lingüeta da fechadura, nada mais. Armas também não havia no interior da prisão. O sangue abundante dos cadáveres saía ainda das aberturas das feridas, escoando para o pátio da cadeia em direção a um cano de esgoto que dava para a rua. Não tiveram sequer o cuidado de colorir a perversidade com um auto de corpo de delito, peritos, exame, interrogatórios, etc.

Os pobres infelizes eram menores, um de 15 anos, outro de 13."

---

<sup>147</sup> Referência ao documento em que Carlos Telles responde à primeira mensagem presidencial de Borges de Medeiros, transcrito em vários jornais da oposição.

— No mesmo Município de Santa Vitória, em umas carreiras que tiveram lugar para os lados do Chuí, o bandido oriental Telésforo, que conta com o apoio e proteção das autoridades porque no tempo da Revolução ocupava o *emprego* de degolador de maragatos, feriu três cidadãos. Uma das vítimas, chefe de numerosa família, quase morreu. As autoridades não procederam a auto de corpo de delicto, não tomaram conhecimento do fato, nada fizeram nem sequer prenderam o assassino correccionalmente!

— —

**Novembro:** O prestimoso federalista Dr. Antônio Augusto de Carvalho<sup>148</sup> transmitiu de Uruguaiana o seguinte telegrama: "Políticos desvairados processam-me. Escapei de ser assassinado. Temem tudo. As autoridades consentem que se cometam tropelias. Comuniquei fatos — Dr. Carvalho."

— A 15, na Vila de São José do Norte, fronteira à cidade de Rio Grande, o Delegado de Polícia manda prender Pedro Data, ex-praça do 2º Batalhão de Engenheiros, atualmente empregado ali no serviço de trabalhador da praia; e, em seguida, foi amarrado para os poteiros<sup>149</sup> do Amaral, onde depois de o surrarem, amarrado a um tronco de árvore, o suspenderam a um dos ramos da mesma árvore, primeiramente pelo pescoço e depois por uma das pernas, a pretexto de fazê-lo confessar que tinha sido o autor de um furto!

O pobre ex-servidor da Pátria ficou com um ferimento na nuca, com o pescoço e os pulsos feridos pela corda com que o amarraram e o enforcaram e com o corpo em petição de miséria em consequência da surra.

Pretenderia o Delegado festejar assim o 15 de Novembro, a Proclamação da República?

Talvez.

— Em Passo Fundo, onde residia, foi barbaramente assassinado o distinto e prestigioso cidadão Sylvio Alves de Rezende, que, no posto de capitão, prestou à Revolução rio-grandense importantíssimos serviços.

José Alves de Rezende, primo do Capitão Sylvio, que o acompanhava quando este fora atacado pelos assassinos, que eram cinco, pretendendo defender seu primo, recebeu também vários ferimentos, dos quais veio também a falecer três dias depois.

O Capitão Sylvio foi instantaneamente morto, pois sobre ele os assassinos deram uma descarga, traiçoeiramente, no momento em que despreocupado e tranqüilo maneava seu cavalo.

Os bandidos não foram presos, apesar de conhecidos; dias depois passeavam pelas ruas da cidade, alardeando ainda seu crime.

O assassinado foi saqueado em 600\$, relógio e mais objetos de valor que consigo trazia.

Este fato causou geral indignação na população do Município de Passo Fundo, onde o Capitão Sylvio gozava de geral estima e simpatia pelo seu valor e carácter.

— A 22, o Intendente da cidade de Rio Grande proibiu oficialmente que o proprietário, redator, ou qualquer empregado do *Echo do Sul* tivesse entrada nas

<sup>148</sup> Advogado, jornalista e Promotor Público. Durante a Revolução Federalista foi Chefe do Estado Maior do Corpo de Exército comandado pelo General Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado. Publicou um livro sobre esse período.

<sup>149</sup> Na direção dos poteiros do Amaral.



*Degola pela nuca – É este um outro sistema de execução empregado pelos agentes da ditadura científica do Fio Grande do Sul.*

repartições dependentes da Intendência, pelo fato único e exclusivo de ter esse jornal atacado com veemência os escândalos da administração local!

Quanta liberdade!

A 25, o Dr. Antônio Augusto de Carvalho, legítima influência do Partido Federalista da cidade de Uruguaiana, onde residia, telegrafou ao *Correio do Povo*, de Porto Alegre, nos seguintes termos: "Telegrafei ao Presidente do Estado denunciando estar com a vida ameaçada por assassinos garantidos pela impunidade das autoridades locais. Também pedi garantias ao Comando da Guarnição".

O Governador não deu providência alguma. O Dr. Carvalho pôde, entretanto, conservar-se ainda por algum tempo em Uruguaiana, devido unicamente às garantias dadas pelo Comandante da Guarnição, Coronel Luís Alves Leite de Oliveira Salgado<sup>150</sup>. Mas, ao ter o Coronel Salgado que se retirar dali por alguns dias, em objeto de serviço militar por ter sido distinguido pelo Governo federal com a honrosa comissão de inspecionar o 11º Batalhão de Infantaria, aquartelado em Livramento quatro ou cinco dias depois, o Dr. Carvalho teve de emigrar para a República Argentina, a fim de não ser assassinado.

As autoridades civis, de combinação com oficiais de linha, à frente dos quais se salientava Marcos Curius, haviam planejado o seu assassinato, a pretexto de que a vítima procurava sublevar os corpos ali de guarnição.

Para quê? Com que fim?

Mentirosos, perversos, assassinos, não recuam ante os meios desde que atinjam os fins.

— A imprensa denuncia ter aumentado o recrutamento e o degolamento de três cidadãos orientais recrutados no 3º Distrito de Livramento por uma escolta das forças do Cati, acompanhada pelo célebre bandido *major* Tambeiro, que em Campo Osório assassinou Saldanha da Gama e depois esquitejou o corpo do imortal Almirante!

— A falta de garantias chega a tal ponto no Estado rio-grandense que, no Município de Herval, os estancieiros tomam a iniciativa de se agruparem sob a denominação de Associação dos Fazendeiros, segundo anunciou o *Correio Mercantil*, a qual tem por único fim criar e sustentar uma guarda para "cuidar, vigiar, proteger os direitos, as pessoas e as propriedades."

E o exército do ditador para que serve? Interrogou um outro jornal ao transcrever a notícia.

— —

**Dezembro:** — Às dez horas da noite do dia 5, nos subúrbios da cidade de S. Gabriel, um indivíduo a cavalo chegou à casa de Veríssimo de tal e chamou-o.

Este, chegando à porta e perguntando quem o procurava, recebeu um tiro, cujo projétil penetrou-lhe no crânio, matando-o instantaneamente.

As autoridades procuraram inutilmente descobrir o assassino, o autor de mais esse crime, prova das garantias de que se goza, no *Estado modelo...* de *desmoralização*.

— A 7, em Santana do Livramento, deram-se nada menos do que quatro conflitos!

<sup>150</sup> Durante a Revolução Federalista deixou o comando do 6º Batalhão de Infantaria (Uruguaiana) para juntar-se aos revolucionários. Feito general, não conseguiu conciliar-se com Gumercindo Saraiva por muito tempo, dele separando-se em Santa Catarina. Após malograda tentativa de tomar a cidade de Rio Grande, acabou por internar-se no Uruguai. Anistiado, retomou a carreira militar, com grande contrariedade de Castilhos, que o via como parte do "cordão sanitário".

Dessas escaramuças resultaram quatro ferimentos graves, contando-se, entre os feridos, Maneco Pires, com uma punhalada no ventre, e uma mulher, com um profundo golpe na cabeça.

— No 3º Distrito de Quaraí, Sebastião Pinto, que é ali autoridade, agarrou dois bois lavradores de um vizinho seu, Cypriano Lacerda, e com eles mandou lavar suas terras.

Cypriano, vendo seus bois puxando o arado do vizinho, foi até junto ao cercado de Pinto e, apeiando-se, pediu que lhe soltasse os bois, pois que ele precisava. Em resposta foi acometido por Sebastião Pinto, dois filhos e um sobrinho do mesmo e mais um negro, todos armados de revólveres e pistolas. Lacerda procurou fugir, mas foi alcançado e ferido num braço e no pescoço por arma de fogo, e se não foi morto, deve-o à intervenção de outros dois vizinhos que chegaram na ocasião e pediram a Sebastião Pinto que não o matasse.

Lacerda, ainda depois de ferido, foi preso por um inspetor de quarteirão — sobrinho de Sebastião Pinto —, sendo mais tarde solto graças à intervenção do Barão de Toropy, que reprovou esse bárbaro atentado.

E são essas as garantias, diz um jornal ao dar essa notícia, de que gozam os habitantes do Rio Grande do Sul: a autoridade, ostensiva e impunemente, lança mão e faz uso da propriedade alheia, e quando o proprietário reclama, é assassinado, ou quando menos ferido, e ainda preso pelas mesmas autoridades.

— *O Jornal* de Uruguaiana denuncia estarem envolvidos oficiais do Exército nos lamentáveis sucessos ali ocorridos com o jornalista Dr. José Cândido Alvim, redator e proprietário de *O Povo*, órgão oposicionista. Em vista de tal denúncia, o Coronel Luís Alves Leite de Oliveira Salgado, Comandante daquela Guarnição e Fronteira, constituiu uma comissão para proceder o inquérito. O General Marinho<sup>151</sup>, Comandante do Distrito, mandou submeter a conselho os oficiais implicados nesse e em crimes subseqüentes.

No dia 13, devido ao fato ocorrido com o Dr. José Cândido Alvim, um furriel do 3º Regimento de Cavalaria, Rubens Nielsen, irmão de Raul Nielsen, suposto redator (testa-de-ferro) do *Republicano*, órgão oficial dos situacionistas, agrediu o redator do *O Povo*, Dr. Alvim, que, em legítima defesa, matou aquele com um tiro de revólver.

Em conseqüência desse sucesso, a polícia castilhista, dirigida pelas autoridades locais, em seguida dirigiu-se à redação de *O Jornal*, que desde o começo vinha censurando esses atos de vandalismo contra a liberdade de imprensa, e o empastelaram e destruíram as suas oficinas.

O nosso ilustre e abnegado colega Bernardino Câmara, seu redator, denuncia como autores desse ato vandálico: Affonso da Silva Pereira, Subintendente, Alferes do Exército Antônio Ortiz, cunhado do Intendente Portugal<sup>152</sup>; Alcebíades Pedrosa, Escrivão de Órfãos e sobrinho do Intendente; um tipógrafo e mais dois indivíduos sem qualificação social.

Os criminosos ficaram impunes.

No mesmo dia em que empastelaram *O Jornal*, o Dr. Carvalho foi vítima de nova tentativa de assassinato, da qual escapou milagrosamente.

<sup>151</sup> Referência ao General José Maria Marinho da Silva, então comandante do 6º Distrito Militar.

<sup>152</sup> Referência ao Coronel Gabriel Rodrigues Portugal.

Destes fatos ali ocorridos trata o novo *Quadro Negro*, que sendo omissos na exposição de alguns deles, julgamos conveniente mencionar estes nas respectivas épocas, para maior clareza.

— A 19, a *Tribuna do Povo* publicou o seguinte telegrama, que lhe foi passado pelo Dr. Alcebíades Porto Alegre, redator e proprietário da *Gazeta da Manhã*, de Bagé, e órgão da dissidência castilhistas ali chefiada pelo Coronel Antonio Xavier de Ázambuja, ex-Intendente daquele Município: “Fui preso violentamente, no seio da família. Polícia invadiu diversas dependências domicílio. Motivou arbitrariedade notícia *Gazeta* contra mesma polícia, que quis saquear um cidadão. Projetaram assalto tipografia. Publicação jornal suspensa, por falta absoluta garantias. Peço mostrar este telegrama colegas aí. Saudações.”

A notícia publicada pela *Gazeta*, a que se refere esse telegrama, é a seguinte:

“A nossa polícia, que há dois meses, mais ou menos, estava aquartelada\*, começou há dias a fazer de novo o policiamento da cidade, mas de modo pouco lisonjeiro, para não dizermos abandonado.

Anteontem às nove horas da noite, atacaram um cidadão oriental, o Sr. Etchevarria, maioral de uma diligência que faz carreira entre esta cidade e a República vizinha, com fim de saque e, como não levasse aquele cidadão coisa alguma nos bolsos que pagasse a pena, os tais *da segurança* fizeram empenho em lhe tirar as botas!

Salvou-o o Sr. Claro Goularte, que tem barbearia na Rua Barão do Triunfo e que, ouvindo rumor, abriu a porta, pela qual entrou a vítima.

Assim mesmo começou cedo...”

Autoridades *modelo*, não há dúvida, em vez de averiguarem e punirem os crimes praticados pelos seus subalternos e agentes da segurança pública, denunciados pela imprensa, colocam-se à frente da polícia criminosa, invadem o lar dos jornalistas, varejam todas as suas dependências, prendem os redatores, levam-nos para as cadeias, empastelam tipografias, fazem ameaças de morte, executam torturas, seqüestram prelos, do que já há exemplo; e depois chamam a tudo isto garantias individuais e sociais, liberdade de imprensa e de pensamento...

Tartufos!

Toda a imprensa do Estado, como nos atentados da polícia contra os jornalistas Alvim, Mallmann, J.de Mello, Bernardino Camara, Appollinário Porto Alegre e Adolpho Torres, protestou energicamente por mais essas violências covardemente praticadas pelas autoridades de Bagé na pessoa de Alcebíades Porto Alegre que, ao ser solto, publicou um boletim que foi profusamente distribuído em toda aquela cidade.

— Eis mais este documento, prova eloqüente da energia e do civismo da imprensa oposicionista à tirania desbragada e sanguinária que avassala o povo gaúcho:

“Ontem, às nove horas da manhã, o Subintendente Leonel Paiva, acompanhado de quatro praças da Guarda Municipal armados de espada e revólver, assaltaram o estabelecimento tipográfico da *Gazeta* e a casa de residência da família de seu redator e proprietário. Prendem a este e recolhem a uma das dependências da cadeia civil que serve de secretaria.

---

\* Alude aos fatos anteriores, que deram lugar ao Intendente José Octávio a pedir garantias ao Governo do Estado.

Este procedimento do agente da polícia administrativa foi motivado por ter esse jornal noticiado sob a epígrafe "Começou cedo", — o fato verossímil de praças daquela guarda pretenderem saquear um cidadão em uma das ruas da cidade. A violência praticada contra o redator da *Gazeta* pelo Subintendente Leonel Paiva, com pública ostensão e aparato de força armada, é, sem dúvida, uma afronta feita às autoridades superiores legalmente constituídas e à população desta cidade, que se julga amparada pela Constituição e leis que garantem a inviolabilidade do domicílio.

A *Gazeta*, por aquele fato, cessa sua publicação, até que seu estabelecimento tipográfico e domicílio do seu proprietário, garantidos, não possam ser mais varejados como foram por desordeiros fardados. Ao Intendente do Município cumpre pôr cobro aos desmandos de Leonel Paiva, seu subalterno insubordinado, e ao Promotor Público da Comarca cabe denunciar o Subintendente, que praticou um crime a pretexto de exercer funções de seu cargo.

O fato, que oportunamente será descrito com minuciosidade, está público e esperam-se providências.

Bagé, 19 de dezembro de 1898."

Nenhuma providência foi tomada; e para maior vergonha, Leonel Paiva ainda se conserva até a data presente como Subintendente da cidade e Município de Bagé!!

— Ao mesmo tempo em que se deram esses fatos em Bagé, um outro jornal é obrigado a suspender sua publicação por falta absoluta de garantias e por estar o seu proprietário e redator com a vida ameaçada por verdadeiros celerados, avorados em autoridades. Esse jornal é o *Montenegro*, da Vila de São João do Montenegro; e o Sr. Arthur Uchôa, a vítima escolhida pelos sicários assassinos da honra, dos brios, das tradições do Estado natal, verdugos assalariados e insaciáveis das liberdades do povo patrício.

Não declamamos, aprecie o leitor os telegramas então passados pelo abnegado jornalista à *Reforma*: "*Reforma* — Porto Alegre — Vida ameaçada. Cessei publicação *Montenegro*. Avise colegas. — *Artur Uchoa*."

Outro:

"*Reforma* — Porto Alegre. — Violentamente seqüestram-me oficinas, para pagamento multa processos. — *Uchoa*."

Situação desgraçada! Já não se contentam em oprimir, aviltar, matar, saquear; inventaram roubar *legalmente*, saquear em *nome da lei* os adversários que não sabem curvar a cerviz; processam os adversários para seqüestram-lhes os bens a pretexto de pagamento do processo!

Tiranía original! Única na história da humanidade!

— No 3º Distrito de Livramento, um moço quase cego, filho do velho Valério, tendo sido recrutado por uma escolta das forças de João Francisco ao mando do Subdelegado Antônio Mendes e remetido para a Capital, para ali assentar praça na Brigada como voluntário, por empenhos do seu pai e devido a sua incapacidade física, conseguiu obter baixa do serviço e, munido da competente escusa, regressou para junto da família, residente no 3º Distrito.

Dias depois de achar-se ali em companhia de sua família, o infeliz moço foi encontrado por uma escolta comandada pelo Sargento Virgílio, da polícia do célebre Antônio Mendes, e, a pretexto de que o moço era desertor, assassinaram-no covardemente, miseravelmente!

Com este já é o terceiro assassinato cometido pelo Sargento Virgílio no 3º Distrito.

Valério, pai da vítima, veio a Livramento e apresentou-se ao Delegado de Polícia com provas e testemunhas do assassinato do seu filho, pedindo justiça, que não conseguiu alcançar.

Processar, punir um bandido pertencente às *gloriosas* hostes do Cati? Quem se atreve?

Seria pôr em risco a República...

— A 20, foi assassinado no lugar denominado Estrela, Município de Cruz Alta, o jovem Estácio Pinto, por Alfredo Lopes.

## 1899

**Janeiro:** — Reaparece *O Jornal*, com o mesmo valor, abnegação, altivez e patriotismo de sempre, que o tornaram um baluarte em defesa dos oprimidos, um glorioso paladino das liberdades conspurcadas do Rio Grande do Sul.

— A primeiro, foram remetidos pela Hiena do Cati para Porto Alegre 140 voluntários.

De tempos em tempos, acrescenta um colega ao tratar do fato, fazem-se ali *apartes de gado* que vão a tempo de abater no matadouro do Cati e remete-se a *novilhada* para a tablada do castilhismo em Porto Alegre.

Esses infelizes patrícios, cuja presença no Cati custa sempre a despovoação de um lar, o sacrifício de uma família e a paralisação do trabalho, foram remetidos a pé em colheras<sup>153</sup> de dois a dois.

É este o regime especial sob que se vive no venturoso Rio Grande, à sombra de tão latas e eficazes garantias aos direitos e liberdades dos cidadãos.

Como estas, inúmeras remessas têm sido feitas, das quais deixaremos de tratar, poupando espaço para o registro de fatos criminosos de outra natureza.

— A 8, na cidade de Rio Grande, em frente à Igreja da Conceição, Praça 7 de Setembro, onde mora o Subdelegado de Polícia Joca Pinheiro, estando a sua ordenança a espancar barbaramente uma criança de cinco anos, acudiram muitas pessoas, entre as quais diversos amigos políticos do Subdelegado que, aplaudindo o ato de sua ordenança, foi severamente censurado pelos amigos presentes, ali mesmo, aos quais respondeu, em altos gritos, de modo que todo o povo ali aglomerado pudesse ouvir: "Sou uma autoridade desmoralizada, portanto não me importo de cometer uma violência."

É geralmente o que acontece: os cargos públicos estão sendo exercidos por indivíduos que nada têm a perder.

— O Dr. Aureliano Barbosa, Deputado do ditador ao Congresso da República, respondendo a uma manifestação que na cidade de Itaqui lhe fizeram os seus partidários, a 13 de janeiro, declarou, segundo se lê do resumo do seu discurso publicado na *Gazeta de Itaqui*: "Poder garantir que breve, muito breve, teremos a separação do Rio Grande; aí sim, acrescentou, gozaremos todos das mais amplas garantias".

Por essa época o castilhismo fazia desenfreada e criminosa propaganda sobre a separação do Estado, mas só para assustar o Governo da República.

<sup>153</sup> Ajoujos com que se atam dois animais.



Foi pena que não tivessem tentado ou não tentem ainda...

— A 16, dá-se no 5º Distrito de Bagé o assassinato de um moço de nome Gomes, a pretexto de haver raptado uma moça, sendo falsa tal imputação.

É o segundo fato, acrescentou um jornal da cidade de Bagé, que nestes últimos dias se dá naquele lugar, sem que o Delegado de Polícia tenha tomado conhecimento.

— Foi neste mês, ainda, descoberto o fio de uma conspiração castilhista que tinha por único móvel assassinar o Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, Comandante da Guarnição e Fronteira da cidade de Uruguaiana.

— A 24, a polícia da cidade de Rio Grande prendeu um empregado do Sr. Francisco Maria de Oliveira, sem o menor motivo, quando se achava ele sentado à porta da rua, e o levou à cadeia, onde o obrigaram a fazer faxina e a capinar a Praça Vasco da Gama.

E teria sofrido fome, acrescenta uma folha do litoral, se o Sr. Oliveira não o socorresse diariamente, mandando-lhe alimentos!

Fatos como este são muito comuns naquela cidade e em todo o Estado.

Já ninguém os estranha.

— —

**Fevereiro:** — *O Estado de São Paulo*, folha paulista, publica importantes informações, em que prova que o Governo do ditador Júlio de Castilhos pedira e obteve auxílio de dois mil contos ao Estado de S. Paulo, por intermédio do Dr. Cassiano do Nascimento, para debelar a Revolução; e, por intermédio do Dr. Victorino Monteiro, mil carabinas e quinhentos mil cartuchos, que também foram fornecidos ao tirano, a pretexto de *poder atacar pela retaguarda* os revolucionários que ameaçavam invadir as fronteiras daquele Estado. Mas, anteriormente, em sessão ordinária do Congresso do Estado de S. Paulo, de 10 de julho de 1895, em longa e brilhante discussão que consta dos seus anais, ficou provado de modo irrefutável que esse auxílio foi de *nove mil contos* aproximadamente.

— A *Gazeta da Manhã*, que se publica na cidade de Bagé, afirma que o ex-Major da Brigada Militar Florêncio de Souza, nomeado para Delegado de Polícia daquele Termo, é *completamente analfabeto!*

— No mesmo mês de fevereiro, Patrício Machado, Comandante do 1º Distrito de Itaqui, para uma averiguação policial mandou prender o indivíduo José Paraguay, e intimou-o a dizer a verdade a respeito do que lhe fosse perguntado.

Como o preso, em resposta às perguntas que em seguida lhe foram feitas, declarasse nada saber, Patrício Machado maneiha o infeliz e dependura-o em uma árvore de cabeça para baixo, conservando-o nessa posição por muito tempo, até quase soltar o último alento!

— O Subdelegado do 2º Distrito de Piratini, acompanhado da polícia, assassinou em caminho daquela vila o cidadão Hildebrando Garcia.

— Telegrafaram de Camaquã dizendo que o Alferes Comandante da Guarnição Municipal dali feriu com um tiro a esposa do Sr. Júlio Lopes, Escrivão de Órfãos, falecendo essa senhora dias depois.

— —

**Março:** — Na cidade de S. Borja, Carlos Bergallo, Manoel Fernandes, Gregorio Nunes, João Jardim, Ovídio Guerreiro e um filho menor Braz Inhaquites arrombaram a casa da viúva Antônia Baptista e violentaram duas filhas desta.

Em casa de outras pessoas tentaram fazer o mesmo, porém foram repellidos e puseram-se em fuga.

Ficaram impunes, as autoridades não tomaram providência de espécie alguma, apesar de aquela pobre mãe ter ido se queixar à polícia e mesmo frente à indignação que tal fato causou no seio de toda a população.

— A 2, Anacleto Soares da Silva, ex-Tenente das forças patrióticas da *legalidade*, assassinou Eustáquio de tal a facadas, na Coxilha Seca, Município de Bagé. As autoridades tomaram conhecimento do fato, mas o criminoso ficou impune, passeando à vontade pelas ruas de Bagé!

— Em S. João Baptista de Camaquã, foi recolhido à prisão, sem ter culpa formada, o nosso dedicado correligionário Accácio Gonçalves da Silva, Alferes da Guarda Nacional.

Apesar de haver exibido a sua patente, a autoridade não quis reconhecê-lo e o Sr. Silva foi metido na cadeia, tendo por companheiros criminosos de morte!

O atentado foi levado telegraficamente ao conhecimento do Presidente do Estado, de quem se solicitaram providências que não foram dadas!

— No 2º Distrito de Encruzilhada, foi assassinado o Sr. Fileto Leite, e o seu corpo apareceu degolado junto à casa de um seu cunhado.

As autoridades não se inquietaram em *descobrir* o criminoso.

— A 5, o Promotor Público da Comarca da Capital ofereceu denúncia contra o tabelião daquele Foro, Coronel Honorário José Vicente da Silva Telles<sup>154</sup>, perversamente acusado de desídia no cumprimento de seus deveres, para o que, sem o menor motivo a não ser o de injustificável perseguição, procederam a uma correição em seu cartório, feita pelo Juiz da 2ª Vara, Dr. Manoel André da Rocha, tudo a mandado do ditador, tendo o Promotor e o Juiz se sujeitado a tudo com docilidade boçal de servos.

— No dia 6, foi preso e assassinado pela polícia do 3º Distrito de Jaguarão o indivíduo João da Conceição, vulgo Lavadeira, desertor do 2º Regimento de Cavalaria.

— Em Caverá, Município da Vila do Rosário, um respeitável cidadão de nome Cypriano, honrado e laborioso, ali residente há muitíssimos anos, estimado por todos e chefe de numerosa família, foi barbaramente assassinado, sendo o autor do crime o inspetor Ângelo, que mandou buscá-lo preso, arrancando-o violentamente do seio da família, tendo, depois, aparecido com a cabeça quebrada e degolado.

O criminoso continua no exercício do cargo, impune, e passeia pelas ruas da vila armado de faca e pistola e acompanhado de ordenança.

O fato causou profunda indignação na vila onde Cypriano era muito conhecido; e tendo o importante negociante daquela praça, João de Deus Peres, perguntado indignado ao criminoso “com que direito se julgava para cometer tais crimes”, este respondeu-lhe: “Porque as autoridades não são capazes de me prender!”

— A 16, às duas horas da tarde, foi preso na cidade de Pelotas e recolhido à cadeia o Sr. José da Silveira Villalobos, oficial da Guarda Nacional, membro do Conselho Municipal pelotense, Venerável da loja maçônica Honra e Humanidade, e que ali exerce a profissão de leiloeiro.

Procedia a um leilão quando lhe apareceram dois Oficiais de Justiça, Cupertino de Magalhães e Heleodoro de Souza, para executarem um mandado de embargo; e como Villalobos declarasse, perante o público, que os objetos apregoados não pertenciam ao embargado, os referidos oficiais se retiraram.

---

<sup>154</sup> Irmão dos Generais João Batista e Carlos Maria da Silva Telles, sendo a denúncia mais um capítulo na animosidade entre eles e Júlio de Castilhos.

Pouco depois voltaram acompanhados de força armada para praticarem a aludida violência, à ordem do Juiz Distrital.

Momentos depois de ter entrado na cadeia, Villalobos era solto, graças à intervenção enérgica do Conselho Municipal, da maçonaria e de dois filhos seus, oficiais do Exército e que serviam na Guarnição de Pelotas.

Se com essa facilidade sem o menor motivo, metem na cadeia, arbitrariamente, um conselheiro municipal, figura influente do partido dominante, Venerável de uma loja maçônica, oficial da Guarda Nacional, cidadão respeitável e benquisto, e isto numa cidade importante como Pelotas, imagine-se a que estão sujeitos os adversários de uma tal situação, o quanto sofrem os elementos da oposição em todo o Estado por essa forma barbarizado.

— No 1º Distrito de Cachoeira, muito próximo à cidade, inimigos pessoais do Sr. João Martins dos Santos, em sua ausência, incendiaram a sua casa de residência, que ficou reduzida a cinzas.

Comentando o fato, que ficou impune, disse um colega: “E os dominadores deste infeliz Estado não se cansam de apregoar que há garantias e que vivemos no melhor dos mundos! Frescas garantias que nem sequer garantem a propriedade do cidadão, à mercê do primeiro bandido que a quer destruir!”

— A 17, das 10 para às 11 horas da noite, foi assaltada por uma quadrilha de dez bandidos a casa de Paulino Calistro, no lugar denominado Igrejinha, distante uma légua da Vila de Palmeira.

Paulino tinha um pequeno negócio.

Os bandidos fizeram fogo travando-se luta.

Paulino e seu irmão João Calistro foram assassinados.

Da quadrilha ficou morto um tal Estulano. A casa foi saqueada.

Essa quadrilha era composta de soldados da *legalidade*.

— A 22, em Alegrete, Torquato Ferreira, cidadão laborioso e muito benquisto naquela cidade, ao ajudar uma tropa a passar o Rio Ibirapuitã foi barbaramente assassinado em pleno dia com um pontão no ventre e diversos golpes na cabeça, depois do que ainda ia sendo degolado, se outras pessoas não intervissem a tempo de impedir que isso fizesse o assassino, que se evadiu.

— A 24, em Livramento, por questão de rixas a princípio entre crianças e mais tarde entre famílias, um negro tentou assassinar a bordoadas a Exma. Sra. D. Rosa de Araújo, domiciliada no centro da cidade, na Rua General Câmara, entre as Ruas dos Andradas e 29 de Junho.

D. Rosa foi acometida em sua própria casa, antes das oito horas da noite e barbaramente esbordada, ficando com a cabeça quebrada, em sério perigo de vida, devido à gravidade dos ferimentos.

A população inteira de Livramento apontou como mandante e mandatário deste bárbaro crime Tristão P. Viana, Promotor Público da Comarca, e um negro, seu peão.

O autor do bárbaro atentado foi visto, depois do crime, entrar em casa de Tristão, que residia em frente à casa da vítima.

E, acrescenta um colega que tratou longamente desse fato: “Não é esta a primeira vez que o Promotor Público de Livramento é acusado de crimes semelhantes; ainda há bem pouco tempo a imprensa denunciou o inquisitorial suplício a que o Sr. Tristão Vianna submeteu um pobre rapaz, estaqueando-o e torcendo-

lhe as carnes com um torquez; e agora é o mesmo senhor apontado como mandante do atentado contra uma senhora, mãe de numerosa prole!"

A autoridade compareceu ao lugar do crime uma hora depois e ouviu da vítima e dos filhos desta o nome do autor e do mandante do crime, mas o Sr. Tristão é irmão do Dr. Moysés<sup>155</sup>, o negro é peão do Sr. Tristão, todos são muito *bons* republicanos, com muitos *serviços* à República, pelo que a autoridade nada fez, nem fará, e a vítima aí fica com a cabeça quebrada e em perigo de vida! Miséria! Infâmia! E ainda dizem que existem garantias, quando até uma senhora se tenta matar?! ... Bárbaros!

— A 25, no lugar denominado Lami, Distrito de Belém Novo, no Município da Capital, Octaviano Coelho feriu gravemente um seu companheiro de nome Pedro sem o menor motivo, vibrando-lhe diversas facadas, das quais quase veio a falecer.

Preso o criminoso, momentos depois era posto em liberdade pela autoridade do lugar, por ser parente do agressor.

— A 28, foi assassinado, em Livramento, um cidadão paraguaio, a facadas, crime que ficou impune.

— Em uma das últimas noites do mês de março, foi barbaramente assassinado, na cidade de Alegrete, Eleuthério de tal, homem trabalhador e benquisto naquela cidade, onde era muito conhecido. Amanheceu degolado em uma das praças da referida cidade, apresentando em seu corpo nove punhaladas e diversos talhos!

— —

**Abril:** — Em Cerro Chato, próximo ao Rio Caí, foi encontrado assassinado, com o crânio partido, o súdito alemão, geralmente conhecido por Doutor Schumacker, parteiro e curandeiro, residente na Colônia Santo Ângelo, onde era muito estimado.

— No princípio deste mês apareceu morto, de um tiro na cabeça, o Sr. Alípio Farinha, conceituado fazendeiro.

O infortunado Sr. Farinha jogava no acampamento do Cati com Salvador Tambeiro e outros oficiais de João Francisco. Depois de haver perdido grande quantia, tendo sido antes emborrachado pelos seus parceiros de banca para mais facilmente extorquirem-lhe o dinheiro, foi obrigado a assinar letra que, devendo ser de *quatro contos de reis*, a pobre vítima assinou de *cento e quatro-contos*, tal era o seu estado.

Depois disso retirou-se Alípio Farinha em direção a sua casa, que dista do acampamento pouco mais de duas léguas; porém, não tendo lá chegado, surgiram logo as desconfianças de um crime.

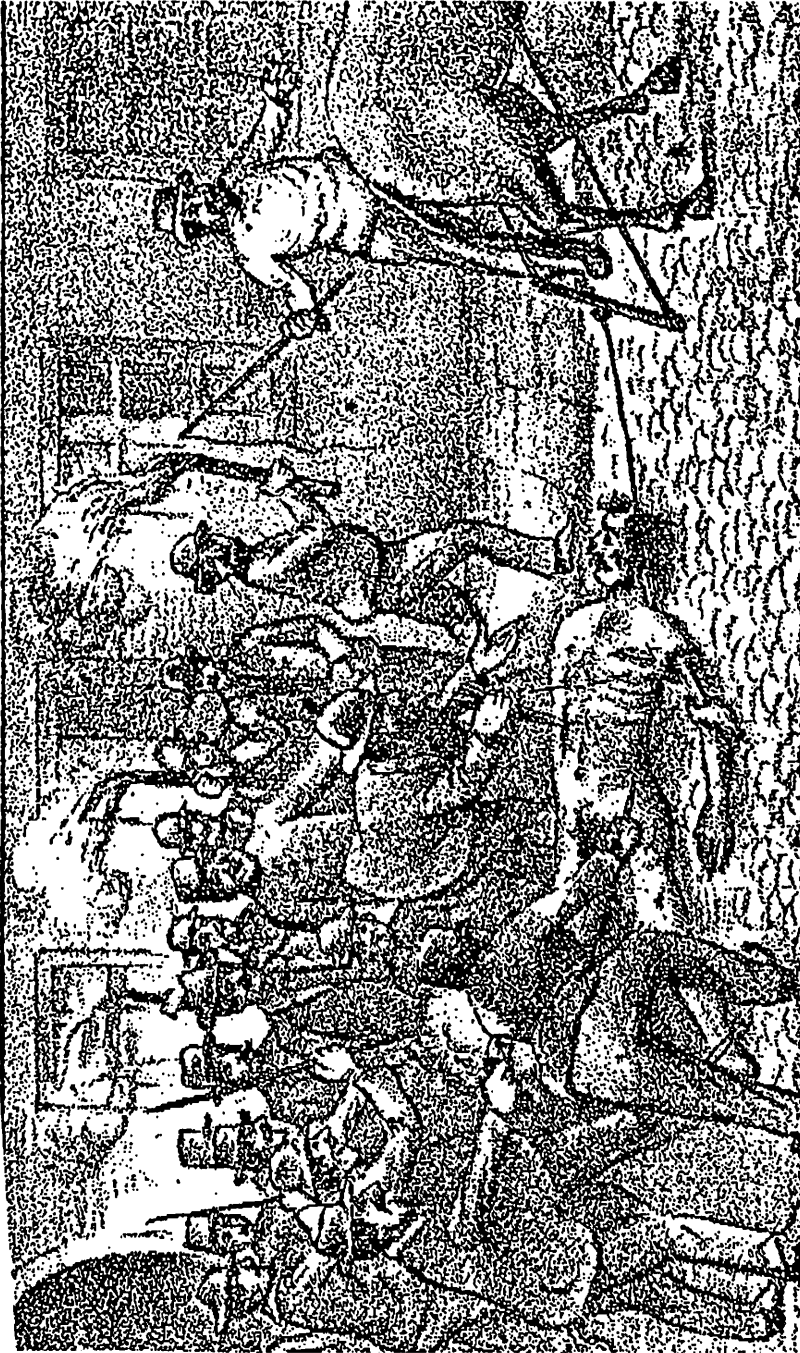
Procurado em todas as direções nas proximidades do acampamento, ao fim de muitos dias foi seu corpo encontrado num cercado, com o crânio fendido por uma bala, propalando-se depois que se *suicidara*.

— Um praça da Brigada Militar reconhecido entre os seus companheiros pelo cognome de Capanga, assassinou uma criança de nove anos, na várzea de Gravataí, subúrbios da Capital, para roubar 5\$000!

— Na Vila de Encruzilhada, foram tantos os desatinos e violências praticados pelo Intendente Dr. Alfredo Alvaro da Silveira e pelo Delegado Avelino Borges Machado, que os próprios castilhistas, valendo-se do concurso do povo, os depu-

---

<sup>155</sup> Referência ao Dr. Moysés Pereira Viana, mais tarde intendente de Livramento.



*Linchamento do súdito francês Pomaret, o primeiro que se deu no Estado – Com assentimento prévio das autoridades civis e militares, um pequeno grupo de indivíduos, à paisana, retirou a vítima dos quartos baixos do Palácio do Governo local, contíguo ao Palácio do Comando do 6º Distrito Militar, e, ali mesmo, ante as guardas formadas dos dois Palácios, sangrou a vítima, depois de morta a punhaladas.*

seram dos seus cargos e intimaram-nos a se retirarem do lugar, o que fizeram dentro do prazo marcado.

— A 12, por decreto desta data, o Dr. Borges de Medeiros, preposto do ditador, declarou sem efeito a reforma da Lei Orgânica do Município de S. Leopoldo, e mandou processar o Intendente do mesmo Município, Major Epiphânio Orlando de Paula Fogaça, por atentados cometidos contra a Constituição Estadual!

Inútil seria acrescentar que o chefe, assim decaído das graças do ditador, foi preso e condenado, sendo a sua condenação um ano de prisão, perda do emprego, multa de 600\$000 e inabilitação para o exercício de cargo público!...

— A imprensa da oposição denuncia aos correligionários terem saído do covil do Cati, disfarçados, diversos bandidos investidos da missão infame de assassinar chefes federalistas em diversos pontos do Estado.

Este aviso, feito pela imprensa oposicionista de todo o Estado, desconcertou o plano sinistro.

— A 15, o Alferes da Brigada Militar Virgílio Bento, preso no Estado Maior do 2º Batalhão de Infantaria e condenado a 10 anos por haver assassinado a sua esposa, evadiu-se na noite desse dia, depois que soube que o Superior Tribunal do Estado, para o qual havia apelado da sentença, confirmara a decisão do júri.

As escoltas que foram mandadas em perseguição do fugitivo não o encontraram....

— Na mesma data, chegando à casa de Affonso Alves de Mendonça, na Coxilha Seca, Município de Alegrete, um soldado da força de João Francisco, de nome Felipe Saldanha, sem o menor motivo, assassinou José de Mello logo de chegada (e sem que o conhecesse), desfechando-lhe quatro tiros de revólver.

— A 24, na Colônia São Domingos, 1º Distrito de Pelotas, tendo chegado à casa de negócio de Francisco Hackbat, o indivíduo Cezário, brasileiro natural da Bahia e trabalhador, com uma certa porção de fumo de péssima qualidade, aquele suspeitou que o fumo fosse roubado.

O tal Sr. Francisco, ou porque seja um *terrible*, ou a exemplo do que se vê por lá fazerem as autoridades, mandou amarrar Cezário pelo pescoço e conduzi-lo a pé e preso à cincha do cavalo do seu peão Hermenegildo Pereira de Carvalho, encarregado de ir apresentá-lo à autoridade.

Mas no caminho o peão se apeia para entrar em uma casa e se *esquece* que Cezário, amarrado pelo pescoço, estava preso à cincha do cavalo e que este era *arisco*.

Cai o pelego de cima do cavalo, este se assusta e sai estrada afora numa carreira cada vez mais vertiginosa, levando de arrasto o infeliz Cezário a uma distância de mais de meia légua, *até chegar à casa de onde tinha saído*.

Morte bárbara, cruel!...

O *Correio Mercantil*, de Pelotas, ao descrever este horroroso crime, termina com estas palavras:

"Como se vê, trata-se de um fato bárbaro na simplicidade com que fica historiado, e sobre o qual esperamos que se faça a completa verdade para punir os responsáveis por este vandalismo sem nome de arrastar um infeliz, amarrado pelo pescoço, na cincha de um cavalo!"

— A *Razão*, folha ao serviço da dissidência castilhistas de Encruzilhada, referindo o assassinato, pelos dominadores, do seu próprio correligionário Fileto Ferreira Leite, enfileirou mais as mortes de um Alferes Chandonga, do Tenente

Tatão, de Raymundo de tal, de Idalino de tal e de Bento Bicca.

Eles que o dizem é porque o sabem.

É o caso — brigam as comadres e descobrem-se as verdades.

— No Município de Palmeira foram assassinados os irmãos Paulino e João Calixto, por gente do castilhismo, sendo os criminosos acobertados pelo Intendente daquela Vila.

—

**Maio:** — Por perseguição promovida pelo ditador contra a ilustre família Telles, da Capital do Estado, o Superior Tribunal estadual pronuncia o Dr. Manoel Telles de Queiroz, Juiz da 3ª Vara da Capital, contra o qual é expedido mandado de prisão. Para não se deixar levar para a cadeia, o Juiz viu-se obrigado a emigrar para o norte da República.

— A 8, a imprensa oposicionista publica em todo o Estado o seguinte telegrama, que provocou veementes protestos de solidariedade por parte de toda imprensa independente contra o atentado sofrido pelo *Jornal*, de Uruguaiana:

“Uruguaiana. Acaba de ser arrombada e empastelada a tipografia do *Jornal*. O atentado é atribuído ao Inspetor da Alfândega, Nico Monteiro, chefe político, acusado de contrabandista pela mesma folha. No crime tomou parte o Intendente Municipal. Grande indignação. Foram disparados muitos tiros contra várias pessoas que estavam no escritório da redação. Há vários feridos de gravidade. — *Bernardino Câmara*, redator do JORNAL.” O *Povo*, jornal que se publica naquela mesma cidade, tratando desse fato criminoso atentatório à liberdade de imprensa, obra de Nico Monteiro, chefe político e Inspetor da Alfândega para a qual entrou pobre como Jó e saiu rico como Crésó, declara que “na ocasião do assalto à tipografia achavam-se ali dois menores, que não foram poupados pelos bárbaros assaltantes. Um filho do Sr. Burgos, de 13 anos de idade, foi atroz e barbaramente espalpeirado, recebendo ainda um talho no rosto. Outro, parente do redator do *Jornal*, de 12 anos de idade, filho de José Jardim, recebeu uma bala na coxa, a qual os médicos não puderam extrair. Como não encontrassem o redator, levantaram a mão sacrílega para ferir indefesas crianças! No leito da dor, têm passado noites gemendo as vítimas da perversidade política.”

— A 10, o *Correio Mercantil* dá a seguinte notícia: “Chegou anteontem à tarde, moribundo, Octaviano Rocha, branco, *oriental*, de 25 anos de idade, solteiro, que prestou bons serviços nas *forças legais* e que no Distrito de Povo Novo, Município de Rio Grande, fora há dias ferido na cabeça e no peito. Note-se mais esta circunstância, *reveladora de muita falta de cuidado com que se observa a lei*: ferido há dias, em Octaviano Rocha — *ainda não foi feito corpo de delito*, que entretanto o Código de Processo Penal do Estado *exige que se realize com a maior urgência!*”

— A casa do Sr. Adolpho Diefenthäler, morador do 1º Distrito de S. Leopoldo, lugar denominado Lomba Grande, foi cercada por uma escolta, que no dia seguinte a invadiu com o fim de prender cinco peões que ali se achavam trabalhando, dos quais três escaparam e dois foram presos e remetidos para a Capital como *voluntários* da Brigada Militar.

A 13, na Capital do Estado, na ocasião em que, escoltado, passava pela ponte de madeira do Riachinho um soldado desertor da Brigada Militar, este atirou-se ao rio morrendo afogado.

Prefiro morrer a continuar a servir forçado à ditadura!

Com que vontade o infeliz servia no exército do ditador, que preferiu morrer a continuar com a farda!

— A 17, foi assassinada, na Vila de Lageado, a esposa do abastado proprietário João Lollet, crime revestido da maior perversidade.

Uma correspondência à *Gazetinha*, da Capital, assim o descreve: “A infeliz senhora tinha por hábito levantar-se pela madrugada para tirar leite de uma vaca. Este serviço fazia-o sem acordar pessoa alguma da casa. Naquele dia levantou-se ainda com escuro e, dirigindo-se ao lugar onde deixara amarrado o terneiro, não o encontrou. Colocou perto da cancela as vasilhas que levava e saiu em busca do animal. A cerração era fortíssima e impedia a visão ao longe. Procurou na rua e passou pelo poteiro de seu vizinho Vendelino e, uma vez ali, foi agredida impiedosamente por mais de um indivíduo. Deram-lhe três tiros.

Vendo-se ferida, tratou de fugir, vindo em corrida até a cerca, junto à qual foi atacada, talvez por um indivíduo que se colocara pela parte de fora.

Já ferida, foi perseguida a facão ou espada e mutilada de modo horroroso! Abriam-lhe a cabeça e, no saltar o cercado, apunhalaram-na na axila esquerda!

Este ferimento a fez cair no mesmo lugar e, no entanto, foi a pobre vítima encontrada a vinte metros de distância do cercado e na rua, pelo que é lícito supor-se que foi para ali levada depois de morta.

A própria posição do corpo isso denunciava. A assassinada foi agredida por mais de um bandido e com eles lutou tanto que conservava na mão fechada uma porção de cabelos.

Tudo isso sucedeu sem que a família, até às cinco horas da manhã, tivesse conhecimento da tragédia. A cerração e o velho costume da assassinada de entregar-se desde a madrugada aos labores da vida protegeram o crime.

A infeliz deixou onze filhos.”

E conclui o correspondente:

“O crime tem despertado clamor público; a polícia, segundo consta, deve conhecer os assassinos; já há indícios veementes contra eles e, no entanto, dorme no caso.

O marido da vítima constituiu advogado, tendo este telegrafado à Chefia de Polícia, pedindo a vinda do subchefe.

Até a hora em que escrevemos esta, nada a polícia adiantou além do corpo de delito. E o subchefe ainda não aparece...

Se o crime ficar impune, dizem que as vítimas farão justiça por suas próprias mãos, o que convém evitar.”

Note-se: esta correspondência é datada de quatro dias depois de ocorrido o crime!

— A imprensa do Estado do Rio Grande do Sul rompe com o General de Divisão Cláudio do Amaral Savaget, Comandante do 6º Distrito Militar, por motivo da sua Ordem do Dia nº 8, que insufla o castilhismo à prática de maiores crimes. Esta ordem, publicada ao regressar de sua excursão pela Campanha, também motivou completo rompimento de relações entre o seu signatário e o bravo General Carlos Telles, o extraordinário patriota de pranteada memória.

— A 19, teve lugar o linchamento do súdito francês Pomaret, fato demasiado conhecido, do qual já tratamos detalhadamente no panfleto que publicamos analisando a nefasta administração do General Savaget como Comandante do 6º Distrito, e que distribuimos em número de 4.000 exemplares, gratuitamente, em todo o Brasil.



Sobre esse hediondo crime, a imprensa do Estado publicou telegramas de diversos pontos do país, todos mais ou menos nos termos deste, dirigido da Capital Federal a um jornal da situação:

“Rio, 21. — A notícia do linchamento em Rio Grande impressionou muito a população desta Capital.”

O mesmo aconteceu em todo o Estado e em todo o Brasil.

— Na Capital, em princípios deste mês, o cidadão português José Francisco de Castro, homem honrado e ali negociante, foi preso, recolhido a um xadrez e obrigado a pagar uma multa indevida de 150\$000; mais 23\$500 de carceragem e a agüentar calado os maus-tratos e zombarias que recebeu de um auxiliar da polícia. A vítima, ao ser posta em liberdade, publicou no *Jornal do Comércio* a exposição das violências, tropelias e extorsões de que foi vítima por parte das autoridades.

Ficou por isso...

— A 24, o Promotor Público de S. Leopoldo denuncia também José de Paula Fogaça, Comandante do Corpo de Guardas Municipais daquela cidade e filho do Major e ex-Intendente Epiphâneo Orlando de Paula Fogaça pelo suposto crime de tentativa de morte na pessoa de um magarefe que se queixou do fato ocorrido dois anos antes, sendo imediatamente preso. *Causa aparente* para justificar a ação da justiça contra José Fogaça por ter este se recusado a continuar cego instrumento da ditadura e tomado parte na defesa de E. Fogaça.

O pai da vítima, não obstante achar-se ele e toda a sua família, excomungados pelo ditador, passou ao preposto deste o seguinte telegrama: “Exmo. Presidente Estado. — Neste momento Bento Porto, Subchefe de Polícia, acompanhado Alferes e 12 praças da Brigada, na minha ausência, sem ordem legal, mandou Alferes Corrêa *cercar e varejar minha casa, outras da cidade e quartel municipal*, alarmando minha família e população, pretexto, prisão comandante guarda municipal. *Tais violências aqui não se deram na Revolução*. Peço providências e garantias, *se é que estamos no período da legalidade*. — Epiphânio Fogaça.”

Como sempre acontece, o Governador não deu providência alguma, não que isso seja do seu temperamento, mas porque a isso se opõe Júlio de Castilhos, que é quem manda; e a desobedecê-lo não se animará jamais Borges de Medeiros, seu títere.

— Escrevem de S. Borja a uma folha porto-alegrense dizendo que o Subdelegado Ortiz, acompanhado de uma escolta da polícia, assassinou o Sr. Miguel Martins, moço honesto e trabalhador que havia sido revolucionário, única causa de sua morte.

No Rio Negro, Município de Bagé, Horácio Duarte, chefe de numerosa família, por questão de jogo em uma casa de negócio próxima à estação do Rio Negro, feriu mortalmente Antônio de tal, de cujo ferimento faleceu, e emigra para Estado Oriental.

Dois meses depois, em meados de maio, de acordo com os rigores do Código do Processo Penal, o Código do Irapuá<sup>156</sup>, como lhe chamam, apresentou-se na casa de Horácio um oficial de justiça e confisca-lhe todos os bens, deixando

<sup>156</sup> Alusão à propriedade rural de Borges de Medeiros no Município de Cachoeira, onde teria redigido o projeto de lei do código.

à sua família, e por muito favor, apenas o rancho em que se abriga e alguns móveis imprestáveis.

Dos bens confiscados, ficou como depositário o Sr. Lourenço Bazerque, e constam eles do seguinte: um rebanho de cento e cinqüenta ovelhas, três vacas com cria, três novilhas gordas, três bois mansos, três éguas e um cavalo.

Que isto seja de lei, acrescenta a *Gazeta da Mercantil* daquela cidade, se bem que de uma lei exagerada, bárbara e incoerente, não é o nosso fim discutir. Reservamos essa tarefa para os mais competentes. Mas o que não podemos admitir, nem mesmo concordar, é que essa lei, pelas exigências de que está revestida, chegue a tal extremo de lançar desapiadadamente à mais ampla das misérias uma família inteira, e, o que é mais triste ainda, uma família composta de oito menores, de oito inocentes.

A esposa de Horácio, a Exma. Sra. D. Maria do Carmo, tem oito filhos, e destes o mais velho conta apenas 12 anos.

Isto é triste e até desumano. De um momento para outro, vê-se aí uma família a braços com as maiores dificuldades, debatendo-se com a fome e com um sem número de crianças privadas do pão necessário; e por que? "Porque assim exige o Código Estadual", dizem esses que têm por obrigação executá-lo e cumpri-lo.

Essa família, por assim dizer de crianças, e, como de surpresa, privada de seus direitos, pois entendemos que os devem ter, acha-se atualmente nesta cidade, em companhia de um parente que generosamente acolheu-a e, *se não fosse isso, quem sabe lá o que seria dela.*"

Pode haver lei mais bárbara, mais tirânica, coisa mais desumana?

Se um chefe de família comete um crime, o governo confisca-lhe os bens, atira a sua família à fome e à miséria: a justiça da ditadura manda que a família se prostitua ou morra à míngua!...

O colega se admira do fato; é a reprodução do que se dá em todo o Estado, provocando geral indignação e desespero; é ao que todos nós estamos sujeitos, sem termos para quem apelar.

— Em princípios deste mês, maio, o *Jornal*, de Uruguaiana, ao reaparecer depois do último assalto que sofreu, publicou uma longa lista de fatos criminosos sob a epígrafe abaixo.

Dessa extensa e dolorosa estatística de sangue, nos limitamos a dar os fatos criminosos de maior importância, pelo que nos serviremos de um resumo feito pelo *Echo do Sul*. Ei-la:

**NOVO QUADRO NEGRO! — OS CRIMES — AS VÍTIMAS — SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DO CASTILHISMO** — Assassinato de um chefe de família paraguaio, por ordem do Intendente Portugal, vindo para a cidade o cavalo em que montava a vítima para ser presenteado a um filho desta!

O então Promotor Público José Cândido Alvim esforçou-se para que fossem punidos os culpados, mas nada conseguiu.

Portugal deixou que percesse na prisão um policial que, fazendo parte da escolta, recusou-se degolar o pobre paraguaio.

— Um íntimo de Portugal, Zeca Souza, depois de haver assassinado, na presença de autoridades, publicamente, em uma corrida de cavalos, um pobre cocheiro de nome Delfino, crime que ficou escandalosamente impune, cometeu outro assassinato, por diversão talvez, na pessoa de um pobre trabalhador, peão

do pedreiro Galmarini.

O infeliz moribundo esteve muitas horas na Subintendência com a maior crueldade, sem nenhum socorro, até que morreu enquanto o criminoso preparava-se para seguir a cavalo para o Estado Oriental, como seguiu sem que tivesse sido incomodado pelas autoridades.

— Outro amigo de Portugal, um tal Azambuja, acoroçado pela proteção daquele e pela impunidade deste, matou um seu camarada quando este dormia na mesma cama de que Azambuja se havia levantado!

Preso em flagrante delito, foi depois solto por *habeas corpus* do Dr. Mibielli<sup>157</sup>, porque não se procedeu à formação da culpa no prazo legal e por não haver sido lavrado o auto de flagrante. Esquecimento proposital para justificar o *habeas corpus*. Azambuja acha-se no Estado Oriental.

— Em princípios do ano de 1898, guardas da Alfândega, empregados na estância do Inspetor Nico Monteiro, prenderam Anastácio Maidana e Domingos Nunes, cidadãos argentinos. No trajeto para Uruguaiana, os degolaram, lançando os cadáveres no arroio Imbaá, onde foram dias depois encontrados pelo Alferes do 4º Regimento José Pereira Maia, que levou o fato ao Coronel Godolphim<sup>158</sup>, então Comandante da Guarnição.

O crime ficou impune.

Nota importante: Os executores morreram, uns acometidos de rápida enfermidade, outros desapareceram...

— Em fins de 1897, o Dr. Antônio Augusto de Carvalho recebeu à queimadura um tiro de revólver Nagant, quando desprevenidamente se achava à porta da sua casa, rodeado dos filhos, tendo um pequenino nos braços.

O ferido declarou que os mandantes da tentativa de assassinato eram Hermelindo Câmara, José Câmara Canto e o Juiz de Comarca Pedro Mibielli.

O mandatário foi logo depois conhecido — um primeiro-sargento do 3º Regimento, de nome André Garcia.

O crime e os criminosos, notoriamente conhecidos e apontados em todos os ângulos da cidade, continuam impunes, sendo que o indigitado José Câmara foi dias depois nomeado suplente do Juízo Distrital.

— No mesmo dia desse atentado houve outros na mesma cidade de Uruguaiana, notando-se nas calçadas das ruas, por toda a parte, abundantes nódoas de sangue.

— Não há muitos meses, foi barbaramente assassinada, nos subúrbios da cidade, uma pobre e indefesa mulher, e os seus assassinos, Gabriel Robim e Maximiano Robim, ambos primos de Hermelindo Câmara e amigos dos escritores do *Republicano*, ainda estão impunes.

— O Dr. Augusto de Carvalho, de que já falamos, tem escapado de outras ciladas e em uma delas, o mandatário feriu-se com a própria arma que levava para a prática do crime.

O rastro de sangue perdeu-se nas imediações da casa de um dos indigitados e amigos da Executiva.

---

<sup>157</sup> Referência ao Dr. Pedro Afonso Mibielli, Promotor Público, Magistrado, Deputado Estadual pelo PRR e Chefe de Polícia do Estado.

<sup>158</sup> Referência ao Coronel Manoel Joaquim Menna Barreto Godolphim, futuro comandante da 3ª Região Militar.

— Outros cidadãos, como João de Mello, Dr. Eduardo Fernandes Lima e Cândido Souza, têm estado sob ameaças de morte, tendo sido salvos por prévios avisos de amigos

— O cidadão João Soares foi atacado por um grupo de guardas da Alfândega, que lhe dispararam muitos tiros de Mauser, e escapou milagrosamente.

— O advogado João Mello foi assaltado, quando em um carro recolhia-se à casa de sua família, por um bando de guardas da Alfândega que lhe dispararam diversos tiros.

Quase que foi vitimado.

— O já citado Dr. Carvalho, em pleno Tribunal do Júri, escapou de ser assassinado enquanto ocupava a tribuna da defesa.

Presidia o Júri o Dr. Mibielli, que se conservou impassível quando o grupo dos seus amigos deu a voz de matar!

O Coronel Intendente, Portugal, estava do lado da tribuna do agredido...

O mesmo advogado, em audiência do Juiz Distrital, foi provocado e insultado por amigos da situação, entre os quais se salientava José Câmara Canto, que da audiência, com os bacharéis Sérgio e Góes, dirigiu-se para a casa de Felisberto Leão, certamente para referir o malogro da tentativa.

— O cidadão francês Alberto Larré, estando em um jantar íntimo na casa de um amigo, foi ameaçado de morte pelo Intendente, Gabriel Rodrigues Portugal, que já havia antes feito a mesma ameaça a esse cidadão, na Intendência, quando ele ali fora pagar impostos municipais.

O cidadão ameaçado queixou-se ao Ministro do seu país, o qual tomou as providências que o caso determinava.

— O governista Constantino Etchevery foi agredido pelo atual Comandante da Polícia, em um baile, na Intendência Municipal(!!!)...

— Em outro dia, o mesmo cidadão, em casa do Major Pedro Garcia Filho, foi agredido pelo Escrivão Alcibiades Pedroso, sobrinho do Intendente, a revólver.

O mesmo sobrinho do Intendente Portugal, por ocasião do casamento de uma cunhada, saiu para a rua armado de revólver e espada para agredir a moços que assistiam ao casamento do lado de fora da casa. Os agredidos, filhos do Major Garcia, repeliram a agressão.

— Em todas as festas promovidas pelos *executivos* em honra dos seus amigos, têm sido desacatados, em suas próprias casas, muitos cidadãos pacíficos não pertencentes à comunidade castilhistas, e não existe ninguém em Uruguiana que ignore esses fatos, que tanto escandalizam a opinião pública.

— Quando o Governo da União, de acordo com os bravos Generais Mallet<sup>159</sup> e Cantuária, resolveu nomear o Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado para comandar a Guarnição e Fronteira de Uruguiana, os castilhistas lançaram mão de todos os recursos, mesmo os mais ignóbeis, para impedir que se realizasse a salvadora nomeação.

— Não houve intriga que não lançassem mão, não houve boato que não espalhassem, com o fim de malograr os intuitos humanitários do governo.

Desenganados do bom êxito desse estratagema, recorreram ao crime.

Foram aos quartéis e procuraram levantar os corpos contra a autoridade do Coronel Salgado.

<sup>159</sup> Referência ao General João Nepomuceno de Medeiros Mallet, Ministro da Guerra.

Conquanto alguns oficiais e inferiores a isso se tivessem prestado, a maioria das corporações repeliu o plano, que foi descoberto e malogrado.

Os adversários castilhistas pensaram, segundo foi público, em mandar assassinar em viagem o Coronel Salgado, protegidos pela notícia que espalharam da existência de bandos de ladrões na campanha!

O contentamento manifesto na cidade de Uruguaiana, pela chegada do Coronel Salgado, militar distinto e disciplinador, contrastou com a explosão de ódio por parte do castilhismo local.

O órgão dos *executivos*, anonimamente redigido e dirigido pelo energúmeno Juiz Mibielli e pelo Tenente de Cavalaria Trajano Cesar\* entrou em ação, dispondo de todos os elementos de anarquia, açulando a indisciplina nos quartéis, abusando de alguns moços, levando-os a escrever artigos ofensivos à disciplina aos seus superiores, ao Primeiro Magistrado da Nação e ao Ministro da Guerra.

Ao mesmo tempo, reunindo-se os diretores mentais dessa campanha de ódios, excitaram os inconscientes a ir mais longe, a cometer os mais revoltantes crimes, sob a promessa de impunidade...

Esta desgraçada propaganda teve os mais funestos resultados.

Tendo o Coronel Salgado de ausentar-se temporariamente, este passou o comando da Guarnição ao Tenente Coronel Victoriano Maciel.

Foi então que os furiosos castilhistas, aproveitando o ensejo, incitaram o inditoso Furriel Rubens Nielsen, do 3º Regimento, a pretexto de desafrontar o seu irmão, suposto diretor do *Republicano*, a atacar, em pleno dia, e em rua a mais concorrida da cidade, o distintíssimo redator do *O Povo*, o qual com galhardia respondeu ao ataque à arma de fogo, com duas ou três detonações do seu Smith, prostrando por terra o agressor.

Narrando miudamente os fatos, diz o *Jornal*: "Esta cena, que enlutou duas famílias, não consternou os seus responsáveis. Ao odor do sangue cresceu de ponto a sua ferocidade: estavam embriagados, queriam se afogar em mais sangue! Os sentidos estavam delirantemente excitados pelo sangue que havia jorrado. Era preciso mais, muito mais, em tal profusão que os extasiasse, que os deixasse imersos na indolência da saciedade!

Pediram o auxílio do Tenente-Coronel Maciel, e o tiveram: as forças de linha estiveram à sua disposição, e as *diligências* entregavam-se aos mais exaltados.

---

\* Este oficial é o autor de uma célebre verrina publicada em um jornal jacobino da cidade do Rio Pardo, sob a epígrafe "Os Três Barbados" — contra o magistrado supremo da Nação, o Ministro da Guerra e o chefe do Estado-Maior do Exército. É autor também de correspondências difamatórias publicadas na cidade de Uruguaiana contra o bravo Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado, Comandante daquela Guarnição e Fronteira.

Mandado recolher-se ao seu corpo, aquartelado em S. Borja pelo ilustrado Marechal Mallet, Ministro da Guerra, o General Savaget, então em luta com o Secretário dos Negócios da pasta da guerra, clandestinamente conservou esse oficial empregado no quartel-general do Comando do 6º Distrito Militar, onde o General Salles o conserva por ter nele o seu mais influente mentor!

Trajano Cesar, Tenente de Cavalaria, e um Capitão de Artilharia, empregados no quartel-general e com grave prejuízo da administração dos corpos a que pertencem, por se acharem com falta quase absoluta de oficiais, têm sido verdadeiros comandantes do 6º Distrito Militar durante a nefasta e escandalosa administração do General de Brigada Francisco Antônio Rodrigues Salles.

A sociedade foi entregue ao terror e ao sítio durante três longos dias...

Procuravam em toda a parte a primeira vítima, para depois dela serem sacrificadas outras.

As casas de família, as mais respeitáveis, foram varejadas pelas autoridades da Executiva, seguidas e apoiadas por oficiais do Exército!

A tipografia do *Jornal* foi empastelada, os móveis foram destruídos, os apostos do redator invadidos e dilaceradas as roupas pelo Subintendente e por outros amigos de Gracchus, oficiais do Exército, como o Alferes Ortiz, cunhado do Intendente Portugal, tudo à face da sociedade consternada e aterrada por esses sucessos!

Nesses três memoráveis dias de sítio, a sociedade presenciou os atos de maior selvageria.

Uma escolta, sob o comando do Alferes Ortiz, saiu para a Campanha percorrendo as estâncias, varejando violentamente as casas de família em horas adiantadas da noite, levando o susto, o terror e as desgraças por toda a parte.

Uma senhora, mãe de família, esposa de Emigídio Guimarães, perdeu a razão, indo desvairada cair desfalecida em uma légua da sua casa!"

Prosseguindo na sua patriótica narrativa, historiando todos os fatos que constituem a vida partidária do castilhismo em Uruguaiana, *O Jornal* diz o seguinte:

"Depois da chegada do Coronel Salgado, a Comissão Executiva organizou uma manifestação ao Coronel Godolphim somente para fazer acinte ao Comandante da Guarnição, provocar desordens, dar morras ao Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, ao Ministro da Guerra e ao Comandante da Guarnição, sendo esses atos subversivos da ordem pública acompanhados por oficiais do 3º Regimento.

O Sargento do 3º Regimento de Cavalaria Mello Cordovil, colaborador do *Republicano*, insuflado pela Executiva, publicou com a sua assinatura artigos ofensivos ao Presidente da República, ao Ministro da Guerra e ao Congresso Nacional.

Este Sargento responde a Conselho de Guerra por ordem do Comandante do Distrito, o honrado e disciplinador General Marinho.

O Alferes Antônio Cândido Ortiz responde a Conselho de Guerra pelas tropeias que cometeu e pelas quais foi unanimemente pronunciado em conselho de investigação.

Esse Alferes é cunhado do Intendente Portugal. O Capitão Leopoldo José Ortiz da Silva também responde a Conselho de Guerra por atos subversivos da disciplina."

Refere mais a honrada folha:

"A Comissão Executiva organizou uma manifestação ao Dr. Rivadávia Correa. Nela, em vez de gritos de saudações ao manifestado, somente se ouviam *morras* ao Coronel Salgado e ao General Telles, sendo que a esta manifestação estiveram presentes o Inspetor da Alfândega e o seu pessoal. Depois os manifestantes saíram a percorrer as ruas apedrejando casas, como fizeram na de Constantino Etcheverry, e espancando os que encontravam e supunham ser adversários políticos.

Foram esses e outros fatos que analisamos que dividiram a sociedade de Uruguaiana em criminosos e vítimas.

Por outro lado, animou-se a Executiva a publicar um artigo, assinado pelos

seus membros, ameaçando os seus adversários."

Em conclusão, narra o *Jornal*, depois de sensatas ponderações a respeito da anormalidade em que se acha a sociedade uruguaiana, devido ao funesto domínio castilhistas,

"O Alferes Setembrino d'Oliveira, quando destacado na linha, matou um cidadão oriental. Depois do fato, veio apresentar-se ao Comandante da Guarnição, alegando ter matado em sua defesa.

O Coronel Salgado, diante da confissão do referido Alferes, mandou recolhê-lo preso e abrir inquérito para verificar se o crime era militar ou civil, em vista das circunstâncias em que ele foi cometido.

A Executiva e as suas autoridades logo moveram-se e empregaram tudo, a fim de ser o crime considerado civil, porquanto, provada ou não provada a justificativa de legítima defesa, o Alferes seria absolvido, garantida previamente a não interposição de apelação pela Promotoria ou pelo Juiz de Comarca.

Considerando o crime civil, o primeiro ato das autoridades judiciárias da Executiva foi solicitar ao Comandante da Guarnição a soltura do réu.

Em completa liberdade, o Alferes Setembrino, debaixo da formação da culpa pelo homicídio que cometeu, estando na farmácia Mayer com os amigos de Gracchus e talvez com o próprio Gracchus, teve a infelicidade de por eles passar o Dr. Vaz do Amaral, e esse Alferes saiu a seu encontro para desfeiteá-lo, o que não fez por ter o Dr. Vaz se colocado na defensiva, empunhando o seu revólver.

Em Conselho de Guerra está o Alferes Ortiz, em virtude de pronúncia.

Os Alferes Azambuja e Acácio também respondem a Conselho, por ordem do Comandante do Distrito, o honrado e disciplinador General Marinho, pelos atos de desordem e indisciplina subversivos das leis militares, por ocasião da manifestação ao Coronel Godolphim.

O Dr. A. A. de Carvalho foi absolvido nos processos que o Dr. Mibielli, Juiz da Comarca, lhe instaurou para complemento da sua desgraça moral.

O redator do *Jornal* será também, confiamos, absolvido dos que lhe instaurou o mesmo Juiz, que é hoje considerado um ponto negro na magistratura do Estado.

Pelos fatos expostos, dos quais têm responsabilidade e autoria os amigos de Gracchus, verá o público, e verão as autoridades superiores do Estado e do País o lamentável estado de desordem e anarquia que assoberba esta infeliz Comarca, e que a Executiva e suas autoridades pseudopositivas querem manter em proveito de seus ventres.

O bem público não os preocupa.

Com relação ao povo, não ouvem os lamentos da miséria, os gemidos da orfandade e da viuvez. Com relação à Pátria, da qual são inimigos, dela se lembram no momento de argumentar-lhe as dificuldades e o descrédito, desviando as suas rendas.

O contrabando, que sempre foi a preocupação dos nossos governos, foi admitido como função administrativa pelos que têm o dever de impedi-lo. As rendas da Alfândega desta cidade e as repartições a ela sujeitas decresceram em razão do aumento da introdução de mercadorias do estrangeiro e em razão do desenvolvimento do nosso comércio, que é importantíssimo nesta zona.

Empregados fiscais enriqueceram em meses, sem terem explicação razoável para suas imprevistas fortunas.

No entanto, Gracchus, que podia utilizar sua aptidão aconselhando aos amigos mais patriotismo, exhibe-se caluniando o Coronel Salgado, que é um obstáculo sério à continuação da bacanal política, administrativa, judiciária e finaceira nesta terra digna de melhor sorte.”

Aqui termina a repugnante estatística de crimes organizada pelo *Jornal*, de Uruguaiana.

Ao terminar a sua publicação, o *Echo do Sul* acrescenta ao final de tudo:

“Este novo *Quadro Negro*, repleto de horrores, oferece, como já dissemos, o mais forte dos subsídios à história do castilhismo, ajuntamento useiro e veseiro na prática dos crimes os mais abomináveis.

O castilhismo figura sempre como a agremiação partidária mais nefasta dos tempos da República.”

— —

**Junho:** — A 10 foi encontrado, na estrada que da cidade de D. Pedrito vai ter ao Taquarembozinho, o cadáver de Francisco de Saldanha.

Além de degolado, este apresentava oito ferimentos de arma branca.

Como sempre acontece, a autoridade não conseguiu descobrir o criminoso, sendo apontado como autor desse bárbaro crime o Subdelegado do 1º Distrito de D. Pedrito.

— Dá-se a emigração de grande número de rio-grandenses para Corrientes, principalmente para o Distrito de San Martin, a fim de evitar o recrutamento que continuava a ser feito no 4º Distrito de Uruguaiana, no de Itaqui e para o sul do Estado de Mato Grosso.

— Tendo sido destacado em Alegrete um contingente do 2º Corpo Policial, o Alferes Conceição Coronel<sup>160</sup>, *para começar*, agrediu e feriu gravemente o cidadão Joaquim Saleiro.

— A 29, o cidadão espanhol Pedro Olivela, abastado capitalista residente na cidade de Bagé, preparava-se para festejar o seu aniversário com um baile em seu palacete quando o Delegado de Polícia Lignon, francês naturalizado e que no tempo da monarquia cumpriu sentença na cadeia daquela cidade por crime de furto, procurou o Sr. Pedro Olivela para proibir que festejasse o seu aniversário, visto este dar-se *no dia em que toda a humanidade estava de luto*, pelo que a sua festa poderia ser considerada uma *provocação* e originar algum desacato ou conflito, que as autoridades procuravam evitar tomando a mencionada providência!

Só o aniversário do ditador pode ser festejado, desassombradamente, sem o menor empecilho, no dia da *transformação* do Marechal de Ferro!...

— —

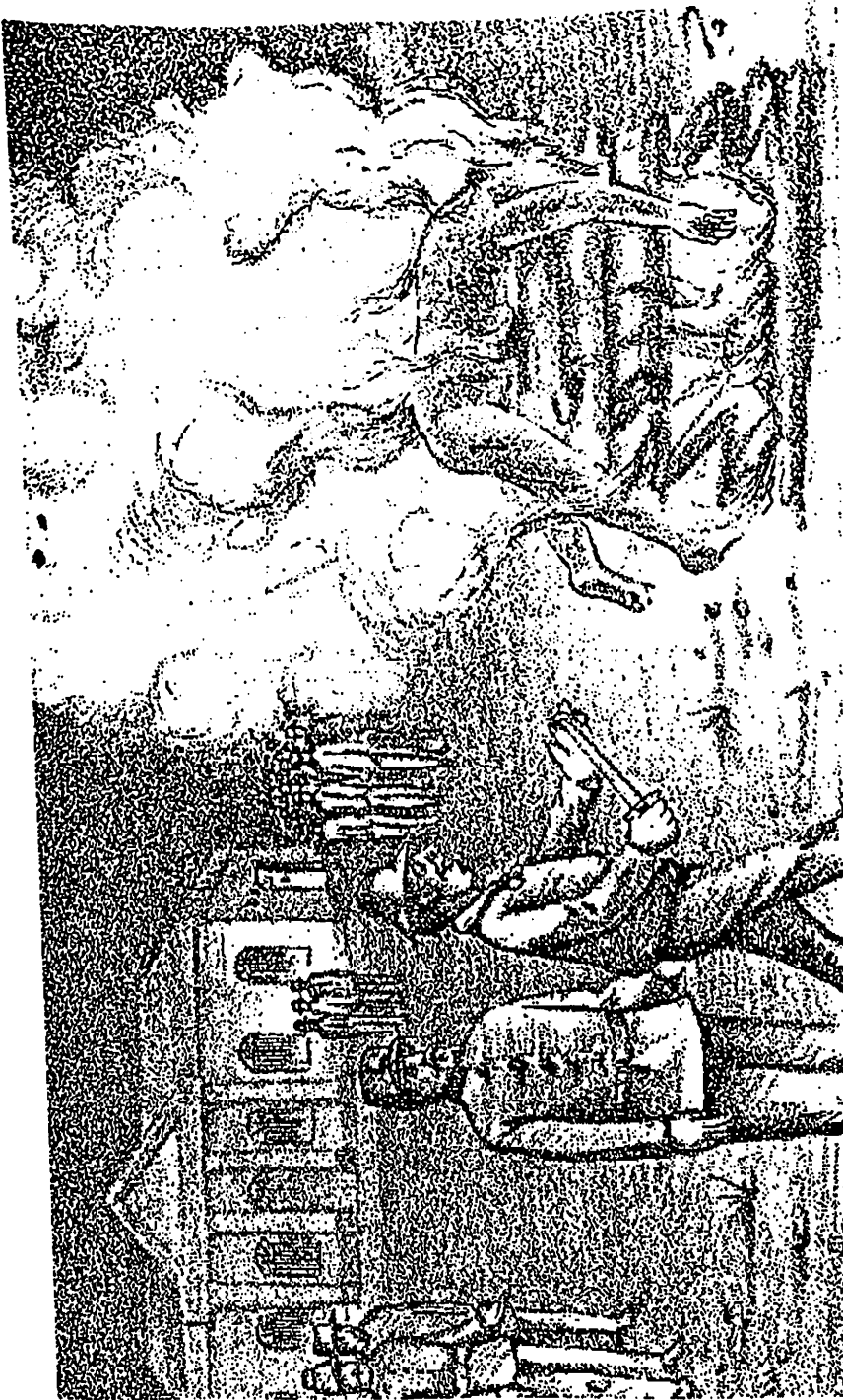
**Julho:** — A imprensa do Estado noticiou que uma escolta da polícia invadiu o Estado do Paraná em perseguição ao dedicado federalista de Vacaria, Coronel Demétrio Ramos, tendo antes a mesma escolta assaltado a casa do Coronel Vicente Gomes, abnegado chefe federalista de S. Antônio da Patrulha.

— Noticiou *O Social* que a polícia de Alegrete assassinou o cidadão Torquato Ferreira.

— —

<sup>160</sup> Indivíduo de nacionalidade uruguia e acusado de inúmeras violências. Pertencia ao 2º corpo provisório do Coronel João Francisco.





*Cremação de Pomareti. - Depois de linchado, levaram-no de arrasto, percorrendo diversas ruas, para a estação dos bondes, onde tomaram uma besta para puxá-lo, percorrendo as principais ruas até as proximidades da cadeia. Ai formaram uma grande fogueira à qual atiraram o infeliz, debaixo de vivas e de uma algazarra infernal, que bem patenteava a alegria selvagem que os dominava, apoiados pelas autoridades.*

*- No folheto que publicamos sobre o Comando do 6º Distrito Militar, encontrará o leitor a descrição minuciosa deste bárbaro e horroroso crime.*

**Agosto:** — O Subintendente do 3º Distrito de D. Pedrito, João Climaco Duarte, assassinou miseravelmente o preto Rufino, geralmente apontado como um homem bom e trabalhador.

— A 4 suicidou-se, no Caverá, 3º Distrito de Livramento, um inditoso moço, filho do Sr. Demétrio Fontoura, em consequência das perseguições contra ele desenvolvidas por João Francisco.

Por diversas vezes foi preso e vexado o desventurado suicida.

— No dia 25 foi preso, no lugar denominado Curral Grande, Município de Santa Vitória, o súdito oriental José Ozeda, que mais tarde foi morto pela polícia, à cuja frente achava-se o respectivo comandante.

— Em S. João do Camaquã, o Comandante da Polícia daquela vila, conhecido por Mamão, indo à casa de Juca Sinhô, levou-lhe um peão, que foi morto a meia légua de distância da casa.

— —

**Setembro:** — Em Alegrete é preso o ilustre jornalista Sr. Eduardo Mallmann, redator do *O Social*, por haver ... censurado as autoridades policiais!

— O decano dos republicanos rio-grandenses, o venerando e ilustrado mestre Apolinário Porto Alegre, foi brutalmente agredido e preso pela polícia por ordem de Júlio de Castilhos, que tinha nele um adversário invencível que diariamente vergastava-lhe as faces de Jano, pelas colunas editoriais de *A Reforma*, em artigos magistras.

Ao sair solto da enxovia em que o ditador mandou encerrá-lo, transmitiu o seguinte expressivo telegrama:

"Dr. Pedro Moacyr<sup>161</sup>. — Rio — Carmo 61. — Ameaçado agentes castilhistas, sem direitos propriedade, locomoção, vida: recorri Juiz Seccional, declarou-me falecerem-lhe atribuições providenciar. Comunique jornais e governo. Desejo garantias liquidar negócios, emigrar."

— Em virtude das perseguições policiais desenvolvidas contra si, teve de emigrar de S. João do Montenegro o distinto federalista Israel Machado.

— —

**Outubro:** — O Dr. Carlos Duarte, castilhista dissidente, telegrafou ao Comandante do Distrito pedindo garantias para a sua vida, ameaçada pelos castilhistas, correligionários da véspera.

— O *Diário de Jaguarão* noticiou que o Sr. Tenente-Coronel Justiniano Sabino da Rocha, Comandante do 1º Regimento de Cavalaria, estacionado em Santa Vitória do Palmar, foi ali vítima de uma tentativa de assassinato, da qual escapou milagrosamente.

— No dia 14 foram assassinados, no Município de Herval, os indivíduos Ananias de tal e um filho de maior idade, imputando-se ao Delegado de Polícia dali a autoria desses crimes.

— —

**Novembro:** — Notícia a *Gazeta da Manhã*, de Bagé, que, no dia 2, a polícia do 5º Distrito prendeu e matou o cidadão Francisco Maia.

<sup>161</sup> Referência ao Dr. Pedro Gonçalves Moacyr, Deputado Estadual pelo PRR, diretor de A Federação (1892/94), Deputado Federal, rompeu com Júlio de Castilhos na questão da anistia ao revolucionários de 1893, Deputado Federal pelo Partido Federalista, advogado e jornalista.

— No dia 20, às duas horas da tarde, quando transpunha a linha divisória, de regresso de Rivera a Livramento, foi inopinadamente agredido o venerando e prestigioso chefe federalista Sr. Major Antônio Ferreira Prestes Guimarães, um dos mais gloriosos chefes da extinta Revolução, à qual serviu no elevado posto de general.

Os seus agressores, serviçais do castilhismo, foram reconhecidos: Juvêncio Torres e Pedro Castanho, célebres nos anais do crime.

Montados em excelentes cavalos e bem armados, os sicários atacaram Prestes Guimarães; este tirou o estoque de sua bengala, única arma que usava, e com ele procurou defender-se de seus assassinos, que não podendo vencê-lo, acabaram por fazer uso das suas armas de fogo.

Por alguns momentos durou essa estranha luta entre um ancião de 62 anos de idade contra os dois bandidos habituados à prática de todos os crimes.

O Major Prestes Guimarães recebeu três ferimentos, um de arma branca e dois de arma de fogo, sendo um destes de bastante gravidade.

Devido à intervenção de Rafael Cabeda, que, achando-se próximo ao local dessa infame cilada, a ele acudiu, disparando diversos tiros contra os dois bandidos, estes se puseram em vertiginosa fuga, sem que pudessem ultimar a obra encomendada pelo Inspetor Fiscal Ildefonso Fontoura, de acordo com João Francisco, não foi de todo consumado o plano de assassinato do preclaro rio-grandense.

Em consequência disso, o Sr. Rafael Cabeda teve de emigrar novamente, pois fora-lhe preparada uma hedionda cilada para ser assassinado na audiência em que devia dar o seu depoimento sobre o fato acima, audiência essa que não passou, como de costume, de uma infame farsa, no meio da qual, segundo estava planejado, mais uma vítima devia sucumbir.<sup>162</sup>

— —

**Dezembro:** — Uma escolta comandada pelo Tenente Álvaro Póvoas, secretário de João Francisco, matou no Caverá o sentenciado Júlio Moreira, que ele conduzia para a correção<sup>163</sup> da Capital do Estado.

— Em data de 18, foi transmitido a um jornal de Pelotas o seguinte telegrama:

"Santa Vitória, 18. — No dia 14 do corrente foi minha casa de campanha assaltada pelo Delegado Antônio Álvaro, meu desafeto pessoal e adversário político. Vim preso para esta cidade, só sendo solto no dia seguinte. O indivíduo oriental Manoel Ledesma, que ali se achava tosqueando ovelhas, foi assassinado por um companheiro do Delegado de Polícia Antônio Alves. Já reclamei garantias de vida e propriedade. — *João Francisco Soares.*"

— Após a passagem de João Francisco do Cati à cidade de Livramento, um praça que andava a passeio, pertencente ao 5º Regimento, encontrou no Marco do Lopes, a uma légua daquela cidade, o cadáver de um cidadão com dois ferimentos de bala e degolado.

O infeliz foi vitimado na proximidade das casas de Agostinho Vidal e de Juvêncio Torres, autoridade (Inspetor), célebre bandido!

---

<sup>162</sup> Em abono à memória de Rafael Cabeda, deve-se dizer que sua intervenção salvadora deu-se em época em que suas relações com Prestes Guimarães estavam estremecidas, fato que este lealmente reconheceu, afirmando, mesmo, que era seu inimigo, embora correligionário (ver "Rafael Cabeda" de Ivo Caggiani, pág. 100/101).

<sup>163</sup> Casa de Correção: penitenciária que existiu na Ponta do Gasômetro, em Porto Alegre.

O desgraçado caiu ali no Marco do Lopes, à vista da cruz que assinala o túmulo do Capitão do Exército Cesário dos Anjos e lembra ao viajante que por ali passa a farda do glorioso Exército Nacional maculada pelo punhal desse mesmo sicário, então às ordens de alta e conhecida patente do Exército Brasileiro que, sem motivo que justificasse tão infame quanto nefando crime, não se animou publicar em ordem do dia a eliminação do inditoso oficial das forças do seu comando.

— Juvêncio Torres, à frente de trinta homens, como de véspera prometera João Francisco, ameaça ir ao Departamento de Rivera agarrar os federalistas ali emigrados, constantes de uma longa lista em que figuram os nomes de mais de quarenta cidadãos sentenciados à matança do Cati.

Cândido Ferreira, um dos da lista acima referida, morador no Departamento de Rivera, saindo de sua casa em companhia de um seu peão de nome Roque Moura, à procura de um cavalo, ao aproximar-se da linha, foi agarrado, conduzido para o território brasileiro e barbaramente degolado, quase em cima da linha divisória!

Este crime foi cometido na divisa do campo de Elizério Campos, entre Galpões e Capão do Inglês.

— Na Vila de S. João de Camaquã, o Comandante da Polícia, conhecido pelo alcunha de Manecão, em companhia de seu filho de nome Germano Ribeiro de Barros, vai à casa de Juca Sinhô e ilude um peão deste a acompanhá-lo a um dos subúrbios da vila, onde dizia ter importante diligência a fazer.

Depois de muitos rogos e insistências, o infeliz resolveu-se a acompanhá-lo, por ver que se isso não fizesse por bem, teria que fazê-lo à força. No mesmo dia, porém, o desgraçado apareceu assassinado, próximo à vila, à beira de uma estrada, a mais transitada!

Explicando o fato, que despertou muitos comentários em toda a vila, o Comandante da Polícia declarou que “no caminho, tendo o desgraçado puxado uma arma e atirado sobre Ribeiro de Barros, viram-se, de fato, obrigados a matá-lo”. Confessou o crime, mas nem assim aconteceu-lhe a menor coisa; a justiça não tomou conhecimento do fato e o criminoso continuou no comando da polícia.

— Por ocasião do julgamento do redator de *O Social*, Eduardo Mallmann, dá-se um sangrento conflito em pleno Tribunal do Júri, na cidade de Alegrete.

As justiças da ditadura haviam preparado tudo de antemão de modo a imolar em pleno Tribunal grande número de adversários: planejavam realizar uma hecatombe no templo da Justiça, e para isso tomaram todas as providências, a fim de que as vítimas a sacrificar não pudessem de forma alguma escapar.

O Promotor Público ataca, provoca e ameaça os partidos oposicionistas e a sua imprensa, na pessoa dos seus representantes presentes ao Tribunal, sem que nenhum protestasse.

Dada a palavra ao Dr. Barros Cassal<sup>164</sup>, advogado de Mallmann, este principiou estranhando o movimento bélico que se notava dentro e fora do Tribunal, a perseguição que assim se fazia à imprensa independente do Estado rio-grandense quando grandes crimes, praticados naquela mesma cidade, estavam completamente impunes.

Em abono dessa afirmativa o orador recorda o assassinato de um enfermo recolhido à Santa Casa, onde foi degolado no próprio leito da enfermaria desse pio

---

<sup>164</sup> Referência ao Dr. João de Barros Cassal, republicano histórico e adversário de Júlio de Castilhos.

estabelecimento. Recorda também os ferimentos praticados pelo Alferes da Polícia Conceição Coronel em um operário em plena rua e a agressão feita por este mesmo polícia a um Oficial do Exército, publicamente, achando-se este em companhia do Juiz do Termo e de um capitão do Exército. Cita diversos outros crimes, terminando as primeiras frases do seu discurso por dizer que parecia, pelo aparato bélico que se notava, que Mallmann ia responder por todos esses crimes cometidos pelos bandidos da Hiena do Cati. Foi então que deram começo à execução daquele sinistro plano, do qual havemos de nos ocupar mais detalhadamente quando tratarmos do Poder Judiciário da ditadura.

Delíbio de Barros<sup>165</sup> caiu assassinado em pleno Tribunal, outros ficaram gravemente feridos, entre eles o notário Hermínio Lopes de Barros, Alferes Conceição Rosa Coronel e Francisco Pereira dos Santos além de muitos outros levemente feridos.

Cassal escapou-se milagrosamente; e Dinarte de Barros, Jonathas Rodrigues e Eduardo Mallmann foram presos dias depois.

— Joaquim Pedro, autoridade do 3º Distrito do Município de Bagé, sob o pretexto de que Francisco Maia lhe havia roubado uma rês, fazendo-se acompanhar de dois policiais João Pedro e Henrique Figueira, vai à casa daquele cidadão, prende-o, amarra-o e assim o conduz para a cidade. No mesmo dia, porém, regressam com o infeliz, que desaparece.

Dias depois se tornou público o terem assassinado.

Não satisfeitos com a prisão ilegal, feita em zona fora de sua jurisdição, e de o terem assassinado, foram de novo à sua casa e roubaram tudo que lá encontraram, inclusive todos os seus cavalos.

## MEMÓRIAS

### PASSO FUNDO

Como sucedeu a todos os municípios do infeliz Estado do Rio Grande do Sul, assolados pelas hostes *legalistas* durante a guerra e após o tratado de 23 de agosto, depois de desarmadas e dissolvidas as forças federalistas, o Município de Passo Fundo também pagou o seu tributo de sangue e tropelias para satisfação dos maus instintos do perverso rio-grandense Júlio do Castilhos.

Em 1892, dissolvidas as forças federalistas e tendo sido o Município abandonado pelo General Prestes Guimarães, ali entraram chefes castilhistas acompanhados de uns setenta *correntinos* bem armados e dispostos à prática das maiores violências, para o que contavam com o apoio de seus chefes. Do que então se passou procuraremos fazer uma ligeira resenha, porém, bastante para que tantas tropelias fiquem arquivadas como um valioso subsídio para a história.

O forte negociante e criador passo-fundense Antônio José da Silva Loureiro foi obrigado, sob ameaças, a fornecer gado e gêneros necessários ao sustento dos bandidos, e, apesar de haver feito tudo quanto dele exigiram, ainda foi

<sup>165</sup> Foi coronel federalista em 1893.

encarcerado. Presos também foram, entre outros, o ex-Promotor Público da Comarca, Pantaleão Ferreira Prestes, que se achava bastante enfermo, tendo em idênticas circunstâncias pessoa de sua família; Guilherme Morsch; José Prestes Guimarães Netto; Tenente Vicente Braz; e vários membros das famílias Vargas e Quadros, pessoas essas das mais respeitáveis da localidade. Diversos negociantes, e não em pequeno número, viram-se na contingência de fecharem suas casas comerciais para fugirem ao saque. Roberto de Aguilar, genro do General Prestes Guimarães, avisado de que contra ele algo se preparava, ocultou-se por precaução, não sendo encontrado. Mas, a título de procurá-lo, várias vezes foram à sua casa e, de cada uma delas, danificavam um móvel, sem consideração para a esposa que estava presente. Alfredo Aguilar, irmão de Roberto e filiado ao Partido Republicano em plena situação monárquica, foi preso em Campo do Meio e levado para a cidade, onde chegou bastante pisado a patas de cavalo! José Bonifácio da Rosa e Lourenço Máximo de Barros, homens pacíficos, passaram uma noite amarrados, além de serem despojados de vários objetos que possuíam. Estes fatos produziram justo terror à população, que, abandonando casa e haveres, procurou o mato expondo-se ao frio e à fome!

Um grupo de oito ou dez federalistas, quando em atitude pacífica, foi batido na Serra do Taquari, deles morrendo cinco, assim como dois vaqueanos que foram degolados após a agressão; quatro ou cinco dos agressores foram feridos, e entre eles o célebre bandido Pedro Bandeira, que teve uma perna fraturada, mais tarde amputada. O chefe dos bandidos correntinos, alcunhado Montenegro, também ficou ferido na escaramuça. Este Montenegro já havia degolado, sem atender às súplicas e lágrimas da família da vítima, que assistiu ao sacrifício, o preto Sebastião, ex-escravo do Major Cesário, que o criara como filho. A um pobre velho de nome Francisco Xavier desarticularam um braço, de tanto puxá-lo! O capataz da fazenda Sarandi, do Capitão João Vergueiros, Salvador de tal, foi estaqueado segundo uns, e degolado afirmam outros. Do campo do Tenente Pedro Manoel do Nascimento, os representantes da *legalidade* levantaram cento e tantas mulas e crescido número de cabeças de gado bovino.

No norte do Termo de Soledade, que faz divisa com o de Passo Fundo, penetrou uma partida *legalista*, saqueando as casas de João Antônio Portella, Izidoro Alves da Silveira, Antônio da Cunha Schultz e outras. Essa mesma partida, que era comandada por Theóphilo Rodrigues da Silva, invadiu as propriedades dos Capitães Eliziário Ferreira Prestes e Manoel Thomaz dos Santos Vaz, inutilizando todos os móveis e outros objetos.

A melhor cavallhada do Município foi *potreada* pelos correntinos da *legalidade*, que os levaram aos *republicanos* seus chefes, que, mais tarde, negaram-se a entregá-los aos donos, quando por eles reclamados.

A região serrana foi devastada e saqueada pelos apaniguados do Sr. Júlio de Castilhos, façanhas em que tiveram à palma as forças do Senador Pinheiro Machado, que, quando por ali passaram, arrombaram as invernadas dos federalistas e levaram imensas cavallhadas e toda a classe de gado existente, carnearam à vontade e praticaram inacreditáveis tropelias ... em nome da *legalidade*! Em Vila Rica, grandes vexames sofreram os federalistas, vexames e perseguições sem nome, chegando ao ponto de intimarem o destemido federalista Ernesto Silva, negociante e proprietário, a abandonar a localidade no prazo de 30 dias, sob pena de ser morto caso não obedecesse à intimação!

No 2º Distrito do Termo de Santo Ângelo são assassinados cinco federalistas e saqueadas as casas comerciais do Município.

Quanto tempo e que enormidade de papel seriam precisos para contar tudo quanto foi praticado na infeliz região serrana pelas hostes do castilhismo, amparadas pelo Governo da União! É difícil calcular, em vista do que aí fica arquivado e que dá uma pálida idéia dos crimes levados a efeito.

## POVO NOVO

É um pequeno lugar que, como 2º Distrito, faz parte do Município de Rio Grande, dessa importante cidade, distante uma hora de caminho de ferro. O Povo Novo era tido como pacato e efetivamente o era, até que de seus destinos apossou-se a celebrizada família Pereira das Neves, que mais celebrizou-se durante a Revolução.

Quando as forças federalistas ocuparam D. Pedrito, o Tenente-Coronel Leonídio Pereira das Neves, vulgo Nico Marcelino, começou a reunir gente para colocar-se ao lado do Sr. Júlio de Castilhos, para isso desenvolvendo desenfreado recrutamento. Nessa ocasião negou-se a obedecer às ordens de Nico Marcelino um rapaz de nome Estevão Assumpção e, por isso, a gente do chefe cercou-lhe a casa para prendê-lo. Assumpção tentou evadir-se por uma janela, recebendo uma descarga que o prostrou cadáver. Um velho habitante da localidade, conhecendo o crime, fez sentir a falta que Assumpção ia fazer a umas sobrinhas de quem era arrimo, sendo interrompido pelo *capitão* Fructuoso, filho de Nico Marcelino, que contra ele investiu ordenando que se retirasse, caso contrário suceder-lhe-ia o mesmo!

Em consequência da expedição Wandenkolk, organizou-se no Povo Novo uma força composta de camponeses, a qual dissolveu-se após a saída do frigorífico Júpiter e vapor Itália. Salvador Goulart, que das forças dissolvidas fizera parte, foi apresentar-se ao Tenente-Coronel Nico Marcelino, de quem implorou proteção. Achava-se presente o célebre Serafim Maciel, homem perverso e de instintos de fera, que ocupava o cargo de Comandante da Polícia local e a quem foi entregue o infeliz moço Goulart. Maciel foi quem o mandou acompanhar por uma escolta, que o conduziu à margem do leito da estrada de ferro, onde procederam ao trucidamento do desventurado moço, degolando-o. Desse *serviço* encarregaram-se Galdino Antunes, Demétrio Teixeira e João Maria Cardozo. O corpo da vítima ficou ao abandono para alimento dos abutres, até que empregados da estrada de ferro o sepultaram.

Deve ser registrado este fato: João Maria Cardozo, um dos *empreiteiros* acima referidos, foi mais tarde nomeado Comandante da Guarda Municipal de Rio Grande no governo do Intendente Augusto Álvaro, e tais imoralidades praticou que houve necessidade de ser demitido. Mais tarde montou uma chafarica<sup>166</sup> de negócios aí também celebrizando-se, pois esta tornou-se depósito de vários roubos. Teve também uma casa de jogo na Rua 24 de Maio, e hoje emprega-se no lucrativo negócio do *jogo do bixo*, com aquiescência da polícia que contra outros exerce perseguição acompanhada de violências e arbitrariedade. Dadas essas explicações necessárias, voltemos ao Povo Novo.

---

<sup>166</sup> Bodega, pequena venda.

Manoel Viríssimo, um velho que fugira às perseguições dos mandões de Canguçu, conseguiu chegar ao Povo Novo, aí procurando o Coronel Marcelino das Neves, pai do Nico Marcelino. Na mesma ocasião um grupo de federalistas apresentou-se ao Coronel Marcelino e comprometeu-se a depor as armas, desde que ele os protegesse. O velho Viríssimo e os outros foram bem acolhidos, e o Coronel Marcelino mandou-os receber a um galpão existente em seu campo.

Marcelino das Neves Filho, conhecido por Marcelo, sempre tido como federalista, tinha-se comprometido a tomar parte na Revolução e dizia estar reunindo companheiros, mas até aquela data conservara-se em casa, nada fazendo em prol da causa dos seus correligionários. Sabendo, porém, de estarem aqueles homens em casa de seu pai, ali apareceu inesperadamente e convidou-os a irem reunir-se às forças do General Gomercindo Saraiva, que, dizia ele, compunham-se de 4.000 homens e estavam bandeando o Rio São Gonçalo. Viríssimo e seus companheiros não julgaram que iam cair em uma cilada e seguiram Marcelo até sua casa, mesmo desarmados. Chegados à casa do traidor, aí tomaram café e, por proposta de Marcelo, ficou combinado que Viríssimo seguiria com os companheiros, indo Marcelo por um atalho, a fim de prevenir aqueles a quem deviam todos reunir-se. Quando já iam longe, apareceu-lhes pela retaguarda uma força comandada pelo irmão de Marcelo e, contra os indefesos federalistas, começou cerrado fogo, obrigando-os a debandarem como Deus os ajudou! Chegando ao Passo dos Negros, Viríssimo soube que a força que transpusera o rio era castilhistas e não pertencente ao General Gomercindo Saraiva, o que fez com que o pobre velho e os outros se ocultassem na Ilha Pequena. Aí recebeu um aviso de Marcelo, que pedia-lhe para o esperar pois desejava falar-lhe. Dias depois é a Ilha invadida por gente de Nico Marcelino, que deu busca no local e degolou todos quantos aí encontrou, deixando os cadáveres insepultos! Enquanto isso passava-se, Marcelo passeava na cidade como se nada houvesse e dizia *andar fugindo de seu velho pai!*

Depois dessas *façanhas*, as forças de Nico Marcelino voltaram ao Povo Novo e agarraram quantos federalistas encontraram, alguns casados, com eles dirigindo-se para Rio Grande, onde os desgraçados embarcaram para Porto Alegre a fim de engrossarem *voluntariamente* as fileiras da Brigada do Sr. Júlio de Castilhos.

Mais dois federalistas, o Sargento Severiano Sequeira e Antônio Rodrigues, foram presos e amarrados sem que os seus algozes atendessem às súplicas das famílias de ambos. Este *feito* coube a Maximiliano e Antônio Neves, irmãos de Nico Marcelino, e Eleutério, primo do mesmo. O infeliz Severiano continuava a suplicar compaixão em nome de sua família, o que fez com que o célebre Maximiliano lhe respondesse friamente: “Vais pagar por seres maragato...” Chegaram a um lagoão perto da linha férrea e aí fizeram apelar os prisioneiros, recebendo Severiano um pontapé de Maximiliano e, em seguida, um pontáço de espada que o varou de lado a lado e um tiro no ouvido, antes de ser degolado, o mesmo sucedendo ao seu companheiro!

A degola foi executada pelos orientais Antônio Santos e Esino Rocha, *alferes* das forças de Nico Marcelino, *serviço* em que estavam práticos, pois outro não faziam. Antônio Santos costumava lamber a faca com que degolava e então dizia: “*Como es buena la sangre humana!...*”

Estava um dia o Tenente-Coronel Nico Marcelino em sua casa, rodeado da família, quando chega uma escolta que conduzia um pobre preto e um rapaz.



Disseram ambos ao Tenente-Coronel que trabalhavam forçados para o Tenente Galdino Antunes, a isso sujeitando-se por ser o homem muito *matador*, mas que, tendo ele falecido, sua mãe queria coagi-los a continuarem no serviço sem remuneração, ao que se opuseram, sendo, então, presos como criminosos. Os dois foram mandados entregar aos degoladores, que os levaram para o campo de José de Agostinho, negociante de Rio Grande, onde passaram à outra vida ... degolados. Seus cadáveres ficaram insepultos e foram devorados pelos corvos, tendo a mulher de um deles se oposto que lhe tirassem uma costela de seu marido, o que os bandidos queriam fazer *para exemplo*, diziam. . .

Um pardo, ali muito conhecido e estimado, foi degolado por ordem e em presença do famigerado dentista Trajano Lopes, assassino do italiano Luiz Longo e que, como Subintendente, foi processado por ter uma tavolagem. Demitido em consequência desse escândalo, pouco depois foi reintegrado no cargo, e no exercício do qual tomou parte saliente em todos os crimes da administração do governo local da cidade de Rio Grande, tendo sido chefe dos assaltantes à Biblioteca Rio-Grandense e à Santa Casa de Misericórdia. Como uma recompensa a essas *façanhas*, foi em seguida elevado de categoria no funcionalismo da ditadura, o Governo do Estado o distinguiu com a nomeação de Diretor da Mesa de Rendas Estadual daquela cidade, no exercício do qual pouco esteve, pedindo logo exoneração por não achar quem firmasse a respectiva fiança e porque esse novo emprego não se prestava à prática de crimes da natureza daqueles. Este celerado e os seus apaniguados explicavam a sua exoneração afirmando: "Trajano é um homem de ação (bandido), e não convém perder-se o *seu valor e atividade* como diretor de uma repartição estadual."

Assim é que esse criminoso, assaz célebre no Município que teve a praga de ser seu berço, voltou de novo à Subintendência, no exercício da qual ainda se conservava.

A *façanha* de degola do pobre pardo foi contada a diversas pessoas pelo próprio Trajano Lopes, com o mais cínico requinte de perversidade.

Pouco tempo era decorrido que o oriental Fidelis Revivo e sua mulher D. Maria Castro haviam ido habitar no Povo Novo, ali tendo poucas relações e amizades devido a essa circunstância. Ele empregou-se como caixeiro de escrita, pois sendo parálítico, outra ocupação não podia procurar. Sua esposa trabalhava em costuras, e assim o casal ia ganhando o necessário para viver. Por aquela época chegou à casa de Fidelis uma escolta comandada por uma tal Galdino, personagem célebre na prática de crimes, que intimou Fidelis a acompanhá-lo. Este, que nada temia porque nada havia feito contra a lei, seguiu a escolta, que, pouco adiante de casa, degolou o desgraçado, deixando seu cadáver insepulto durante o tempo necessário para *churrasquearem!* A infeliz viúva, amedrontada e não tendo a quem recorrer, fugiu com seus filhos para a cidade de Rio Grande.

Servia nas forças do Tenente-Coronel Nico Marcelino, Rezendo Taveira, pai de sete filhos. Como tinha sido federalista, era mal visto nas forças, principalmente pelo Major Eleuthério Neves. Certo dia, Rezendo, um tanto alcoolizado, dirigiu-se àquele Major para com ele entender-se a respeito dessa suspeita, fato que a todos alarmou, dele temendo mau resultado. Rezendo foi contido por diversas pessoas, mas o Major Eleuthério não ficou satisfeito e, friamente, meteu o cano da pistola em baixo do braço do desgraçado e matou-o instantaneamente. Fez ainda mais o sanguinário Major: depois de Rezendo morto, agarrou na arma pelo cano e com a

coronha arreventou o crânio da sua vítima, pondo-lhe os miolos a descoberto!... O sogro de Rezendo, sabendo do bárbaro crime, foi contra ele reclamar e viu-se obrigado a retirar-se em vista da ameaça de que lhe fariam o mesmo!

Deixa afinal o comando das forças o Tenente-Coronel Nico Marcelino, que é substituído pelo Tenente-Coronel Juvêncio Alves, mas a situação em nada melhorou, pois os crimes continuaram a ser praticados como passamos a ver.

Nas forças de Juvêncio Alves servia, havia muito, o oriental Sebastião Alves, mas, por qualquer motivo, delas retirou-se e foi para o Albardão, onde homiziou-se. Juvêncio soube onde ele se encontrava e mandou uma escolta *liquidá-lo*. Os encarregados da *empreitada* tiraram Sebastião da casa em que estava e, a pequena distância, o degolaram. A mesma sorte teve um irmão de José Domingues, a quem arrancaram de casa. Também dois homens, cujos nomes ignoramos, um branco e outro preto, foram degolados!

Vivia próximo a São Gabriel, Distrito de Povo Novo, Felipe Correa, em companhia de sua família, quando por ali passou o federalista Carlos Chagas em direção ao São Gonçalo. Gente das forças de Carlos Chagas, ao aproximar-se o Major Maximiliano Pereira das Neves com um filho e um soldado, foi reconhecê-los. O Major deu-se como companheiro, porém um soldado que o conhecia denunciou-o pelo próprio nome, mas a tempo de ele escapar-se, o que não conseguiram seus dois companheiros. Eleuthério ficou ferido e, quando curou-se, mandou arrancar Felipe Corrêa do seio da família e degolou-o, dizendo que assim procedia por não o ter ele avisado da passagem dos federalistas. O infeliz deixou ao desamparo mulher e 12 filhos!

Temos também a registrar o degolamento, por ordem do comandante das forças, do ex-praça do Exército José Alves.

Fugira de Canguçu para Santa Isabel o farmacêutico Domingos Borges, respeitável ancião maior de 70 anos que carregava o *crime* de ser federalista. O célebre bandido Trajano Lopes mandou intimá-lo a transpor o São Gonçalo, e para isso arrancaram o honrado velho da cama, à qual estava recolhido por enfermo, com uma paralisia parcial. Seus filhos o acompanharam à presença do célebre Trajano, ao qual imploraram por seu progenitor, dele obtendo a promessa de que nada lhe sucederia, pois apenas necessitava fazer-lhe algumas perguntas e o mandaria em seguida para sua casa. Isso animou os pobres filhos a esperarem, ali perto, que dessem a liberdade a seu pai. Domingos Borges foi conduzido para um brejo, aí sendo degolado à vista de Trajano Lopes, que, mais tarde, gabava-se de haver se exercitado em degolar maragatos! De tal forma esconderam o corpo do infeliz que ele não pôde ser encontrado, apesar dos esforços empregados pelo farmacêutico João da Silva Silveira, adepto do castilhismo e amigo da vítima.

E um bandido dessa têmpera ainda é Subintendente?!

Depois da pacificação, Ramão Quadrado, um dos heróicos companheiros do General Gomercindo Saraiva, estando trabalhando, foi assassinado pelos irmãos Gomes, de Arroio Grande.

Edmundo Alves, rapaz de 17 anos de idade, filho do federalista Moraes Alves dos Santos, depois de feita a paz, teve igual sorte à de Quadrado, sem que até hoje fossem descobertos seus assassinos.

Seria um nunca acabar se fôssemos registrar todos os crimes praticados pela *legalidade* contra os federalistas de Povo Novo.

## PIRATINI

Sem preâmbulos. Residia na Vila de Piratini, onde era justamente acatado e onde tinha seu escritório de advogado, o Sr. Procópio Gomes de Freitas. Eram nove horas da noite de 3 de dezembro de 1890, e estava ele em seu escritório escrevendo despreocupadamente, tanto que conservava tranqüilo e desprevenido com a porta do seu gabinete, que dava para rua, aberta. Dois indivíduos, com as caras pintadas de preto e que ali haviam chegado a cavalo, deixando nas imediações da casa outros companheiros, penetraram no prédio e assassinaram o Sr. Gomes de Freitas, cujo cadáver apresentava três ferimentos de arma branca, sendo dois no toráx e em uma das virilhas o outro. Os assassinos, mais tarde ficou averiguado serem dois sentenciados evadidos da cadeia de Piratini, protegidos do Delegado de Polícia, os quais fugiram, apesar de haver a vítima desfechado contra eles dois tiros de revólver. Na sala da vítima deixaram dois relhos e um facão.

Em 1892, foi intimado a comparecer no acampamento das forças patrióticas da *legalidade* reunidas em Piratini, o Sr. Manoel Pedro Gomes de Freitas, sexagenário muito benquisto na localidade, fazendeiro e Tenente da Guarda Nacional. Em obediência a esta intimação, para ali dirigiu-se em companhia de um peão. Seu crime era pertencer à distinta família Freitas e ser federalista. Chegado ao acampamento recebeu ordem de fazer entrega de todos os cavalos que possuía, o que fez sem relutância. Após isso foi atado, saqueado e degolado, havendo antes sofrido martírios atrozes, chegando o barbarismo ao ponto de desconjuntarem-lhe os braços com fortes ligaduras. Manoel Pedro foi vitimado na Tapera do Couto<sup>167</sup> e o peão, seu companheiro, trucidado a uma légua de distância.

Na margem de um arroio junto ao cemitério da Vila foi degolado o praça de polícia Annibal de tal, que em juízo fizera revelações importantes sobre os crimes praticados pelo chefe político da facção dominante naquela vila, a propósito do assassinato do Sr. Procópio Gomes de Freitas. O índio velho Lucas, homem da confiança do federalista João Damasceno, achava-se na cidade de Pelotas, de onde foi mandado para Piratini à requisição dos *mandões* da terra, e ao aproximar-se da vila aqueles que o acompanhavam o degolaram.

Maneco Rodrigues residia no 3º Distrito e achava-se em sua casa quando foi preso, à noite, pelo ex-Cabo do 5º Regimento João Alves, então Capitão da *legalidade*, célebre na história do crime e companheiro inseparável do chefe político de Piratini e comandante dos patriotas ali reunidos. Maneco Rodrigues, após sua prisão, foi degolado.

Nos fundos da casa de Antônio Gonçalves Valente, na Vila, foi enterrado o corpo de um desconhecido. É desnecessário acrescentar ter sido degolado.

Para não roubar muito espaço e tempo, registraremos, sem comentários e pormenores, os seguintes crimes de que foi teatro o Município de Piratini: Lino Silva, que vinha preso de Pelotas, ao aproximar-se de sua casa no 3º Distrito, foi degolado; Angelo Martyr da Costa, conhecido por Cabo Angelo, foi assassinado no 3º Distrito; no mesmo Distrito foi assassinado Marcos Antônio d'Avila; Marcolino de tal, vulgo Colombo, residente perto da Vila, foi degolado nas imediações da chácara do velho Valente; Joaquim Fabião foi degolado na chácara do Coronel José

---

<sup>167</sup> Divisa dos Municípios de Piratini e Canguçu.



*Assassinato dos presos políticos retirados da cadeia da Capital em dezembro de 1893, logo após o ataque do Rio Negro, por ordem do então Governador Júlio de Castilhos, que os mandou fuzilar. – Uma dessas vítimas foi o capitão revolucionário Cesário, preso em casa da família no Município das Lavras pelo General João Telles, que o remeteu para a Capital. Antes de serem fuzilados, os obrigaram a abrir, com as próprias mãos, as covas em que foram sepultados.*

Moreira Fabião, nos arrabaldes da Vila; João Francisco, genro do façanhudo pardo castilhista *Major* Cesário Medina, tendo decaído das graças do sogro, foi degolado no 3º Distrito; à entrada da vila, foi assassinado um rapaz de nome Madruga. Além desses, sabe Deus quantos outros crimes não foram praticados, pois as escoltas, dia e noite, percorriam o Município em procura de vítimas para a faca...

Para terminar registraremos o seguinte crime: Rosalino de tal era um jovem de 19 anos de idade e, no combate de Rio Negro, ficou em poder dos federalistas, de cujas fileiras, escapando-se mais tarde, voltou a Piratini, de onde era filho. Apresentando-se às autoridades voltou a servir nas forças do governo. Depois da pacificação entrou forçado, como praça, para a Guarda Municipal da localidade, e, certo dia, foi preso e recolhido ao pátio da Intendência. Triste e abatido, queixava-se a um amigo da ingratidão dos castilhistas, obrigando-o a servir contra a vontade, vivendo sempre oprimido, ao passo que os federalistas, durante o tempo em que os acompanhava como prisioneiro, tinham-no tratado bem, nenhum desgosto lhe havendo dado. A conversa era ouvida por um sanguinário chefe local, que estava à porta, e, lançando mão do revólver, despejou dois tiros contra Rosalino, que caiu cadáver!... Longe de ser punido, tão bárbaro criminoso passeava nas ruas da Vila ao lado do Intendente.

## CACIMBINHAS

Depois de proclamada a República, foram praticados em Cacimbinhas os seguintes crimes: No dia 17 de agosto de 1894, os *patriotas* Guilherme Alves Ferreira e Firmino Antônio d'Ávila assassinaram o septuagenário Manoel Bueno da Silva, honesto e laborioso cidadão, chefe de numerosa família e geralmente benquisto na localidade. O crime foi cometido em presença da família da vítima e premeditado friamente. Bueno da Silva regressava com sua família, para casa, de um passeio que havia feito, quando, em caminho, apareceram-lhes os dois citados *patriotas*, que tentaram apoderar-se do cavalo montado pela escolhida vítima. Esta, com justa razão, reclamou contra tal atentado e, então, os dois facínoras contra ela atiraram-se e a golpes de facão começaram a sua *obra*, fazendo-lhe horríveis ferimentos, degolando-o e depois decepando-lhe as orelhas!... Pouco antes da prática do crime os dois *patriotas* estiveram em casa da viúva de João Mendes da Veiga e indagaram do paradeiro de Bueno da Silva, pois à casa dele dirigiam-se. Foram informados de haver o infeliz dali saído pouco antes e, à vista disso, partiram a galope até o alcançarem para a consumação da *empreitada*. O desventurado cidadão era irmão do distinto Tenente-Coronel Florentino Bueno da Silva, veterano da Revolução de 35 e da Guerra do Paraguai.

Os mesmos Guilherme Alves e Firmino d'Ávila espancaram barbaramente o pacífico cidadão Constantino Mendes da Veiga, de 84 anos de idade e completamente alheio às lutas políticas. Este atentado foi praticado no seio da família do respeitável ancião.

Andavam os mesmos dois *legalistas* em *diligência* quando desacataram o cidadão Abel Lino de Moraes, benquisto e pacífico morador do Distrito. De sua vítima tiraram do bolso um relógio de prata!

Firmino e Guilherme, depois do assassinato de Bueno da Silva, passeia-

vam livremente pelas ruas da Vila, sem que as autoridades cumprissem com seu dever. Foi preciso que o primeiro tentasse contra a vida do Sr. Luciano Camacho, que serviu de alvo a diversos tiros de Remington, nenhum acertando felizmente, para então prenderem os fascínoras. A prisão de Firmino foi efetuada pelo Sr. Camacho. Levados ao júri para responderem pelo assassinato bárbaro de Bueno da Silva, um deles, Firmino, obteve absolvição unânime!

Um filho de Constantino Mendes da Veiga foi preso e degolado por *patriotas*, isso devido a crime de deserção simples e haver negado-se a dizer onde pairava um seu irmão de nome Serafim Mendes da Veiga, de quem não sabia notícias.

Sem razão alguma, Wenceslau Camacho é preso depois de feita a pacificação de 23 de agosto. À noite, o infeliz é retirado da prisão e levado para um pequeno poteiro próximo à Vila de Cacimbinhas. Afí o degolaram e sepultaram seu cadáver, mas, à beira da sepultura, deixaram o poncho e os arreios do infeliz, com o intento de atemorizarem aquele povo que, não havia muito, tinha-se livrado dos horrores de uma prolongada Revolução.

Junto a uma sanga, foi encontrado o corpo do menor João, de 17 anos de idade, filho de Prudêncio dos Santos. Estava degolado, lanceado e ainda amarrado! Este crime foi praticado por uma escolta de *patriotas*, em poder da qual vários vizinhos da vítima a viram amarrada. Nenhum crime, falta alguma aquela criança havia cometido para atenuar tão bárbaro atentado!

Já estava serenado o ardor da luta entre *legalistas* e federalistas quando foi degolado o Capitão Jardim, que fazia parte das forças revolucionárias. Em um combate junto à Vila de Cacimbinhas, o Capitão Jardim ficou gravemente ferido e foi recolhido ao rancho de um preto velho chamado Pai Chico, afí ficando muito recomendado pelo Major de *patriotas* Franklin Menna Machado, que condoera-se do estado do seu adversário. Infelizmente, após a retirada daquele Major, chegaram ao rancho outros *patriotas* e descobriram o ferido. Este, apesar do seu grave estado, foi arrastado para fora do rancho e degolado!

No 2º Distrito, foi preso e depois degolado um jovem filho de Wenceslau José Teixeira. Era coadjuvante de seu pai nos trabalhos de agricultura e nenhuma falta cometera.

Juca Coelho, indivíduo de renome criminoso naquelas paragens, prendeu, na estação de Pedras Altas, um jovem cujo nome não sabemos. Poucas quadras distantes daquela estação, Juca Coelho mandou degolar o preso.

Um indivíduo conhecido por Cabo Rosa, primo irmão do Intendente de Cacimbinhas Tenente-Coronel Gervázio dos Santos Tavares, teve uma pequena troca de palavras com o então Alferes Ozório Marques. A polícia prendeu-o e levou-o para o quartel, onde deu entrada já bastante ferido. À noite, dali foi tirado e degolado pelo célebre Bernardo Coelho, irmão do acima citado Juca Coelho.

Gabriel Elias, turco estabelecido no 2º Distrito, foi degolado e seu corpo atirado a uma sanga existente no campo do cidadão José Maria Fagundes. O roubo foi o motivo desse crime.

Além dos crimes citados, muitíssimos outros tiveram por palco o infeliz Município de Cacimbinhas: registrá-los seria um nunca acabar.

## CANGUÇU

Este Município foi grandemente sacrificado pelo *legalismo* antes, durante a Revolução e após a assinatura do Pacto de 23 de Agosto. No Cerrito, um dos distritos do Município, é que o vandalismo mais devastou, pois inúmeros dos seus habitantes pagaram com a vida o *crime* de não se ajoelharem ante os dominadores do infeliz Estado rio-grandense. No Cerrito celebrou-se o pseudo Tenente-Coronel José Emílio Gomes, braço forte da *legalidade*.

O venerando General Joca Silva, deixando-se levar pelo seu patriotismo e confiando na palavra de honra do então Coronel Arthur Oscar, *heróico vencedor* de Canudos, havia dissolvido as forças que comandava em Bagé quando José Emílio Gomes, seguido de uma partida de indivíduos seus iguais, encetou a obra de extermínio no Município de Canguçu, dirigindo-se à casa de D. Rita Dias, senhora viúva e ali muito considerada. As portas da casa foram arrombadas a machado e de dentro arrebatado tudo quanto existia, com o que carregou uma carreta que foi levada para a vila. Do genro daquela senhora, Sr. Israel Caldeira<sup>168</sup>, os saqueadores mataram, à lança e a facão, 12 vacas mansas, porcos, perus, galinhas, etc. O que não mataram foi levado para Canguçu, sendo obrigado a servir de repontador do gado um peão do próprio Israel Caldeira.

O grupo dessa pandilha de ladrões e assassinos, assim capitaneada por José Emílio, encaminhou-se, depois, para a residência da respeitável viúva D. Florinda Caldeira, cuja casa teve a mesma sorte da de D. Rita Dias. Grande foi o saque ali praticado, nada escapando, pois o que não puderam levar escangalharam vandalicamente, não escapando nem o telhado do prédio. D. Florinda teve de conformar-se com a falta de 423 reses mansas, 300 ovelhas e 200 animais cavaleiros levados pelos sequazes do Sr. Júlio de Castilhos.

A casa de negócio de Caldeira & Irmão recebeu, em seguida, a *visita* de José Emílio e seus comandados e sofreu um saque geral em gêneros, sem contar-se o gado conduzido para Canguçu, onde ficou guardado por dois agregados daqueles negociantes que os assaltantes obrigaram a acompanhar, sob ameaças de morte.

Do Sr. Major Leandro Vieira levantaram todo o gado por ele invernado e, além disso, exigiram a quantia de 500\$000 para as despesas da condução de tropa! Igual sorte teve o Major Antônio Caldeira, que ficou sem o seu gado e sujeitou-se ao pagamento da condução, isto é, teve de entrar também com 500\$000!

Assaltada por José Gomes e sua gente a casa de Domingos Cardozo, daí levaram os celerados jóias que atingiam a avultado valor e 80 novilhos que ali estavam invernados.

José Emílio Gomes precisava também de chafurdar-se em sangue humano, pois somente saquear e roubar não o satisfazia. Assim pois mandou o celebrado *capitão* Carolino de Freitas degolar dois menores, Chripim Amorim e Ignácio dos Anjos, este neto do Tenente-Coronel Serafim Ignácio dos Anjos e aquele peão dos Srs. Caldeira & Irmão. Os dois citados crimes foram praticados em um açude daqueles negociantes. Por ordem de José Emílio, foram degolados

---

<sup>168</sup> Referência ao Tenente-Coronel Israel Joaquim Caldeira, chefe federalista no Cerrito (Município de Canguçu).

também, perto da casa de comércio de Rafael Greck, o oriental Fructo, canoeiro do Passo da Maria Gomes; o preto Hilário, agregado do Capitão castilhista Leão Gonçalves; e o preto Cypriano, morador do Cerrito.

Acompanhado do *capitão* Florício e de Máximo Nunes<sup>169</sup>, considerados legitimamente os dois maiores assassinos do Município, José Emilio foi à casa de negócio de Samuel Guidot, donde suspenderam, em carretas, tudo quanto encontraram e assassinaram dois peões do mesmo Guidot.

Tomando depois o caminho da casa do negociante Pedro Rosa, foi a mesma saqueada e arrebanhado todo o gado existente. Um peão levado pelos bandidos nunca mais voltou...

Coube, em seguida, a vez de Egydio Jorge, morador em Passo do Vieira. A casa foi saqueada e Egydio arrastado para o terreiro e aí degolado.

Todos os crimes acima descritos foram cometidos após a dissolução das forças do General Joca Silva, portanto antes de ser iniciada a Revolução Federalista. Depois de concluída a Revolução Federalista, foram cometidos os seguintes crimes no Município de Canguçu:

Junto à ponte de Piratini, foi assassinado Luís de tal, pelo *crime* de ser homem de confiança do Tenente-Coronel Damasceno<sup>170</sup>. Luiz dirigia-se, a mando do seu patrão, à casa do Sr. Israel Caldeira, quando foi vitimado.

Do outro lado da ponte, foi degolado pela polícia de Piratini, sob o comando do Tenente-Coronel João Emilio, o Alferes Bráz, considerado *criminoso* por haver servido nas forças federalistas.

O Major Ramão Quadrado servira nas forças federalistas e tivera a honra da confiança do inoxidável Almirante Saldanha da Gama, dois *crimes* dos maiores aos olhos do castilhismo, os quais reclamavam punição. Esta não se fez demorar: Quadrado foi assassinado pelo intitulado Tenente-Coronel Pompílio Gomes, irmão do famigerado José Emilio Gomes. Esse crime foi praticado junto à Estação Cerrito.

Um filho do Tenente-Coronel João Gomes, de nome Luna, prendeu próximo à ponte do Piratini o inditoso Molina, que, infelizmente, *escapou-se* do poder da escolta a quem foi entregue...

No período agudo da Revolução, quando José Emilio Gomes retirou-se para Canguçu com sua gente, foi nomeado *dono* do Cerrito o *capitão* José Bernabé de Souza, vulgo Tututa. Este organizou, junto à Estação, um esquadrão, parte com infelizes moradores daquelas redondezas e parte com verdadeiros bandidos. Dessa força, Tututa arvorou-se em fornecedor e encarregado do pagamento do soldo. Quando aproximava-se a época do pagamento, Tututa licenciava parte de sua gente e embolsava as quantias que deixava de pagar aos licenciados. Assim, grande número daqueles infelizes nunca viram um vintém sequer do dinheiro com que a União pagava seus serviços! O rancho dos praças era também pago pela União, mas Tututa ficava com dinheiro que, para satisfazê-lo, recebia e mandava arrebanhar o gado da vizinhança, negando-se a passar vale aos prejudicados.

---

<sup>169</sup> Referência a Maximínio Nunes, capanga de Bernardino Mota, mais tarde assassinado em Canguçu.

<sup>170</sup> Referência a João José Damasceno, chefe federalista.



O célebre Tututa foi o terror do Cerrito, pois a ninguém respeitava, invadindo casas a qualquer hora do dia ou da noite, como sucedeu na do respeitável cidadão Benvido Luz, que até teve varejadas as alcovas de suas jovens filhas! Assaltou, também, à noite e a tiros, a casa do Sr. Joaquim Tavares, ficando ferido um filho menor do dono da casa quando fugia assustado. Receberam também assaltos as casas dos cidadãos Eloy Rosa e Norberto Vieira, ameaçando ambos de serem levados para o acampamento se não entregassem seus filhos.

Tututa pôs a preço as cabeças dos cidadãos Júlio Leal, Pompeu da Cunha e Silva e Guido Tenson, oferecendo 300\$000 a quem os entregasse, vivos ou mortos.

Tututa e o *Tenente-Coronel* Joca dos Marmeleiros<sup>171</sup> mandaram assassinar, à beira do mato de Piratini, próximo à estação Cerrito, o cidadão Vicente Dias. Tudo quanto pertencia ao infeliz foi dividido, tocando os estribos de prata da vítima a um filho de Joca Marmelero. Vicente Dias fora preso na casa do Major João Paulo<sup>172</sup>, chefe castilhistas, que se opôs a essa prisão, sendo, porém, desrespeitado pelo *capitão* Souza, comandante da escolta.

O Major João Paulo telegrafou ao Coronel Pedro Ozório, em Pelotas, intercedendo em favor de Vicente Dias. O chefe pelotense ordenou, então, a Marmeleiro, a conservação da vida do infeliz, porém foi desobedecido!

O tal Tutuca era tão ladrão que até os porcos dos vizinhos mandava arrebatá-los para engordá-los!

Felizmente, quando o General Galvão de Queiroz chegou ao Maria Gomes, o seu primeiro ato foi livrar Cerrito da tutela do célebre Tututa.

Como os fatos estão demonstrando, não há um município do Estado que não tenha *sido beneficiado pela legalidade positivista...*

## SANTA VITÓRIA DO PALMAR

O Município de Santa Vitória do Palmar não podia fugir à sorte dos demais do Estado do Rio Grande, máxime sendo aquele onde residiam os maiores interesses do glorioso General Gomercindo Saraiva, cuja bravura e tática tanto amedrontaram a gente do Sr. Júlio de Castilhos. Santa Vitória, pois, sofreu os maiores horrores, vendo o saque e a destruição das propriedades dos adversários da *legalidade*, o assassinato bárbaro de quanto maragato caía nas mãos dos janízaros do protegido do Marechal de... sangue!<sup>173</sup> Historiemos alguns *feitos* da gente castilhista.

No dia 3 de maio de 1893, Antônio Irineu Alves Nunes, Intendente daquele Município, Antônio Theodoro Alves Nunes, que comandava um corpo de *patriotas*, e o célebre Alferes do Exército, Tenente hoje, Corbiniano da Soledade Lima, seguidos de numerosa força, partiram da cidade em *excursão* pela campanha vitorriense, onde entregaram-se à prática de crimes hediondos. Em Curral de Arroio aprisionaram Manoel Lopes, Soilo Perez, Capitão Manoel Fileno do Amaral e Alfe-

<sup>171</sup> Referência a João Gomes de Oliveira, que foi Delegado de Polícia de Piratini.

<sup>172</sup> Possível referência a João Paulo Prestes, destacado membro do PRR de Canguçu, onde foi intendente. Passou, mais tarde, para a dissidência republicana. Morreu em combate na Revolução de 1923.

<sup>173</sup> Alusão ao Marechal Floriano Peixoto.

res Deoclécio Amaral, que se dirigiam a Santa Vitória. Essa primeira violência foi praticada a pretexto de serem as vítimas revolucionárias, e depois de presas foram todas trucidadas. Do Capitão Fileno encarregou-se Antônio Theodoro Alves Nunes, que o assassinou com um lançaço; Deoclécio teve como executor Antônio Irineu Alves Nunes; Manoel Lopez foi entregue aos *cuidados* do celerado Dingo, réu fugido da cadeia de Porto Alegre e depois ao serviço do castilhismo. A Soilo Perez deram a honra de uma descarga da patriotada. As quatro vítimas eram chefes de família e homens benquistos e morigerados. Os cadáveres, depois de despidos e saqueados, foram degolados e castrados pelo Alferes do Exército Corbiniano, que colocou as partes genitais das vítimas nas bocas das mesmas! Nesses requintes de canibalismo o Alferes Corbiniano quebrou uma faca. Os corpos ficaram insepultos durante longos dias, servindo de carniça às aves de rapina e de pasto aos porcos, até que uma alma bondosa conseguiu autorização para sepultá-los. Com esses quatro crimes, ficaram orfanadas 16 crianças!...

A 5 do mesmo mês, chegou à cidade de Santa Vitória o Capitão Braz Odorico, hoje major do nosso Exército, acompanhado de dois oficiais e de uma força federal, para ali enviados por ordem do Coronel Cezar Sampaio, Comandante da Guarnição e Fronteira de Rio Grande. Uma carroça carregada de latas de querosene e de piche fazia parte da bagagem dos soldados da União. No dia seguinte, a força do comando do Capitão Braz Odorico, o corpo de *patriotas* comandado por Antônio Theodoro Alves Nunes e a polícia, sob as ordens do Intendente Antônio Irineu Alves Nunes, seguiram para a estância do intrépido General Gomercindo Saraiva, acampando a uma légua de distância. O ponto escolhido para acampar foi a estância do Major Manoel Jacintho Dias de Oliveira, onde as forças, tendo à sua frente os respectivos chefes, deram começo ao saque na casa de residência da família do proprietário, arrebatando tudo quanto encontraram: anéis, brilhantes e outras jóias de alto valor, roupa de uso, mantimentos e até queijos!!!... Um latrocínio geral, como só o sabiam praticar as *horradas* forças que sustentaram o Sr. Júlio de Castilhos...

Nesse mesmo dia as forças coligadas levantaram acampamento, tornando a [direção] da estância do famoso general gaúcho, ponto escolhido e ambicionado [pelos] *legalistas* para satisfação dos seus instintos de destruição e ladroagem. (?) estância de Gomercindo Saraiva, os assaltantes trataram, (primeira-) (?) [tombarem] cômodos, baús, armários e, até, uma burra, donde [retiraram] [telegramas] e jóias de pequeno valor e outros objetos. Um desses (?) em um aparador da sala de visita do Dr. Boguera, quando (?) objeto que lhe fora dado como recordação, sem que esse [médico] (?) [estivesse] ligado a Gomercindo pelos laços de amizade ou simpatia!... (?) os móveis existentes na grande casa da estância foram levados em [carretas e os que] ficaram foram untados com petróleo e piche, assim como o assoalho, janelas e portas, para alimentar o incêndio que depois atearam, destruindo casa, galpões e tudo quanto era edificação. Essa vandálica destruição era feita por ordem do Coronel Sampaio, no dizer dos autores, de tamanho vandalismo, mas a nós parece incrível que esse oficial superior do nosso Exército, tal autorizasse. Quando regressaram à cidade, as forças do saque e do fogo, não satisfeitos das carroças e carretas que conduziam carregadas dos despojos da casa saqueada e destruída, arrebanharam 300 ovelhas e 600 reses da estância. No dia seguinte os representantes da *legalidade* entraram na cidade conduzindo os *troféus da vitória alcançada* na luta travada contra a moral, à honra, a decência e o brio! Começou, então, a oferta, de porta em porta, dos objetos roubados e dos animais

arrebanhados: ovelhas a 500 réis, por cabeça, e vacas e cavalos a 4 e 5 mil réis cada um; mas apesar de tão baixo preço, poucas foram as pessoas que se animaram a entrar em transação com a soldadesca, o que obrigou esta a aceitar a proposta dos negociantes Eduardo Rocha e Manoel e Francisco Estrella, parentes dos Alves Nunes, negociantes que se propuseram a comprar, somente, os couros de (?), a 3\$000 réis cada um. Tal proposta animou a soldadesca, armada de carabinas *comblain* e municada a dirigir-se para os arrabaldes da cidade, onde a tiros matou duzentas e tantas reses, só para retirar os couros, gastando no tiroteio mais de três mil cartuchos! Os arrabaldes, devido às pútridas exalações dos animais mortos, tornaram-se

intransitáveis. Dos móveis roubados da casa de Gomercindo Saraiva, o Alferes do Exército, Corbiniano, fez embarcar em um iate, com destino a Porto Alegre, uma cama francesa e uma cômoda, móveis esses que seguiram acompanhados pela esposa daquele oficial.

O atualmente Capitão de Infantaria Tácito de Moraes Vernes, então Alferes, moço brioso, honesto, de procedentes distintos, assistiu indignado aos primeiros assassinatos, depredações e roubos cometidos pelas forças *legais* e negou-se a acompanhá-las nesses atos vandálicos e deprimentes da dignidade do soldado.

O Alferes Tácito tinha assistido, assombrado, ao saque da casa do Sr. Ismael Felício Rodrigues, quando esse cavalheiro achava-se ausente. Os representantes da *legalidade* chegaram à estância de Felício Rodrigues e sua virtuosa esposa os recebeu com cavalheirismo e carinho, nada disso valendo-lhe, pois foi desrespeitada e sua casa saqueada. Em vista da recusa do distinto e pundonoroso Alferes Tácito, o Capitão Braz Odorico deixou-o no acampamento, deixando-o sob as vistas de um cabo de esquadra! O brioso militar a tal não sujeitou-se e telegrafou ao Coronel Cezar Sampaio, que, à vista disso, o chamou à cidade de Rio Grande, sede de seu comando. Aí chegado o Alferes Tácito de Moraes Vernes expôs detalhadamente ao seu chefe tudo que se havia passado em Santa Vitória do Palmar, assim justificando o seu altivo e enobrecedor procedimento, pois da parte do Coronel Sampaio nenhum castigo sofreu.

Logo após a chegada do Alferes Tácito, era embargada na Tablada de Pelotas uma tropa de gado alheio, arrebanhado das estâncias de Gomercindo Saraiva e outros federalistas de Santa Vitória pelas autoridades desse Município, associadas aos comandantes das forças para toda a classe de correrias e saques. Com o embargo dessa tropa cresceu a exacerbação da gente governista de Santa Vitória contra o brioso Alferes Tácito, a quem atribuíram a denúncia que antecedeu o embargo. Apreendido o gado na Tablada, o Alferes Tácito teve mais uma justificativa do seu digno procedimento, não se prestando a acompanhar os depredadores do Município de Santa Vitória do Palmar.

Pessoas da família dos chefes das forças *legais* impudicamente ostentavam em seus *toilets* as jóias roubadas da casa do Major Manoel Jacinto Dias de Oliveira. Em seus passeios à cidade de Rio Grande, apresentavam-se com anéis e bichas de brilhantes, objetos esses reconhecidos por várias pessoas como os roubados daquele Major quando sua estância fora assaltada.

Retirando-se de Santa Vitória do Palmar para a cidade de Rio Grande, o Alferes Corbiniano Lima fez a viagem por terra e, chegando a casa de um Fulano Barbosa, no lugar denominado Figueira Torta, prendeu um crioulo de 18 anos de

idade que ali se achava. Aquele oficial do Exército Brasileiro deu, então, mais uma prova dos seus instintos de vil assassino, pois pretextando ser o crioulo revolucionário, arrancou a faca e, friamente, cortou a carótida do infeliz, soltando-o para vê-lo correr, espalhando sangue a jorros, até cair cadáver! Enquanto o infeliz contorcia-se nas vascas da morte, o Alferes Corbiniano, assentado no capim, fumava e dava estrondosas gargalhadas, procedimento digno unicamente de grandes criminosos!

Zeferino da Costa, conhecido em Santa Vitória pela alcunha de Canhoto, era Capitão do corpo de *patriotas* daquela cidade. Esse indivíduo era capataz das tropas feitas com o gado roubado, por ordem dos Alves, das estâncias de Gomercindo Saraiva, do Coronel Bernardo de Mendonça, de Solidônio Rodrigues, de Ismael Rodrigues, de Heleodoro Oliveira, de Onofre Rodrigues, das viúvas de Joaquim Rodrigues e Manoel José Pereira e seus filhos. Todo esse gado roubado pela *legalidade em nome da República* foi dividido, sendo parte negociada em Pelotas, outra abatida na charqueada do Sr. Manoel Soares Correa — em Santa Vitória, algum vendido para açougues da mesma cidade e outros carneados para sustento da *patriotada*.

Quando o Capitão João da Silva Ramos, do 29º Batalhão de Infantaria, chegou a Santa Vitória do Palmar se não nos falha a memória para substituir o Capitão Braz Odorico retirado do comando da força federal em vista de escandalosos fatos ali ocorridos, o Intendente Irineu Alves Nunes mandou-lhe de presente duas vacas gordas já mortas, conduzidas em uma das carretas roubadas da estância de Gomercindo Saraiva. Ao saber desse fato, o Capitão Ramos, que se encontrava no quartel da força sob seu comando, imediatamente ordenou que a carroça e sua carga fossem levadas ao edifício da Intendência e abandonadas na respectiva porta, pois nem ele nem seus soldados precisava de carne de gado roubado, uma vez que o Governo lhe pagava etapa. Cumpridas as ordens do Capitão Ramos, as duas vacas foram levadas pela carroça e descarregadas à porta da Intendência, onde o Intendente as recebeu, assim como a declaração dos motivos da recusa, nada disso o impressionando. O nobre e digno procedimento do Capitão João da Silva Ramos é merecedor de ser registrado, como prova de que ainda há alguma coisa capaz de fazer frente à corrupção, como se evidenciou mais tarde na lealdade, patriotismo e sentimentos generosos do Exército Nacional em torno da pessoa do pacificador do Estado, o imortal General Innocência Galvão de Queiroz.

A estância do General Gomercindo Saraiva achava-se povoada com nove a dez mil reses e três mil ovelhas, e dela tudo foi arrebanhado pelos representantes do Dr. Júlio de Castilhos. Não se contentaram só com o roubo, foram mais longe: arrancaram o aramado e os moirões que cercavam o campo e arrancaram os matos para fazer lenha.

Pode-se garantir que o Município de Santa Vitória do Palmar contribuiu com o produto de mais de vinte mil reses roubadas para enriquecer Antônio Theodoro Alves Nunes, Antônio Irineu Alves Nunes e José Soares de Azambuja, este último advogado e chefe espiritual dos castilhistas vitorienses.

A 22 ou 23 de março de 1894, o Coronel revolucionário Carlos Chagas, que, à frente de cento e tantos homens passara de Santa Isabel para o Município de Rio Grande, atacou as forças de Juvêncio Alves Nunes que estavam acampadas na casa da estância do Conselheiro Maciel, na margem do São Gonçalo. Nesse encontro Juvêncio Alves escapou de ser aprisionado, para isso valendo-lhe o ter-

se escondido no forro da casa habitada por uma sua amásia.

Chegando a Santa Vitória a notícia da derrota da gente de Juvêncio Alves Nunes, seu irmão e cunhado Antônio Irineu Alves Nunes e Antônio Theodoro Alves Nunes, como vingança, mandaram prender vários federalistas para serem degolados. Assim, na noite de 26 daquele mês, às nove horas, cercaram a casa de residência do Sr. Júlio Joaquim da Rocha, advogado da Comarca e chefe de numerosa família e, instigados por Benjamin Gomes, pretenderam arrombar a porta, nisso sendo obstados por alguns menos exaltados do bando. O cerco, porém, foi conservado durante a noite e, ao amanhecer, conduziram para a cadeia o Sr. Júlio Rocha. Igual sorte tiveram os Srs. Coronel Antônio Bernardo de Mendonça, Capitão José Pedro de Oliveira, o professor normalista Augusto Jayme Walmarath, Flôr Silva, Pedro Alexandrino Vasques, Lucas Amaral, Ismael Rodrigues Filho e Pedro Nunes, todos homens benquistos e chefes de família, mas com o grande defeito de serem federalistas.

Tendo as forças do Coronel Carlos Chagas aprisionado uma diligência no Taim quando em viagem para Rio Grande, nela encontraram o Dr. Alípio Santiago Correa e Joaquim de Figueiredo Pereira, mas, depois de um ou dois dias de marcha, deram liberdade ao primeiro, que nenhuma ofensa sofrera durante sua reclusão. Pereira, porém, foi conservado preso, pois era um mau tipo, de baixos sentimentos, levado ao ponto de demonstrar satisfação e queimar foguetes todas as vezes que corria a notícia de ter sido morto o valoroso Gomercindo Saraiva. Quando a força aproximava-se de Santa Vitória em direção à fronteira, um índio de nome Marcellino, conhecido de Pereira e que com ele tinha contas a ajustar, dele apossou-se e degolou-o. O Coronel Carlos Chagas e sua gente passaram a fronteira oriental sem encontrar quem lhes impedisse a marcha, apesar das numerosas forças existentes em Santa Vitória.

As autoridades de Santa Vitória foram prevenidas de achar-se o cadáver de Pereira a três léguas da cidade e o mandaram conduzir para a cidade, a fim de sepultá-lo. Nesse ínterim, a 29 ou 30 de março, chegara a Santa Vitória, no vapor Mirim, o Capitão Pinto, comandando cento e tantos praças do 29º Batalhão de Infantaria, para ali mandadas com a incumbência de baterem o Coronel Carlos Chagas e sua gente. O mesmo vapor conduziu Ramon Alvarez, espanhol naturalizado brasileiro e proprietário do *A Ordem*, jornal castilhistas da cidade de Jaguarão.

Na igreja, por ocasião do funeral de Figueiredo Pereira, Alvarez fez uso da palavra e incitou o povo a que se dirigisse à cadeia e arrancasse dali os presos políticos para serem degolados antes de ser entregue à sepultura o cadáver do mesmo Pereira! Tal idéia feriu os sentimentos humanistas da maioria dos presentes, e vários cavalheiros pessoalmente censuraram as infames palavras do renegado espanhol.

Depois da troca de telegramas com o General Antônio Joaquim Bacellar, Comandante do Distrito Militar, que tinha o seu quartel em Rio Grande, foram soltos todos os presos políticos, à exceção do Sr. Júlio Rocha. O General Bacellar ordenou que o Sr. Rocha seguisse preso, no vapor Mirim, para Rio Grande, onde, chegando e depois de interrogado, teve a cidade por menagem, aí conservando-se dois meses.

Depois de dois meses de detenção ilegal em Rio Grande, o Sr. Júlio Rocha viu-se na dura contingência de voltar a Santa Vitória em companhia de sua carinhosa esposa, que nunca o abandonou. Obtida a necessária licença do General Bacellar, o Sr. Rocha tomou o caminho da terra dos seus agozoes, pois recebera a notícia de

que acabava de perder três filhos, sendo um de 11 anos de idade, criança que o acompanhara na prisão e que, impressionando-se com o fato de daí retirarem seu pai às oito horas da noite para embarcar, enfermara gravemente do coração, morrendo passados oito dias. Uma filha do Sr. Rocha, moça de 16 anos de idade, sofreu enorme abalo com o terror que lhe causaram os sofrimentos de seu progenitor, a morte de seus três irmãos e a enfermidade de olhos de um outro irmão, que em poucos dias ficou completamente cego. A infeliz jovem não teve força para resistir e perdeu o uso da razão.

E todos esses horrores, todos esses crimes por nós descritos e hoje lembrados com pavor em Santa Vitória do Palmar, foram praticados para honra e glória do Sr. Júlio de Castilhos, *o moço estadista que tem encanecido prematuramente ao serviço da República!*

O remorso não é palavra que para ele existe.

### Cezário dos Anjos Garcia

Oficial do Exército brasileiro, Capitão do 12º Regimento de Cavalaria e chefe de numerosa família composta de mulher e oito filhos menores, que ficaram sem o menor arrimo, Cezário dos Anjos Garcia foi assassinado, friamente, a 27 de fevereiro de 1893, sem que houvesse cometido crime algum, sendo Comandante da Guarnição e Fronteira de Livramento o Marechal Isidoro Fernandes. Apesar de oficial do Exército, e quando na guarnição havia corpos de linha, foi conduzido por uma escolta de *patriotas* ao mando de Alexandre Joaquim Duarte – conhecido por Xandico, Capitão do corpo comandado por Ismael José Vargas –, e assassinado a pouco mais de légua da cidade, no Marco do Lopes, sobre a linha divisória, ficando insepulto o cadáver que, com a cabeça separada do corpo, ostentava a farda do Exército Brasileiro (como mostra a presente gravura tirada de uma fotografia que temos em nosso poder). O Coronel José Nemencio Escobar, então chefe político de Rivera, percorrendo a linha, foi dar com o cadáver de Cezario, e, comunicando ao chefe militar da praça de Livramento “haver ali encontrado assassinado um oficial brasileiro”, o Marechal Isidoro não fez caso algum, continuando insepulto o cadáver por muitos dias. Quando invadiu a – *Divisão de Livramento* – o seu comandante, Coronel David Martins da Silva, este mandou um piquete comandado pelo Sargento Quintana sepultar o cadáver, já muito decomposto e em grande parte devorado pelos cães e os corvos, do infeliz servidor da Pátria, que foi degolado pelo próprio *capitão* Xandico. Por essa ocasião devia ter igual sorte o Capitão Paraguassú de Albuquerque, do 18º Batalhão de Infantaria, o que não se realizou por ter o Tenente do 12º Regimento Raymundo Nunes Pereira imposto acompanhá-lo até S. Gabriel, o que efetivamente fez.

Prendiam-se oficiais do Exército pundonorosos, verdadeiros ornamentos da sua classe, sob os mais fúteis pretextos, muitas vezes por mera suspeita, só porque tinham a hombridade e o patriotismo de censurar os crimes da Legalidade, dos quais eram testemunhas oculares. Estes homens eram conservados meses e anos encarcerados sob a pressão de fantásticos processos, tolhendo-os nos seus direitos com inúmeros prejuízos materiais e de saúde, como aconteceu ao ilustrado engenheiro Major Ildephonso Pires de Moraes Castro e ao Capitão Marcolino dos Santos..

Outro era o *processo* se, por simples suspeita, o oficial devia ser *borrado* de (?) lista... dos vivos. Transferido de corpo e removido de guarnição por ordem telegráfica do Ministro da Guerra (passada pelo ditador Júlio de Castilhos em nome do General Moura, comandante em chefe das forças legais, que ignorava a transmissão da maioria dessas ordens passadas em seu nome), o oficial era logo preso e entregue a escoltas de *patriotas* incumbidos de assassiná-lo em viagem, do que é um exemplo irrefutável o caso ocorrido com o Coronel Moura, um dos bravos da campanha do Paraguai e degolado no chamado *açougue* do Cacequi juntamente com os Coronéis Falcão, Pacheco e Marinho; o bárbaro assassinato do Capitão Cezario, degolado no Marco do Lopes; e a tentativa de que foi vítima o Capitão Paraguassú, que se escapou de ter igual fim graças à enérgica intervenção do seu colega e amigo Tenente Raymundo Nunes Pereira. E como estes muitos outros.

Depois destes lutuosos fatos que, a par dos *generalatos* a paisanos, muito concorreram para a decadência do nosso Exército (como profetizára o bravo Marechal Barão de Batovy em telegrama ao *marechal vermelho*), depois de tudo isso, parece incrível que o tiranete rio-grandense conte ainda com dedicações incondicionais no seio das Forças Armadas da Nação!

### Domingos José Borges

Velho servidor da Pátria, Domingos José Borges fez toda a campanha do Paraguai, onde deu provas exuberantes dos seus elevados sentimentos.

De nada lhe valeu esse passado glorioso, nem o ser Tenente-cirurgião reformado, nem o alto conceito de que gozava entre os seus concidadãos, pois foi uma das vítimas da sanguinária política instituída no infeliz Rio Grande do Sul pelo ditador Júlio de Castilhos.

Residia em Santa Isabel com a sua família, composta de duas filhas já moças e um filho. Naquela localidade o venerando patrício tornou-se popular e querido pela prática nobilitante de atos incessantes de generosidade e filantropia.

Exercendo com inteligência e perícia a profissão médica – da qual fez um verdadeiro sacerdócio –, prodigalizava a mãos cheias benefícios à população de S. Isabel, socorrendo todos que reclamavam a sua presença, sem cogitar posições sociais ou credos políticos. Tanto para o abastado como para o humilde, ele tinha o mesmo desvelo, a mesma solicitude.

Quando rebentou a Revolução de 1893, o seu filho, Sérgio Pretextato Borges, deixou-o para ir cumprir o dever de patriota, empunhando as armas de soldado do Exército Libertador.

Avisado disso, Trajano Augusto Lopes, Subintendente da cidade de Rio Grande, partiu imediatamente para S. Isabel, acompanhado de uma escolta.

Dirigindo-se para a residência do Tenente Domingos José Borges, encontrou-o de cama, paraplético, aos cuidados da família extremosa.

A pretexto de que o respeitável servidor da Pátria não lhe queria entregar o filho – ausente como já dissemos –, Trajano Augusto Lopes mandou tirá-lo do leito, fê-lo estender sobre uma folha de porta e assim conduziu-o para lugar distante da casa.

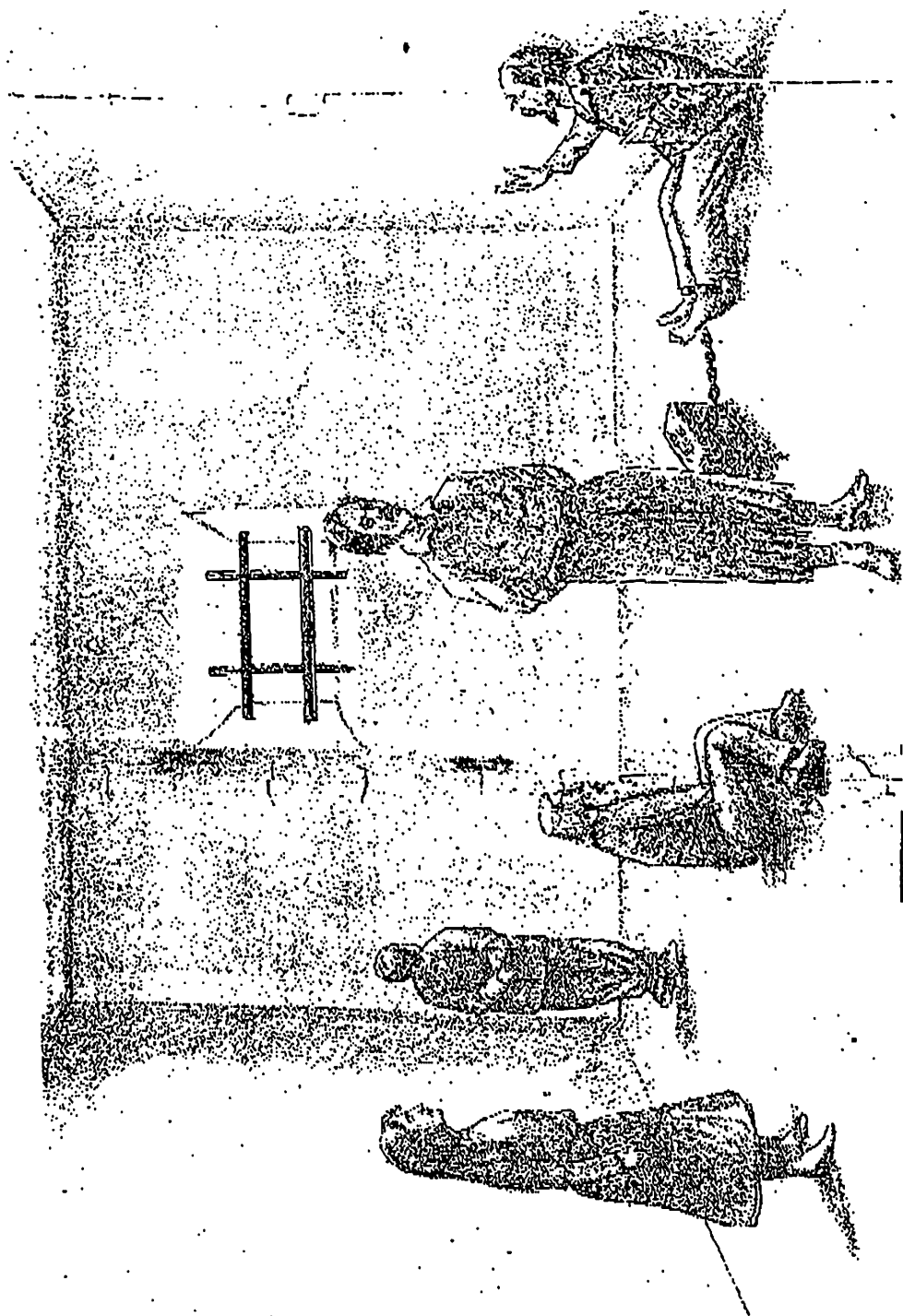
A ordem foi executada prontamente por entre os gritos e as súplicas das suas angustiadas filhas e dos fâmulos da casa, que – pelo amor de Deus! – imploravam ao algoz que poupasse a vida daquela santa criatura.

A autoridade assassina assim prometeu, garantindo-lhes que apenas o levava para proceder a um interrogatório.

Domingos José Borges não mais voltou ao seu lar... E que Trajano Lopes, longe da casa, à beira de um banhado, mandou fazer alto à sua gente, ordenou ao mais feroz soldado da escolta que degolasse o pobre velhinho septuagenário e, em seguida, fez esconder o cadáver no meio do pântano!

A população de Santa Isabel recebeu com a dor mais profunda e com a mais viva indignação a notícia do bárbaro e revoltante degolamento.





*Suplicio dos jejuns*



Suplicio da Argola de Ferro



Esta edição foi impressa em outubro de 2002 nas organizações Nova Prova, sob o patrocínio exclusivo de San Marino Veículos Ltda.



SOLUÇÕES IMPRESSAS

FONE/FAX: (0xx51) 3346.5454  
RUA SANTOS DUMONT, 1186  
CEP 90230-240 - PORTO ALEGRE - RS  
NOVAPROVA@NOVAPROVA.COM.BR  
WWW.NOVAPROVA.COM.BR

"Publicado originalmente há exatos 100 anos, *Os crimes da ditadura* detalha as atrocidades cometidas durante o governo do positivista Júlio de Castilhos contra os seus adversários maragatos (federalistas). Não é obra para estômagos fracos. O livro relata um festival de saques em estâncias, empastelamentos de jornais, incêndios em residências, prisões, espancamentos, torturas, assassinatos, degolas de opositores e estupros de seus familiares."

*Humberto Trezzi, jornalista, Zero Hora*

"A memória não pode ser construída sem o necessário tributo à diversidade de versões ou opiniões, expressem ou não a representação "institucional" conferida aos fatos de nossa História. Os relatos, trazidos à luz depois de cem anos de esquecimento, revelam que o atual quadro de violência em nosso país possui raízes históricas e que, mesmo depois de tanto tempo, são um alerta para os riscos de sua exacerbação toda a vez que as instituições responsáveis pela mediação dos conflitos são removidas ou sujeitas às injunções governamentais como instrumentos de uma determinada facção política."

*Ricardo Vaz Seelig, Procurador de Justiça*

*A visão dos vencidos sobre os sangrentos conflitos políticos  
que marcaram o nascimento da República*

MEMORIAL



DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO

**SanMarino**   
**PLAT**  
COMPROMISSO COM A COMUNIDADE.

ISEN 858880202-3



9 788588 802025